



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

ANA PAULA SILVA VIEIRA TRINDADE

**UMA ANÁLISE FUNCIONALISTA DAS ORAÇÕES PSEUDORRELATIVAS
MODALIZADORAS**

FORTALEZA – CEARÁ

2014

ANA PAULA SILVA VIEIRA TRINDADE

UMA ANÁLISE FUNCIONALISTA DAS ORAÇÕES PSEUDORRELATIVAS
MODALIZADORAS

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Linguística do Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Linguística. Área de concentração: Descrição e Análise Linguística

Orientadora:
Prof^a. Dr^a. Márcia Teixeira Nogueira.

FORTALEZA- CEARÁ
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- T753a Trindade, Ana Paula Silva Vieira.
Uma análise funcionalista das orações pseudorrelativas modalizadoras / Ana Paula Silva Vieira Trindade. – 2014.
240 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Tese(doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2014.
Área de Concentração: Descrição e análise linguística.
Orientação: Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira.
- 1.Funcionalismo(Linguística). 2.Língua portuguesa – Modalidade. 3.Língua portuguesa – Orações relativas. I.Título.

ANA PAULA SILVA VIEIRA TRINDADE

UMA ANÁLISE FUNCIONALISTA DAS ORAÇÕES PSEUDORRELATIVAS
MODALIZADORAS

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Linguística do Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Linguística. Área de concentração: Descrição e Análise Linguística

Aprovada em: 01/ 12/ 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Márcia Teixeira Nogueira (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Prof^ª. Dr^ª. Leia Cruz de Menezes
Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof^ª. Dr^ª. Hebe Macedo de Carvalho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dr^ª. Márluce Coan
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.

A meu marido, Emmerson Trindade.

A meus pais, Félix Neto e Consuelo Silva.

A meus irmãos, Mara Vieira, Marcos Paulo
Vieira e Félix Júnior.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e pela fé em alcançar meus objetivos incansavelmente.

A meu marido, Emmerson Trindade, pelo apoio que sempre encontrei, pela ajuda nas horas de decisão, pela força nos momentos difíceis, pela compreensão que sempre demonstrou para com a minha ausência e falta de tempo, pelo companheirismo, mesmo quando eu estava longe, e pelo amor incondicional que sempre me dedicou.

A meus pais, Félix Neto e Consuelo Vieira, pela criação amorosa e dedicada, pelos exemplos de perseverança e humildade que sempre demonstraram, pelo apoio dedicado em todos os momentos de minha vida.

A meus irmãos, Mara Denise Vieira, Marcos Paulo Vieira e Félix Júnior, por todo o companheirismo de uma vida inteira.

A minha família, tios, primos, cunhados e sogros, pela torcida em mais essa etapa de minha vida e pelas agradáveis reuniões familiares, em que recuperava a força e o ânimo para continuar.

À Universidade Federal do Ceará, pela excelência no ensino superior.

Ao Programa de Pós-Graduação (estendido, aqui, à Coordenação e aos funcionários, em especial, ao Eduardo Xavier), pela seriedade no trabalho acadêmico.

A minha orientadora, Professora Dr^a. Márcia Teixeira Nogueira, pela confiança, paciência, competência, austeridade, compreensão, auxílio que sempre me dedicou em todos os momentos e, incondicionalmente, pela sabedoria que sempre me demonstrou.

Às bancas de qualificação e seminários, em especial, à Professora Dr^a. Márluce Coan, pelas observações e apontamentos pertinentes que me auxiliaram no aprimoramento deste trabalho.

Aos meus colegas de Doutorado, em especial, ao Fábio Torres e à Elaine Forte, pelos momentos de seriedade que sempre dedicamos às disciplinas, e pelos momentos de descontração sempre após as disciplinas e, principalmente, pela companhia durante a estadia em Portugal.

A todos os meus amigos, representados pela figura de Carlos André Pontes Coutinho, com quem pude contar sempre, em especial, durante minha estadia em Portugal.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), pelo apoio financeiro indispensável para a realização deste trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento concedido em uma bolsa sanduíche PSDE que possibilitou o estágio de pesquisa junto ao Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), em Lisboa, no ano de 2013, e ao professor Dr. J. Lachan Mackenzie, pela orientação na pesquisa e pelas dicas valiosas de viagens.

“Tem vez que as coisas pesam mais
Do que a gente acha que pode aguentar
Nessa hora fique firme
Pois tudo isso logo vai passar
Você vai rir, sem perceber
Felicidade é só questão de ser”

(Marcelo Jeneci)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo descrever os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos associados ao uso de orações pseudorrelativas modalizadoras. Inicialmente, procuramos verificar, nas gramáticas tradicionais, anteriores e posteriores à NGB, e em gramáticas descritivas de Língua Portuguesa, bem como na pesquisa linguística sobre as orações relativas, se há referência ao tipo de construção que designamos como *orações pseudorrelativas modalizadoras*. A partir desse levantamento bibliográfico inicial, constatamos que essa construção parece ter sido negligenciada por gramáticos e linguistas, principalmente aqueles cujos trabalhos são posteriores à NGB, pois, com relação a estes, inexistiu alusão a ela. Sob orientação teórica funcionalista, mais precisamente da Gramática Discursivo-Funcional, de Hengeveld & Mackenzie (2008), procuramos, então, proceder a uma análise das propriedades da construção pseudorrelativa modalizadora, a partir de duas perspectivas: (i) do antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora; e (ii) da oração pseudorrelativa modalizadora propriamente. Nosso *corpus* de análise é composto por amostras de textos nas modalidades escrita e oral da Língua Portuguesa, com ocorrências tanto na variante brasileira como na europeia. Ademais, contemplamos dois estágios de língua: (i) contemporâneo, com textos que datam de 1950 à década de 1990; e (ii) diacrônico, com textos que datam desde o Século XVI ao XX, anteriores a 1950. De um total de 55 ocorrências quantificadas para observação da frequência, a análise dessas ocorrências revelou-nos que a construção pseudorrelativa modalizadora teve maior incidência, em nossos dados, em textos escritos e contemporâneos, ou seja, do Século XX, posteriores a 1950. Em uma Ilocução declarativa, pragmaticamente, apresentando-se como Subato de Referência, em geral, numa referência construtora, revela-se o antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora, caracterizado, preferencialmente, como uma entidade semântica do tipo Indivíduo, que exerce, especialmente, a função sintática de Objeto Direto. Construída em torno de um predicado dos domínios modais Evidencial ou Epistêmico, a pseudorrelativa modalizadora abriga como um de seus argumentos uma oração completiva com natureza de Conteúdo Proposicional, que se apresenta, preferencialmente, na forma desenvolvida, na qual o termo correferente ao antecedente exerce, mais frequentemente, a função sintática de sujeito pré-verbal. Quanto ao nível de integração da construção, constatamos que a oração pseudorrelativa modalizadora pode ou não estar separada do antecedente por meio de uma pausa, e que a oração pseudorrelativa e a oração encaixada apresentam sujeitos não-correferenciais, Tempo e Modo verbais não-equivalentes e presença

do conectivo, o que caracteriza baixo nível de integração. Por fim, com relação ao nível de integração entre a nossa construção e a oração dita principal, atestamos que ela tem, quase que exclusivamente, localização à margem da oração principal, o que se revela um fator condicionante.

Palavras-chave: funcionalismo; estratégias de relativização; modalização; orações pseudorrelativas modalizadoras.

ABSTRACT

This paper aims to describe the syntactic, semantic and pragmatic aspects associated with the use of “pseudorrelativas modalizadoras” clause. Initially, we assessed, in traditional, pre- and post-NGB grammars, and descriptive grammars of English language and linguistics research on relative clauses, there is reference to the type of construction that we designate as “orações pseudorrelativas modalizadoras”. From this initial literature review, we found that this construction seems to have been overlooked by grammarians and linguists because almost nonexistent allusion to it. Under functionalist theoretical orientation, specifically the Functional Discourse Grammar of Hengeveld & Mackenzie (2008), we seek then proceed to an analysis of the construction “pseudorrelativa modalizadora” properties, from two perspectives: (i) the antecedent of “pseudorrelativa modalizadora” clause; and (ii) the “pseudorrelativa modalizadora” clause properly. Our *corpus* analysis consists of samples of texts in oral and written forms of Portuguese, with events in both the Brazilian and European variant. Furthermore, we contemplate two stages of language: (i) contemporary with texts dating from 1950 to the 1990s; and (ii) diachronic, with texts dating from the sixteenth to the twentieth century, prior to 1950s. The analysis of the events collected showed us that “pseudorrelativa modalizadora” construction had higher occurrence in our data, in writings and contemporary texts, ie of the twentieth century, subsequent to 1950. A total of 55 occurrences quantified for observation frequency, the analysis of these events showed us that pseudorrelativa modalizadora construction had higher incidence in our data, in writings and contemporary texts, ie the twentieth century, subsequent to 1950. In a Declarative Illocution pragmatically presenting as Reference Subact, in general, a constructional reference proves to be the antecedent of “pseudorrelativa modalizadora” clause characterized rather as a semantic entity type Individual, who exercises, especially the syntactic function of direct object. Built around a predicate of Epistemic or Evidential modal domains, the “pseudorrelativa modalizadora” housing as one of its arguments one clause with complete nature of propositional content that is presented, preferably, in the form embedded, in which the term correferente the previous exercises, most often, the syntactic function of preverbal subject. Regarding the level of integration of the construction, we see that “pseudorrelativa modalizadora” clause may or may not be separated from the preceding by a pause, and that pseudorrelativa clause and clause have embedded non-subject corelative, Time Mode and non-verbal equivalent and presence of connective, which features low level of integration. Finally, regarding the level of integration between our construction and the Main Clause, certify that it has, almost exclusively, on the sidelines Location of Main Clause, which reveals a determinant.

Keyword: functionalism; relativization strategies; modalization; “pseudorrelativa modalizadora” clause.

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

Figura 1 - Nossa hipótese para a trajetória diacrônica das estratégias de relativização em PB	20
Figura 2 - A GDF como parte de uma teoria mais ampla de interação verbal (baseada em Hengeveld e Mackenzie, 2008, p. 6)	107
Figura 3 - Plano geral da GDF (baseado em Hengeveld e Mackenzie, 2008, p.13)	109
Figura 4 - As camadas de organização do Nível Interpessoal (adaptado de Hengeveld e Mackenzie, 2008, p. 49)	114
Figura 5 - As camadas de organização do Nível Representacional	124
Figura 6 - Estrutura interna do Nível Fonológico (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 428)	141
Figura 7 - Tela de início do editor de dados do SPSS	167
Figura 8 - Continua da articulação de orações encontrados em Gonçalves e Carvalho (2007, p. 86), baseada em Lehmann (1988, p. 217)	201
Figura 9 - <i>Continuum</i> de sentencialidade (Lehmann, 1988, p. 200).....	209
Quadro 1 - A estrutura da oração em camada, de acordo com Dik (1997a).....	88
Quadro 2 - As propriedades dos Restritores Verbais (baseado em Dik, 1997b, p. 46)	92
Quadro 3 - Marcas formais das orações relativas pós-nominais (adaptado de Dik, 1997 ^a , p. 48)	93
Quadro 4 - Relação entre níveis de organização, operações da GDF e referência anafórica (com base em Hengeveld e Mackenzie, 2008, adaptação de SOUZA, 2010) ...	112
Quadro 5 - Categorias semânticas, com base em Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 136).....	124
Quadro 6 - Composição do banco de dados da presente pesquisa	147
Quadro 7 - <i>Corpus</i> mínimo de ocorrências de fala do projeto NURC	149
Quadro 8 - Número de ocorrências encontradas nos <i>corpora</i> contemporâneos de Fala	151
Quadro 9 - Quadro extraído de Mattos e Silva (2006, p. 25)	154
Quadro 10 - Número de ocorrências encontradas no <i>corpus</i> diacrônico de Escrita	155
Quadro 11 - Identificação de ocorrência	156
Quadro 12 - Exemplificação de codificação de dados	156
Tabela 1 - Modalidade da Língua	170
Tabela 2 - Uso de orações pseudorrelativas modalizadoras por Século	173
Tabela 3 - Ilocução em que se encontra o Antecedente da Oração pseudorrelativa modalizadora	178

Tabela 4 - Subato do Antecedente	181
Tabela 5 - Categoria semântica do Antecedente	183
Tabela 6 - Função sintática do antecedente.....	187
Tabela 7 - Domínio Modal do verbo.....	192
Tabela 8 - Natureza semântico-pragmática da oração completiva	197
Tabela 9 - Domínio modal do verbo x Natureza semântico-pragmática da oração completiva.....	199
Tabela 10 - Função sintática do termo correferente ao antecedente.....	204
Tabela 11 - Nível de integração entre antecedente e a oração pseudorrelativa modalizadora	206
Tabela 12 - Forma da oração completiva.....	209
Tabela 13 - Compartilhamento de traços semânticos entre as orações pseudorrelativa modalizadora e completiva.....	212
Tabela 14 - Equivalência modo-temporal entre os verbos das orações pseudorrelativa modalizadora e completiva.....	215
Tabela 15 - Grau de Explicitude da ligação	217
Tabela 16 - Grau de explicitude da ligação x Forma da oração completiva	219
Tabela 17 - Localização da oração pseudorrelativa modalizadora.....	221

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Natureza e delimitação do problema	15
1.2 Suporte teórico da pesquisa	20
1.3 Objetivos e procedimentos metodológicos	21
1.4 Organização geral do trabalho	22
2 A ORAÇÃO RELATIVA NAS GRAMÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA ... 24	
2.1 A abordagem tradicional	24
2.2 A abordagem heterogênea	36
2.3 A abordagem estruturalista	40
2.4 Síntese conclusiva	48
3 A ORAÇÃO RELATIVA: CONTRIBUIÇÕES DE ALGUMAS PESQUISAS	50
3.1 O enfoque gerativista	50
<i>3.1.1 O modelo Tradicional</i>	51
<i>3.1.1.1 A abordagem de Tarallo</i>	52
<i>3.1.1.2 A abordagem de Kato</i>	58
<i>3.1.2 O modelo Raising</i>	61
3.2 O enfoque da Linguística Tipológica	67
3.3 O enfoque funcionalista	76
<i>3.3.1 A abordagem de Givón</i>	76
<i>3.3.2 A abordagem de Dik</i>	86
3.4 Síntese conclusiva	97
4 O FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO E A GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL	101
4.1 O paradigma funcionalista	101
4.2 A Gramática Discursivo-Funcional	105
<i>4.2.1 A arquitetura da Gramática Discursivo-Funcional</i>	107
<i>4.2.1.1 O Nível Interpessoal</i>	113
<i>4.2.1.2 O Nível Representacional</i>	122
<i>4.2.1.3 Os Níveis Morfossintático e Fonológico</i>	138
4.3 Síntese conclusiva	143
5 METODOLOGIA	146

5.1 Seleção, constituição e delimitação do <i>corpus</i>	146
5.1.1 <i>Corpus sincrônico/contemporâneo oral</i>	148
5.1.1.1 <i>Corpus mínimo do projeto NURC</i>	148
5.1.1.2 <i>Corpus Português Falado – Variedades Geográficas e Sociais(CLUL)</i>	149
5.1.2 <i>Corpus sincrônico/contemporâneo escrito</i>	151
5.1.3 <i>Corpus diacrônico escrito</i>	153
5.2 Procedimentos Metodológicos	155
5.2.1 <i>As Orações Pseudorrelativas Modalizadoras em Língua Portuguesa: descrição estrutural</i>	157
5.2.2 <i>Parâmetros para análise do corpus</i>	162
5.2.3 <i>O programa Statistical Package for a Science - SPSS</i>	166
5.3 Síntese conclusiva	167
6 ORAÇÕES PSEUDORRELATIVAS MODALIZADORAS: DESCRIÇÃO E ANÁLISE	169
6.1. Análise das Orações Pseudorrelativas Modalizadoras no <i>corpus</i> de ocorrências	169
6.2. Com relação ao antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora	176
6.3. Com relação à oração pseudorrelativa modalizadora	190
6.4. Síntese conclusiva	222
7 CONCLUSÃO	225
REFERÊNCIAS	229
ANEXOS	234

1 INTRODUÇÃO

1.1 Natureza e delimitação do problema

As orações relativas, desde há muito, são objeto de estudo de gramáticos e linguistas. Vários são os trabalhos que examinam as estratégias de relativização na tentativa de compreender as construções relativas que, pelo que mostram os estudos, constituem um universal linguístico¹. Apesar do vasto número de pesquisas existentes, acreditamos que muito ainda há para se investigar acerca dessas construções, o que nos motivou a debruçarmo-nos sobre esse intrigante objeto de investigação linguística.

Segundo a tradição gramatical, as relativas são orações que exercem a função de modificadores de um núcleo nominal, por isso também chamadas de *orações adjetivas*. As pesquisas na área de Sociolinguística, conforme explicitaremos no Capítulo III, em Língua Portuguesa, registram atualmente três tipos de construções relativas: uma padrão e duas não-padrão, denominadas *relativa copiadora* e *relativa cortadora*, como se pode verificar nos seguintes exemplos:

- (1) Achei o livro de que eu preciso.
- (2) Achei o livro que preciso dele.
- (3) Achei o livro que preciso.

No exemplo (1), tem-se a ocorrência da relativa padrão. E, nos exemplos (2) e (3), as relativas ditas *copiadora* e *cortadora*, respectivamente.

Uma das características da oração relativa é o fato de esta possuir um pronome relativo, o qual exerce uma função sintática na oração em que se encontra. Nos três exemplos anteriormente citados, o pronome *que* cumpre, em termos da nomenclatura oficial (NGB), a função sintática de *objeto indireto*. Constatando que muito ainda se poderia tecer sobre esse vasto mundo da relativização, esse tem sido nosso interesse acadêmico.

Em 2009, no curso de Mestrado em Linguística, realizado na Universidade Federal do Ceará – UFC, encontramos, em um levantamento bibliográfico, um tipo de construção registrado em Bechara (1999) como “não analisável” do ponto de vista dos padrões das sintaxes

¹ Sobre essa hipótese de *universal linguístico*, apresentaremos e discutiremos os estudos que acreditam ser a relativização um universal linguístico no Capítulo 3, mais precisamente entre as páginas 67-73, quando apresentamos os estudos da Linguística Tipológica.

tradicional e estrutural. Tal definição nos instigou a investigar esse fenômeno, assim ilustrado por Bechara (*op.cit.*, p. 489):

- (4) Ali está o homem que eu pensei que tivesse desaparecido.

Por apresentar um pronome relativo, *que*, segundo descreve o gramático, não exerce função sintática na oração relativa, essa construção distancia-se tanto da chamada *relativa padrão* quanto das duas outras formas não-padrão que compõem o quadro das estratégias de relativização em Língua Portuguesa consideradas pelas pesquisas linguísticas, conforme já expusemos; por esse motivo, decidimos tratá-la como um tipo de “pseudorrelativa”.

Por representar uma codificação sintática de um conteúdo discursivo, mais especificamente, por registrar a subjetividade do enunciador que ajusta seu comprometimento com o conteúdo enunciado, decidimos qualificá-la como “pseudorrelativa modalizadora”.

Tais propriedades incitaram-nos à análise desse tipo de construção, principalmente, por se aproximarem das investigações sobre os processos de *articulação de orações* e de *modalização* feitas por integrantes do Grupo de Estudos em Funcionalismo – GEF – em que se insere esta pesquisa.

É interessante assinalar que esse tipo de construção já encontrava registro em gramáticas tradicionais anteriores à de Bechara. Dias (1918) e Pereira (1952) apresentam uma construção semelhante à que se analisa nesta pesquisa. Em suas descrições, conforme mostraremos no capítulo II deste trabalho, o pronome relativo introduz uma oração adjetiva, ao mesmo tempo em que pertence à oração subsequente, desempenhando, nesta, uma função sintática.

Isso indica que tal fenômeno não constitui realidade recente, pois, como podemos ver, já é apresentado em gramáticas do início do século XX, como é a gramática de Dias (1918). Supomos que gramáticos e linguistas, em geral, parecem ter ignorado tal fenômeno, que só voltou a ser contemplado em Bechara (1999).

O trabalho desenvolvido no curso de Mestrado² teve o propósito de refletir sobre esse fenômeno, apoiando-se, fundamentalmente, numa perspectiva linguística funcionalista. Procedemos a uma apresentação do fenômeno, destacando algumas propriedades concernentes aos exemplos utilizados para análise. No entanto, não foi feito um exame quantitativo de dados,

² Esse trabalho intitula-se “As orações pseudorrelativas modalizadoras: aspectos formais e funcionais” (TRINDADE, 2009).

o que, a nosso ver, levar-nos-ia a um entendimento mais completo dessa construção, fato que motivou o interesse em continuar a investigação desse fenômeno por nós designado de *orações pseudorrelativas modalizadoras*.

Com o intuito de explicar, integradamente, à luz do funcionalismo linguístico, os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos envolvidos no uso desse tipo de construção, formulamos um problema central, a saber:

- Qual a relação entre os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos que caracterizam, de modo integrado, o uso de construções pseudorrelativas modalizadoras como uma estratégia de relativização gramatical em Língua Portuguesa?

Para ajudar a responder esse problema central, formulamos os seguintes problemas secundários que, além de nortearem nossa pesquisa, compõem o quadro das categorias de análise a partir das quais cada ocorrência é considerada:

1. Com relação ao antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora
 - a) Que função sintática exerce mais frequentemente o antecedente nas pseudorrelativas modalizadoras no *corpus*? Como se pode interpretar essa predominância?³
 - b) A que categoria semântica do Nível Representacional pertence o antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora?⁴
 - c) Em que tipo de Ilocução se encontra o antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora?⁵
 - d) Qual o tipo de Subato do antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora?

2. Com relação à oração pseudorrelativa modalizadora
 - a) Que função sintática exerce mais frequentemente o pronome correferente ao antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora?

³ Tal problema abrange o aspecto sintático da investigação, conforme explicitaremos no capítulo 6.

⁴ Tal problema abrange o aspecto semântico da investigação.

⁵ Tal problema, junto com o seguinte, abrange o aspecto pragmático da investigação no que se refere o antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora.

- b) Qual o domínio modal do predicado (verbo) da oração pseudorrelativa modalizadora?⁶
- c) Qual a natureza semântico-pragmática da oração completiva?
- d) Qual o nível de integração entre: 1. o antecedente e a oração pseudorrelativa modalizadora? 2. a oração pseudorrelativa modalizadora e a oração nela encaixada? 3. a oração pseudorrelativa e a oração principal (onde se encontra o antecedente)? Para detalhar esse problema, formulamos as seguintes questões, com base em Lehmann (1985):
- e) Há pausa entre o antecedente e a oração pseudorrelativa modalizadora?
- f) Qual a estrutura morfossintática da oração completiva?
- g) Há compartilhamento de traços, tais como Modo e Tempo verbais, entre a oração pseudorrelativa modalizadora e a oração encaixada?
- h) A oração pseudorrelativa modalizadora e a oração encaixada se interligam por meio de conectivo?
- i) Qual a posição sintática da oração pseudorrelativa modalizadora em relação à oração principal? Ela se situa à margem ou dentro da oração principal?⁷

Essas questões ajudam-nos a compreender melhor a funcionalidade desse tipo de construção, que se apresenta como uma das opções de estratégias de relativização vigentes em Língua Portuguesa. Nossa análise, dessa forma, manifesta-se em função da ideia de que o falante de Língua Portuguesa dispõe de quatro, e não de três, estratégias de relativização: a padrão, a cortadora, a copiadora e a pseudorrelativa modalizadora⁸.

Outro interesse deste trabalho concentra-se, especificamente, no operador “que”, visto que os dados que serviram de análise para a pesquisa de mestrado mostraram que esse termo, nessas orações, assume, a princípio, duas funções: uma *função referencial* (referir-se a um termo antecedente); assim como uma *função de conector* (introduzir uma proposição modal marcando a subordinação, ou seja, desempenha a mesma função de conjunção integrante ou

⁶ Tal problema, junto com o seguinte, abrange o aspecto semântico-pragmático da investigação no que se refere à oração pseudorrelativa modalizadora.

⁷ Todos esses problemas abrangem o aspecto sintático da investigação no que se refere à oração pseudorrelativa modalizadora propriamente.

⁸ Com a ressalva de que a oração pseudorrelativa modalizadora apresenta-se em contexto pragmático particular, não compondo com as demais uma variável, em termos da Sociolinguística Variacionista. A esse respeito, explanaremos mais detalhadamente nos capítulos que seguem.

complementador/complementizador⁹). Tal constatação nos faz crer que essa forma esteja em um processo de gramaticalização, já que uma das exigências envolvidas em tal processo é a perda de transparência e autonomia de uma forma (LEHMANN, 2002). Ademais, estudos funcionalistas recentes defendem o enfoque de que um item pode estar em processo de gramaticalização dentro do contexto de uma construção, logo, também podemos falar na gramaticalização do *que*, assim como observaram Silva e Lopes (2007), nesse contexto da oração pseudorrelativa modalizadora. Em sendo assim, podemos apontar a gramaticalização desse item observando a construção linguística das orações pseudorrelativas modalizadoras, isto é, dentro do contexto dessa construção, tal como já foi discutido para as demais construções relativas (cortadora e copiadora).

Procuramos desenvolver uma investigação mais aprofundada que contemplasse tanto o caráter sincrônico/contemporâneo da língua quanto o diacrônico¹⁰. A investigação diacrônica fez-se importante porque nos propiciou averiguar que fatores contribuíram para o surgimento dessa construção, ou melhor, com o exame linguístico diacrônico, tivemos indícios que puderam responder as seguintes perguntas:

- a) Como a oração pseudorrelativa modalizadora se desenvolveu em nossa língua portuguesa?
- b) A partir de que indícios podemos reconhecer a origem das construções pseudorrelativas modalizadoras?
- c) Esse tipo de construção é recente/contemporânea ou já teríamos ocorrência dela em um estado anterior da Língua Portuguesa?

Nossa hipótese manifestava-se a favor de que a oração pseudorrelativa modalizadora originar-se-ia da variante cortadora, já que esta, pela análise de Tarallo (1983), constitui a forma inovadora de relativização em português brasileiro. Ancorando-se nessa constatação, nossa suposição estabelecia que, diacronicamente, a trajetória histórica das estratégias de relativização em Língua Portuguesa¹¹, em foco, a variante brasileira, era:

⁹ Essa terminologia é, sobretudo, adotada pela visão gerativista. Uma descrição dessa abordagem será feita no *Capítulo 3 – A Oração Relativa: contribuições de algumas pesquisas*.

¹⁰ Para atingir essa finalidade, resolvemos constituir um *corpus* de ocorrências para esta pesquisa a partir de bancos de dados disponíveis. A caracterização detalhada desse *corpus* será feita no *Capítulo 5 – Metodologia*.

¹¹ Como exemplos característicos de cada estratégia, podemos ter – (5) a (8) registradas por Tarallo e (9) registrada por nós:

- (5) João trouxe o aluno a quem eu dei nota 10. (Variante padrão)
- (6) João trouxe o aluno que eu vi. (Variante com lacuna)
- (7) João trouxe o aluno que eu dei nota 10 a ele. (Variante resumptiva)

Variante Padrão > Variante com lacuna > Variante Resumptiva > Variante Cortadora >
Variante Pseudorrelativa Modalizadora

Figura 1: Nossa hipótese para a trajetória diacrônica das estratégias de relativização em PB

De acordo com a análise gerativa¹², as orações relativas resumptivas e as relativas cortadoras apresentam um elemento QU com a função de complementizador, e não de pronome relativo, como acontece com a estratégia padrão, que registra a ocorrência de pronome relativo. Tal constatação nos faz crer que, também na pseudorrelativa modalizadora, assim como acontece com as relativas já mencionadas, o QU assume essa função mais gramatical de complementizador, propagando, desta maneira, a recursividade dessa função. Entretanto, não podemos deixar de reconhecer também que ele ainda retoma semanticamente o termo anterior, já que é por meio dele que recuperamos semanticamente o termo apagado na oração completiva.

Apesar de se beneficiar do conhecimento de diferentes perspectivas e abordagens linguísticas acerca do fenômeno da relativização, esta pesquisa assume suporte linguístico funcionalista, motivo pelo qual faremos, a seguir, uma apresentação geral dos conceitos teórico-metodológicos das várias vertentes funcionalistas para operacionalizar a descrição e a análise dessa construção a qual denominamos *pseudorrelativa modalizadora*.

1.2 Suporte teórico da pesquisa

Esta pesquisa encontra-se embasada no Funcionalismo Linguístico. Por conta disso, apresentamos, a seguir, nosso referencial teórico, expondo seus principais fundamentos epistemológicos.

Tendo como princípios básicos a *noção de língua* como ferramenta que medeia a interação social, sendo funcional, dinâmica e sistemática; a *noção de função* como a relação entre uma forma e outra, entre uma forma e seu significado, entre uma forma e o contexto de interação; bem como a *noção de gramática* como uma teoria integrada ao uso, que seja capaz de descrever o processamento linguístico e fenômenos nas diversas línguas, apresentamos o suporte teórico que embasa esta pesquisa. Dentre a diversidade de abordagens funcionalistas (já que o funcionalismo caracteriza-se mais como um conjunto de propriedades e postulados

(8) João trouxe o aluno que eu dei nota 10. (Variante cortadora)

(9) João trouxe o aluno que eu pensei que tivesse desaparecido. (Variante pseudorrelativa modalizadora)

¹² A abordagem gerativa/gerativista a respeito das estratégias de relativização apresentar-se-á, conforme já dissemos, no Capítulo 3 deste trabalho.

básicos em comum do que propriamente uma corrente teórica), elegemos a Gramática Discursivo-Funcional, de Hengeveld e Mackenzie (2008), como teoria de base para a análise das categorias propostas para investigação nesta pesquisa¹³.

Mencionado o suporte teórico funcionalista, que embasa esta pesquisa, seguimos com a explanação dos objetivos e procedimentos metodológicos desenvolvidos para a investigação do fenômeno das orações pseudorrelativas modalizadoras.

1.3 Objetivos e procedimentos metodológicos

Visando a compreender essa construção que designamos de *oração pseudorrelativa modalizadora*, estabelecemos os seguintes objetivos, que integram os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos: 1. Com relação ao antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora - (i) identificar que função sintática exerce mais frequentemente o antecedente das orações pseudorrelativas modalizadoras no *corpus* e interpretar funcionalmente essa predominância; (ii) verificar a que categoria semântica do Nível Representacional pertence o antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora; (iii) verificar em que tipo de ilocução encontra-se o antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora; (iv) analisar qual o tipo de subato do antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora; 2. Com relação à oração pseudorrelativa modalizadora - (v) verificar que função sintática exerce mais frequentemente o termo correferente ao antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora; (vi) observar se há pausa entre o antecedente e a oração pseudorrelativa modalizadora; (vii) identificar como se apresenta morfologicamente o verbo da oração completa; (viii) verificar se há compartilhamento de traços entre a oração pseudorrelativa modalizadora e a oração encaixada, particularmente o Modo e o Tempo verbais da oração pseudorrelativa modalizadora e da oração encaixada; (ix) observar se a oração pseudorrelativa modalizadora e a oração encaixada se interligam por meio de conectivo; (x) examinar qual a posição sintática da oração pseudorrelativa modalizadora em relação à oração principal; (xi) analisar a que domínio modal pertence o predicado (verbo) da oração pseudorrelativa modalizadora; (xii) avaliar qual a natureza semântico-pragmática da Oração completa; (xiii) identificar a partir de que indícios podemos reconhecer a origem das construções pseudorrelativas modalizadoras; (xiv) investigar

¹³A Gramática Discursivo-Funcional será apresentada e caracterizada no capítulo 4, referente à Fundamentação Teórica.

se esse tipo de construção é recente/contemporânea ou se já teríamos ocorrência dela em um estado anterior de língua.

Para dar corpo a essa reflexão, decidimos constituir um *corpus* de ocorrências para esta pesquisa a partir de bancos de dados disponíveis. Com o intuito de proceder a uma discussão mais ampla possível do nosso objeto de investigação, organizamos um banco de registros do fenômeno em foco que contemplasse as modalidades oral e escrita da Língua Portuguesa, assim como abarcasse os estados de língua sincrônico/contemporâneo e histórico. Em sendo assim, nosso *corpus* de ocorrências é composto por dados de quatro *corpora* disponíveis em Língua Portuguesa, cuja caracterização será feita no *Capítulo V – Metodologia*.

Quanto à metodologia empregada, procedemos da seguinte forma:

- a) Constituição de um *corpus* de ocorrências, que abrange amostras sincrônica/contemporânea e diacrônica, assim como as modalidades oral e escrita da Língua Portuguesa;
- b) Análise quantitativa das ocorrências identificadas, usando, para isso, o programa computacional SPSS¹⁴;
- c) Análise qualitativa dos resultados obtidos com base em pressupostos funcionalistas.

Apresentados os objetivos e procedimentos metodológicos, passemos à organização geral do trabalho.

1.4 Organização geral do trabalho

Quanto à organização deste trabalho, informamos que ele se constitui de seis capítulos, dispostos da seguinte forma.

O capítulo I é esta Introdução, na qual constam a apresentação do fenômeno denominado aqui de orações pseudorrelativas modalizadoras, assim como os problemas elencados por nós a respeito desse objeto de pesquisa. Procedemos, também, à explanação do suporte teórico que embasa este trabalho, apontando os principais conceitos e ideias defendidos pelo Funcionalismo Linguístico. Por fim, especificamos os procedimentos metodológicos utilizados na composição do *corpus* e na análise dos dados encontrados.

¹⁴ **SPSS** é um *software* aplicativo (programa de computador) do tipo científico que inclui aplicação analítica, que tabula os dados em informações codificadas em frequências para análise.

No capítulo II, tratamos da descrição da oração relativa, também chamada de adjetiva, feita pelas diferentes abordagens gramaticais da Língua Portuguesa. Apresentamos a explanação da abordagem tradicional, assim como das abordagens heterogênea e estruturalista¹⁵, com o objetivo final de destacar as diferenças existentes entre esses três paradigmas gramaticais no que diz respeito ao tratamento desse tipo de oração.

Já no capítulo III, tratamos de algumas definições e análises das construções relativas à luz de diferentes modelos teóricos. Fazemos um levantamento bibliográfico fornecendo uma explanação do enfoque gerativista, do enfoque da Linguística Tipológica e do Funcionalismo, delineando algumas pesquisas a respeito das orações relativas, com o objetivo de evidenciar as diferenças teórico-metodológicas entre elas.

No capítulo IV, apresentamos, detalhadamente, a Fundamentação Teórica desta pesquisa. Apresentamos o paradigma funcionalista e a arquitetura da Gramática Discursivo-Funcional.

No capítulo V, está detalhada a Metodologia utilizada nesta investigação. Retomamos a caracterização das chamadas orações pseudorrelativas modalizadoras com o objetivo de apresentar os critérios de identificação das ocorrências do fenômeno em foco. Ademais, detalhamos como se deu a constituição de nosso *corpus*, abordando os parâmetros que serviram para análise das orações pseudorrelativas modalizadoras, apresentando, também, o programa utilizado na consecução das porcentagens e no cruzamento das variáveis por nós estabelecidas.

No capítulo VI, expomos e discutimos os resultados obtidos a partir de uma análise tanto quantitativa como qualitativa dos dados identificados nos textos que serviram para compor nosso *corpus* de ocorrências. Procuramos descrever e explicar esses dados com base na inter-relação entre os aspectos sintáticos, semânticos, pragmáticos e interacionais envolvidos no uso da oração pseudorrelativa modalizadora.

Por fim, no capítulo VII, fazemos as considerações finais relacionadas a esta pesquisa.

¹⁵ Denominamos como heterogênea a abordagem de Bechara (1999) porque, ainda que defenda uma visão tradicional de gramática, este autor insere uma perspectiva linguística sobre o fenômeno. Portanto, entenda-se *heterogênea* como *mista*. E como estruturalista, a abordagem de alguns gramáticos, como Macambira (1970), Vilela (1995), Perini (2007) e Borba (2008), que apresentam seus estudos com base na corrente teórica linguística do Estruturalismo.

2 A ORAÇÃO RELATIVA NAS GRAMÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

O objetivo deste capítulo é apresentar a descrição da oração relativa (adjetiva) feita pelas diferentes abordagens gramaticais de Língua Portuguesa. Para isso, iniciamos com a explanação do enfoque tradicional no que se refere ao tratamento dado à relativização em Língua Portuguesa. Em seguida, apresentamos as abordagens heterogênea e estruturalista, com o objetivo final de destacar as diferenças existentes entre esses três paradigmas gramaticais no que diz respeito ao tratamento desse tipo de oração¹⁶.

2.1 A abordagem tradicional

A denominação de **gramática normativa** dá-se às obras que buscam ditar, ou prescrever, as regras gramaticais de uma língua, posicionando as suas prescrições como a única "forma correta" de realização da língua, o que culmina na categorização das outras formas possíveis como "erradas". Frequentemente, as gramáticas normativas baseiam-se nos dialetos de prestígio de uma comunidade linguística e condenam, especificamente, as formas adotadas por grupos socioeconômicos mais baixos. Assim sendo, o que encontra registro numa gramática tradicional é a forma considerada mais culta numa comunidade de fala¹⁷.

Segundo Bechara (1999, p. 52), “A gramática normativa recomenda como se deve falar e escrever segundo o uso e a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos”. Em sendo assim, não é uma disciplina com objetivos científicos, mas pedagógicos, cuja finalidade encontra-se em elencar os fatos recomendados como modelos de exemplo a serem seguidos.

Afirma-se que o estudo formal da gramática se tenha iniciado com os gregos, a partir de uma perspectiva filosófica, que buscava descobrir ou expor a estrutura interna da língua, o sistema de regras responsável pelo cálculo das condições de produção de sentido (cf. NEVES, 2002). Os gregos preocupavam-se, sobretudo, com a preservação de seu patrimônio literário. Com fins educativos, selecionavam e punham em exame as grandes obras do período

¹⁶ Optamos por agrupar a descrição que fazem as abordagens tradicional, heterogênea e estruturalista em um capítulo; e as abordagens gerativa, da Linguística Tipológica e funcionalista em outro, para melhor apresentar o fenômeno e esmiuçar o máximo possível o que já foi discutido sobre ele. Neste capítulo 2, reunimos as abordagens mais propensas à proposta de gramáticas; ao passo que, no capítulo 3, organizamos as pesquisas de cunho mais descritivo.

¹⁷ Não se entenda “culto” como a variante mais usada pelos falantes considerados cultos, pois essa equivalência nem sempre é perfeita. Além do mais, não é objetivo deste trabalho iniciar essa discussão. Para “culto”, entenda-se simplesmente “variante mais prestigiada”.

helenístico, cuja linguagem era considerada modelo de pureza e correção, o padrão a ser preservado em oposição a uma língua “corrompida”, cheia de vícios e que devia ser ignorada. Dessa forma, o que chamavam de *gramática* servia para a interpretação e crítica de tais obras:

[...] a **téchne grammatiké** (*arte da gramática*)¹⁸, que é obra do período de confronto de culturas (do período helenístico), faz metalinguagem em função sociocultural. Dirige-se ao homem como cidadão que tem de falar a língua do modo mais belo possível, isto é, nos moldes consagrados pelas obras modelares de uma literatura que, então, se examina como algo terminado, algo que cabe restaurar, por imitação (*op.cit.*, p. 22).

Surgia, deste modo, a gramática como obra de exposição e imposição de uma língua-modelo que devia ser preservada, restaurada, ou seja, como obra para ensino e aprendizagem de modelos considerados sublimes, conduzindo, portanto, os comportamentos verbais.

Dionísio, o Trácio¹⁹, gramático grego, foi quem escreveu a chamada *Téchne Grammatiké* (*Arte da Gramática*), citada em Neves (2002), que serviu de modelo para a tradição gramatical do Ocidente. Editada pela primeira vez em 1715, de acordo com Neves²⁰, esta pequena obra é tratada como uma gramática descritiva com fins normativos, cuja preocupação centrava-se no estudo e sistematização da fonética e da morfologia do grego clássico, para que as chamadas “línguas bárbaras” não o poluíssem. A *Arte da Gramática*, conforme afirma Martins (2006), contém quinze páginas de edição comum e vinte e cinco seções em duas unidades básicas - a sentença (modelos de análise morfológica) e o vocábulo (sistema de classes de palavras), ficando, deste modo, sem apresentação a sintaxe. Somente no século II d.C., Apolônio Díscolo, também alexandrino, completará a gramática de Dionísio com o desenvolvimento da sintaxe e das primeiras noções de transitividade verbal no ocidente.

Muitas das denominações e das gramáticas gregas chegaram aos nossos dias e fazem parte da chamada *análise tradicional* da gramática de muitas línguas naturais. Esses princípios de “pureza” e “correção” da língua com base em modelos utilizados por literatos consagrados, por exemplo, ainda são difundidos em muitas gramáticas tradicionais de Língua Portuguesa.

¹⁸Grifos da autora.

¹⁹Na verdade, segundo Martins (2006), Dionísio não era trácio, era de Alexandria, portanto alexandrino. O apelido foi herança que o pai lhe deixou. Ele viveu entre 170 e 90 a.C.

²⁰NEVES, 2002, p. 51.

Em se tratando de oração relativa (*adjetiva*, em termos tradicionais), de uma forma geral, os gramáticos normativos discutem esse assunto na seção destinada à análise sintática, especificamente, no chamado *período composto*.

Para abordar a visão tradicional/normativa de gramática, no que se refere à explicação das orações relativas (adjetivas), exporemos o que nos trazem as gramáticas de Dias (1918), Ribeiro (1919), Pereira (1952) e Said Ali (1971), anteriores à NGB²¹, e de Cegalla (1980), Almeida (1985), Rocha Lima (1998) e Cunha e Cintra (2007), posteriores à NGB.

Dias (1918) apresenta que uma oração relativa pode ser:

- i. simplesmente qualificativa;
- ii. ou exprimir simultaneamente outra relação, como fim, consequência, causa, condição, concessão.

Como exemplo do primeiro tipo, temos:

- (10) Boca que sempre fala he bolsa sem cerraes.
(*Boca que sempre fala é bolsa sem fecho*)

E do segundo:

- (11) Põe-me em perpetuo e misero desterro, Na Scynthia fria ou lá na Luby
ardente, Onde em lagrimas viva eternamente²².
(*Põe-me em perpétuo e mísero desterro, Na Scynthia fria ou lá na Luby
ardente, Onde em lágrimas viva eternamente*)

No entanto, observa o gramático que há casos em que o pronome relativo *que* introduz uma cláusula adjetiva e, ao mesmo tempo, é membro de uma cláusula subsequente.

De acordo com ele:

Da mesma maneira que os pronomes e advérbios pronominais interrogativos, os pronomes e advérbios pronominais relativos podem introduzir, ao mesmo tempo, duas orações, uma subordinada à outra, dando o caráter de relativa à subordinante, mas pertencendo como sujeito ou determinação à subordinada (DIAS, *op.cit.*, p. 278).

²¹ Nomenclatura Gramatical Brasileira.

²² Exemplos fielmente copiados do autor e traduzidos, entre parênteses, em português atual.

Como exemplo, o autor nos mostra:

(12) Este é o livro que lhe aconselhei que comprasse.

O autor explica que o relativo *que* introduz a oração *que lhe aconselhei*, dando-lhe um caráter de adjetiva, e, ao mesmo tempo, exerce a função sintática de *objeto direto* da oração *que comprasse*. Ou seja, faz parte das duas orações. Ele afirma, ainda, que tal construção só é possível, em geral, quando a oração subordinada subsequente é uma substantiva. Este é o fenômeno que se investiga nesta pesquisa. Chamamos de pseudorrelativa, justamente, por ter esse “caráter de adjetiva”, mas, na verdade, não abrigar o “que” como um item que desempenha função sintática nela – característica das relativas padrão. Tal item introduz essa oração, mas desempenha função sintática na oração substantiva subsequente, portanto, pertencente a esta, e não à primeira. Essa sequência de orações, em que há uma substantiva subordinada a uma pseudorrelativa, introduzida pelo item “que”, parece ser um padrão recorrente. Como se pode ver, temos registro desse tipo de construção no início do século XX, como nos mostra o exemplo citado por Dias (1918), cuja ordenação permanece a mesma do exemplo citado por Bechara (1999), retomado aqui:

(4) Ali está o homem que eu pensei que tivesse desaparecido.

Da mesma forma como apresenta Dias, nossa pseudorrelativa “que eu pensei que tivesse desaparecido” é introduzida por um item “que” que não desempenha função sintática nela, mas na oração substantiva subordinada a ela, “que tivesse desaparecido”.

Ribeiro (1919, p. 512), por sua vez, apresenta as orações subordinadas adjetivas como *incidentes*, isso porque elas fazem parte de outra oração, seja ampliando ou restringindo alguns de seus termos, equivalendo-se, assim, a um prototípico adjetivo, cuja função é modificar um substantivo ou uma palavra com as mesmas funções dessa classe gramatical. Ademais, ele afirma que essas orações são proposições que conservam uma dependência gramatical, e não lógica, com a proposição a que estão subordinadas. Por conta disso, são denominadas “relativas”, pois, para terem seu sentido pleno, dependem gramaticalmente de outra oração.

De acordo com ele, esse tipo de oração divide-se em dois grupos: *ampliativas* ou *explicativas* e *restritivas* ou *determinativas*. A diferença entre elas é que as *ampliativas*

acrescentam informação ao sujeito, ampliando-o em toda a extensão, ao passo que as *determinativas* limitam-lhe a extensão. Além do mais, a *incidente ampliativa* pode separar-se da frase em que se encontra sem quebrar seu sentido e sem lhe alterar a verdade e o significado, peculiaridade que a *determinativa* não apresenta, pois, se isolada da frase, tanto quebra o sentido quanto altera a verdade da principal, conforme os exemplos²³:

- (13) Deus, [que é onipresente], é também bom e justo.
 ↓
 Deus é onipresente
- (14) O homem [que é sábio] respeita os direitos de seus semelhantes.
 ↓
 * O homem é sábio

Conforme a análise do gramático, não se pode afirmar, de maneira geral, que ‘o homem é sábio’, pois só um grupo de homens, aqueles que respeitam os direitos de seus semelhantes, é que são sábios, ou seja, houve uma limitação da extensão do sujeito, portanto, esta seria uma *incidente restritiva/determinativa*. Houve, além disso, uma alteração da verdade da oração principal, já que, isoladamente, a relativa pressuporia que ‘todo homem é sábio’, contrariando o que informa a frase em que ela está inserida: ‘não é todo homem que é sábio, mas aquele que respeita os direitos de seus semelhantes’, como já dito, apenas um grupo deles. Já, com relação à frase anterior (13), o conteúdo pressuposto pela relativa é, de fato, constatado como verdadeiro num sentido não limitado, mas amplo, pois, o conceito de “onipresente” é estabelecido a “Deus” em toda sua extensão, visto que não é “uma parte de Deus que é onipresente”, mas ele como um todo, constituindo, destarte, uma *incidente ampliativa/explicativa*.

Outra peculiaridade das *incidentes ampliativas* refere-se, segundo o autor, à possibilidade de transformá-las em outras subordinadas pela substituição do relativo QUE por uma das conjunções causativas, a saber: *porque, como, visto que, etc.*; já com as *incidentes determinativas*, esse processo só tem êxito com a substituição do QUE pela conjunção condicional SE, pelo advérbio QUANDO ou por qualquer outra expressão, cuja finalidade seja reduzir, diminuir ou limitar a extensão do objeto a ser relativizado, conforme os exemplos:

23 Exemplos adaptados de Ribeiro (1919).

- (15) Deus, *como é onipresente*, é...
- (16) Deus, *porque é onipresente*, é...
- (17) O homem, *se é sábio*, respeita...
- (18) O homem, *quando é sábio*, respeita...

Os exemplos (15) e (16) caracterizam as incidentes ampliativas, ao passo que os exemplos (17) e (18), as incidentes determinativas²⁴.

Com relação aos pronomes relativos, Ribeiro (*ibid.*, p. 201), assim como outros gramáticos anteriores à NGB, denomina-os de *conjuntivos*, por atarem as orações, por servirem de conectivos às proposições, tornando-se parte delas. Dentre os relativos, já nessa época, percebia-se que o *que* é o que mais possui força conjuntiva, pelo fato de:

- i. não possuir flexão;
- ii. poder ter como antecedente pessoas ou coisas;
- iii. ser capaz de desempenhar qualquer função sintática.

Vejamos²⁵:

- (19) O homem, *que* é um ser racional, diferencia-se dos animais pela linguagem.
- (20) Os trabalhos *que* faço me dão prazer.
- (21) O filme *a que* fizera referência foi premiado.
- (22) A cidade *em que* moro é bastante tranquila.

Com relação às três propriedades elencadas anteriormente:

- i. para qualquer um desses casos, a forma *que* não apresenta flexão, diferentemente de *o qual* e *cujo*, que, para serem usados, deve-se obedecer à concordância nominal: *o qual, a qual, os quais, as quais; cujo, cuja, cujos, cujas*.

²⁴ Essa estratégia de substituição merece ser analisada mais detalhadamente, pois o simples fato de se trocarem os conectivos (pronomes relativos por conjunções, seja causativa ou condicional) acarreta mudança de sentido na frase. Além disso, note que, com a substituição, os dois exemplos trazem vírgula, o que, de algum modo, aproxima e não difere sintaticamente os dois tipos de adjetivas.

²⁵ Exemplos encontrados em Terra (2002, p. 284-285).

- ii. com relação ao antecedente, no exemplo (19), *que* refere-se a *O homem* (pessoa), ao passo que os exemplos (20), (21) e (22) apresentam, respectivamente, como antecedente de *que Os trabalhos, O filme e A cidade*(coisas).
- iii. com referência às funções sintáticas, no exemplo (19), temos o *que* como *sujeito* do verbo *ser*, enquanto, nos exemplos (20), (21) e (22), temos o *que* como *objeto direto, complemento nominal e adjunto adverbial*, respectivamente, diferentemente de *cujo*, por exemplo, que só pode exercer a função sintática de *adjunto adnominal*:

(23) O menino *cujo* pai é médico deverá seguir a carreira do pai.

Essa peculiaridade do *que* ser o item que apresenta mais força conjuntiva também é observada em Pereira (1952), ao afirmar que “casos há notáveis em que o pronome conjuntivo ou relativo *que*, servindo de ligação a uma cláusula adjetiva, é ao mesmo tempo membro de uma cláusula subsequente” (PEREIRA, 1952, p. 289), como nos mostra seu exemplo:

(24) São estas as leis *que* ele ordenou que fossem promulgadas.

De acordo com esse exemplo, o pronome relativo *que* introduz a oração subordinada *que ele ordenou*, e, ao mesmo tempo, é sujeito da oração subsequente *que fossem promulgadas*. Conforme já salientamos, é esse tipo de oração, semelhante ao do exemplo (24), que compõe o objeto de estudo deste trabalho.

Said Ali (1971), por sua vez, apresenta, no capítulo intitulado “Sintaxe”, o estudo das orações. Para ele, as orações fazem parte de uma estrutura maior, denominada *proposição*. Baseado em Hermann Paul, o autor define *proposição* como um fato que o falante deseja que o ouvinte saiba ou tome conhecimento, ou seja, o falante comunica um fato a alguém, quer tornar o outro conhecedor de algo que até então desconhecia. Não é necessário acrescentar a esta definição, segundo ele, coisas próprias do domínio da Lógica ou da Psicologia. Não lhe é essencial verificar rigorosamente o que se passa no intelecto dos indivíduos (interlocutores) como pontos de partida e chegada do pensamento, mas, sim, mostrar que um indivíduo transmite a outro o conhecimento de um fato por meio de uma combinação de palavras, ou seja, o olhar do investigador/gramático deve voltar-se para a forma linguística, e não para o modo como ocorre o processo de comunicação.

De acordo com o gramático, a proposição é basicamente composta de dois termos: *sujeito e predicado*, os quais ele chama de *essenciais*. Mas esses termos, muitas vezes, precisam de outros que lhes completem o sentido. E a estes últimos nomeia de *secundários*, que também podem vir acompanhados de outros termos que os individualizem ou lhes completem o sentido.

Os termos secundários nem sempre se expressam por meio de simples vocábulos, o que lhes ocasiona uma mudança, de modo que se desenvolvem em novas proposições. Estas passam a se chamar *secundárias, dependentes* ou *subordinadas*. Quando há orações secundárias, tem-se uma *oração composta*, que consiste na *oração principal* (a que contém o predicado representador do fato mais importante a ser comunicado) mais *oração (ou orações) secundária(s)*. As orações subordinadas, segundo o gramático, classificam-se em:

- ✓ *substantivas* – quando desempenham funções típicas dos substantivos (como sujeito ou complemento);
- ✓ *adjetivas ou relativas* – quando têm valor de determinante atributivo;
- ✓ e *adverbiais* – quando modificam o sentido do verbo, como o fazem os advérbios.

Sobre as orações relativas, Said Ali apenas comenta que tal estrutura surgiu da evolução do pronome demonstrativo anafórico para pronome relativo²⁶. Além disso, afirma que, aos termos *coordenação e subordinação*, a Linguística moderna prefere as expressões *parataxe e hipotaxe*. Mas o autor não se aprofunda em explicações que definam as diferenças entre elas.

Com relação à abordagem das gramáticas tradicionais posteriores à NGB, constatamos, de início, que tal fenômeno praticamente não é observado nem descrito, ou seja, essa peculiaridade que tem o pronome relativo *que* de poder encaixar uma oração - numa construção sintática perfeitamente gramatical, ou melhor, possível em Língua Portuguesa -, que apresenta uma outra oração subordinada como um de seus termos, e exercer função sintática somente na subordinada subsequente, deixa de ser ilustrada como um fenômeno observado em nossa língua²⁷.

²⁶No uso das orações relativas em *corpora* do português contemporâneo, observa-se uma perda crescente da transparência semântica desse pronome relativo. Nas chamadas relativas copadoras (com pronome-lembrete), das quais falaremos mais adiante, o pronome exerce, sobretudo, função conectiva.

²⁷À exceção de Bechara (1999), onde encontramos o exemplo que nos instigou a verificação. Entretanto, conforme expusemos na Introdução, designamos a obra de Bechara como uma *abordagem heterogênea*.

Cegalla (1980), por exemplo, semelhante ao que expõe Said Ali (1971), classifica as orações subordinadas, de acordo com seu valor ou função, em *substantivas*, *adjetivas* e *adverbiais*.

Sobre as orações adjetivas, ele aponta as seguintes características:

- ✓ são introduzidas, na maioria das vezes, por pronomes relativos e se referem a um termo antecedente, que pode ser um substantivo ou um pronome;
- ✓ são de dois tipos: as *explicativas* e as *restritivas*. As primeiras “explicam ou esclarecem, à maneira de aposto, o termo antecedente, atribuindo-lhe uma qualidade que lhe é inerente ou acrescentando-lhe uma informação” (CEGALLA, 1980, p. 264), enquanto que as restritivas “restringem ou limitam a significação do termo antecedente, sendo indispensáveis ao sentido da frase”²⁸.
- ✓ apresentam diferenciação também com relação à pausa: as explicativas são isoladas por pausas, ao passo que as restritivas não são.

Almeida (1985), por sua vez, afirma que uma oração subordinada é relativa, ou adjetiva, quando, em relação à principal, equivale a um adjetivo. Em sua gramática, subdividem-se também, à semelhança de Cegalla, em *explicativas* e *restritivas*.

Ainda segundo Almeida, as relativas explicativas indicam uma qualidade inerente ao substantivo antecedente, podendo, por isso, ser eliminadas sem causar prejuízo ao sentido geral da oração. Já as relativas restritivas expressam sentido accidental, e não podem ser suprimidas, visto que isto causaria prejuízo ao sentido geral da oração.

Com os exemplos seguintes, o gramático ilustra, respectivamente, as relativas explicativas e restritivas:

(25) O homem, *que é mortal*, passa rápido sobre a terra.

(26) O homem *que é justo* deixa na terra memória abençoada.

Além do fato de serem ou não suprimidas sem causar prejuízo ao entendimento geral da oração, Almeida observa outras diferenças entre esses tipos de orações relativas: a entoação e a pontuação. Segundo ele:

²⁸CEGALLA, 1980, p. 264.

Enquanto as explicativas vêm entre vírgulas e se proferem com certa acentuação enfática, as restritivas não se põem entre vírgulas e se proferem sem nenhum acento enfático.

Quer no meio, quer no fim do período, as adjetivas não vêm separadas por vírgula quando são restritivas: ‘O homem que esteve aqui ontem virá outra vez amanhã’.

Quando simplesmente explicativa, como se em lugar do pronome estivesse redigido ‘saiba-se que ele’, ‘todos sabem que ele’, a vírgula se torna necessária: ‘Meu pai, que esteve aqui ontem, virá outra vez amanhã’. A explicativa dá certa informação que não é essencial ao sentido do que está sendo declarado na principal; é como se fosse um parêntese, cuja ausência não viria sacrificar a compreensão do que se afirma na principal (ALMEIDA, 1985, p. 527).

Como se pode observar, o gramático baseia sua análise nos critérios formais “poder ou não ser suprimida sem causar prejuízo ao entendimento da oração principal” e “vir ou não entre pausas, entre vírgulas”.

Rocha Lima (1998) começa a análise das adjetivas afirmando que funcionam como adjunto adnominal. Subordinam-se a qualquer termo da oração anterior, cujo núcleo seja substantivo, ou equivalente de substantivo. Por exemplo:

(27) A água é um líquido *que não tem cor*.

(28) A água é *incolor*.

Segundo ele, as adjetivas permitem que juntemos ao substantivo características mais complexas, para as quais não existem, muitas vezes, adjetivos simples (léxicos). Quando desenvolvidas, são encabeçadas pelos pronomes *que, o qual, quem, cujo, quanto*; ou pelos advérbios relativos *onde, quando e como*, por intermédio dos quais se prendem a um substantivo, ou pronome da oração anterior, chamado *antecedente*.

Assim como os outros autores pesquisados, classifica-as em *restritivas* e *explicativas*. As primeiras delimitam o antecedente, com o qual formam um todo significativo; em razão disso não podem ser suprimidas, sob pena de a oração principal ficar prejudicada em sua compreensão; ao passo que as explicativas são termos adicionais, que encerram simples esclarecimentos ou pormenores do antecedente, razão pela qual são dispensáveis para a compreensão do conjunto. Por exemplo:

(29) Os pecadores *que se arrependem* alcançam o perdão de Deus.

Como explicação, o autor afirma que, por não serem todos os pecadores que alcançam o perdão, mas os arrependidos, a oração relativa em (28) faz-se necessária, juntamente

com seu antecedente; opostamente, a oração destacada em (29) nos dá uma informação suplementar acerca do antecedente, não apresentando nenhuma interferência no entendimento da declaração principal, que subsiste sozinha:

- (30) *Vozes d'África, que é um poemeto épico*, representa um alto momento da poesia brasileira.

Dessa forma, segundo o gramático, as explicativas são termos adicionais, que encerram simples esclarecimentos ou pormenores do antecedente, razão pela qual são dispensáveis para a compreensão do conjunto.

Dando continuidade à nossa revisão da literatura em gramáticas tradicionais, apontamos que Cunha e Cintra (2007) começam o estudo das orações fazendo a diferenciação entre *período simples* (quando constituído de uma só oração) e *período composto* (quando formado de duas ou mais orações), tal como o fazem todos os outros gramáticos.

Sobre as orações relativas (ou *adjetivas*, em seus termos), os autores afirmam que podem referir-se a qualquer termo da oração, desde que o núcleo seja um substantivo ou um pronome.

Classificam-se em *restritivas* e *explicativas* conforme o sentido que manifestem:

As restritivas, como o nome indica, restringem, limitam, precisam a significação do substantivo (ou pronome) antecedente. São, por conseguinte, indispensáveis ao sentido da frase; e, como se ligam ao antecedente sem pausa, dele não se separam, na escrita, por vírgula [...]

As explicativas acrescentam ao antecedente uma qualidade acessória, isto é, esclarecem melhor a sua significação, à semelhança de um aposto. Mas, por isso mesmo, não são indispensáveis ao sentido *essencial*²⁹ da frase. Na fala, separam-se do antecedente por uma pausa, indicada na escrita por vírgula (CUNHA E CINTRA, 2007, p. 618).

Os exemplos (31) e (32) ilustram, respectivamente, os dois tipos de orações adjetivas:

- (31) És um dos raros homens *que têm o mundo nas mãos*.

- (32) Eu, *que não tenho nenhuma certeza*, sou mais certo ou menos certo?

²⁹ Grifo dos autores.

Pelas explicações dos autores, a oração *que têm o mundo nas mãos* restringe o significado de *homem*; é indispensável ao sentido da frase, portanto, não pode ser suprimida. Diferente é a oração *que não tenho nenhuma certeza*, pois apenas acrescenta uma informação, “uma qualidade acessória” ao seu antecedente, no caso, *eu*, que tipicamente tem um nível de informatividade maior que o do antecedente da oração anteriormente analisada. Por isso, diz-se que esse tipo de oração relativa é acessória, não indispensável ao sentido da frase.

Uma incoerência dessa análise podemos perceber: se a oração adjetiva (ou relativa) restritiva é essencial ao sentido da frase, ou seja, não pode ser suprimida, senão se compromete a significação, a compreensão da frase, porque incluí-la no grupo das orações acessórias, já que “chamam-se acessórios os termos que se juntam a um nome ou a um verbo para precisar-lhes o significado”? Os gramáticos justificam: “Embora tragam um dado novo à oração, não são eles indispensáveis ao entendimento do enunciado” (CUNHA E CINTRA, *op.cit.*, p. 163). Então, são essenciais ou acessórias? O fato de a supressão da adjetiva restritiva não derivar uma construção sintática agramatical não significa que o “entendimento” dessa construção com ou sem a oração adjetiva seja o mesmo.

Como se pode observar, os gramáticos tradicionais consultados, em geral, fundamentam sua descrição da oração relativa em alguns critérios:

- a) aspectos sintáticos - como, por exemplo, a dependência sintática; e aspectos semânticos – valor de adjetivo ou determinante;
- b) subdivisão em *explicativas* e *restritivas* conforme natureza da informação que veiculam;
- c) e interesse no pronome relativo que encabeça as orações adjetivas.

Dos gramáticos consultados, Dias (1918) e Pereira (1952) apresentam um fenômeno que não se observa nas gramáticas contemporâneas explicitadas: os casos em que o pronome relativo não exerce função sintática na oração relativa, servindo de ligação entre esse tipo de oração e a oração substantiva subsequente, assim como entre esse tipo de oração e o nome que o antecede. E é sobre esse tipo de construção que se desenvolve este trabalho.

2.2 A abordagem heterogênea³⁰

³⁰ Denominamos a abordagem de Bechara como heterogênea, conforme já explicamos na Introdução, porque, ainda que defenda uma abordagem tradicional de gramática, este autor insere uma visão linguística sobre o fenômeno.

Bechara (1999, p. 465) começa a análise das orações adjetivas, ou *de relativo* (em seus termos), fazendo a equivalência entre o adjetivo e uma oração adjetiva. Por exemplo³¹:

- (33) O aluno *estudioso* vence na vida.
 (34) O aluno *que estuda* vence na vida.

No primeiro exemplo, tem-se o adjetivo *estudioso* e, no segundo, a oração *que estuda* representando tal adjetivo, razão pela qual se chama *adjetiva*. Ainda afirma Bechara que essa representação é possível porque adjetivo e oração adjetiva são equivalentes tanto semântica quanto sintaticamente. Segundo ele:

a oração independente ‘O aluno estuda’, mediante o transpositor *que*, representado pelo pronome relativo, transpõe a oração independente a funcionar, num nível inferior, como adjunto adnominal do substantivo *aluno*, tal qual fazia o adjetivo *estudioso* da oração básica *O aluno estudioso vence na vida*. Daí dizer-se que a oração transposta *que estuda* é *subordinada adjetiva* (BECHARA, 1999, p. 465, grifo do autor).

Em seguida, continua a análise dividindo as orações adjetivas em *explicativas* e *restritivas* (como fazem os outros gramáticos consultados). Exemplificando cada caso, então temos:

- (35) O homem, que vinha a cavalo, parou defronte da igreja.

Em oposição a:

- (36) O homem que vinha a cavalo parou defronte da igreja.

A diferença entre esses dois tipos de oração baseia-se em duas peculiaridades, segundo Bechara:

- i. a marca de pausa (em geral, indicada na escrita pelo uso de vírgulas): *a adjetiva explicativa* aparece marcada por pausa; ao passo que *a restritiva*, não;
- ii. a possibilidade de ser ou não dispensada sem causar prejuízo à mensagem que se está veiculando: *a explicativa* pode ser dispensada porque não modifica a

³¹Exemplos do próprio autor.

referência do antecedente, é um mero apêndice sobre ele; ao passo que a *restritiva*, por limitar ou restringir o ser sobre o qual se fala, não pode ser dispensada, pois causaria prejuízo à informação veiculada na mensagem.

Dessa forma, temos, em (35), um exemplo de *oração adjetiva explicativa*, já que a oração “que vinha a cavalo”, por estar entre vírgulas, denuncia que, na narração, só havia um homem. Sendo assim, essa oração aponta apenas uma informação adicional, podendo, desta maneira, ser dispensada sem prejuízo:

(37) O homem parou defronte da igreja.

Já no exemplo (36), temos uma *oração adjetiva restritiva*, pois, por não se separar, através de pausa, do antecedente, demonstra que, na narração, havia mais de um homem, mas se estava referindo somente àquele “que vinha a cavalo”, ou seja, porque mantém essa relação de restrição com seu antecedente, tal oração não pode ser dispensada, visto que causaria prejuízo na informação veiculada.

Continuando sua explanação sobre as adjetivas, Bechara dá explicações e exemplos de orações que são originariamente substantivas, mas que deveriam estar no grupo das adjetivas; é o que ele nomeia de “adjetivação de oração originariamente substantiva” (BECHARA, 1999, p.467), como é o caso das *completivas nominais*³². Segundo ele, essas orações deveriam ser incluídas entre as adjetivas porque são modificadores de seus núcleos nominais e funcionalmente têm natureza adjetiva. Como é o caso de:

(38) O desejo *de que se apurem os fatos* é a maior preocupação dos diretores.

A oração em destaque funciona, segundo o gramático, como modificador do núcleo nominal “desejo”.

Essa posição parece ignorar uma questão ancestral na Linguística – a diferença entre constituintes obrigatórios (complementos) e facultativos (adjuntos)³³. As orações *completivas*

³² Essa sugestão contraria a NGB, que apresenta a *completiva nominal* como um tipo de *substantiva*.

³³ De um modo geral, as gramáticas e teorias sintáticas distinguem *complemento* de *adjunto*. Existem itens lexicais (verbos, substantivos, adjetivos e advérbios) transitivos e intransitivos (com valência ou aivalentes). Os itens transitivos abrem em torno de si lugares que devem ser preenchidos por outros itens, que são os *complementos* ou *argumentos*. Entretanto, podem, também, estar acompanhados de constituintes que não são exigidos por sua semântica, ou seja, não fazem parte de sua valência, são os *adjuntos*.

nominais inserem-se no grupo dos *complementos*, portanto, *obrigatórios*; diferentemente do que acontece com as *adjetivas*, que são classificadas de *adjuntos*, logo, segundo a GT, *facultativas*. Além disso, para a tradição gramatical, a principal característica de uma oração adjetiva é a presença de um pronome relativo. Ainda que sejam também modificadores de um núcleo nominal, as completivas nominais são introduzidas por *conjunções integrantes*, tal como as substantivas; ao passo que as adjetivas trazem como seus introdutores *pronomes relativos*.

O contrário também é observado por Bechara (1999, p. 468), “substantivação de orações originariamente adjetivas”, em que se tem uma oração transposta adjetiva mediante o apagamento do antecedente dos pronomes relativos *quem* e *que* e, nesse último, a presença do artigo (o que), se o antecedente, pela situação de discurso, é conhecido dos interlocutores ou se lhe quer dar certo ar de generalização.

É o caso de:

(39) Não conheço *quem* chegou.

Nessa oração, tem-se o apagamento do antecedente do pronome relativo *quem*. Com isso, a oração *quem chegou* funciona como objeto direto do verbo *conhecer*. Colocando-se o antecedente na oração, ter-se-ia:

(40) Não conheço *a pessoa* que chegou.

Agora, a oração *que chegou* funciona como adjetiva, e não mais como substantiva.

Bechara diz que há outra possibilidade de análise, que consiste em desdobrar o *quem* em *aquele que* ou em *o que*. Em *o que*, pode-se identificar *o* como pronome demonstrativo antecedente, e *que*, como resultado da reinterpretação de *aquele que*. Como no exemplo já citado:

(39) Não conheço *quem* chegou.

Desdobrado em:

(39) a. Não conheço *aquele que* chegou.

Ou em:

b. Não conheço *os que* chegaram.

Todavia, segundo Bechara (1999), essa é uma forma de manipular a realidade, substituindo-a, às vezes, por expressões que nem sempre a ela correspondem. Essa conciliação forçada é um método condenável para o gramático, que defende a análise a partir da realidade da língua.

Sobre o pronome relativo *que*, o gramático diz que, na oração subordinada, é ele o responsável pela transposição de orações adjetivas, razão pela qual o denomina de *transpositor relativo*; além disso, esse item reintroduz o antecedente a que se refere, acumulando também uma função sintática de acordo com a estrutura sintática da oração transposta. Retomando o exemplo (34), temos, nas palavras de Bechara (1999, p. 466):

(34) O aluno *que estuda* vence na vida.

a oração *que estuda* vale por *o aluno estuda*, já que o pronome relativo é aí o representante do antecedente *aluno*. Analisando *o aluno estuda*, o sujeito explícito é *o aluno*, o que nos leva a verificar que o pronome em *que estuda* funciona como sujeito explícito do núcleo verbal *estuda*.

Finalizando sua análise referente às orações relativas, Bechara explica e exemplifica o que chama de “relativo universal” (p. 491), que é o uso do relativo destituído de qualquer função sintática, colocado como um simples elemento que transpõe orações. É o que acontece em exemplos como estes que ele traz:

(41) O homem *que eu falei com ele*.

(42) A amizade é coisa *que nem sempre sabemos seu significado*.

Segundo Bechara, nesses dois exemplos, tem-se o relativo *que* sem função sintática nas orações das quais faz parte, porém tal função é expressa logo mais adiante pelos termos *com ele* e *seu significado*.

Diferente é o que acontece com o fenômeno denominado por nós de *pseudorrelativa modalizadora*, que traz o pronome relativo sem função sintática, da mesma forma que os dois exemplos citados anteriormente, entretanto tal função não se expressa mais adiante, como o que ocorre nos exemplos (41) e (42). Retomando o exemplo do próprio Bechara, temos:

(4) Ali está o homem *que eu pensei que tivesse desaparecido*.

O pronome relativo *que* não exerce função sintática na oração adjetiva (ou relativa). Ele retoma o antecedente (*o homem*) e exerce a função sintática na oração substantiva subsequente *que tivesse desaparecido*.

Para o autor, esse tipo de uso é característico da linguagem coloquial e popular, que toma o relativo universal como um ‘elemento linguístico extremamente prático’ (p. 492), apesar de a língua padrão recomendar o “correto” emprego dos relativos, ou seja, o uso da variante padrão no lugar das não-padrão.

Essa mesma peculiaridade é observada em Kury (2011):

Em certas construções, o pronome *que* introdutor de uma oração adjetiva nela não exerce nenhuma função: vai exercê-la numa oração substantiva dela dependente: “Não faças a outrem [o *que* não queres] [que te façam].” O relativo da oração adjetiva *que não queres* é objeto direto de *façam*, verbo da oração objetiva direta *que te façam*. É um cruzamento sintático, não exclusivo do português (Cf., por exemplo, o francês “Ne fais à autrui ce que tu ne vaudrais pás qu’on te fit à toi-même.”), que nos mostra o entrelaçamento estreito das orações e o artificialismo da partição que delas se costuma fazer (KURY, 2011, p. 85).

Segundo o autor, tais exemplos devem-se chamar “orações complexas”.

Essa peculiaridade do *que* (exercer função sintática, não na oração em que se encontra, mas numa oração subsequente), a nosso ver, pode ser o que propiciou o ambiente perfeito para o surgimento da pseudorrelativa modalizadora, já que, nesta, o pronome também não exerce função sintática na oração em que se encontra, mas na que o sucede. Em outras palavras, acreditamos que, a partir dessa mobilidade do pronome relativo, é que se iniciou a gramaticalização do *que* como introdutor de oração relativa mesmo sem exercer função sintática nela, o que culminou no surgimento de orações pseudorrelativas modalizadoras.

2.3 A abordagem estruturalista

O termo *estruturalismo* tem origem no *Cours de linguistique générale*, publicado em 1916 como obra póstuma do linguista suíço Ferdinand de Saussure. O estruturalismo propunha-se abordar qualquer língua como sistema no qual cada um dos elementos só pode ser definido pelas relações de equivalência ou de oposição que mantém com os demais elementos. Esse conjunto de relações forma a *estrutura*.

As propostas de descrição estruturalista da Língua Portuguesa consultadas nesta pesquisa sobre as orações relativas foram as de Macambira (1970), Vilela (1995), Perini (2007) e Borba (2008).

Macambira (1970) inclui o estudo das orações adjetivas no capítulo destinado ao ‘Adjunto Adnominal’. Segundo ele, a *oração subordinada adjetiva* é, na verdade, adnominal, mas a tradição consagrou o termo *adjetiva*, que não pertence à sintaxe, e sim à morfologia (MACAMBIRA, 1970, p. 373).

Contudo, o autor faz uma pequena distinção: para as subordinadas introduzidas por um pronome relativo com antecedente expreso, conserva-se o nome tradicional de “oração adjetiva”; e, para as subordinadas introduzidas por relativo indefinido, ou seja, com antecedente não expreso, a oração deve ser classificada como *adnominal*.

Por exemplo, em:

(43) O amor é o *caminho que* nos conduz a Deus³⁴.

temos, segundo Macambira, uma oração adjetiva, pois o relativo *que* apresenta um antecedente expreso, no caso, *o caminho*.

Mas, no exemplo (44):

(44) O coração de *quem* ama tem o calor do paraíso.

a oração adjetiva constitui uma *oração adnominal*, já que o pronome relativo *quem* não tem antecedente expreso; em seus termos, é um *relativo indefinido*.

Para que esta oração seja uma adjetiva, é necessário transformar o relativo indefinido em pronome relativo. Então, de acordo com Macambira, a oração tornar-se-ia esta:

(44) a. O coração *daquele que* ama tem o calor do paraíso.

Em (44a), o relativo *que* apresenta um antecedente expreso, *aquele*.

Vilela (1995) divide sua gramática em três partes: gramática *da palavra*, gramática *da frase* e gramática *de texto*.

³⁴Os exemplos deste subtópico foram fornecidos pelos respectivos autores.

O estudo da oração relativa encontra-se na gramática da frase. Por *frase*, Vilela entende a descrição de um estado-de-coisas³⁵ transformada, num texto, em enunciado; e este, por sua vez, é a concretização, numa determinada situação, de uma unidade comunicativa realizada por um falante (ou escrevente).

As *frases relativas*, propriamente ditas, caracterizam grupos ou classes de indivíduos por meio de descrições de estados-de-coisas. São encabeçadas por pronomes ou advérbios relativos, que desempenham função sintática na frase subordinada e retomam semanticamente um elemento da frase de referência.

Compreendem duas subclasses:

- i. A *frase explicativa*, apositiva ou não-restritiva – que fornece, em relação ao antecedente, uma informação suplementar, não necessária, podendo, portanto, ser suprimida sem comprometer ou alterar semanticamente a compreensão do todo complexo. Caracteriza-se por estar separada da frase subordinante mediante uma pausa, como se observa nos exemplos:

(45) Estas férias, *que eu passei na montanha*, foram as melhores que tive até hoje.

(46) Lisboa, *que é uma cidade cheia de luz*, é muito visitada por turistas.

- ii. A *frase atributiva restritiva* – que fornece características que delimitam o termo antecedente com relação a outros pertencentes à mesma categoria. Faz-se necessária para a compreensão de todo o complexo, uma vez que não fornece informações suplementares, mas, sim, essenciais em relação ao antecedente. Ademais, segue-se à palavra antecedente sem qualquer pausa, como no exemplo:

(47) Apenas vê aquele *que quer ver*.

Em outras palavras, no exemplo (47), afirma-se que não são todos os que veem, apenas os que querem, ou melhor, dentre todos, apenas os que querem é que veem.

³⁵Nos termos de Dik (1997a), *estado-de-coisas (EC)* consiste numa concepção, uma interpretação linguística de algo que pode ocorrer em algum mundo (real ou imaginário).

Além de apresentar os tipos de orações relativas, Vilela aponta algumas características que lhes são peculiares, como, por exemplo, a função sintática que exerce o pronome relativo em relação à frase à qual pertence. De acordo com ele, a função sintática do relativo depende exclusivamente do verbo da frase em que se encontra. Por exemplo, na frase (47), anteriormente citada, o pronome relativo *que* exerce a função sintática de *sujeito* do verbo *querer*.

Outra característica das orações relativas apontada pelo gramático refere-se ao tempo e ao modo dos verbos de tais orações. Nas restritivas, emprega-se o indicativo ou o subjuntivo dependendo da avaliação que o falante faz do estado-de-coisas. Desse modo, “com o indicativo exprime-se que há, pelo menos, um indivíduo para o qual a caracterização indicada é válida, e, com o subjuntivo, o falante exprime a sua incerteza acerca da existência” (VILELA, 1995, p. 298), como podemos verificar nos exemplos:

(48) Procuro um homem que *fala* português.

É diferente de:

(49) Procuro um homem que *fale* português.

Em contrapartida, nas relativas não-restritivas, como se trata de informações suplementares, adicionais, presume-se que se fale de algo real (ou considerado como tal). Nesse caso, o modo verbal usado em tais construções é o indicativo, como podemos observar nos exemplos:

(50) O meu amigo, que *é* muito conhecido e estimado, anda de viagem.

(51) Então este ano, em que *choveu* tanto, não vai faltar água no Porto.

Perini (2007), assim como Macambira, também critica a nomenclatura adotada pela tradição gramatical em relação às orações relativas. Para ele, a oração relativa é um tipo de construção que funciona sempre como *modificador externo* e pertence à classe dos sintagmas adjetivos. (PERINI, 2007, p. 151).

Um sintagma nominal (SN)³⁶, nos termos de Perini, é dividido em duas porções: tem-se a *área esquerda*, que compreende os elementos que precedem o núcleo; e a *área direita*, composta do núcleo mais os elementos que o seguem. São funções da área esquerda: *determinante, possessivo, reforço, quantificador, pré-núcleo externo, pré-núcleo interno e numerador*³⁷. E são funções da área direita: *núcleo do SN, modificador interno (ModI) e modificador externo (ModE)*. O autor nos dá o exemplo a seguir para ilustração:

(52) um ataque cardíaco fulminante

Classificando os termos, segundo Perini, temos:

Na área esquerda:

Determinante - *um*

Na área direita:

Núcleo do SN – *ataque*

Modificador interno (ModI) – *cardíaco*

Modificador externo (ModE) – *fulminante*

O SN, portanto, compreende dois termos que sucedem o núcleo: o ModI e o ModE, nessa ordem. Este último pode também vir realizado por um *sintagma complexo*, no caso, um *sintagma adjetivo*, como no exemplo a seguir:

(53) O urso *que me mordeu* era branco.

A função de sujeito dessa frase é preenchida pelo SN *o urso que me mordeu*, no qual está inclusa a oração subordinada *que me mordeu*, que tem como sujeito o pronome relativo *que*. Por esse motivo, o sujeito dessa frase é um tipo de sintagma ao qual Perini nomeia de *construção relativa*.

³⁶SN é uma categoria sintagmática, entendendo-se o sintagma como “qualquer construção, em qualquer nível, resultante da articulação de unidades menores” (CARONE, 2002, p. 8), ou seja, é uma categoria superior construída com base nas categorias lexicais. Assim como o SN (Sintagma Nominal), tem-se também o SV (Sintagma Verbal), o SAdj (Sintagma Adjetival), o SP (Sintagma Preposicional) e o SAdv (Sintagma Adverbial).

³⁷Não serão mais detalhadas as funções da área esquerda, pois o que interessa aqui é a outra área, a da direita. Para um maior aprofundamento, consultar Perini (2007).

A construção relativa apresenta as seguintes características:

- ✓ presença de um relativo, precedido, às vezes, de uma preposição;
- ✓ presença de uma estrutura oracional aparentemente incompleta, logo após o relativo;
- ✓ articulação de um *elemento nominal* (parte de um SN) + o relativo + a estrutura oracional mencionada, formando uma sequência que é um SN.

O autor diz que a oração é apenas aparentemente incompleta, porque o relativo desempenha uma função dentro da oração subordinada; logo, podemos analisar *que* como sujeito de *me mordeu*.

O relativo se posiciona sempre no início da oração subordinada, independentemente da função que desempenhe. Ele se interpreta como correferente do elemento nominal que o precede, como ilustra o exemplo (54):

(54) A garota a quem eu dei meu relógio não quer saber de mim.

O relativo *quem* mostra que o enunciador deu o relógio à mesma garota que o despreza.

Tradicionalmente, distinguem-se as orações relativas em dois tipos: *explicativas* e *restritivas*, como já explicamos no item 1.1, mas Perini prefere designá-las, respectivamente, pelos nomes *apositiva* e *não-apositiva*. Segundo o autor, os nomes utilizados pela tradição são inspirados em propriedades semânticas, e ele não acha interessante confundir-se o aspecto sintático com o aspecto semântico. Os exemplos (55) e (56) ilustram, respectivamente, os dois tipos de relativas, segundo Perini.

(55) O urso, *que fugiu*, era branco.

(56) O urso *que fugiu* era branco.

Em (55), tem-se, segundo o autor, uma *apositiva* e, em (56), uma *não-apositiva*, porque só as apositivas se separam por vírgula do resto da frase, ou seja, apresentam pausa³⁸.

³⁸ No entanto, alguns pesquisadores discordam de tal classificação. Nogueira (2008) trata das indeterminações de fronteira entre a oração adjetiva explicativa e a construção apositiva.

Borba (2008, p. 195) define, por sua vez, a relativização como um processo que “consiste na anteposição de um operador anulando-se os constituintes idênticos para o encaixe das frases”, como os exemplos a seguir³⁹:

- (57) a. Vi a mulher na praça.
b. A mulher era caolha.

Fazendo uso da relativização, insere-se uma oração na outra, anulando-se os constituintes idênticos, quer dizer, o objeto a ser relativizado é anulado, aparecendo somente uma vez:

- (58) a. Vi a mulher [que + a mulher era caolha] na praça >
'Vi a mulher que era caolha na praça.'
b. A mulher [que + vi a mulher na praça] era caolha >
'A mulher que vi na praça era caolha.'

Segundo o autor, esse mecanismo traz alguns problemas:

1. se o verbo for acompanhado de preposição, esta antecederá o operador, distanciando-se, desse modo, do verbo, o que ocasiona, no registro coloquial, a sua omissão, conforme os exemplos:

- (59) a. Pirelli é um pneu *em* que você pode confiar.
b. Pirelli é um pneu que você pode confiar.

2. com relação ao valor semântico dessas orações, como já explicitamos, com base em vários autores, inclusive tradicionais, as orações relativizadas referem-se a um termo da oração principal com o objetivo de restringi-lo ou explicitá-lo, por isso a classificação em *restritivas* e *adjetivas*. No entanto, Borba adverte que nem sempre essas orações são exclusivamente de um ou de outro tipo, já que elas se diferenciam não só sintática e semanticamente, mas também prosodicamente, e aí entra um fator que até o momento não fora abordado por nenhum dos autores pesquisados: o fator pragmático. Muitas vezes a

³⁹ Exemplos do próprio autor.

interpretação depende do momento da fala, ou seja, é uma questão fonológica aliada à pragmática.

É diferente analisar um exemplo como:

(60) Iracema, que é um romance, foi escrito por Alencar.

De um como:

(61) O pajé curou os índios que estavam doentes.

O exemplo (60) apresenta exclusivamente uma adjetiva explicativa, pois, conforme Borba, a ideia expressa “constitui uma nota ou traço constitutivo do valor semântico total do núcleo” (BORBA, 2008, p. 196), quer dizer, “ser romance” é um traço constitutivo de “Iracema”.

Já o exemplo (61) é ambíguo, de acordo com o autor, porque pode ser lido tanto como uma explicativa quanto como uma restritiva, a depender do contexto e do efeito de sentido autorizado pelo momento de fala: se se quer produzir a interpretação de que “estar doente” é um traço constitutivo dos referentes designados por “os índios”, ou seja, “todos os índios estavam doentes”, então, a pausa prosódica e a vírgula são indispensáveis; do contrário, se a interpretação almejada é a de que “alguns índios estavam doentes” ou “nem todos os índios estavam doentes”, o não uso da pausa e da vírgula se faz indispensável, já que “os traços semânticos expressos pelas restritivas não fazem parte dos traços do núcleo” (BORBA, 2008, p.196).

Essa observação de Borba, a nosso ver, é muito importante, já que, tal como ele, para nós, esses três componentes (sintaxe, semântica e pragmática) são imbricados de tal forma que uma análise que rejeita um ou outro componente não é satisfatória, e, se há uma separação entre eles, esta é puramente metodológica, pois, acreditamos, que o funcionamento comunicativo da linguagem se dá por meio de uma organização estruturada sintaticamente, incluindo uma descrição semântica, as duas dentro de uma teoria interacional, ou seja, pragmática.

Podemos concluir que os gramáticos estruturalistas pesquisados apresentam alguns pontos em comum: criticam o tratamento tradicional no que diz respeito:

- ✓ ao corte que a gramática tradicional faz entre a estrutura relativa e o todo complexo por não reconhecer, na oração, uma organização hierárquica;
- ✓ e à mescla de aspectos sintáticos e semânticos.

Em se tratando das orações relativas, os estruturalistas optam por assemelhar a estrutura relativa à apositiva: quando se separam por vírgula do restante da frase, são apositivas; quando não se separam, são não-apositivas.

2.4 Síntese conclusiva

Neste capítulo, nosso objetivo foi apresentar como o processo de relativização é descrito pelas abordagens gramaticais tradicional, heterogênea e estruturalista. Constatamos que cada uma delas lança um “olhar” diferente sobre o mesmo objeto de análise – a língua. Consequentemente, manifestam explicações distintas sobre o fenômeno em apreço – o processo de relativização em Língua Portuguesa.

A *abordagem tradicional* preocupa-se em propor um modelo de língua, um manual com regras de “bom uso” que deve ser seguido pelos falantes de uma língua. Assim, consideram como “corretas” as formas linguísticas realizadas pelos falantes ditos “cultos”, desprezando, conseqüentemente, qualquer forma que não esteja inserida nesse modelo de “língua culta/padrão”. Pela abordagem tradicional, o processo de relativização em Língua Portuguesa ocorre por meio de duas possibilidades, de dois tipos de orações relativas (adjetivas, em seus termos): por *orações adjetivas explicativas* ou por *orações adjetivas restritivas*. A caracterização de cada tipo baseia-se em dois critérios:

- i. *pausa* entre a oração relativa e seu antecedente– quando há pausa, a oração é adjetiva explicativa; ao passo que, se não há pausa, é adjetiva restritiva;
- ii. *possibilidade de supressão* da oração relativa (sem o prejuízo da interpretação do todo complexo): se há a possibilidade de supressão, a oração é adjetiva explicativa; caso contrário, define-se como adjetiva restritiva.

Com relação às possibilidades de ocorrência, a tradição gramatical preza sempre pelas regência e concordância verbal ou nominal. Em sendo assim, qualquer estrutura sintática que não obedeça às regências e às concordâncias verbal ou nominal são desaprovadas pela tradição, de modo que as orações adjetivas, explicativas ou restritivas, devem apresentar-se

sempre satisfazendo, principalmente, a regência do verbo que a organiza. Por conseguinte, se o termo da oração relativa tem uma preposição em seu arranjo sintático, esta deve constituir, juntamente com o pronome relativo, um termo sintático da oração. Quando isso não acontece, a estrutura resultante não condiz com o modelo de língua recomendado pela tradição. Desse modo, o que chamamos de oração pseudorrelativa modalizadora não seria descrito nessas gramáticas como um uso recomendado, à exceção de Dias (1918) e de Pereira (1952), que registram o tipo de fenômeno que nos instigou a investigação. Em tais gramáticas, essa construção é mencionada como possível e legitimamente registrada. Surgiu-nos, então, um questionamento: por que os gramáticos posteriores à NGB negligenciam essa possibilidade de ocorrência para o fenômeno da relativização?

Bechara (1999), representando o que classificamos como *abordagem heterogênea*, também registra, em sua gramática, o tipo de construção investigada nesta pesquisa. Segundo ele, essa construção é “não-analisável” do ponto de vista da sintaxe tradicional, porém é perfeitamente “correta” e “coerente”.

Por fim, a *abordagem estruturalista* procura explorar o *sistema*, a *estrutura interna* de uma determinada língua, expondo que combinações são gramaticalmente possíveis nessa língua particular. Assim procedendo, critica o tratamento tradicional no que se refere à análise das orações relativas, por argumentar que a tradição gramatical confunde aspectos sintáticos e semânticos. De acordo com essa abordagem, as orações relativas são classificadas em *apositivas* (que seriam as *explicativas*, em termos tradicionais) e *não-apositivas* (que seriam as *restritivas*, em termos tradicionais). Parece-nos que as orações pseudorrelativas modalizadoras, nesses termos, não seriam passíveis de classificação, pois, como veremos no capítulo de análise, elas tanto são produtivas em estruturas que apresentam pausa entre elas e seu antecedente, como em estruturas que não apresentam pausa.

Com isso, quisemos mostrar que tais abordagens explanadas neste capítulo não contemplam o fenômeno proposto para observação nesta pesquisa. À exceção de Dias (1918), Pereira (1952) e Bechara (1999), ele sequer é mencionado, o que enfatiza a negligência de descrição dessa estrutura em gramáticas de Língua Portuguesa. Em virtude disso, nossa proposta de descrição desse fenômeno faz-se importante, pois, além de apresentar o fenômeno designado de oração pseudorrelativa modalizadora como mais um subtipo de relativa, procedemos a uma análise quantitativa, que o descreve em vários níveis, investigando, deste modo, os aspectos linguísticos e extralinguísticos que tendenciam o uso de orações desse tipo.

3 A ORAÇÃO RELATIVA: CONTRIBUIÇÕES DE ALGUMAS PESQUISAS

O objetivo deste capítulo é apresentar algumas abordagens específicas das construções relativas à luz de diferentes modelos teóricos. Iniciamos esse levantamento bibliográfico com a explanação do enfoque gerativista, que envolve pesquisas cuja orientação segue dois modelos teóricos distintos: o modelo transformacional e o modelo *raising*. Em seguida, apresentamos o enfoque da Linguística Tipológica, que tem como principal trabalho o estudo de Keenan e Comrie (1977). Por fim, delineamos algumas pesquisas sobre as orações relativas sob o enfoque funcionalista.

3.1 O enfoque gerativista

O Gerativismo é uma teoria da linguagem desenvolvida por Noam Chomsky e seus seguidores, que descreve as línguas humanas por meio de gramáticas. Segundo os gerativistas, as línguas naturais são definidas como sistemas regidos por regras, determinados, ao menos parcialmente, por estados da mente (cérebro). Os diferentes modelos dessa teoria buscam descrever e explicar os fatos linguísticos, por isso, sua questão fundamental é a determinação das regras que regem os enunciados. Em sendo assim, os gerativistas estão mais interessados no que as línguas têm em comum, preocupam-se mais em pesquisar as propriedades universais da linguagem. Além disso, para eles, uma pesquisa científica da linguagem deve priorizar a busca pelas razões que levam um falante nativo a produzir determinada forma, quer dizer, deve-se procurar revelar o sistema de regras e arranjos permitidos na “língua-I”⁴⁰.

Desde os primeiros estudos gerativistas, muitas pesquisas foram feitas tendo como objeto as cláusulas relativas, buscando estabelecer o modelo teórico mais apropriado que explicasse estruturalmente o processo de relativização. Essas pesquisas têm como orientação dois modelos distintos, segundo Kenedy (2002):

- O **modelo transformacional** (também denominado de tradicional): é a tendência majoritária nas pesquisas gerativas no que concerne aos processos de relativização;
- O **modelo *raising***: aprimorado na década de 90 por Kayne (1994).

⁴⁰ Segundo Chomsky (1994), *Língua-I* é a representação interna da competência sintática do falante em oposição à *Língua-E*, que é o objeto gramatical externo, observável.

Resumidamente, essas pesquisas gerativistas giram em torno de comprovar se há ou não movimento do elemento QU (*WH-movement*)⁴¹; e se o “que” pode ser considerado pronome relativo em todos os tipos de cláusulas relativas, ou se, em algumas, ele é somente complementizador⁴².

É sobre esses dois modelos que as subseções seguintes discorrem.

3.1.1 O Modelo Tradicional

As pesquisas com base no **modelo tradicional** defendem que a estruturação das orações relativas envolve apagamento, no interior da cláusula, de uma expressão nominal exatamente idêntica àquela que é alvo da relativização. Haveria, então, dois NPs, um dentro da cláusula, que seria apagado, e outro fora dela. Além disso, o processo de relativização seria realizado através da adjunção de uma cláusula relativa a um NP (fora dela) a ser relativizado, conforme o esquema a seguir⁴³:

(62) [NP[NP ALVO]_i [CP QU_i [IP ... t_i]]]

Em PB:

[NP[NP O homem]_i [CP que_i [IP João convidou t_i]]]

Portanto, o modelo tradicional baseia-se em três hipóteses fundamentais:

- i. O alvo da relativização é um NP;
- ii. O NP relativizado não faz parte da estrutura da cláusula relativa (CP), e vice-versa;
- iii. A operação que relaciona NP e CP é a adjunção⁴⁴, conforme o esquema⁴⁵:

⁴¹ As teorias gerativistas, em geral, para a análise de orações relativas, partem do pressuposto de que tais construções são o resultado de sucessivas transformações nas estruturas geradas na base (Estruturas profundas, doravante, *Estruturas-P*). Tais transformações envolvem dois tipos de procedimentos: *Movimento* e/ou *Apagamento*, no caso, do elemento QU, ou seja, esse item sofreria, durante as transformações, ou movimento ou apagamento do seu lugar de origem.

⁴² *Complementizador* é uma categoria linguística caracterizada como subordinante principal da língua, destituído de qualquer função referencial.

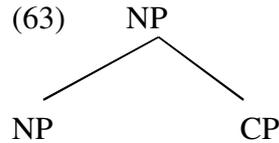
⁴³ Um parêntese para explicar as abreviações adotadas pela teoria gerativa:

NP – *Noun Phrase* (em português, Sintagma Nominal); CP – *Complementizer Phrase* (Sintagma Complementizador); IP – *Inflectional Phrase* (Sintagma Flexional); PP – *Prepositional Phrase* (Sintagma Preposicional).

Decidimos não traduzir e adaptar, no corpo do texto, as notações para o português.

⁴⁴ Por **adjunção** entende-se o processo pelo qual uma estrutura é apenas adicionada à outra, colocada próximo.

⁴⁵ Esquema ilustrado em Kenedy (2002, p.21).



Como exemplos dessa vertente de trabalhos à luz do modelo tradicional da gramática gerativa, temos as pesquisas de Tarallo (1983) e Kato (1996), para quem o processo de relativização no PB não envolve ou quase não envolve aplicação da regra de Movimento.

3.1.1.1 A Abordagem de Tarallo

Em seu consagrado estudo sobre os processos de relativização no Português Brasileiro (PB), Tarallo (1983) constatou a existência de três tipos diferentes de orações relativas presentes na fala de sujeitos da área urbana da cidade de São Paulo, uma padrão e duas não-padrão:

a) *Relativa padrão*: apresenta uma lacuna e nem sempre envolve um constituinte preposicionado⁴⁶, conforme os exemplos⁴⁷:

(64) [O doce que eu vi \emptyset].

(65) [O doce de que mais gosto \emptyset].

b) *Relativa Resumptiva* (com pronome lembrete): a lacuna é preenchida por uma forma pronominal e envolve constituintes preposicionados ou não, conforme os exemplos:

(66) [O doce que eu vi ele].

(67) [O doce que mais gosto dele].

⁴⁶ Na verdade, em relação a essa variante com lacuna, Tarallo observou que há duas estratégias disponíveis para os usuários de língua portuguesa: uma envolvendo constituintes não preposicionados – a que ele chamou de **variante com lacuna** (exemplo (64)) – em oposição à estratégia que envolve constituintes preposicionados – a que ele chamou de *pied-piping* (exemplo (65)), também denominada de padrão). A variante *pied-piping*, segundo a pesquisa dele, não aparece na fala, o que o levou a não distinguir esses dois tipos, portanto, com relação à variante padrão, entenda-se a com lacuna e a *pied-piping*.

⁴⁷ Todos os exemplos dessa seção foram baseados em Souza (2007).

c) *Relativa cortadora*: apresenta lacuna e envolve somente constituintes preposicionados, como o seguinte:

(68) [O doce que mais gosto \emptyset].

Embora as duas estratégias não-padrão não sejam reconhecidas pela tradição gramatical, o que verificamos é que a estratégia cortadora, apesar de ser a mais recente das três, pois, como observou Tarallo, começa a aparecer na variante brasileira na metade do século XIX, é muito frequente no discurso oral dos falantes, mesmo os mais escolarizados, o que parece confirmar a existência de uma mudança em curso.

Analisando cada uma das estratégias não-padrão, o autor enumera fatores sintáticos e semânticos, na tentativa de formular hipóteses que relacionem o mecanismo de relativização ao processo de mudança linguística, a saber:

- a) Sobre a relativa copiadora: favorecem o uso desse tipo de oração os seguintes fatores:
- i. distância entre o SN relativizado e a oração relativa;
 - ii. o tipo de relativa: a restritiva favorece a ocorrência do pronome-lembrete;
 - iii. os traços semânticos [+humano], [+singular] e [+definido] favorecem a cópia;
 - iv. a função sintática de Sujeito favorece a cópia mais que a de Objeto Direto;
 - e
 - v. a posição da relativa: se ela sucede a matriz, mais provável é o aparecimento do pronome-lembrete.

De acordo com suas palavras:

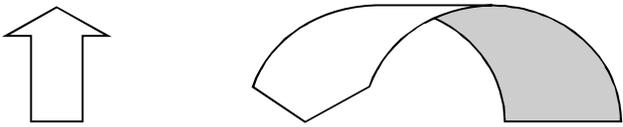
[...] os pronomes-lembrete tendem a ocorrer quando o falante supostamente perde a trilha do processamento sintático, i. é, quando essa adquire uma configuração tão anti-natural [...] que o falante recorre à retenção pronominal para restaurar a sintaxe. [...] a retenção pronominal transforma aquela estrutura complicada novamente em uma estrutura sintática normal, e o marcador de relativização que torna-se mero indicador de que outra oração independente será processada (TARALLO, 1983, p. 101).

- b) Sobre a relativa cortadora: o fator determinante que favorece o emprego desse tipo de oração em relação à copiadora é que esta é estigmatizada socialmente. Porém, o alto índice de ocorrência da cortadora data do século XIX, período em que, segundo o autor, uma regra de apagamento surge no sistema linguístico

ocasionado por uma mudança no sistema pronominal: começava a ocorrer mais retenção pronominal (realização do pronome-lembrete) na posição de Sujeito enquanto decrescia a retenção nas posições de Objeto Direto e Sintagmas Preposicionais (o que anteriormente era condenado pelas prescrições gramaticais). Isso favoreceu o desaparecimento de clíticos do PB (TARALLO, *Ibid.*, p. 42).

A hipótese de Tarallo é que, com exceção da relativa padrão preposicionada (*pied-piping*), as demais não envolvem Movimento de constituinte, ou seja, as variantes não-padrão da Língua Portuguesa se constituem por meio do Apagamento do sintagma nominal (NP) relativizado e da preposição (P) que o acompanha, quando constituinte preposicionado. Tarallo é adepto da hipótese transformacional, segundo a qual, “uma cláusula relativa é gerada a partir de uma não relativa subjacente, base da derivação da *D-structure* (estrutura profunda) para a *S-structure* (estrutura superficial)” (KENEDY, 2002, p. 23).

Dessa forma, para a **relativa padrão preposicionada**, o processo ocorre da seguinte forma:

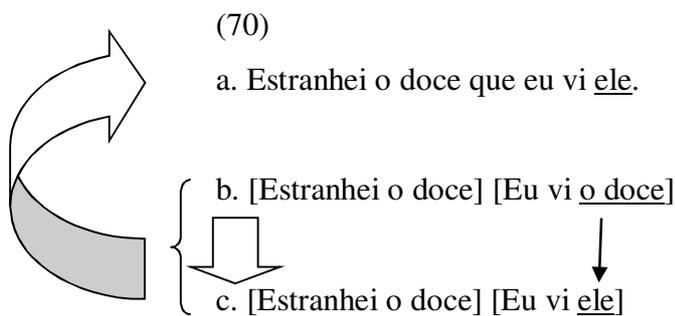
- (69) a. Comprei o doce de que mais gosto \emptyset .
- 
- b. [Comprei o doce]. [Eu gosto mais do doce].

Conforme o autor, a relativa em (a) seria gerada por meio de uma sequência de transformações a partir de estruturas não relativas representadas em (b). O sintagma “do doce” é, primeiramente, transformado em pronome relativo e, posteriormente, movido para o início da relativa, deixando um traço \emptyset - também chamado de *vestígio*. Para essa estratégia, o modelo transformacional sustenta que há, na estrutura de base da relativização (exemplificada em (b)), dois NPs idênticos:

- 1 NP alvo da relativização (fora da cláusula): [Comprei o doce]
- 1 NP como argumento interno subcategorizado pelo verbo da oração relativa (dentro da cláusula): [Eu gosto mais do doce]

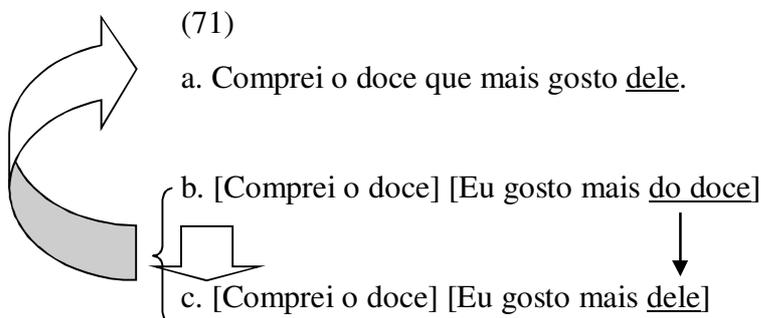
Na transformação da estrutura profunda para a de superfície, o NP subcategorizado pelo verbo da relativa move-se para o início da cláusula, antes transformado em pronome relativo, já que há uma correferência entre antecedente e sintagma-QU. Quer dizer, a expressão nominal repetida dentro da cláusula relativa seria transformada num pronome relativo, este, depois, movido para o início da cláusula.

Com relação às relativas não-padrão, o processo também ocorre via transformações, conforme o exemplo com as **relativas resumptivas**:



Também a relativa em (70a) seria gerada por meio de uma sequência de transformações a partir de estruturas não relativas representadas em (70b) e (70c). Da mesma forma, sustenta-se que há dois NPs, porém, o processo agora não se faz via movimento de sintagma, mas por apagamento do NP, deixando *in situ* um pronome pessoal correferencial ao NP apagado e a ser relativizado.

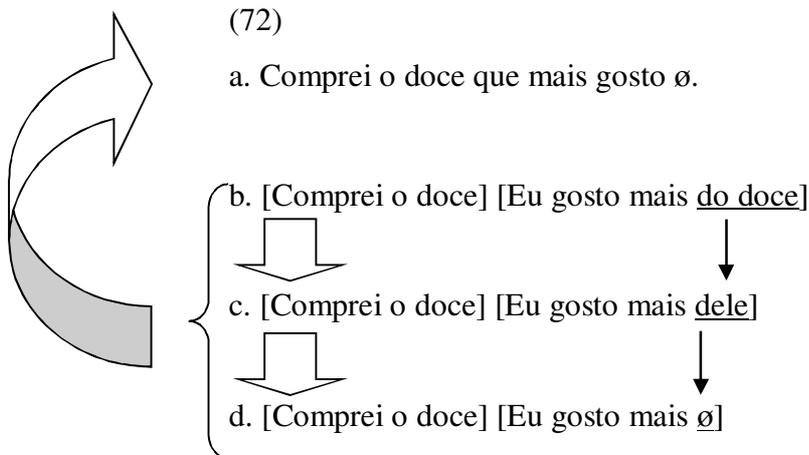
O mesmo acontece com os constituintes preposicionados:



Há dois NPs, um é apagado, deixando *in situ* um pronome correferencial. Essa substituição ocasionou uma neutralização do pronome relativo “que”, que passa a ser considerado como complementizador, pois o índice correferencial permanece *in situ*, “ele”, no exemplo (70), e “dele”, no exemplo (71), destituindo totalmente o “que” de

(co)referencialidade. Portanto, segundo Tarallo, o “que”, nesses casos, não pode ser considerado como pronome relativo. Ainda afirma ele que essa estratégia estimulou os falantes/ouvintes a deixarem vazia a posição PP, o que gerou o aparecimento da relativa cortadora.

Sobre as **relativas cortadoras**, pode-se dizer que o processo também é praticamente o mesmo, com exceção da não realização fonética do pronome correferencial, conforme o exemplo a seguir:



Da mesma forma, a relativa em (72a) seria gerada por meio de uma sequência de transformações a partir de estruturas não relativas representadas em (72b), (72c) e (72d). Novamente, sustenta-se que há dois NPs e que o processo também não se faz via movimento de sintagma, mas por apagamento do pronome resumptivo/lembrete e, conseqüentemente, também da preposição que o acompanha, deixando uma lacuna correferencial ao NP apagado e relativizado.

Resumindo, Tarallo (1983) defende a hipótese de que há dois modelos gramaticais de relativização no português brasileiro (PB) coloquial: um com movimento, o *padrão*, e outro sem movimento e com apagamento do NP relativizado e da preposição, o *não-padrão*. Em outras palavras, as relativas não-padrão da Língua Portuguesa, no que se refere à variante brasileira (PB), decorrem de processos de apagamento do NP em sua posição de origem (dentro da cláusula relativa), melhor dizendo, a única estratégia que apresenta movimento de NP é a estratégia padrão preposicionada, na qual o elemento QU realmente é caracterizado como pronome relativo, pois são evidentes os traços compartilhados entre ambos, o principal deles é o movimento da preposição junto com o elemento QU. Nas demais estratégias, não há

movimento, mas apagamento do NP, deixando *in situ* um pronome lembrete (relativa resumptiva) ou uma lacuna - ocasionada pelo apagamento desse pronome lembrete – (relativa cortadora). Em ambas, o elemento QU é visto como Complementador/Complementizador, já que não compartilha com os NPs apagados nenhum traço correferencial.

Pelo fato de as estratégias não-padrão não decorrerem de movimento, não são susceptíveis às restrições que governam as relativas padrão, tais como as restrições de ilhas sintáticas⁴⁸.

Ross (1967) observou que o movimento de elementos QU não se fazia possível a partir de certas configurações ou restrições, como a *Restrição sobre o SN Complexo*⁴⁹, que diz respeito às configurações em que se extrai um elemento de dentro de uma oração relativa ou de uma oração completiva nominal.

Chomsky (1973) aprofunda-se na investigação dessas restrições de ilha e postula que o movimento se limita ao número de nódulos que pode ser atravessado durante a extração do constituinte – o que ele chamou de *Condição de Subjacência*. Esses nódulos são conhecidos como *nódulos-fronteira ou limite*. De acordo com tal princípio, o movimento de um constituinte por *Mover α* não pode atravessar mais do que um nó-fronteira⁵⁰. Assim sendo, os exemplos a seguir são decorrentes de movimento, tornando-se gramaticais, porque obedecem a essa restrição de ilha (atravessam apenas um nó-fronteira). Quando não se obedece, tornam-se agramaticais ou não são decorrentes de *Mover α* :

- (73)⁵¹ a. [CP Who_i did [IP he see t_i last week]]?
 ‘Quem ele viu na semana passada?’
 b. [CP Who_i did [IP Poirot claim [CP that [IP he saw t_i last week]]]]?
 ‘Quem Poirot alegou que viu na semana passada?’
 c. *[CP Who_i did [IP Poirot make [NP the claim [CP that [IP he saw t_i last week]]]]]?

⁴⁸As restrições de ilha, objeto de investigação recorrente na gramática gerativa, cuja primeira descrição sistemática foi empreendida por Ross (1967), retratam determinadas configurações estruturais a partir das quais a extração de elementos não resulta em estruturas gramaticais. Esse fenômeno trata particularmente do movimento de elementos QU para a formação de interrogativas.

⁴⁹Além dessa, Ross postulou outras duas restrições que limitam o Movimento de elementos QU na formação de construções gramaticais de uma língua, a saber: **Restrição sobre Estruturas Coordenadas** e **Restrição sobre Sujeito Sentencial**. Segundo sua investigação, estruturas cujo movimento não obedece a essas restrições resultam em estruturas agramaticais. Como não fazem parte do escopo deste trabalho, limitamo-nos a explicar apenas a **Restrição sobre o SN Complexo**, visto que esta tem relação com o que estamos investigando. Entende-se como *SN Complexo* um SN cujo núcleo apresenta um complemento sentencial.

⁵⁰Entenda-se por *nó* qualquer Sintagma Flexionado e qualquer Sintagma Nominal.

⁵¹Esses exemplos foram extraídos de Bastos (2008, p. 78).

?‘Quem Poirot fez a alegação de que ele viu na semana passada?’

Como explicação para a agramaticalidade de (73c), o autor alega que o elemento QU é extraído de dentro de um SN Complexo (*the claim that he saw t_i last week*), o que não é permitido, já que não se autoriza movimento de constituinte a partir de SN Complexo – *Restrição do SN Complexo*. Nos termos de Chomsky, o item (73c) é agramatical porque viola o princípio da *Condição de Subjacência*, visto que ultrapassa mais de um nó-fronteira (no caso, ultrapassa um NP e um IP).

Seguindo esse raciocínio, Tarallo afirma que as relativas não-padrão em LP não decorrem de movimento justamente porque violam esses dois princípios, entretanto, são construções bem formadas em LP, ou seja, não se tornam agramaticais, reforçando, mais uma vez, o fato de que não são decorrentes de movimento. Para ilustrar essa reflexão de que as relativas não-padrão não se sujeitam a esse tipo de restrição, o autor apresenta os seguintes exemplos (TARALLO, 1983, p. 17):

- (74) a. *O homem que eu acredito no fato de que Maria viu (t_i), veio me visitar.*
 b. *O homem que eu sei quando Maria viu (t_i), é meu primo.*

Tais exemplos assemelham-se às construções que denominamos *pseudorrelativas modalizadoras*. Em seus termos, portanto, essas construções não seriam derivadas de movimento, pois violam a *Restrição sobre o SN Complexo* – “o fato de que Maria viu o homem” -, nos termos de Ross, assim como também infringem a *Condição de Subjacência*, nos termos de Chomsky, ao ultrapassarem mais de um nó-fronteira – um NP e um IP. Justifica-se, assim, a interpretação do autor de que tais construções, assim como as outras relativas não-padrão, provêm de apagamento, e não de movimento.

3.1.1.2 A abordagem de Kato

As pesquisas de Kato (1996) e Kato *et al.* (1996), mesmo apoiadas nos estudos de Tarallo, propõem uma análise alternativa e um pouco diferente. A autora reconhece os três tipos de relativização apresentados por Tarallo, porém mantém o estatuto de pronome relativo para o elemento QU. Além disso, afirma que o processo de relativização em PB seria o mesmo nas três estratégias, por meio de *Regras de Movimento*, inclusive nos constituintes preposicionados,

ou seja, há sempre a ligação do pronome relativo QU com a sua variável na lacuna (posição vazia) deixada pelo deslocamento (KATO, 1996, p. 227).

A justificativa da autora é que ela considera o PB uma língua com proeminência de tópico⁵², o que significa que as sentenças de base incluem a posição adjacente de tópico, conforme o exemplo⁵³:

(75) [TOP Umas pessoas_i, [IP a gente tem mais intimidade (∅) /com elas_i]]

Como, no processo de topicalização, o termo topicalizado não costuma levar consigo a preposição, isso explica porque, na relativização, a preposição não é deslocada junto com o NP que foi movido. Em outros termos, os critérios de que há movimento em todos os tipos de relativização e de que o elemento QU é pronome relativo justificam-se, pois, nos processos de topicalização, o termo movido, geralmente, não leva a preposição, conforme em⁵⁴:

(76) a. Essa casa bate muito sol.

Em oposição a:

b. Nessa casa bate muito sol.

Por conseguinte, na relativização, aconteceria o mesmo:

(77) a. As pessoas *que* a gente tem mais intimidade.

b. As pessoas *que* a gente tem mais intimidade *com elas*.

Em oposição a:

c. As pessoas *com quem* a gente tem mais intimidade.

No movimento, por conta da proeminência de tópico, a preposição se perde. Há uma elipse ocorrida no caminho para a FF (Forma Fonética), mas que continua a existir na FL (Forma Lógica).

Resumindo a análise de Kato (1996), todas as estratégias de relativização acontecem via movimento de QU, este sendo considerado, em todas, como pronome relativo,

⁵² Posição contestada por Dik (1997b), conforme veremos na seção 3.3.2. *A abordagem de Dik*.

⁵³ Exemplo de Souza (2007, p. 59).

⁵⁴ Exemplo de Souza (2007, p. 96).

já que, por ser o português uma língua com proeminência de tópico, a preposição, geralmente, não acompanha o NP movido/topicalizado, gerando uma lacuna nas relativas não-padrão. Essa lacuna é uma elipse na FF, no entanto, que permanece presente na FL. Em outras palavras, Kato trata o processo de relativização como a apresentação de um tópico discursivo sobre o qual a oração relativa apresenta uma espécie de comentário. Por isso, para ela, a oração relativa é um adjunto do nome, em relação ao qual exerce a função de *modificador*, razão pela qual constitui a categoria sintagmática CP (*Complementizer Phrase*). Ademais, afirma a autora que a relativização ocorre por meio de LD⁵⁵ do pronome relativo (único *Move* envolvido), deslocamento este que constitui uma posição sintática de adjunção da cláusula relativa ao NP relativizado. Esse deslocamento evidencia que o elemento deslocado apresenta a mesma forma, independentemente da posição do elemento correferente e da função sintática que este exerce dentro da sentença. Em suas palavras:

Quando um elemento preposicionado na sentença tem um correferente na posição de DE, este aparece sem preposição, isto é, a forma do Top [tópico] é a mesma para quando seu correferente é o sujeito, o objeto ou um elemento oblíquo (KATO *et al.*, 1996, p. 307).

Por isso, os exemplos seguintes são possíveis em Língua Portuguesa:

(78) a. Tem uma pessoa **que_i** [**t_i**[(**ela_i**) é minha amiga]

Que deriva de:

a1. **aquela pessoa_i**, **ela_i** é minha amiga.

Assim como:

b. Tem uma pessoa **que_i** [**t_i**[todo mundo adora (**ela_i**)]

Que deriva de:

b1. **aquela pessoa_i**, todo mundo adora **ela_i**.

E:

c. Tem uma pessoa **que_i** [**t_i** [todo mundo gosta (**dela_i**)]

Que deriva de:

c1. **aquela pessoa_i**, todo mundo gosta **dela_i**.

Pode-se dizer, com isso, que as pesquisas com orientação tradicional, que adotam o modelo transformacional, descrito no início desta seção, baseiam-se, principalmente, em duas possibilidades de análise, conforme resume Souza (2007):

⁵⁵*Left Deslocation* - Deslocamento à esquerda (DE).

- Analisar o “que” como conector, conseqüentemente, o termo ausente nas relativas não-padrão é o argumento inteiro (PP), por isso, não há movimento, mas apagamento desse argumento (posição de Tarallo (1983));
- Analisar o “que” como pronome relativo, conseqüentemente, o termo ausente é a preposição, então se considera haver movimento, porém sem a preposição, como acontece no processo de topicalização (posição de Kato (1996)).

Dessa forma, as possibilidades de análise são:

- a) mover o elemento QU;
- b) deixar o argumento *in situ* e optar entre:
 - i) mover e apagá-lo posteriormente, [...] classificando o elemento QU como um complementizador;
 - ii) apagá-lo, ou melhor, postular que este permaneça na posição de origem, mas sem a realização fonética, mantendo a classificação do elemento QU como um complementizador apenas (SOUZA, 2007, p. 98).

A posição de Souza (2007), como solução para esse impasse, é a de que o PB é uma língua de movimento, tanto quanto não é, ou seja, o parâmetro não é [+ mov QU] em oposição a [- mov QU], e sim, [\pm mov QU]. Significa dizer que essa marcação vem sendo realizada ora com traço positivo (+), ora com traço negativo (-), e as duas estratégias são possíveis em PB. Ela considera que o elemento QU não sofre o mesmo processo em todas as estratégias, portanto, quando o traço positivo (+) é marcado, o QU é considerado pronome relativo, conforme a análise da relativa padrão; quando o traço negativo (-) é realizado, o QU é apenas complementizador, como a análise das estratégias não-padrão.

3.1.2 O Modelo Raising

O **modelo raising** surgiu como uma alternativa à hipótese transformacional, e se baseia no alçamento da expressão nominal alvo da relativização, quer dizer, a relativização, em todas as estratégias, ocorre via movimento de constituinte, via alçamento.

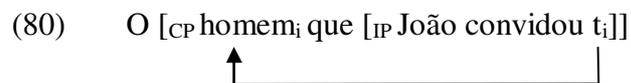
Segundo Kenedy (2002), o modelo *raising* foi estabelecido originalmente por Brame (1968), mas foi somente com o trabalho de Kayne (1994) que ele ganhou força entre as pesquisas gerativistas. Segundo essa vertente, “assume-se que o sintagma alvo da relativização é um constituinte da cláusula relativa (CP), alçado de sua posição de base, no domínio do IP⁵⁶, para a cabeça da relativa, isto é, para spec-CP” (KENEDY, 2002, p.39). Significa dizer que não

⁵⁶ IP – *Inflectional Phrase* (Sintagma Flexionado).

é somente afirmar que há alçamento⁵⁷, pois o próprio modelo tradicional, de alguma forma, assumia isso, mas *raising* significa alçamento do XP alvo da relativização. Ou seja, no modelo tradicional, quando havia movimento (relativa padrão), este era do pronome relativo, que seria o resultado da transformação do NP alvo da relativização, já no modelo *raising*, o alvo faz parte da cláusula relativa e é alçado para spec-CP (cabeça da relativa), conforme o modelo a seguir⁵⁸:



Exemplificando com o PB:



Por conta disso, alguns conceitos do modelo tradicional são confrontados:

1. A hipótese de que haveria dois NPs é substituída: não há dois NPs, mas um único XP que ocupa posições distintas no percurso da derivação;
2. O alvo da relativização é um NP, porém selecionado por um Determinante, portanto, generalizando, para o modelo *raising*, o alvo é um DP⁵⁹;
3. O NP alvo da relativização é um constituinte da cláusula relativa que foi alçado a spec-CP;
4. A relação entre NP e CP, aliás, entre DP e CP⁶⁰, não se dá por adjunção, mas por complementação.

Portanto, em outras palavras, a hipótese do modelo *raising* para as relativas restritivas é de que a cláusula relativa (S) é um constituinte do sintagma determinante (DP), relacionado ao seu núcleo (Art). As relativas caracterizam-se pela relação entre Art e S, porém Art não é o alvo da relativização, este continua sendo o NP presente no domínio de S, conforme o esquema⁶¹:

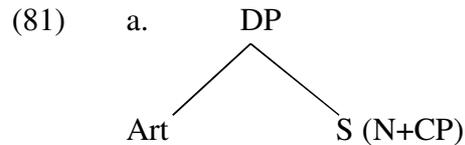
⁵⁷ Por *alçamento* entende-se o processo pelo qual um constituinte é elevado, alcançando uma posição de destaque dentro da cláusula.

⁵⁸ Exemplos de Kenedy (2002, p. 39)

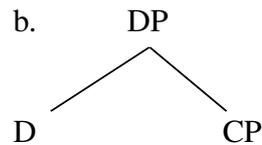
⁵⁹ DP – *Determiner Phrase* (Sintagma Determinante).

⁶⁰ Já que, por esse modelo, é o Determinante que seleciona um NP, este presente no domínio da cláusula relativa (CP).

⁶¹ Esse esquema é baseado na hipótese de Schachter (1973, apud Kenedy, 2002).



Ou melhor:



Isso significa que a relativização é descrita com base nas propriedades de seleção do Determinante (D) em relação à cláusula relativa (CP). Essas propriedades desenvolvem-se por meio de complementação, no âmbito do qual D é o núcleo e CP, o complemento, portanto a sintaxe é [D CP], e não [D NP], como afirma o modelo tradicional.

Outro ponto levantado também nesse modelo refere-se aos sintagmas preposicionados. Com relação a esses, Kenedy nos diz o seguinte:

Não obstante, deve-se ter em conta que tal DP alvo pode ser objeto de uma preposição, e, conseqüentemente, será dominado por um PP[PP[P[DP]]]. Esta é uma observação relevante para a caracterização do fenômeno *pied-piping*, pois, a princípio, quando dominado por um PP, o DP alvo da relativização poderá carregar consigo, no Movimento a spec-CP, o sintagma que o domina (PP). Logo, embora o alvo da relativização seja sempre DP, que contém a expressão nominal alvo da predicação, nem só DPs são alçados na relativização, também PPs podem o ser (KENEDY, 2002, p. 59).

Em vista disso, Kenedy sugere uma revisão da classificação tripartida clássica para as orações relativas. De acordo com ele, as análises de Tarallo (1983) e Kato (1996) não diferenciam os ambientes preposicionados dos não-preposicionados, o que gera algumas incongruências, já que as propriedades de um constituinte preposicionado não são as mesmas de um não-preposicionado, ou seja, há especificidades em cada um desses tipos de ambiente, por exemplo, quando selecionado por uma preposição, o pronome lembrete (resumptivo) não pode ser substituído por uma categoria vazia (\emptyset), concretizada por uma lacuna, pois, com isso, a construção seria agramatical:

(82) *Esse é o homem que eu falei *com* \emptyset .

Já se o pronome é selecionado sem preposição, a substituição é permitida:

(83) Esse é o homem que eu vi \emptyset .

Com a finalidade de abranger essas especificidades, a proposta de Kennedy é separar as estratégias em dois grupos:

- Quando o sintagma alvo é um DP, as possibilidades de relativização se concretizam por meio de duas estratégias:
 - ✓ Relativa padrão DP [o homem que eu vi \emptyset]
 - ✓ Relativa resumptiva DP [o homem_i que eu vi ele_i]

- Quando o alvo da relativização é um PP, o DP regido pela preposição será a cabeça da cláusula, e as possibilidades se concretizam por meio de três estratégias:
 - ✓ Relativa padrão PP [o homem com quem eu falei \emptyset]
 - ✓ Relativa resumptiva PP [o homem_i que eu falei com ele_i]
 - ✓ Relativa cortadora [o homem que eu falei ~~com~~ \emptyset]

Procedendo dessa forma, acredita Kennedy que as especificidades de cada estratégia serão contempladas e mais bem analisadas, visto que um ambiente preposicionado difere, em todos os aspectos, de um não-preposicionado.

Quanto ao operador QUE, Kennedy afirma que há uma dificuldade de análise em PB. Há estudiosos que o consideram como *complementizador*, pois, como ele não manifesta marcas de gênero, número ou caso, sua utilização não sofre restrições, porém, quando se trata de relativas *pied-piping*, essa classificação muda e passa a ser de *pronome relativo*, como o faz Tarallo (1983), pelo fato de que, no movimento, o QUE leva a preposição. Há outros, no entanto, que mantêm essa classificação de *pronome relativo* em qualquer das estratégias, são os casos de Kato (1996) e Kato *et al.* (1996), pois, se comparado ao complementizador do inglês, *that*, QUE apresenta mais propriedades de um pronome, por exemplo, em inglês, *that* não pode ser usado numa construção *pied-piping*, pois tal construção articula preposição e pronome relativo⁶²:

⁶² Exemplos do próprio autor.

(84) * *This is the pen with that I wrote the book.*

Já em português, uma construção com o QUE em substituição ao relativo *o qual* é totalmente possível:

- (85) a. Esta é a caneta com *que* escrevi o livro.
 b. Esta é a caneta com *a qual* escrevi o livro.

Isso acarreta as dificuldades em classificá-lo. Kenedy afirma que, em termos de economia derivacional, é mais coerente defender a classificação do QUE como complementizador, pois, segundo ele, a seleção do QUE complementizador implica a ocorrência de apenas uma operação *Move* (alçamento do DP para a cabeça da relativa), ao passo que, como pronome relativo, o processo envolveria dois alçamentos (alçamento do DP para a cabeça da relativa e alçamento do NP dominado por DP a spec-DP). Pelo fato de que o usuário opta praticamente pela estratégia mais econômica, é mais coerente defender a classificação de complementizador.

Essa é também a nossa hipótese, a de que o QUE, nas pseudorrelativas, está perdendo seu estatuto de pronome relativo e passando a operar apenas como conector de orações, como complementizador.

Com relação aos sintagmas preposicionados, o fato de o QUE levar ou não consigo a preposição é evidência de que há, de fato, apagamento da preposição nesse trajeto, ela é deslocada com o operador, porém, em algum ponto, é apagada no componente fonético (FF). Acredita Kenedy, baseado em Kayne (1994), que esse apagamento da preposição se deve à agramaticalidade de estruturas com *prepositional-stranding* (preposição-órfã) no PB.

Em línguas românicas, um elemento regido por preposição não pode ser deslocado de sua posição de base deixando *in situ* a preposição que o rege, diferente do que acontece com as línguas germânicas, em que esse processo é totalmente gramatical:

- (86) a. João falou com quem?
 b. Com quem João falou?
 c. *Quem João falou com?
 d. O homem com quem João falou.
 e. *O homem que(m) João falou com.

Com as línguas germânicas, isso é totalmente possível:

- (87) a. *To whom did John talk?*
 b. *Who did John talk to?*
 c. *The man to whom John talked.*
 d. *The man who John talked to.*

Por tal observação, em português, quando o elemento regido por preposição é deslocado, esta tem de ser deslocada junto com ele, do contrário, a construção não se valida gramaticalmente. Isso proporcionou, segundo Bagno (2001)⁶³, o apagamento da preposição, pois, ao se deslocar para um lugar que elas normalmente não ocupam, abre-se margem para tal apagamento, gerando a chamada *relativa cortadora*, conforme exemplo⁶⁴:

- (88) a. Encontrei o livro. Referiste *ao* livro.
 Posição natural: referiste a.
 b. Encontrei o livro *a* que referiste.
 Posição nova: a referiste.
 c. Encontrei o livro (∅) que referiste.

Bagno afirma ainda que a ocorrência tão frequente da estratégia cortadora deve-se ao fato de que o ouvinte/leitor é capaz de reconhecer a preposição apagada, e o falante se vale sempre desse reconhecimento de seu interlocutor. Esse é um forte indício de que a preposição não é registrada na FF, porém continua presente na FL, e os usuários reconhecem isso.

Esse fenômeno de apagamento da preposição, segundo Kennedy (2002), é visto como uma simetria: se o DP na base é uma lacuna, P é apagada; mas, se o DP na base é um resumptivo, P é realizada, conforme os exemplos:

- (89) [DP_O [CP homem_i que [IP eu falei [PP com [DP ele_i]]]]]]
- 

- (90) [DP_O [CP homem_i que [IP eu falei [PP ~~com~~ [DP t_i]]]]]]
- 

⁶³ Apesar de Bagno não ser gerativista, achamos interessante sua observação a esse respeito e decidimos citá-la para explicar esse processo.

⁶⁴ Exemplo nosso para ilustrar o fenômeno.

Esse comportamento simétrico é a explicação para a não ocorrência *deprepositional-stranding* (preposição-órfã) em PB. Nas línguas em que ela é gramatical, a cópia de base do DP pode sofrer apagamento independente de P, conseqüentemente, o apagamento de P não é licenciado nessas línguas, quer dizer, a estratégia cortadora não é gramaticalmente permitida:

- (91) a. [_{DP} *The* [_{CP} *man_i that* [_{IP} *I talked* [_{PP} *to* [_{DP} *t_i*]]]]]
 ‘O homem que eu falei com’
 b. *[[_{DP} *The* [_{CP} *man_i that* [_{IP} *I talked* [_{PP} ~~*to*~~ [_{DP} *t_i*]]]]]]]
 *‘O homem que eu falei’

Como o apagamento da preposição, decorrente do apagamento da cópia do DP na base, é o fenômeno, segundo tantas pesquisas linguísticas na área, de maior frequência, acreditamos que esse foi o ambiente em que se desenvolveu a pseudorrelativa, pois, com o QUE assumindo um papel de complementizador, sua recorrência é permitida, gerando assim uma estrutura na qual se podem inserir infinitos sintagmas permitidos pela recursividade, conforme o exemplo de Bechara (1999):

- (4) Ali está o homem que eu pensei que tivesse desaparecido.

Destituindo o QUE de (co)referencialidade, abre-se espaço para que seja usado como introdutor de orações (nossa hipótese principal).

3.2 O enfoque da Linguística Tipológica

A Tipologia linguística tem como pressuposto fundamental a classificação das línguas de acordo com suas características estruturais. Assim sendo, os estudos tipológicos procuram descrever vários tipos linguísticos encontrados entre as línguas a partir de um único parâmetro gramatical.

Em um estudo pioneiro sobre a oração relativa, considerado um dos trabalhos mais influentes sobre universais linguísticos, Keenan e Comrie (1977) tratam das condições

gramaticais aplicadas na formulação de uma construção relativa. Segundo os autores, uma construção é considerada relativa se especificar um conjunto de objetos em duas etapas:

- Especifica-se, primeiramente, um conjunto maior – denominado *domínio de relativização*;
- Restringe-se, por sua vez, esse vasto conjunto a um subconjunto do qual uma certa sentença – a relativa – é verdadeira.

Conforme suas palavras:

O domínio da relativização é expresso na estrutura de superfície pelo SN nuclear, e a sentença restritiva, por meio da oração restritiva, que pode parecer mais ou menos como uma sentença de superfície dependendo da língua.

Por exemplo, na oração relativa *the girl (that) John likes*, o domínio de relativização é o conjunto de garotas e o SN nuclear é *girl*. A sentença restritiva é *John likes her* e a oração restritiva é *(that) John likes*. Obviamente, para um objeto ser corretamente codificado por *the girl that John likes*, o objeto deve estar no domínio de relativização e a sentença restritiva deve ser verdadeira a seu respeito. (KEENAN; COMRIE, 1977, p. 64, tradução nossa)⁶⁵.

Dessa forma, quatro elementos são configurados no processo de relativização, de acordo com seu exemplo:

1. Domínio de relativização: conjunto de “garotas”;
2. SN Nuclear: “garota”;
3. Sentença restritiva: “João gosta dela”;
4. Oração restritiva: “(de) que João gosta”.

Um ponto curioso na explanação dos autores refere-se às condições de verdade às quais a sentença restritiva estaria submetida. De acordo com Bastos (2008, p. 41), uma sentença restritiva, nos termos de Keenan e Comrie, deve ser verdadeira independentemente da avaliação subjetiva do falante, o que implica dizer que “uma oração relativa prototípica não admite operadores de modalidade epistêmica, ou expressões de conteúdo subjetivo atitudinal” (*Ibid.*, p.41). Assim sendo, não seriam relativas prototípicas os seguintes exemplos⁶⁶:

⁶⁵ Cf. original: *The domain of relativization is expressed in surface structure by the head NP, and the restricting sentence by the restricting clause, which may look more or less like a surface sentence depending on the language. For example, in the relative clause the girl (that) John likes the domain of relativization is the set of girls and the head NP is girl. The restricting sentence is John likes her and the restricting clause is (that) John likes. Clearly, for an object to be correctly referred to by the girl that John likes, the object must be in the domain of relativization and the restricting sentence must be true of it.*

⁶⁶Exemplos copiados de Bastos (2008, p. 41), traduzidos originalmente de Dik (1997b, p. 28).

- (92) *Estou procurando uma pessoa **que possa provavelmente me ajudar.**
 (93) *Estou procurando uma pessoa **que possa talvez me ajudar.**
 (94) *Estou procurando uma pessoa **que, eu acredito, possa me ajudar.**

Analisando, então, a construção que chamamos pseudorrelativa modalizadora em (4), nos termos de Keenan e Comrie, tais construções não seriam relativas prototípicas, pois apresentam, encaixadamente, uma proposição que revela um conteúdo subjetivo atitudinal, tal como acontece com os exemplos (92) a (94) citados:

- (4) Ali está o homem **que eu pensei que tivesse desaparecido.**

No entanto, essa construção não invalida o processo proposto pelos autores, visto que pode ser analisada de acordo com aqueles quatro elementos que configuram a relativização, a saber:

1. Domínio de relativização: conjunto de “homens”;
2. SN Nuclear: “homem”;
3. Sentença restritiva: “Eu pensei que o homem tivesse desaparecido”;
4. Oração restritiva: “que eu pensei que tivesse desaparecido”.

Acreditamos, portanto, contrariando a visão de Bastos (2008), que a condição de verdade estabelecida para que se cumpra o processo de relativização não engloba o estado-de-coisas em si (o homem ter desaparecido ou não), mas a relação que este tem com o falante (o falante pensar que ele tivesse desaparecido). Prova disso é a gramaticalidade dos exemplos (4) e (92) a (94).

Tomando como base aproximadamente 50 línguas, Keenan e Comrie (1977) observam, com o objetivo de compreender a distribuição tipológica das possibilidades de relativização, que o processo de formação desse tipo de orações faz-se sob dois parâmetros:

- 1) Posição do SN nuclear com relação à oração restritiva:
 - i. à esquerda (pós-nominal);
 - ii. à direita (pré-nominal);
 - iii. dentro da própria oração relativa (interna).
- 2) Presença ou ausência de um morfema que marque o caso da posição relativizada:

- i. + caso;
- ii. - caso.

Como ilustração do primeiro parâmetro, temos a comparação entre o alemão (exemplos (95) e (96)) e o bambara - língua africana da região da bacia do Níger - (exemplo (116)):

- (95) *der Mann, der in seinem Büro arbeitet* → **pós-nominal**
o homem que em seu escritório trabalha
 ‘o homem que está trabalhando em seu escritório’
- (96) *der in seinem Büro arbeitende Mann* → **pré-nominal**
o em seu escritório trabalhando homem
 ‘o homem que está trabalhando em seu escritório’
- (97) *tye ye ne ye so min ye san* → **interna**
homem Pret. eu Pret. cavalo que ver comprar
 ‘o homem comprou o cavalo que eu vi’
 (KEENAN; COMRIE, 1977, p. 64)

E, como ilustração do segundo parâmetro, temos a comparação do inglês (exemplo (98)) com o russo (exemplo (99)):

- (98) a. *the girl who John likes* → **- caso**
a garota quem João gosta
 ‘a garota de quem João gosta’
- b. *the girl who likes John* → **- caso**
a garota quem gosta João
 ‘a garota que gosta de João’
- (99) a. *Devuska, kotoruju Dzon ljubit* → **+caso**
garota quem (acusativo) João gosta
 ‘a garota de quem João gosta’
- b. *Devuska, kotoraja ljubit Dzona* → **+caso**
garota quem (nominativo) gosta João

‘a garota que gosta de João’

Com essa análise, os autores conseguem estabelecer a seguinte distribuição, com relação ao padrão sintático das línguas:

- ✓ Em línguas cujo verbo se posiciona mais à esquerda → a relativa pós-nominal é quase absoluta;
- ✓ Em línguas cujo verbo se posiciona mais no meio (SVO) → a relativa pós-nominal é a mais produtiva, embora se possa encontrar construção pré-nominal;
- ✓ Em línguas cujo verbo se posiciona mais à direita → a relativa pré-nominal é a mais produtiva.

Com relação à Língua Portuguesa, tomando por base os dois parâmetros utilizados pelos autores, temos:

- 1) Posição do SN nuclear com relação à oração restritiva: a Língua Portuguesa forma relativas **pós-nominais**:

- (100) a. A garota **que caiu**.
b. A garota **que indiquei**.

- 2) Presença ou ausência de um morfema que marque o caso da posição relativizada: a Língua Portuguesa apresenta os dois tipos de estratégias:

✓ + caso:

- (101) a. O menino **de quem** eu falei.
b. O menino que eu falei **dele**.

✓ – caso:

- (102) O menino que eu falei.

A partir do levantamento dos dados das 50 línguas pesquisadas, Keenan e Comrie (1977) propõem o que chamaram de *Hierarquia de Acessibilidade (HA)* das funções sintáticas relativizáveis:

(103) SU > OD > OI > OBL > GEN > OCOMP⁶⁷

Conforme essa Hierarquia, é possível observar que posições ocupadas por SN são passíveis de relativização numa determinada língua, assim como também prever, com base numa certa posição, outras posições possíveis. Quanto mais à direita da Hierarquia, mais a relativização se torna difícil e mais restrita tipologicamente: SU é mais passível de relativização do que OD; OD é mais passível de relativização do que OI e assim sucessivamente. Quanto mais posições uma relativa licenciar, mais eficaz ela se torna na língua: uma estratégia que licencia uma posição mais à direita/mais baixa (GEN, por exemplo) também licencia posições mais altas (OBL, OI, OD, SU). Retornando à HA, podemos estabelecer o seguinte raciocínio:

SU > OD > OI > OBL > GEN > OCOMP	
+ relativizável	- relativizável
posições mais altas	posições mais baixas

Dessa forma, os autores formulam os apontamentos:

1. Todas as línguas apresentam uma estratégia que se aplica, pelo menos, ao Sujeito (constituindo, assim, a relativização um *universal linguístico*);
2. As estratégias podem começar a aplicação em qualquer ponto da HA;
3. Qualquer estratégia deve ser aplicada a um segmento contínuo da HA (em uma dada língua, por ex., só se relativiza OI se houver relativização de OD);
4. As estratégias empregadas a um certo ponto da HA podem cessar em qualquer outra posição mais baixa.

Em análise da relativização em Língua Portuguesa, Bastos (2008) descreve os exemplos a seguir⁶⁸:

- (104) a. O homem que (SUJ) matou a galinha
 b. O homem que ele / ø matou a galinha

- (105) a. A galinha que (OD) o homem matou

⁶⁷SU = Sujeito; OD = Objeto Direto; OI = Objeto Indireto; OBL = Oblíquo; GEN = Genitivo; OCOM – Objeto de Comparação.

⁶⁸Exemplos traduzidos de Dik (1997, p. 366).

- b. A galinha que o homem matou ela / \emptyset
- (106) a. O homem a quem (OI) o garoto deu a galinha'
b. O homem que o garoto deu a galinha para ele / \emptyset
- (107) a. A faca com a qual (OBL) o homem matou a galinha
b. A faca que o homem matou a galinha com ela / \emptyset
- (108) a. O homem cuja (GEN) galinha o garoto matou
b. O homem que a galinha dele / \emptyset o garoto matou
c. O homem que o garoto matou a galinha dele / \emptyset
- (109) a. *O homem mais alto do que quem (OCOMP) ninguém no bairro era
b. O homem que ninguém no bairro era mais alto do que ele / $?\emptyset$

Por licenciar um conjunto maior de posições, a estratégia copiadora (com pronome-lembrante) é a mais eficaz em Língua Portuguesa, pois se apresenta desde SUJEITO a OBJETO DE COMPARAÇÃO, ou seja, é produtiva em todos os níveis da Hierarquia, ficando a padrão e a cortadora nas posições entre o OBJETO INDIRETO e o GENITIVO.

Várias pesquisas tomam como suporte teórico os estudos de Kennan e Comrie (1977) sobre as estratégias de relativização, conhecidas na linguística Tipológica como construções que definem grupos aparentados de línguas (*cf.* BECHARA; CAMACHO, 2011). Entre essas pesquisas, citamos os trabalhos de Camacho (2010) e Bechara e Camacho (2011), que examinam as estratégias de relativização sob o enfoque da Linguística Tipológica em concordância com o Funcionalismo.

Camacho (2010) verifica que, em algumas línguas nativas da Amazônia, a nominalização⁶⁹ consiste em uma estratégia alternativa de relativização, ao passo que, em outras, essa estratégia é, de fato, a mais recorrente, e, neste caso, ou seja, em relação às línguas que assumem a nominalização como estratégia primária, ele constata que estas são privadas da

⁶⁹ Por *nominalização* entende-se a operação que consiste em transformar uma oração em sintagma nominal para sua inserção numa frase matriz, por exemplo:

(110) O herói chegou. Isto causou alegria.

Através da nominalização, pode-se ter:

(111) A chegada do herói causou alegria.

classe dos adjetivos. De acordo com seus resultados, metade das línguas analisadas (num total de 18 línguas) apresenta a nominalização como estratégia alternativa, “compensatória”, em seus termos (CAMACHO, 2010, p. 172). Ele destaca ainda que a distribuição das estratégias é verificada com relação a grupos de famílias de línguas: por exemplo, a família karib – da qual fazem parte as línguas apalaí, hixkaryána, makuxí e waiwái – dispõe da nominalização como estratégia principal de relativização, portanto, em todas essas línguas, a nominalização aparece como estratégia primária. Outro fator observado também refere-se ao tipo de relação entre as estratégias de relativização e o termo a ser relativizado: ele constata que, para a modificação atributiva⁷⁰ (tipicamente representada por orações restritivas), a estratégia principal dessas línguas é a nominalização; e, para a modificação descritiva (tipicamente expressa sob a forma de orações explicativas, ou apositivas, em seus termos), o uso mais recorrente aparece sob a forma paratática.

Além disso, o autor observa uma possível correlação da sintaxe com a caracterização das unidades lexicais em classes de palavras. Camacho defende, seguindo o que propõe Hengeveld (1992), que as classes de palavras não são propriedades universais, quer dizer, há línguas, como o *holandês*, por exemplo, que dispõem de uma mesma classe de palavras para representar tanto o adjetivo quanto o advérbio de modo, enquanto outras, como o *wambon*, usam verbos para criar expressões de modo, suprimindo, assim, a falta desse tipo de advérbios. Desse modo, o autor defende que o sistema de classes de palavras apresenta-se em um *continuum* e que é totalmente possível a falta de uma dessas classes numa dada língua. Em relação à sua pesquisa, ele constatou que de dez línguas (das dezoito analisadas) desprovidas de adjetivo, nove apresentam a nominalização como estratégia de relativização. Em contrapartida, das oito em que se verifica a presença dessa classe gramatical, seis não trazem a nominalização como estratégia de relativização. Em outras palavras, há realmente uma correlação entre a ausência de adjetivo como classe gramatical e o uso da nominalização como estratégia de relativização. Segundo o autor, isso se explica pelo fato de que:

[...] se não há uma construção sintática para representar a modificação nominal mediante o uso de uma relativa, pode não haver concomitantemente uma classe de palavra, como a de adjetivo, para exercer a mesma função na estrutura de um SN não-complexo (CAMACHO, 2010, p. 180).

Também sob o enfoque teórico da Linguística Tipológica em concordância com o Funcionalismo desenvolve-se o trabalho de Bechara e Camacho (2011). Com o objetivo de

⁷⁰ Camacho defende que as orações relativas desempenham a função de modificadores de núcleos nominais, por isso, refere-se a esse processo como *modificação*.

investigar as estratégias de relativização do português baseado na perspectiva funcional da Gramática Discursivo-Funcional (GDF) de Hengeveld e Mackenzie (2008), os autores procedem a uma análise das variedades lusófonas recolhidas da amostra do Projeto Português Falado – Variedades Geográficas e Sociais, desenvolvido pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa – CLUL (2009) ⁷¹.

Esse trabalho encontra-se organizado da seguinte maneira: primeiramente, os autores tratam dos tipos semânticos e pragmáticos das orações relativas, buscando já fornecer uma interpretação funcional de acordo com os níveis Interpessoal e Representacional, apresentados pela GDF; sequencialmente, procedem a uma codificação morfossintática cuja descrição destaca a influência da Hierarquia de Acessibilidade, proposta por Keenan e Comrie (1977).

Com relação à análise sob a orientação da GDF, os resultados mostram que orações relativas restritivas e não-restritivas são morfossintaticamente idênticas, quer dizer, ao Nível Morfossintático, é atribuído o papel de conferir a mesma estrutura para ambos os tipos de relativas, cabendo, ao Nível Fonológico, o papel de assegurar a diferença entre eles. Dessa forma, o que reflete as diferenças oriundas do Nível Interpessoal é que a relativa restritiva faz parte do mesmo contorno entonacional da oração principal que a integra, ao passo que a relativa não-restritiva não: ela tem seu próprio contorno. Assim sendo, na GDF, as orações relativas não-restritivas devem ser analisadas como Atos Discursivos em si mesmos, já que possuem um contorno de entonação independente do que tem a principal, contrariamente ao que ocorre com as relativas não-restritivas, cujo contexto apresenta apenas um Ato Discursivo, pois relativa e principal fazem parte do mesmo contorno entonacional.

Os autores discutem a proposta de Keenan e Comrie, em que, conforme já apresentamos, a Hierarquia de Acessibilidade diz respeito, originalmente, a uma forma de apreender a distribuição tipológica das estratégias de relativização.

(103) SU > OD > OI > OBL > GEN > OCOMP

Como vimos, quanto mais à direita da Hierarquia, mais a relativização se torna difícil e mais restrita tipologicamente, e quanto mais posições a relativa licenciar, mais eficaz

⁷¹Esse *corpus* encontra-se na página:
http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica_de_corpus/projecto_portuguesfalado.php.

ela se torna na língua. Atestando a HA às estratégias existentes em Língua Portuguesa⁷², os autores constataram que, se comparando a estratégia padrão (denominada por Keenan e Comrie de *estratégia de pronome relativo*) com a copiadora (denominada de *retenção pronominal*), percebe-se que esta é mais eficaz pelo motivo de licenciar um conjunto maior de posições da HA, conforme também já observamos.

3.3 O enfoque funcionalista

3.3.1 A abordagem de Givón

Givón (2001b), em seu capítulo *Relative Clauses* (*Ibid.*, p. 175), conceitua as orações relativas como construções subordinadas encaixadas com a função de modificadores do nome, por isso, são partes integrantes do SN e aparecem sob o mesmo contorno entonacional que este. Basicamente, o autor fundamenta sua análise em dois critérios:

1. **Referenciação** (condição semântica) – a oração relativa codifica uma proposição em que um dos participantes é correferente com o SN modificado por ela;
2. **Pressuposição** (condição pragmática) – a oração relativa restritiva⁷³ envolve uma proposição supostamente (re)conhecida pelo ouvinte ou acessível a este.

Assim, uma frase como a seguinte pode ser analisada, de acordo com esses dois critérios, da seguinte forma:

(112) O homem com quem minha irmã se casou é um trapaceiro⁷⁴.

1. oração principal (assertiva): **o homem** é um trapaceiro.
2. proposição subordinada (pressuposta): minha irmã se casou com **o homem**.

Nesse exemplo, o Sujeito da oração principal “o homem” é correferente com o Objeto Indireto da oração subordinada, evidenciando que se trata do mesmo ser. Além disso, pressupõe o falante que o ouvinte reconhecerá, por meio da encaixada “minha irmã se casou com o homem”, o indivíduo ao qual se está fazendo referência. Dessa forma, com a intenção

⁷² São as estratégias conhecidas na literatura linguística: a padrão, a copiadora e a cortadora, todas já apresentadas neste trabalho.

⁷³ Givón tece comentários também sobre as orações não-restritivas, porém, como acreditamos ser a pseudorrelativa modalizadora uma relativa restritiva, não serão apresentadas. Para um maior aprofundamento, ler Givón (2001b).

⁷⁴ Exemplo traduzido de Givón (*op.cit.*, p. 176). Cf. original: *The man who married my sister is a crook*

de ajudar o ouvinte na identificação desse referente, o falante recorre a uma proposição que ele supõe ser acessível pelo ouvinte. Para isso, vale-se de uma proposição que codifica um evento do qual o referente é também participante. Logo, pode-se entender que a oração relativa restritiva sempre vai trazer como um de seus termos sintáticos um correferente do ser modificado por ela, além de um conteúdo sempre pragmaticamente pressuposto.

Apesar de ser esse conteúdo pragmaticamente pressuposto, Givón afirma que o ente modificado pela restritiva não necessariamente é definido, pode ser indefinido, o que acarreta uma mudança no aspecto pragmático. Vejamos os exemplos trazidos por ele e traduzidos aqui:

- (113) a. Uma mulher que você conheceu ano passado acabou de ligar.
 b. A mulher que você conheceu ontem à noite acabou de ligar⁷⁵

Nos dois casos, o falante supõe que a relativa é familiar ao ouvinte a ponto de identificar esse referente “mulher”. No entanto, o estatuto de informatividade é um pouco diferente em cada uma: em (113a), o falante emprega um SN indefinido por esperar que tal reconhecimento não se fará facilmente pelo ouvinte, como se esse fosse um referente totalmente *novo*, ou seja, um novo arquivo de referência; ao passo que, em (113b), por ser um evento mais recente, torna-se acessível mais imediatamente, o que explica a opção pelo SN definido como sendo informação *dada*:

Em suma, o núcleo modificado por uma oração relativa restritiva certamente “se refere” a algum participante na oração relativa. Num certo sentido, a oração relativa, portanto, serve para “identificar” o referente para o ouvinte. Mas tal “identificação” não aponta necessariamente para a experiência *velha* – anafórica – do ouvinte (“informação pressuposta”). A referência – especialmente quando o núcleo é indefinido – pode ser catafórica, pode ser **antecipatória** (GIVÓN, 2001b, p. 178; grifos do autor).

Podemos, então, estabelecer a seguinte relação:

- ✓ SN indefinido + relativa restritiva: estatuto informacional “novo” – a oração relativa estabelece uma relação de coerência catafórica com o novo referente, pois antecipa a informação do discurso ainda por vir;
- ✓ SN definido + relativa restritiva: estatuto informacional “dado” – a oração relativa estabelece uma relação de coerência anafórica com o velho antecedente, pois retoma uma informação pragmaticamente pressuposta.

⁷⁵Exemplos encontrados em Givón (2001b, p. 178). Cf. originais:

*A woman you met last year just called.
 The woman you met yesterday just called.*

Em outras palavras, usar um referente indefinido, porém, numa construção restritiva, significa que o falante instrui seu interlocutor a buscar essa identificação na informação que vem logo a seguir – estabelecendo uma relação catafórica; diferentemente de usar um referente definido, numa construção restritiva, que serve para identificar o referente com base em experiências passadas, imediatamente mais acessíveis pelo ouvinte – estabelecendo uma relação anafórica.

Quanto ao aspecto sintático, a oração relativa restritiva é uma subordinada encaixada como um modificador do núcleo de um SN. Segundo Givón, uma indicação dessa dependência/encaixamento sintático é o fato de a oração relativa apresentar um argumento omitido, que é correferente ao núcleo⁷⁶. Dessa forma, a identidade referencial do argumento omitido é recuperável pelo núcleo, uma vez que é correferente a este. Tal argumento pode desempenhar qualquer função sintática (caso) dentro da oração relativa, como se pode observar nos exemplos apresentados pelo autor⁷⁷:

- (114) a. Sujeito
O homem *que* [Ø] morreu.
- b. Objeto Direto
O homem *que* João viu [Ø].
- c. Objeto Indireto
O homem *a quem* Suzy deu a flor [Ø].
- d. Predicativo
A mulher *que* foi [Ø] minha primeira professora.
- e. Possessivo
O homem *cujo* carro [Ø] eu pedi emprestado.

Com relação ao pronome relativo, Givón o descreve como um morfema que apresenta as seguintes propriedades (p. 187):

- ✓ atua como um morfema subordinador, que marca o limite da cláusula relativa;
- ✓ marca também o caso do nome correferente omitido.

⁷⁶ GIVÓN, 2001b, p. 180.

⁷⁷ GIVÓN, *op. cit.*, p. 181-182.

Além disso, o autor afirma que os pronomes relativos tendem a não aparecer na posição normal de argumento da oração principal, mas no início da cláusula relativa e são mais comuns em línguas com orações relativas pós-nominais.

Givón chama a atenção para a diferença entre *pronome relativo* e *subordinador invariante*: o primeiro encabeçaria a *estratégia de pronome relativo* (*the relative pronoun strategy*); ao passo que o outro introduz a *estratégia de pronome anafórico* (*the anaphoric pronoun strategy*). O subordinador invariante não apresenta propriedades de natureza morfológica nem de natureza semântica, visto que tais propriedades são atestadas por um pronome anafórico situado na posição padrão dentro da oração relativa. Cabe ao subordinador, então, apenas as propriedades de natureza sintática (marcar o processo de relativização/subordinação; e indicar a fronteira entre o SN relativizado e a OR) e de natureza discursivo-pragmática (ajudar o ouvinte na recuperação do referente). Assim sendo, os exemplos a seguir demonstram essas duas estratégias diferentes:

(115) ha-isha she-Yoav natan l-a et-ha-sefer⁷⁸
The-woman REL-Yoav gave-he to-her ACC-the-book
a-mulher REL-Jeová deu-ele a-ela AC-o-livro
‘a mulher que Jeová deu a ela o livro’

(116) der Mann dem ich das Buch gegeben habe⁷⁹
The/NOM man that/DAT I the/ACC book given have
o/NOM homemque/DAT eu o/AC livro dado tenho
‘o homem a quem eu dei o livro’

Percebemos que, no exemplo (115), o pronome anafórico⁸⁰ ‘ela’ é quem codifica o caso de acordo com a sintaxe estabelecida pelo verbo ‘dar’ – *objeto indireto*: ‘a ela’; ainda, morfológicamente, ele traz a marcação de gênero e número do SN relativizado ‘mulher’; ademais, semanticamente, é ele quem compartilha o índice de referência com o antecedente ‘mulher’, estabelecendo, desse modo, uma relação anafórica; cabem, portanto, ao subordinador invariante ‘que’, as propriedades de natureza sintática e discursivo-pragmática, como já afirmamos anteriormente. O autor enfatiza que é por causa do subordinador invariante que a construção em análise é identificada como oração relativa/subordinada, visto que, sem ele, a

⁷⁸Exemplo do hebraico, encontrado em Givón (2001b, p. 186).

⁷⁹Exemplo do alemão, encontrado em Givón (*op.cit.*, p. 188).

⁸⁰*Pronome-lembrete*, nos termos de Tarallo (1983).

relativa poderia ser analisada como mera oração principal com pronome anafórico (GIVÓN, 2001b, p. 185).

No exemplo (116), essas propriedades são todas atestadas pelo pronome relativo ‘quem’, ou seja, é ele que marca o caso da posição relativizada (natureza morfológica); é ele que marca o processo de relativização, indicando também a fronteira entre o SN e a relativa (natureza sintática); é ele que compartilha o índice de referência com o antecedente e com a posição sintática dentro da relativa – objeto indireto (natureza semântica); e, finalmente, é ele que ajuda o ouvinte na recuperação do referente ‘o homem’.

Podemos perceber aqui uma semelhança entre a abordagem de Givón e a de Tarallo (1983), descrita na subseção 3.1.1.1. deste trabalho. Givón, assim como Tarallo, classifica o elemento QU, na estratégia de pronome anafórico – *estratégia do pronome-lembrete* para Tarallo -, como um *subordinador invariante – complementizador* nos termos de Tarallo -, e não como um pronome relativo. Entretanto, Tarallo mantém essa classificação também para a *estratégia cortadora*, ou seja, de acordo com sua análise, nas duas estratégias não-padrão do português brasileiro, temos o elemento QU como complementizador, e não como pronome relativo. Givón registra um tipo de estratégia semelhante à estratégia cortadora de Tarallo, a qual denomina *estratégia da lacuna (the gap’zero’ strategy)*, porém, nada discorre sobre a natureza do elemento QU em tais construções, apenas afirma que o correferente do SN relativizado pode ser apagado da oração relativa sem deixar vestígio, mas o caso desse termo omitido pode ser recuperado sem qualquer manifestação morfológica. Isto se deve ao fato de que, em línguas que apresentam essa estratégia, o ouvinte recupera o caso do argumento omitido por meio de inferências que envolvem as seguintes informações⁸¹:

- ✓ o esquema do caso semântico-lexical do verbo subordinado;
- ✓ a identidade lexical do argumento omitido;
- ✓ o caso dos outros argumentos da oração relativa, os quais estão presentes e com os casos marcados normalmente.

O autor traz os seguintes exemplos da língua japonesa⁸²:

(117)	a.	Oração Principal:			
		otoka-ga	onna-ni	tegami-o	kaita
		<i>man-SUBJ</i>	<i>woman-DAT</i>	<i>letter-ACC</i>	<i>sent</i>

⁸¹ GIVÓN, 2001b, p. 184.

⁸² Exemplos do japonês, encontrados em Givón (*op.cit.*, p. 185).

homem-SUJ mulher-DAT carta-AC deu
 ‘O homem deu uma carta à mulher’

b. Relativa de Sujeito:

onna-ni tegami-o kaita otoka-wa
woman-DAT letter-ACC sent man-TOP
mulher-DAT carta-AC mandou homem-TÓP
 ‘o homem que mandou uma carta para a mulher’

c. Relativa de Objeto/Acusativo:

otoko-ga onna-ni kaita tegami-wa
man-SUBJ woman-DAT sent letter-TOP
homem-SUJ mulher-DAT mandou carta-TÓP
 ‘a carta que o homem mandou para a mulher’

d. Relativa de Objeto indireto/Dativo:

otoko-ga tegami-o kaita onna-wa
man-SUBJ letter-ACC sent woman-TOP
homem-SUJ carta-AC mandou mulher-TÓP
 ‘a mulher que o homem mandou uma carta’.

Segundo ele, a língua japonesa, assim como a chinesa, por ter uma ordem rígida de constituintes– no caso do japonês, SOV -, a inferência se processa mais rapidamente, de modo que basta ao ouvinte seguir o caminho sintático e preencher mentalmente a posição em que ocorre a lacuna.

Além dessas três estratégias, Givón registra mais sete, compondo, assim, sua tipologia das estratégias de orações relativas: estratégia do não-encaixamento (*the non-embedding strategy*); estratégias do acordo verbal e da lacuna (*verb agreement and gap strategies*); estratégia da ordem de palavras (*the word-order strategy*); estratégia da nominalização (*the nominalization strategy*); estratégia de equivalência de caso (*the equi-case strategy*); estratégias de codificação verbal (*verb-coding strategies*); estratégia de marcação de caso abandonado (*the stranded case-marking strategy*)⁸³.

⁸³Como o português não apresenta essas estratégias, elas não serão explanadas.

Terminando sua abordagem sobre as cláusulas relativas, Givón trata da complexidade sintática envolvida nessas construções. Segundo ele, orações relativas são construções encaixadas dentro de SNs que, por sua vez, pertencem a alguma outra oração. O fato de encaixar uma sentença dentro de outra é, por si só, um aumento na complexidade sintática da sentença que hospeda a construção encaixada (GIVÓN, 2001b, p. 211). Uma língua pode ter meios gramaticais formais para a criação de tais estruturas complexas e para a criação de estruturas ainda mais complexas, os chamados *encaixamentos múltiplos*⁸⁴, estes, segundo o autor, recursivamente mais restritos, e especialmente característicos da oralidade.

Como exemplo dessa estrutura complexa, podemos ter⁸⁵:

- (118) a. **Proposição principal**
 The woman saw **a dog**
 ‘A mulher viu **um cachorro**’
- b. **Proposição subordinada**
The dog bit a man
 ‘**O cachorro** mordeu um homem’
- c. **Configuração encaixada**
 The woman saw **the dog** [that [Ø] bit the man]
 ‘A mulher viu **o cachorro** [que [Ø] mordeu o homem]’

Ambos os SNs da proposição principal podem ter o argumento correferente omitido numa cláusula relativa, como em:

- (119) a. The dog [(that) the woman saw [Ø]]...
 ‘O cachorro [que a mulher viu [Ø]]...’
- b. The woman [who [Ø] saw the dog]...

⁸⁴*Multiple embeddings.*

⁸⁵Mantivemos os exemplos em inglês porque a análise do autor é específica para esta língua, porém, fazemos a tradução correspondente ao português, com a ressalva de que nem sempre a tradução corresponderia a uma sentença gramatical em língua portuguesa; da mesma forma, uma sentença agramatical em inglês não necessariamente corresponde a uma sentença agramatical em língua portuguesa.

‘A mulher [que [∅] viu o cachorro]...’

Além disso, a relativização pode também ocorrer quando um dos SNs na oração principal já é modificado por uma cláusula relativa, como no exemplo (120) seguinte, ou quando a segunda relativa modifica um SN dentro da primeira relativa, como nos exemplos (121) e (122), gerando, portanto, *encaixamentos múltiplos*:

- (120) **The dog** [[that the woman saw [∅]] [that [∅] bit the man]]...
 ‘**O cachorro** [[que a mulher viu [∅] [que [∅] mordeu o homem]]...’
- (121) **The woman** [who [∅] saw **the dog** [that [∅] bit the man]]...
 ‘**A mulher** [que [∅] viu **o cachorro** [que [∅] mordeu o homem]]...’
- (122) This is **the cat** [that [∅] chased **the rat** [that [∅] ate **the cheese** [that...]]]
 ‘**Este é o gato** [que [∅] perseguiu **o rato** [que [∅] comeu **o queijo** [que...]]]’

Esses encaixamentos são possíveis quando o núcleo do SN está adjacente à oração relativa, onde se encontra seu correferente omitido. É aparentemente mais difícil o processamento de encaixamentos múltiplos em que há uma distância entre o núcleo do SN e seu correferente omitido, distância esta que cruza mais de uma fronteira sintática, como se vê em:

- (123) a. ***The man** [that the woman saw **the dog** [that [∅] bit [∅]]]...
 ‘**O homem** [que a mulher viu **o cachorro** [que [∅] mordeu [∅]]]...’
- b. * **The dog** [that the woman saw the man [that [∅] bit [∅]]]...
 ‘**O cachorro** [que a mulher viu **o homem** [que [∅] mordeu [∅]]]...’

Tais estruturas, segundo o autor, tornam-se possíveis em inglês não-padrão quando, em vez de uma lacuna, usa-se um pronome lembrete que codifica o argumento correferente dentro da oração relativa, como em:

- (124) a. **The man** [that the woman saw **the dog** [that [∅] bit **him**]]...

‘O homem [que a mulher viu o cachorro [que [Ø] mordeu ele]]...’

b. **The dog** [that the woman saw **the man** [that **it** bit [Ø]]]...

‘O cachorro [que a mulher viu o homem [que ele mordeu [Ø]]]...’

O correferente omitido que está adjacente ao seu SN relativizado – ‘dog’ (*cachorro*) em (123) e ‘man’ (*homem*) em (123b) – ainda é representado pela lacuna dentro da oração relativa, como numa relativização simples. Mas o correferente não adjacente, o mais distante, deve ser representado por um pronome lembrete – ‘him’ (*ele*) para ‘the man’ (*o homem*) em (124a) e ‘it’ (*ele*) para ‘the dog’ (*o cachorro*) em (124b).

Givón acredita que a (a)gramaticalidade dos encaixamentos múltiplos depende da proximidade entre o núcleo do SN relativizado e seu correferente codificado como lacuna dentro da cláusula adjetiva, ou seja, é possível ser gramatical uma estrutura com encaixamentos múltiplos desde que a lacuna dentro da cláusula relativa esteja adjacente ao núcleo do SN relativizado, sem a intervenção de nenhuma outra cláusula, ou melhor, sem ultrapassar mais de uma fronteira sintática. É o que se observa em:

- (125) a. The rat died.
‘O rato morreu.’
- b. The rat [that the cat chased [Ø]] died.
‘O rato [que o gato perseguiu [Ø]] morreu.’
- c. The rat [that [Ø] was chased by the cat] died.
‘O rato [que [Ø] era perseguido pelo gato] morreu.’
- d. *The rat [that the cat [that the dog hated [Ø]] chased [Ø]] died.
‘O rato [que o gato [que o cachorro odiava [Ø]] perseguiu [Ø]] morreu.’
- e. The rat [that [Ø] was chased by the cat [that [Ø] was hated by the dog]] died.
‘O rato [que [Ø] era perseguido pelo gato [que [Ø] era odiado pelo cachorro]] morreu.’

A agramaticalidade de (125d) deve-se ao fato de que a lacuna correferente ao núcleo do primeiro SN relativizado não está numa cláusula adjacente a este; entre eles, há uma cláusula

interveniente – ‘that the dog hated [\emptyset]’ (*que o cachorro odiava [\emptyset]*) –, cuja lacuna não é correferente ao primeiro SN ‘the rat’ (*o rato*), causadora da inaceitabilidade dessa estrutura (GIVÓN, 2001b, p. 218). A confirmação dessa hipótese é atestada na passiva (125e), em que também há encaixamentos múltiplos, porém, cada lacuna não ultrapassa mais que uma fronteira sintática, portanto, sempre adjacente aos núcleos dos SNs relativizados, tornando o exemplo perfeitamente aceitável.

De posse dessa hipótese, Givón lança o seguinte padrão sintático para as orações relativas:

(126) SN [SN [SN SV] SV] SV

Porém, enfatiza que ele só é válido se obedecer ao critério de que, entre o núcleo do SN e a lacuna correferente a este, situada dentro da oração relativa, não haja nenhuma cláusula interveniente.

Observando a oração pseudorrelativa modalizadora a partir desse padrão sintático proposto por Givón, podemos verificar o seguinte, retomando o exemplo de Bechara (1999):

(4) Ali está o homem que eu pensei que tivesse desaparecido.

Contrariando a hipótese de validade do padrão sintático de Givón, na estrutura que abriga uma oração pseudorrelativa modalizadora, há uma cláusula interveniente entre o SN e a lacuna referente a este. Observemos: a lacuna referente ao SN *o homem* se situa na oração *que tivesse desaparecido*, contudo, entre eles, encontra-se a cláusula *que eu pensei*, o que, de acordo com as explicações do autor, invalidaria o padrão, tornando a estrutura agramatical, feito que não ocorre com a pseudorrelativa modalizadora. Não obstante, é interessante notar que, no exemplo em (125d), agramatical por haver uma cláusula interveniente entre o SN e a lacuna a ele correferente, há várias lacunas com vários SN’s correspondentes, o que não acontece na estrutura da oração pseudorrelativa modalizadora, em que só há uma lacuna a ser preenchida cognitivamente, lacuna esta referente ao termo antecedente relativizado, *o homem*. Esse parece ser o motivo que conserva a gramaticalidade da estrutura da oração pseudorrelativa modalizadora.

Em vista do exposto, sugerimos que, em se tratando de orações pseudorrelativas modalizadoras, a existência de uma cláusula interveniente entre o SN e a lacuna referente a este não invalida a gramaticalidade da estrutura se houver apenas uma lacuna em toda a sentença.

3.3.2 A abordagem de Dik

A teoria funcional de Dik propõe um modelo de gramática que leva em consideração não só a expressão linguística, como também o usuário. É de interesse linguístico a investigação de como o usuário se comunica com outro, eficientemente, através da formulação de expressões linguísticas: como ele age sobre o comportamento do outro. Por isso, sua gramática é conhecida como modelo da competência comunicativa.

Para Dik (1997a e 1997b), um modelo de gramática funcional deve integrar os componentes sintático, semântico e pragmático, ou seja, ela não deve expor regras da língua, sem explicar a funcionalidade de tais regras em relação aos propósitos do falante. Nos níveis sintático e semântico são definidos os termos como ‘sujeito’, ‘objeto’ e ‘agente’ e ‘meta’ respectivamente. E no nível pragmático, as funções de ‘Tópico’ e ‘Foco’.

Com relação às orações relativas, Dik (1997b, p. 23) as insere no grupo dos *restritores*. Segundo ele, os restritores têm a função de instruir o ouvinte na identificação de um referente. Dividem-se em dois tipos:

- ✓ restritores não-verbais;
- ✓ restritores verbais.

Os restritores não-verbais são “estruturas abertas [...] que restringem a referência potencial de um termo” (DIK, 1997b, p. 23) e se apresentam em três categorias:

- i. primeiros restritores: os **Nomes** – especificam uma determinada entidade;
- ii. segundos restritores: os **Adjetivos** – adicionam mais detalhes, propriedades ao termo já apresentado pelo primeiro restritor;
- iii. terceiros restritores: os **Predicados-termos** – restringem ainda mais a referência potencial do termo já apresentado, variam de acordo com o tipo de relação que estabelecem com o núcleo do SN ao qual se inserem.

Analisando o exemplo a seguir, temos que⁸⁶:

(127) o vestido preto da garota

“vestido” é o **primeiro restritor** – *Substantivo* -, pois especifica essa entidade; “preto” é o **segundo restritor** – *Adjetivo*-, acrescenta essa propriedade “preto” ao termo já apresentado, ajudando, assim, a identificar esse referente; “da garota” é o **terceiro restritor** – *Predicado-termo*-, restringe ainda mais esse referente, estabelecendo uma relação genitiva, portanto, de “possuidor” com relação ao termo especificado pelo primeiro restritor “vestido”. Dessa forma, podemos ver uma sequência de instruções que se estabelecem na relação entre “vestido”, “preto” e “da garota”, ajudando o ouvinte a identificar esse referente sobre o qual se está falando.

Completando a classe dos restritores, Dik apresenta os *restritores verbais*, expressões que se estruturam em torno de predicados verbais também com a função de ajudar o ouvinte na identificação de um referente. É o caso das orações relativas, segundo o autor, recurso último de restrição disponível ao falante na construção de um referente, totalizando um número de quatro tipos de restritores, como se pode ver no exemplo a seguir:

(128) o vestido preto da garota que João estragou⁸⁷

1. primeiro restritor não-verbal: *vestido* – delimita o conjunto potencial de referentes;
2. segundo restritor não-verbal: *preto*- acrescenta essa propriedade ao termo já apresentado;
3. terceiro restritor não-verbal: *da garota* – restringe ainda mais o conjunto potencial de referentes, estabelecendo uma relação genitiva com o termo especificado pelo primeiro restritor;
4. restritor verbal: *que João estragou* – recurso último utilizado para ajudar na identificação do referente apresentado pelo primeiro restritor.

⁸⁶Exemplo adaptado de Dik (*op.cit.*, p. 23).

⁸⁷Exemplo de Dik (*op.cit.*, p.23). cf. original: “*the girl’s black dress wich Jonh ruined*”

A principal diferença entre restritores não-verbais e restritores verbais, já que ambos têm a função de ajudar na caracterização/identificação do referente de um SN, é que estes se estruturam a partir de um predicado verbal, portanto, representam, por meio de um *Estado de Coisas* (EC), entidades de segunda ordem designadas por predicções; ao passo que os não-verbais especificam *Termos*, entidades de primeira ordem, ou seja, qualquer expressão usada para se referir a alguma entidade ou entidades em algum mundo, conforme a tabela 2 a seguir, adaptada de Dik (1997a, p. 137):

Unidade estrutural	Tipo de entidade	Ordem
Oração	Ato de fala	4
Proposição	Fato possível	3
Predicação	Estado de Coisas	2
Termo	Entidade	1
Predicado	Propriedade/relação	0

Quadro 1: A estrutura da oração em camadas, de acordo com Dik (1997a)

Como exemplo de predicação, podemos ter (DIK, 1997a, p. 91):

(129) dar [V] (x₁:<João>)_{Ag} (x₂: o livro)_{Meta} (x₃: <à Maria>)_{Rec}

Dessa forma, uma oração relativa é um tipo de restritor verbal que especifica um EC do qual o referente participa, ou seja, ela configura uma predicação aberta⁸⁸. Assim sendo, a oração relativa em (128) *o vestido preto da garota que João estragou* pode ser descrita da seguinte forma:

(132) estragar [V] (x₁:<João>)_{Ag} (x₂: o vestido preto da garota/que)_{Meta}

⁸⁸Predicação aberta é uma estrutura de predicado que tem, pelo menos, uma posição não preenchida por uma estrutura de termo. Se um predicado tem todas as suas posições preenchidas, temos uma predicação fechada, tal como:

(130) O menino deu o livro à menina.

Como variante dessa predicação fechada em (149), podemos ter as seguintes predicções abertas, baseadas em Dik (*op. cit.*):

- (131)
- O menino que [Ø]deu o livro à menina na biblioteca.
 - O livro que o menino deu [Ø]à menina na biblioteca.
 - A menina a quem o menino deu o livro[Ø] na biblioteca.
 - A biblioteca onde o menino deu o livro à menina[Ø].

Por codificar um EC, ou seja, por ser uma predicação, essa estrutura não admite elementos modalizadores de atitude subjetiva, pois, desta forma, designaria uma entidade de ordem superior, uma *Proposição*, que institui ‘um conteúdo proposicional’ ou ‘um fato possível’. Por isso, nos termos de Dik, a oração que designamos como *pseudorrelativa modalizadora* não poderia ser classificada como, de fato, relativa, já que, ao que parece, tais construções encaixam proposições e não predicações, retomando:

- (4) Ali está o homem que eu **pensei** que tivesse desaparecido.

Verbos como “pensar”, “achar”, “acreditar”, “saber” *etc.* são encaixadores de proposições, quer dizer, tomam proposições, e não predicações, como segundo argumento.

Da mesma forma, “dizer”, “aconselhar”, “ordenar” são verbos encaixadores de *enunciados*, entidades de ordem superior às *Proposições*, do tipo “Ato de fala”, como podemos observar no quadro 05 anteriormente exposto. Assim sendo, exemplos como os já apresentados em (12) e (24):

- (12) Este é o livro que lhe **aconselhei** que comprasse.

- (24) São estas as leis que ele **ordenou** que fossem promulgadas.

e os encontrados em Trindade (2009, p. 106):

- (133) Por que a minha melhor amiga que eu **disse** que estou apaixonado não me quer?

- (134) E há mil e uma outras coisas que ela **diz** que gosta de fazer em casa.

tomam *Atos de fala*, e não *Predicações*, como argumentos, o que não configuraria uma oração relativa, pois, segundo palavras do autor:

Uma oração relativa é uma proposição⁸⁹ encaixada dentro de uma construção com um núcleo nominal, que restringe o conjunto de referentes potenciais daquele núcleo nominal a um subconjunto do qual a proposição é (também) verdadeira (DIK, 1997b, p.25, tradução nossa).⁹⁰

⁸⁹Ele faz a ressalva de que, na terminologia da Gramática Funcional, “predicação” é mais adequado que “proposição”.

⁹⁰ Cf. original: “A relative clause is a proposition embedded within a construction within a nominal head, which restricts the set of potential referents of that nominal head to a subset of which the proposition is (also) true”.

Com relação aos restritores verbais, a oração relativa é um restritor verbal com verbo finito, que manifesta a categoria de Tempo. Por essa razão, dentre os exemplos que seguem, somente (135a) e (135c) são considerados orações relativas⁹¹:

- (135) a. *Somente crianças* que são inteligentes podem ir àquela escola.
 b. *Somente crianças inteligentes* podem ir àquela escola.
 c. *A escola* que fica no centro da cidade *não é muito boa*.
 d. *A escola* no centro da cidade *não é muito boa*.

Já os exemplos (135b) e (135d) são definidos como *restritores de termos*, ou seja, não-verbais. Outros exemplos de restritores verbais podem ser:

- (136) a. O vestido *rasgado por João*.
 b. O vestido *que foi rasgado por João*.
 c. Crianças *desaparecidas antes de completar 12 anos*.
 d. Crianças *desaparecendo antes de completar 12 anos*.
 e. Crianças *que desapareceram antes de completar 12 anos*.

Todos esses exemplos podem ser caracterizados como predicções abertas, já que se estruturam em torno de um predicado verbal e têm, ao menos, uma posição não preenchida por uma estrutura de termo, portanto, são todos restritores verbais. Contudo, só os exemplos (136b) e (136e) trazem verbos finitos, que manifestam a categoria Tempo, razão pela qual somente estes são considerados, conforme análise de Dik, orações relativas; os demais são considerados *restritores nominalizados* (*op.cit.*, p. 45).

Ainda com relação aos restritores verbais, Dik chama a atenção para uma segunda característica: a posição em relação ao núcleo. Conforme essa posição, os RVs (Restritores Verbais) podem ser pré-nominais, ocorrendo antes do núcleo do SN (posição que Dik denomina

⁹¹Exemplos encontrados em Dik (1997b, p. 26). Cf original:

- (10) a. *Only children who are intelligent can go to school.*
 b. *Only intelligent children can go to school.*
 (11) a. *The school which is in the centre of town is not very good.*
 b. *The school in the centre of town is not very good.*

prefield) ou pós-nominais, ocorrendo depois do núcleo do SN (*posfield*) (cf. DIK, 1997b)⁹². Dessa forma, resumidamente, os RVs apresentam essas duas características:

- i. eles contêm ou não um verbo finito: os do primeiro tipo são denominados “orações relativas”; os do segundo são chamados “restritores principais” ou “restritores nominalizados”;
- ii. eles precedem o núcleo do SN (ocorrendo no *Prefield*) ou o seguem (ocorrendo no *Posfield*): os primeiros são denominados “RVs Pré-nominais”; os outros, “RVs Pós-nominais”.

Apesar de a distribuição básica das línguas, com relação à posição do RV, apresentar esses dois tipos (RVs Pré-nominais ou RVs Pós-nominais), Dik afirma que as línguas não se dividem apenas nesses dois tipos – ou exibem RVs Pré-nominais ou Pós-nominais -, elas são distribuídas da seguinte forma:

(137)	<i>Prefield</i>	<i>Posfield</i>
	RV – N	N – RV
	N – RV	

Segundo ele, línguas predominantemente *Prefield* podem ter a ordem N - RV (especialmente se o RV é uma oração relativa), como uma variante opcional à ordem predominante RV – N. Em sendo assim, levando-se em consideração todas as línguas⁹³, RVs Pós-nominais predominam sobre RVs Pré-nominais⁹⁴. No entanto, a diferença não se limita à posição do RV em relação ao núcleo do SN a ser especificado. Essa é uma dentre várias propriedades diferentes que cada tipo de restritor manifesta. De acordo com suas palavras:

Quando falamos de RV-N e N-RV como fizemos até aqui, a impressão que se estabelece facilmente é a de que RVs pré-nominais e pós-nominais são pássaros de uma só plumagem, e que a única diferença crucial entre eles reside na ordem do RV

⁹²O autor chama a atenção para um terceiro tipo de RV, dentro do qual “parece ocorrer” o núcleo do SN, é o que ele denomina “RV circumnominal”. No entanto, a distribuição básica entre as línguas apresenta RVs Pré-nominais ou Pós-nominais (DIK, *op.cit.*, p. 45).

⁹³Já que, para ele, todas as línguas apresentam restritores, quer dizer, a “identificação de participante” é um problema pragmático universal que pode resolver-se pelos restritores verbais e se apresentar, portanto, da seguinte forma: “o falante deseja apresentar alguma entidade x_i ao destinatário, onde x_i pode ser identificada como sendo participante em algum EC” (DIK, *op. cit.*, p.24). Cf. original: “*The speaker wishes to refer the address to some entity x_i , where x_i can be identified as being a participant in some State of Affairs*”.

⁹⁴Além disso, segundo o autor, há uma correlação entre línguas cuja ordem canônica é SOV e orações relativas pré-nominais: muitas dessas línguas apresentam RVs pós-nominais como uma variante opcional; as que não apresentam, têm os RVs pré-nominais sem as propriedades de uma oração relativa, no sentido mais restrito, ou seja, tais línguas apresentam RVs, porém, sem a ocorrência de orações relativas como um deles.

e do N. Tal impressão, contudo, é bem enganadora. RVs pré-nominais e pós-nominais tipicamente apresentam propriedades bastante diferentes. (DIK, 1997b, p. 46, tradução nossa)⁹⁵

Essas propriedades podem resumir-se no quadro a seguir:

Propriedades dos Restritores Verbais	
RVs Pré-nominais	RVs Pós-nominais
(i) Apresentam Verbo não-finito	(i) Apresentam Verbo finito
(ii) Apresentam Marcador de relativização, quando há, na posição final	(ii) Apresentam Marcador de relativização, quando há, na posição inicial
(iii) Não apresentam Pronome Relativo	(iii) Podem ou não apresentar Pronome Relativo
(iv) Apresentam raramente Expressão Pronominal	(iv) Apresentam frequentemente Expressão Pronominal

Quadro 2: As propriedades dos Restritores Verbais (baseado em DIK, 1997b, p. 46)

Observando o quadro anterior e, com base nos critérios estabelecidos por Dik, as orações relativas são exclusivamente Restritores Verbais Pós-nominais⁹⁶, pois apresentam um verbo finito; são inicialmente marcadas, quando há essa marcação; podem conter pronomes relativos; e frequentemente exibem expressão pronominal da variável relativizada, como podemos ver nos seguintes exemplos⁹⁷:

- (138) a. the book \emptyset John read \emptyset
 o livro \emptyset João lê
- b. the book that John read
 o livroque João lê
- c. the book wich John read
 o livro o qual João lê

Em todos os exemplos, temos uma forma verbal finita ‘lê’; temos um marcador de relativização que se situa no início da relativa – ‘que’ em (138b) e ‘o qual’ em (138c). Em Língua Portuguesa, ademais, temos exemplo de relativa com expressão pronominal da variável relativizada:

⁹⁵Cf. original: “When we speak of VR-N as we have done so far, the impression is easily established that prenominal and postnominal VRs are birds of one feather, and that the only crucial difference lies in the order of VR and N. This impression, however, is quite misleading. Prenominal and postnominal VRs typically have quite different properties.”

⁹⁶Por ser o português uma língua que apresenta somente RVs pós-nominais, explanaremos apenas esse tipo.

⁹⁷Exemplos apresentados por Dik (*op. cit.*, p. 47).

(139) o livro que João lê *ele*⁹⁸

Com relação aos marcadores de relativização, Dik apresenta três tipos que, em diferentes combinações, são usados para caracterizar formalmente as orações relativas:

- i. marcadores invariáveis de relativização (MR), comparáveis aos subordinadores *that* do inglês⁹⁹: revelam o estatuto subordinado da oração relativa, mas nada informam sobre a natureza da variável relativizada;
- ii. pronomes pessoais, como *he, his, him* do inglês¹⁰⁰: no contexto da oração relativa, revelam informação sobre a natureza da variável relativizada, mas nada informam sobre a natureza da oração relativa;
- iii. pronomes relativos, como *who, whose, whom* do inglês¹⁰¹, revelam informações de ambos: tanto do estatuto subordinado da oração relativa como da natureza da variável.

Juntos, esses elementos definem o seguinte padrão de realização das orações relativas pós-nominais, segundo o autor:

<i>Posição 1</i> ¹⁰²	<i>Posição-Padrão</i> ¹⁰³
a. \emptyset	\emptyset
b. MR	\emptyset
c. \emptyset	Pronome pessoal
d. MR	Pronome pessoal
e. MR + pronome pessoal	\emptyset
f. Pronome relativo	\emptyset

Quadro 3: Marcas formais das Orações Relativas Pós-nominais (adaptado de Dik, 1997a, p. 48)

Como exemplos dessas combinações, podemos ter:

⁹⁸Exemplo elaborado por nós para a ilustração desse tipo de oração relativa.

⁹⁹É interessante notar que Dik assume o *that* do inglês como marcador invariável de relativização (MR), e não um pronome relativo. Desta forma, em correspondência com o português, o *que* também seria considerado MR. Tal posição também é adotada por Tarallo (1983) e pelo *modelo raising* do gerativismo, ambos já apresentados neste capítulo.

¹⁰⁰Equivaleriam aos pronomes pessoais *ele* e suas combinações do português.

¹⁰¹Corresponderiam a *o qual, quem, cujo* em português.

¹⁰²*PI* é a primeira posição na oração relativa.

¹⁰³*Posição-padrão* é a posição ocupada, na construção relativa, pelo termo que estabelece relação anafórica com o antecedente.

(140)¹⁰⁴

- | | | | | |
|----|----------------|---------------|----------------|----------------|
| a. | the book | ∅ | John read | ∅ |
| | <i>o livro</i> | | <i>João lê</i> | |
| b. | the book | that | John read | ∅ |
| | <i>o livro</i> | <i>que</i> | <i>João lê</i> | |
| c. | the book | ∅ | John read | it |
| | <i>o livro</i> | | <i>João lê</i> | <i>ele</i> |
| d. | the book | that | John read | it |
| | <i>o livro</i> | <i>que</i> | <i>João lê</i> | <i>ele</i> |
| e. | the book | that | it | John read ∅ |
| | <i>o livro</i> | <i>que</i> | <i>ele</i> | <i>João lê</i> |
| f. | the book | wich | John read | ∅ |
| | <i>o livro</i> | <i>o qual</i> | <i>João lê</i> | |

Obviamente, as línguas não apresentam todas as combinações, por exemplo: em inglês, são gramaticais, como orações relativas, os exemplos 140 a, b, d, f; em português (variante brasileira), só são gramaticais, como orações relativas, os exemplos 140 b, d, f.

Outro ponto discutido por Dik refere-se à tipologia das línguas com base na *proeminência de tópico*¹⁰⁵: *línguas de proeminência de tópico x línguas sem proeminência de tópico ou de sujeito*, como fazem Li e Thompson (1976)¹⁰⁶, por exemplo. Dik rejeita essa classificação por acreditar que as funções pragmáticas, como é a de *Tema* (considerada como *Tópico* nessas abordagens)¹⁰⁷, são propriedades universais das línguas, logo, não podem ser tratadas como uma questão de dicotomização, mas de gradação: há línguas que usam esse tipo de organização mais do que outras (Dik, 1997b, p. 390). Além disso, o *Tema* é uma função pragmática extraoracional, portanto, tem origem fora e independente da oração seguinte. Assim

¹⁰⁴Exemplos reproduzidos de Dik (*op. cit.* p. 49) com a referida adaptação literal em português.

¹⁰⁵Como procede Kato (1996).

¹⁰⁶Além desses dois tipos, eles elencam mais dois: *línguas de proeminência de Sujeito; línguas de proeminência de Sujeito e de Tópico*.

¹⁰⁷Há de se fazer uma intervenção para explicar essa diferença. O que autores como Kato (1996), Li e Thompson (1976) chamam de “tópico” é considerado na Gramática Funcional como “tema”. A GF trata como distintas essas duas funções pragmáticas “Tema” e “Tópico”: ambas servem para orientar o interlocutor na interação, com a diferença de que esta se situa dentro da oração, ao passo que a outra está localizada fora da oração. Tópico, por ser interno à oração, poder ser um dos argumentos do predicado ou um satélite, logo, acumula, além da função pragmática, funções sintáticas e semânticas. Já o Tema, por ser externo à oração, mantém uma relação formal mais “frouxa” com ela, assim, não pode ser analisado a partir de regras sintáticas. Portanto, o que essas abordagens chamam “Tópico” inclui “Tópico” e “Tema” da Gramática Funcional.

sendo, ele não é o resultado de nenhuma regra de movimento de constituinte interno à oração, como defendem os autores que postulam envolver a relativização o mesmo processo que tem a Topicalização. Por se situar fora da oração, muitas vezes, é produzido antes de o falante ter formado uma ideia clara de que tipo de oração irá gerar sobre ele, de modo que, acredita Dik, é a oração seguinte que se ajusta ao Tema, e não o contrário. Provas dessa independência do Tema em relação à oração seguinte e, conseqüentemente, a afirmação de que tal constituinte não é gerado a partir de um elemento situado dentro da oração, podem ser confirmadas nos seguintes apontamentos (*cf.* DIK, 1997b, p. 391):

- ✓ o Tema frequentemente precede a oração inteira, inclusive seu componente ilocucionário. É incomum um Tema em posições parentéticas;
- ✓ o Tema pode ter seu próprio *status* ilocucionário, diferente, inclusive, do estatuto ilocucionário da oração seguinte;
- ✓ o Tema, muitas vezes, é apresentado de forma absoluta, completamente isento de qualquer tipo de função sintática ou semântica; porém, também pode ser produzido com a marca do caso que teria se ocupasse uma posição dentro da oração seguinte, o que evidencia, conforme a postura da GF, que o falante assume que o constituinte antecipa e expressa formalmente a função que desempenhará na oração seguinte;
- ✓ com relação ao comportamento do falante, é procedente dizer que ele frequentemente produz um Tema antes de ter formado claramente o tipo de oração que fará referência a ele. Por isso, é comum encontrar hesitação entre o Tema e a oração.

Apesar de serem relativamente independentes, Tema e oração, isso não significa que qualquer termo e qualquer oração possam combinar-se em uma organização estrutural *Tema+Oração*. Segundo Dik, há uma condição necessária para que essa construção *Tema+Oração* seja pragmaticamente coerente:

- (141) “Para todo par de Tema T e oração O fazer sentido, deve ser relevante pronunciar O com relação a T” (DIK, 1997b, p. 394)¹⁰⁸.

Partindo dessa condição, dois tipos de relação são possíveis entre Tema e Oração:

¹⁰⁸ Cf. original: “For any pair of Theme T and clause C to make sense, it must be relevant to pronounce C with respect to T” (*Ibid.*, p. 394).

- (142) a. $(X_i)_{\text{Tema}}, (\dots(X_i) \dots)_{\text{Oração}}$
 b. $(X_i)_{\text{Tema}}, (\dots\dots\dots)_{\text{Oração}}$

No primeiro tipo, o Tema é retomado dentro da oração seguinte, marcado por um pronome pessoal ou demonstrativo correferencial ao Tema, como em¹⁰⁹:

- (143) Quanto ao *João*, **ele** é louco por estátuas de bronze.

Nesse caso, temos o tema “João” sendo retomado por um pronome pessoal “ele” dentro da oração “ele é louco por estátuas de bronze”. A combinação Tema+Oração pode ser descrita em termos semânticos e sintáticos, já que há um elemento correferente ao Tema situado dentro da cláusula. Entretanto, recorrer somente a condições semânticas e sintáticas parece não explicar as possibilidades de ocorrência da estrutura Tema+Oração, em exemplos como o seguinte:

- (144) *Quanto às *estátuas de bronze*, **elas** são loucas por João.

Do ponto de vista sintático, a construção é perfeitamente aceitável tal como o é o exemplo (143): temos um tema “estátuas de bronze” sendo retomado por um pronome pessoal “elas” dentro da oração seguinte “elas são loucas por João”. Todavia, do ponto de vista pragmático, há uma incoerência, não exatamente uma agramaticalidade, com relação ao conhecimento de mundo que temos referente a esse EC ‘*algo adorar algo*’: no mundo real, o primeiro argumento deve ser preenchido por um termo que manifeste o traço semântico [+animado], traço não apresentado por “estátuas de bronze”. Num mundo fictício, porém, é possível conceber que estátuas de bronze sejam loucas por alguém, desde que essa seja uma informação pragmática compartilhada entre falante e ouvinte. Isso reforça o argumento funcionalista de que a relação entre Tema e oração é mediada via condição pragmática, e não sintática ou semântica somente. Tanto é que são coerentes estruturas do subtipo (145b), em que o Tema não é retomado formalmente dentro da oração, conforme se pode observar em:

¹⁰⁹Os exemplos (143), (144), (145) são originais de Dik (1997) e traduzidos aqui. Cf originais: (42) As for John, He is crazy about bronze statues.
 (44) a. *As for bronze statues, they are crazy about John. (*Ibid.*, p, 393-394)

- (145) a. Quanto aos *alunos*, adolescentes quase nunca têm bom senso.
 b. Quanto a *Paris*, a Torre Eiffel é realmente espetacular.

Nesses dois exemplos, a aceitabilidade gramatical ou semântica está condicionada às informações pragmáticas compartilhadas entre falante e ouvinte, ou seja, o conhecimento de mundo compartilhado entre os interlocutores atesta a relação existente entre “alunos” e “adolescentes” – no exemplo (145a) – e entre “Paris” e “Torre Eiffel” – no exemplo (145b) – como sendo uma construção Tema+oração. Em casos como esses, tal relação é mediada exclusivamente via condição pragmática.

3.4 Síntese conclusiva

Neste capítulo, nosso objetivo foi apresentar, à luz de enfoques diferentes, algumas pesquisas que fazem o estudo da relativização.

Iniciamos pelo enfoque gerativista, cujas pesquisas priorizam a busca pelas razões que levam o falante nativo a produzir determinada forma, ou seja, procuram revelar o sistema de regras e arranjos permitidos na *língua-I* (representação interna da competência sintática do falante). Com relação ao processo de relativização, dois modelos se diferem sob a abordagem gerativista: o modelo tradicional (também denominado de *transformacional*) e o modelo *raising*. Em geral, essas pesquisas gerativas giram em torno de comprovar se há ou não movimento do elemento QU (*WH-movement*); e se o “que” pode ser considerado pronome relativo em todos os tipos de cláusulas relativas, ou se, em algumas, ele é somente complementizador.

As pesquisas com base no **modelo tradicional**, em que se incluem os estudos de Tarallo (1983) e de Kato (1996), defendem que a estruturação das orações relativas envolve apagamento, no interior da cláusula, de uma expressão nominal exatamente idêntica àquela que é alvo da relativização. Haveria, então, dois NPs, um dentro da cláusula, que seria apagado, e outro fora dela. Além disso, o processo de relativização seria realizado através da adjunção de uma cláusula relativa a um NP (fora dela) a ser relativizado. O que distingue as visões de Tarallo e Kato é que o primeiro considera que o processo de relativização em Língua Portuguesa ocorre por meio de dois processos alternativos: um com movimento, o *padrão*; e outro sem movimento e com apagamento do NP relativizado e da preposição, o *não-padrão* (que engloba as estratégias *copiadora* e *cortadora*). Além disso, o pesquisador procede a um levantamento diacrônico, que revela que, em língua falada, houve a seguinte mudança na configuração do

quadro das estratégias de relativização, com o surgimento da variante que apaga o constituinte preposicionado dentro da oração relativa: até o séc. XIX, havia concorrência entre movimento (manifestado na variante padrão, *piedpiping*) e preenchimento (o que se dava na relativa copiadora); a partir do final do referido século, passaria a haver a perda de movimento para construir relativas, o que culminou no surgimento e concorrência da *estratégia cortadora* em relação à já existente, *copiadora*, ambas apresentando-se sob o mesmo processo subjacente (sem movimento: copiadora = preenchimento, cortadora = apagamento). Quanto ao elemento QU, a única estratégia em que ele é caracterizado como pronome relativo é a estratégia padrão; nas demais, como não compartilha nenhum traço correferencial com os NPs apagados, é tido como complementizador.

Mesmo apoiada nos estudos de Tarallo, a pesquisa de Kato (1996) apresenta uma oposição a essa hipótese: segundo postula a autora, todas as estratégias de relativização acontecem via movimento de QU, este sendo considerado em todas como pronome relativo, já que, por ser uma língua com proeminência de tópico, a preposição, geralmente, não acompanha o NP movido/topicalizado, gerando a lacuna nas relativas não-padrão, porém essa lacuna é uma elipse na FF que permanece presente na FL. Desta maneira, Kato trata o processo de relativização como a apresentação de um tópico discursivo sobre o qual a oração relativa apresenta uma espécie de comentário. Ademais, afirma a autora que a relativização ocorre por meio de LD do pronome relativo (único *Move* envolvido), deslocamento este que constitui uma posição sintática de adjunção da cláusula relativa ao NP relativizado.

O **modelo *raising***, por sua vez, surge como uma alternativa à hipótese transformacional, da qual difere nos seguintes pontos: (i) a hipótese de que haveria dois NPs é substituída: não há dois NPs, mas um único XP que ocupa posições distintas no percurso da derivação; (ii) o alvo da relativização é um NP, porém selecionado por um Determinante, portanto, generalizando, para o modelo *raising*, o alvo é um DP; (iii) o NP alvo da relativização é um constituinte da cláusula relativa que foi alçado a spec-CP; e (iv) a relação entre NP e CP, melhor dizendo, entre DP e CP, não se dá por adjunção, mas por complementação.

Já as pesquisas com o **enfoque da Linguística Tipológica** procuram descrever os vários tipos linguísticos a partir de um único parâmetro gramatical. Com relação à relativização, uma construção é considerada relativa se especificar um conjunto de objetos em duas etapas: (i) especifica-se, primeiramente, um conjunto maior – denominado *domínio de relativização*; (ii) restringe-se, posteriormente, esse vasto conjunto a um subconjunto do qual uma certa sentença – a relativa – é verdadeira. Tomando como base aproximadamente 50 línguas, Keenan e Comrie (1977) observam, com o objetivo de compreender a distribuição tipológica das

possibilidades de relativização, que o processo de formação desse tipo de orações faz-se sob dois parâmetros: 1) posição do SN nuclear com relação à oração restritiva; e 2) presença ou ausência de um morfema que marque o caso da posição relativizada. A partir do levantamento dos dados dessas 50 línguas pesquisadas, os autores propõem o que chamaram de *Hierarquia de Acessibilidade (HA)* das funções sintáticas relativizáveis: SU > OD > OI > OBL > GEN > OCOMP. De acordo com essa hierarquia, quanto mais à direita o termo se posicionar, mais difícil se torna a relativização e mais restrita tipologicamente, assim como, quanto mais posições uma relativa licenciada, mais eficaz ela se torna na língua. Com relação à Língua Portuguesa, estudos comprovam que, se comparando a estratégia padrão com a copiadora, percebe-se que esta é mais eficaz pelo motivo de licenciada um conjunto maior de posições da HA.

Com relação ao **enfoque funcionalista**, destacamos as abordagens de Givón (2001a e b) e de Dik (1997a e b). O primeiro busca proceder a um levantamento sintático-tipológico de relativização, resultando na consideração de que uma determinada construção sintática poderá ser tipologicamente classificada como oração relativa restritiva se tiver um antecedente nominal (ou pronominal) à sua esquerda, ou à sua direita, ou ainda internamente, correferente com um argumento ou satélite do predicado verbal, razão por que classifica a oração relativa como subordinada ou encaixada com a função de modificador do nome. Basicamente, Givón fundamenta sua análise em dois critérios: (i) Referenciação; e (ii) Pressuposição. Já Dik (1997a e b) entende que as orações relativas inserem-se no grupo dos restritores verbais, alegando que tais construções são restritores verbais que seguem o SN cujo referente será especificado. Portanto, de acordo com sua análise, só as construções pós-nominais são consideradas orações relativas. Assim sendo, línguas cujos restritores verbais alojam-se à esquerda do SN não têm construções relativas. Além disso, é interessante ressaltar que o autor distingue predicação de proposição e de enunciado (*clause*): a primeira designa *estado de coisas*; a segunda, *fato possível*; a última, *ato de fala*. A construção relativa é, para ele, uma *predicação* encaixada que designa um estado de coisas do qual o referente do SN antecedente é participante. Tal definição deixa de fora as construções que designamos *orações pseudorrelativas modalizadoras*, talvez porque tais orações são encaixadas em verbos que tomam *proposições* (fatos possíveis) ou *enunciados* (atos de fala) como argumentos, e não *predicações*. Por fim, com relação à tipologia das línguas com base na *proeminência de tópico*, o holandês rejeita tal classificação por acreditar que as funções pragmáticas, como é a de *Tema*, são propriedades universais das línguas, logo, não podem ser tratadas como uma questão de dicotomização, mas de gradação: há línguas que usam esse tipo de organização mais do que outras. Ademais, o *Tema* é uma

função pragmática extraoracional, portanto, tem origem fora e independente da oração seguinte. Desta maneira, ele não é o resultado de nenhuma regra de movimento de constituinte interno à oração, como defendem os autores que postulam envolver na relativização o mesmo processo que tem a Topicalização. Por se situar fora da oração, muitas vezes, é produzido antes de o falante ter formado uma ideia clara de que tipo de oração irá gerar sobre ele, de modo que, acredita Dik, é a oração seguinte que se ajusta ao Tema, e não o contrário.

Diante do exposto, percebemos que, apesar do vasto número de pesquisas sobre o processo de relativização, não há menção sobre o fenômeno que tomamos para investigação. Em muitas das propostas de análise, ele sequer é passível de inclusão, melhor dizendo, não se vê a possibilidade de analisar as orações pseudorrelativas modalizadoras sob a perspectiva de alguns dos modelos apresentados. Isso nos incentivou ainda mais à investigação, pois, apesar de um fenômeno como a relativização ser visto e explicado por diversos ângulos, ainda há muito o que considerar e descrever. Isso justifica nossa escolha em pesquisar e explorar esse objeto: as orações pseudorrelativas modalizadoras.

4 O FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO E A GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL

O objetivo deste capítulo é apresentar, em linhas gerais, os pressupostos teóricos assumidos pelo Funcionalismo, já que este trabalho assume um ponto de vista funcionalista sobre a linguagem. Para isso, faremos a explanação do paradigma funcionalista, com seus fundamentais princípios; assim como apresentamos a teoria da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), atentando para os postulados nela existentes relevantes para os propósitos desta pesquisa.

4.1 O paradigma funcionalista

O Funcionalismo é difícil de ser caracterizado porque suas propriedades estão mais ligadas aos estudiosos funcionalistas do que a uma corrente teórica única. Muitos dos que se dizem funcionalistas são apenas avessos ao Formalismo. Contudo, há alguns propósitos em comum entre os linguistas funcionalistas:

- i. estudar o modo como os usuários da língua conseguem comunicar-se, como se dá essa comunicação;
- ii. estudar a língua, não como sistema autônomo, e sim como sistema extremamente ligado a outros parâmetros, como a cognição e a comunicação, não se esquecendo de que, além de funcional, ela é também dinâmica;
- iii. e estudar a língua estabelecendo-se uma relação não-arbitrária entre sistematicidade e funcionalidade.

Para entender o Funcionalismo, é necessário, primeiramente, entender seus pressupostos, suas concepções. Uma questão importante diz respeito à definição de *função*.

As várias vertentes funcionalistas têm definições e abordagens diferentes para o termo 'função', uma vez que este é definido de acordo com o que o funcionalista enfatiza em sua abordagem. Dentre as várias acepções que este item apresenta para o Funcionalismo, podemos elencar as seguintes: (i) o propósito do falante;(ii) um componente da gramática;(iii) as diversas relações existentes.

A primeira utilização do termo “função” associada ao sistema linguístico foi na Escola de Praga, na qual era atribuída ao termo, sobretudo, a noção de papel desempenhado na comunicação.

Segundo Pezatti (2007), o termo ‘função’ tem três definições:

- i. segundo Martinet (1962, apud Labov, 1987), é a relação paradigmática, a seleção de oposição entre as unidades no sistema, ou seja, a relação entre uma forma e outra - *função interna*;
- ii. segundo Kiparsky (1971), é a relação direta entre uma forma e seu significado - *função semântica*;
- iii. e, segundo Halliday (1967), é a organização da informação por parte do falante, o modo como ele conduz a sentença - *função externa*.

Para o Funcionalismo, a última acepção de *função* merece mais destaque.

Halliday (2004) afirma que não se deve pensar no termo ‘função’ como os papéis desempenhados pelos sintagmas ou classes de palavras, concordante com o que defendem os formalistas ao enfatizarem a função interna dos signos, mas, sim, como o papel desempenhado pela língua na vida do usuário, que propósitos esta desempenha. Para ele, o sistema linguístico, embora compreenda um número muito grande de usos, está organizado em três níveis de linguagem (metafunções) diferentes e complementares: *ideacional*, *interpessoal* e *textual*.

- A *função ideacional* refere-se à representação dos mundos interior e exterior. De acordo com ela, entende-se a frase como *um processo* (mental, perceptivo) de ações, eventos e relações. Em outras palavras, diz respeito ao “que” é dito – ao conteúdo da mensagem;
- A *função interpessoal* diz respeito à interação entre as pessoas por meio da língua. Segundo ela, a frase é entendida como *um ato de fala*, no qual o falante estabelece uma troca, permuta papéis com o ouvinte;
- A *função textual* tem relação com a organização da informação. Por meio dela, a frase é entendida como uma *mensagem*, cuja organização indica o que o falante quer evidenciar, priorizar, ocultar.

Outra concepção peculiar do Funcionalismo é a ideia de gramática como sistema funcional. A Gramática Funcional é um modelo que procura integrar as relações entre as unidades e suas funções. Acredita-se na relação não-arbitrária entre o uso da língua e sua

sistematização. Portanto, ela tenta integrar o funcional e o sistemático (estrutural). Além da descrição que visa à determinação do som e do significado de uma sentença, a Gramática Funcional atribui relevância ao falante, ao ouvinte e a seus papéis na situação de interação verbal. Ou seja, é indispensável a observação dos aspectos linguísticos em concordância com os aspectos cognitivos e discursivos.

Dik (1997a) afirma que uma Gramática Funcional deve considerar algumas questões. Ela deve:

- i. ser integrada ao uso, ou ao modelo de usuário de uma língua - *adequação pragmática*;
- ii. ser compatível com aquelas teorias que descrevem o processamento linguístico em termos de produção (como o falante constrói e organiza sua expressão linguística) e de compreensão (como o ouvinte percebe e interpreta a expressão linguística) - *adequação psicológica*;
- iii. e ser capaz de descrever fenômenos que ocorram em diversas línguas, explicando as semelhanças e diferenças entre essas línguas - *adequação tipológica*.

Afirma, ainda, que uma teoria de gramática pode falhar quando:

- é forte demais, no sentido de ser abstrata demais, a tal ponto que pode definir uma classe de gramática que exceda amplamente a classe das línguas humanas reais;
- ou quando é fraca demais, ou seja, concreta demais e, portanto, incapaz de permitir a descrição de línguas particulares.

Para evitar a primeira falha, Dik propõe três maneiras de restringir o poder descritivo de uma gramática:

- a) evitando transformações ou operações de mudança de estrutura: uma vez construída uma estrutura, ela deve ser mantida em toda a derivação posterior da expressão linguística;
- b) evitando filtros: expressões que são descartadas depois se as regras não forem bem formadas;
- c) não admitindo predicados abstratos: todas as formas devem estar contidas no léxico da língua objeto.

Segundo Pezatti (2007), a Gramática Funcional é constituída de propriedades categoriais e funcionais. As primeiras referem-se às características intrínsecas dos constituintes; e as funcionais, à relação de um constituinte com outros. As relações funcionais compreendem três níveis:

- *funções semânticas*: apontam para os papéis exercidos pelos referentes, tais como ‘Agente’, ‘Meta’, ‘Beneficiário’;
- *funções sintáticas*: apontam a perspectiva a partir da qual é apresentado o estado-de-coisas, ‘Sujeito’, ‘Objeto’;
- e *funções pragmáticas*: denotam o estatuto informacional dos constituintes ‘Tópico’ e ‘Foco’¹¹⁰.

No paradigma funcionalista, a expressão linguística, ou a língua em si, é considerada como instrumento de interação entre os indivíduos. Ela medeia a relação entre a intenção do falante e a interpretação do ouvinte. Segundo Dik (1997a), toda expressão linguística tem uma intenção comunicativa por parte do falante, que deseja modificar no destinatário a sua informação pragmática¹¹¹, ou seja, o falante organiza suas expressões linguísticas de acordo com sua informação pragmática e de acordo com sua estimativa em relação à informação pragmática de seu interlocutor no momento da interlocução. Por outro lado, o destinatário consegue chegar a essa intenção por meio da interpretação da expressão linguística, que não precisa verbalizar diretamente a intenção do falante. Para essa interpretação, o destinatário utilizará a competência comunicativa (capacidades linguística epistêmica, lógica, perceptual e social). À vista disso, o Funcionalismo concebe a linguagem como uma ferramenta, um instrumento que apenas medeia a interação social, uma vez que a linguagem não é a única responsável por essa interação, pois os indivíduos são dotados de outras capacidades, além da capacidade linguística, conforme apontamos há pouco.

O objeto de estudo do Funcionalismo considera o uso real, não aceita a distinção entre língua e fala (de Saussure), ou entre competência e desempenho (de Chomsky). As formas linguísticas adaptam-se às funções, e a análise linguística tem base nessas funções. O interesse

¹¹⁰Segundo Dik (1997a), *Tópico* e *Foco* são os principais parâmetros que distinguem as funções pragmáticas internas à oração. *Tópico* refere-se às coisas sobre as quais estamos falando; e *Foco*, às partes mais importantes ou salientes do que dizemos sobre o que é tópico.

¹¹¹ Para Dik (1997a), a informação pragmática de uma pessoa é constituída de um completo corpo de conhecimentos, crenças, sentimentos e preconceitos no momento da interlocução.

do funcionalista é descrever a linguagem e o seu funcionamento em contextos reais de uso, por isso subordina a descrição do sistema linguístico ao uso. Ainda segundo Dik (1997a), no Funcionalismo, o falante não é visto como uma “tábula rasa”, ou um “animal linguístico”, ele é capaz de produzir e interpretar expressões linguísticas complexas em qualquer situação comunicativa; de formular, manter e armazenar um conhecimento organizado (capacidade epistêmica); de extrair da situação conhecimentos diversos por meio de regras de raciocínio lógico (capacidade lógica); de perceber seu ambiente e daí derivar conhecimento a partir dessas percepções (capacidade perceptual); e de adequar suas expressões às situações de interação, com a finalidade de atingir objetivos comunicativos (capacidade social).

Exposto o paradigma funcionalista, passemos à explanação da Gramática Discursivo-Funcional, de Hengeveld e Mackenzie (2008), teoria de base deste trabalho.

4.2 A Gramática Discursivo-Funcional

A Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF) apresenta-se como o componente gramatical de uma teoria mais ampla de interação verbal. Assim sendo, revela-se como um modelo da competência gramatical dos usuários de uma língua visando à expansão de uma gramática da frase para uma gramática orientada para o discurso. Isso explica o nome *Discursivo-Funcional*: adere-se aos princípios do Funcionalismo Linguístico e toma o Ato Discursivo como sua unidade básica de análise. Por esse motivo, alguns autores afirmam ser a GDF uma expansão da Gramática Funcional, de Simon Dik (1989, 1997).

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), a GDF é definida, ademais, pelos seguintes aspectos:

- i. busca modelar a competência gramatical de usuários das línguas;
- ii. assume o ato discursivo, não a oração, como unidade básica de análise, conforme expusemos há pouco;
- iii. interage sistematicamente o Componente Gramatical com os componentes Conceitual, Contextual e de Saída/Expressão, que não haviam sido contemplados desta forma na Gramática Funcional, de Dik (1989, 1997);
- iv. procede à organização hierárquica como descendente (parte das intenções comunicativas para se chegar ao enunciado), ou seja, *top-down*, enquanto a da Gramática Funcional de Dik é ascendente, *bottom-up*;

- v. inclui, por fim, as representações morfossintáticas e fonológicas como parte da análise, ao lado de representações das propriedades pragmáticas e semânticas dos Atos Discursivos.

Outra distinção é que, no modelo anterior, o da GF, a pragmática comanda as análises semânticas e sintáticas; na GDF, a pragmática governa a semântica, as duas governam a morfossintaxe e as três (pragmática, semântica e morfossintaxe) governam a fonologia¹¹². Essa mudança é, de acordo com os autores, motivada pelo postulado de que um modelo de gramática será eficiente quanto mais se aproximar do processamento cognitivo. Isso porque, embora a GDF não seja um modelo do processamento de linguagem¹¹³, estudos psicolinguísticos demonstram que a produção linguística é um processo descendente, que parte do componente cognitivo em direção ao componente de expressão, ou seja, corroboram com o pressuposto de que o processo de produção da linguagem inicia-se com a intenção e se finaliza com a articulação da expressão linguística atualizada. Da mesma forma, para ser eficiente, um modelo gramatical deve constituir-se como uma teoria geral de interação verbal, no sentido de que seja válido para todos os tipos de língua, propriedade já assinalada pela GF.

Esse modelo de descrição gramatical distingue duas principais operações das expressões linguísticas, a *Formulação* e a *Codificação*¹¹⁴. A primeira relaciona-se às regras – diferentes de língua para língua – que determinam que termo legitima nas línguas as representações pragmáticas e semânticas da análise. Na Codificação, por sua vez, estão envolvidas regras que permitem converter essas representações pragmáticas e semânticas em representações morfossintáticas e fonológicas.

Cada uma dessas operações envolve três processos interligados:

- ✓ Na Formulação:
 - i. a seleção de esquemas apropriados para os níveis Interpessoal e Representacional;
 - ii. a inserção, nesses esquemas, de lexemas apropriados;
 - iii. a aplicação de operadores que simbolizam as distinções gramaticais relevantes para uma dada língua.

¹¹²HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 13.

¹¹³Ou seja, a GDF não é um modelo sobre o falante, é antes uma teoria sobre a gramática que tenta refletir evidências psicolinguísticas em sua arquitetura básica (*op. cit.*, p. 2). Portanto, o que está em foco não é o falante como sujeito, mas a partir dele, o que se pode dizer sobre como operam as propriedades linguísticas, ou melhor, como se descreve e se organiza a gramática de uma língua.

¹¹⁴Ambas pertencem ao *Componente Gramatical*, o qual, junto com os *Componentes Conceitual, Contextual e de Saída* compõem o modelo de descrição da GDF, que será apresentado, mais detalhadamente, na seção seguinte.

- ✓ Na Codificação:
 - i. a seleção de esquemas apropriados para os níveis Morfossintático e Fonológico;
 - ii. a inserção, nesses esquemas, de morfemas gramaticais livres e presos;
 - iii. a aplicação de operadores que desempenham um papel no processo de articulação do componente de saída da gramática.

Com vistas nesses processos é que, de acordo com Hengeveld (2004), a GDF é um modelo de codificação das intenções. E é sobre a organização desse modelo de gramática que discorre a seção seguinte.

4.2.1 A arquitetura da Gramática Discursivo-Funcional

Na formulação da Gramática Discursivo-Funcional, Hengeveld e Mackenzie postulam a existência de quatro componentes, conectados entre si: o **Gramatical**, o **Conceitual**, o **Contextual** e o **de Saída**, conforme a Figura 2 a seguir:

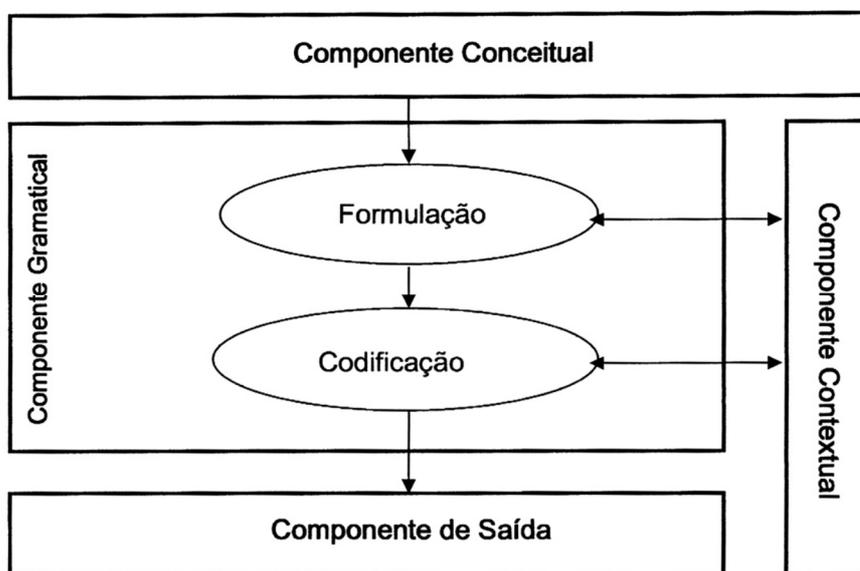


Figura 2: A GDF como parte de uma teoria mais ampla de interação verbal (baseada em Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 6).

O Componente Conceitual (*Conceptual Component*) contém as representações conceituais pré-linguísticas; ele identifica as intenções comunicativas do Falante (as tomadas de decisões) e as estratégias que ele deseja dispor em ordem para alcançar tais objetivos. O Componente Contextual (*Contextual Component*) contém, na medida em que os elementos sejam relevantes para a descrição gramatical do enunciado, uma descrição do domínio do

discurso, englobando tanto o discurso precedente como a situação externa em que esse ocorre. O Componente de Saída (*Output Component*) é responsável pela expressão acústica ou gráfica ou manual – nas línguas dos surdos – da unidade linguística e depende das informações cedidas pelo Componente Gramatical, apesar de ser externo a ele. O Componente Gramatical (*Grammatical Component*) é conectado aos demais e se configura como o centro da investigação linguística. É ele quem determina quantas informações conceituais e contextuais entram nos respectivos componentes.

No Componente Gramatical, distinguem-se quatro níveis de descrição, e cada nível concebe-se como um módulo separado e internamente organizado em camadas:

✓ dois níveis de *Formulação*:

- (i) um Interpessoal (Pragmática);
- (ii) e um Representacional (Semântica);

✓ e dois níveis de *Codificação*:

- (iii) um Morfossintático (Morfossintaxe);
- (iv) e um Fonológico (Fonologia), conforme a figura a seguir:

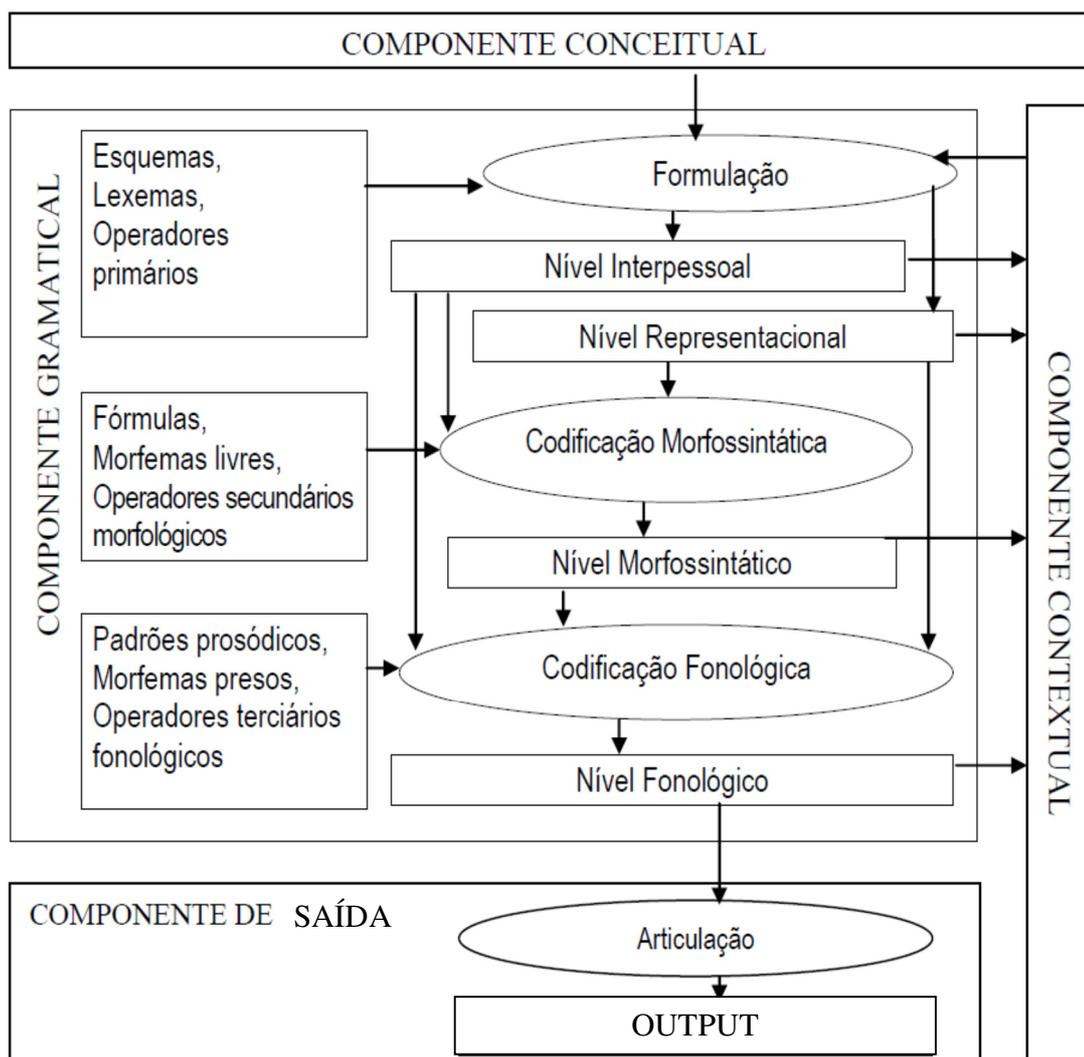


Figura 3: Plano geral da GDF (baseado em Hengeveld e Mackenzie, 2008, p. 13)

Esses níveis são puramente linguísticos e estão organizados interna e hierarquicamente. Os níveis *Interpessoal* e *Representacional* descrevem a língua com relação às suas funções e significados codificados na gramática desta língua. Deste modo, o *Nível Interpessoal* representa uma unidade linguística em termos de sua função comunicativa, ao passo que o *Nível Representacional*, em termos de sua categoria semântica. Já o *Nível Morfossintático*, específico de cada idioma, analisa a unidade linguística com relação aos seus constituintes sintáticos e morfológicos: da mais alta para as camadas mais baixas. Por fim, o *Nível Fonológico*, também específico de cada idioma, contém as representações fonológicas segmentais e suprasegmentais de uma elocução.

Resumidamente, podemos definir esses níveis da seguinte forma:

- i. no *Nível Interpessoal*, a expressão linguística é considerada com base em aspectos ligados à relação Falante/Ouvinte, tendo em vista, principalmente, que uma determinada expressão está associada a uma dada intenção comunicativa ou reflete uma estratégia para alcançar uma dada intenção comunicativa.;
- ii. no *Nível Representacional*, a expressão linguística é explicada segundo sua estrutura semântica subjacente, que se refere ao modo como uma língua se relaciona com o mundo real ou imaginário que ela descreve;
- iii. no *Nível Morfossintático*, a expressão linguística é descrita conforme sua codificação morfossintática, que fornece a estrutura da oração e a ordenação dos elementos em uma palavra;
- iv. e, no *Nível Fonológico* consideram-se questões como a codificação fonológica segmental e o padrão entonacional das expressões.

Com relação à Figura 2, anteriormente apresentada, é importante ressaltar que, dentro dos vários componentes, as elipses compreendem as operações; as caixas, os primitivos usados nas operações; os retângulos, os níveis de representação produzidos pelas operações; e as setas ligam um componente ou nível ao outro. Portanto, essa figura ilustra e enfatiza a organização *top-down* do modelo da GDF, que se concretiza da seguinte forma (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 12):

- 1) uma intenção comunicativa e as representações mentais correspondentes formam-se no Componente Conceitual (pré-linguístico);
- 2) na operação de Formulação (que envolve um conjunto de primitivos, como esquemas, lexemas e operadores interpessoais e representacionais), essas representações conceituais traduzem-se em representações pragmáticas e semânticas nos Níveis Interpessoal e Representacional, respectivamente¹¹⁵;
- 3) as configurações nos Níveis Interpessoal e Representacional traduzem-se, por sua vez, em estruturas morfossintáticas no Nível Morfossintático na operação de Codificação Morfossintática (que envolve um conjunto de primitivos, como Fórmulas, Morfemas livres e Operadores morfossintáticos);
- 4) por fim, as opções dos Níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático traduzem-se em estruturas fonológicas no Nível Fonológico na Codificação

¹¹⁵É importante destacar que as regras usadas na Formulação são específicas de cada língua, ou seja, a GDF não propõe que existam noções pragmáticas e semânticas universais. Assim sendo, representações conceituais semelhantes podem receber distintas representações pragmáticas e semânticas nas diversas línguas.

Fonológica (que envolve um conjunto de primitivos, como Padrões Fonológicos e Operadores Fonológicos).

Vale lembrar que esse modelo descrito na Figura 2 reflete o processamento sob o ponto de vista do Falante/Locutor; quando da perspectiva do Ouvinte/Interlocutor, este tem de reconstruir todos os níveis de representação dentro da gramática, partindo da *Output*, considerado em suas unidades fonéticas. Conseqüentemente, a gramática ordena, na interpretação, as operações na sequência invertida.

É importante também enfatizar que cada um desses níveis estrutura-se à sua maneira, com a ressalva de que todos eles têm em comum uma organização hierarquicamente ordenada em camadas, dispostos, portanto, como uma estrutura em camadas, conforme a formalização seguinte (*op.cit.*, p. 14):

$$(146) (\pi v_1: [\text{núcleo } (v_1) \Phi]: [\sigma (v_1) \Phi]) \Phi$$

Em que temos:

“Aqui v_1 representa a variável da camada relevante, que é restrita por um (possivelmente complexo) núcleo que toma a variável como seu argumento e pode ser ademais restringido por um modificador σ que toma a variável como seu argumento. A camada pode ser especificada por um operador π e carregar uma função Φ ” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 14)¹¹⁶.

Segundo os autores, *núcleos e modificadores* são representados por estratégias lexicais, ao passo que *operadores e funções*, por estratégias gramaticais. Além disso, postulam que a diferença entre *operadores* e *funções* deve-se ao fato de que estas são relacionais, envolvidas entre uma unidade e outras unidades da mesma camada, à medida que os operadores aplicam-se somente a uma unidade. Obviamente, nem todas as relações entre as unidades são hierárquicas. Em tais casos, as unidades incluem-se entre os mesmos parênteses (...). Conseqüentemente, numa relação configuracional, as unidades incluem-se entre os mesmos colchetes [...], por exemplo, a relação entre um núcleo e seu argumento. Melhor dizendo, quando há relação hierárquica, as unidades ficam entre colchetes [...]; quando não há, entre parênteses (...).

¹¹⁶Cf. original: “Here v_1 represents the variable of the relevant layer, which is restricted by a (possibly complex) head that takes the variable as its argument, and may be further restricted by a modifier σ that takes the variable as its argument. The layer may be specified by an operator π and carry a function Φ ” (HENGEVELD; MACKENZIE, *ibid.*, p. 14).

Uma das justificativas que os autores apresentam para postularem a existência dos quatro níveis de organização linguística é a possibilidade de referência anafórica em cada um deles, por isso a criação de um sistema modular independente para cada nível, apesar de correlacionados. Vejamos o seguinte quadro:

Conceitos	Níveis de organização	Operações da GDF
Pragmático	Nível Interpessoal (I) A: Saia daqui. B: Não fale <i>assim</i> comigo	Formulação
Semântico	Nível Representacional (II) A: Há poucas faixas de pedestre nas cidades brasileiras. B: Eu não notei <i>isso</i> .	
Morfologia Sintaxe	Nível Morfossintático (III) A: Eu comi <i>chuletas de cordeiro</i> no jantar. B: É <i>assim</i> que diz ‘costelas de cordeiro’ em Espanhol?	Codificação
Fonologia	Nível Fonológico (IV) A: Eu comi /tʃuˈletasdekorˈdero/ no almoço. B: <i>Isso</i> não deveria ser /tʃuˈletasdeʔrdero/?	

Quadro 4: Relação entre níveis de organização, operações da GDF e referência anafórica (com base em Hengeveld e Mackenzie, 2008 - adaptação de Souza, 2010)

Como podemos observar, é possível analisar a referência anafórica¹¹⁷ em cada nível isoladamente: Em (IB), o item anafórico *assim* refere-se a uma estratégia comunicativa escolhida por (IA), confirmando a presença de um *nível interpessoal*. Em (IIB), o item anafórico *isso* refere-se a uma situação do mundo externo, descrita em (IIA), o que significa tratar-se de uma referência puramente semântica, portanto, *representacional*. Já as referências anafóricas em (IIIB) e (IVB) são diferentes, em razão de que ambas apresentam uma natureza metalinguística – atividade reflexiva sobre a linguagem. Desse modo, em (IIIB), *assim* não se refere à entidade ‘chuletas de cordero’, mas à unidade linguística em si, no caso, uma unidade *morfossintática*. Em (IVB), da mesma forma, porém, com a diferença de que *isso* aponta para uma *unidade fonológica*.

Apresentada a arquitetura da GDF, passemos, nas seções seguintes, à abordagem de cada nível de representação.

¹¹⁷É interessante notar que essa argumentação pressupõe que a anáfora é um fenômeno puramente linguístico.

4.2.1.1 O Nível Interpessoal

O **Nível Interpessoal** reúne os aspectos formais de uma unidade linguística relacionados ao seu papel na interação entre os interlocutores. É o resultado das estratégias empregadas para se conseguir os objetivos comunicativos. Envolve a observação da maneira como os componentes de um discurso são ordenados para a realização de uma estratégia comunicativa e da maneira como as propriedades formais influenciam na produção dos sentidos desejados pelo locutor, assim como também entram em observação as funções retóricas que têm relação com o modo como as unidades linguísticas refletem a estruturação geral do discurso (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.46). Em uma interação, cada participante envolvido tem propósitos comunicativos, que podem ou não ser atingidos no momento da interação. Para se atingirem esses propósitos, os interlocutores (tanto o Falante quanto o Ouvinte) fazem uso de algumas estratégias.

Dois ramos gerais de disciplinas estudam essas propriedades de interação: a *Retórica* e a *Pragmática*. A primeira ocupa-se dos modos como os componentes de um discurso são organizados na intenção de realizar a estratégia comunicativa do Falante, como também das propriedades formais que influenciam o Ouvinte a aceitar o propósito do Falante (funções retóricas anteriormente citadas). Já a Pragmática preocupa-se em observar o modo como o Falante molda suas mensagens em virtude de suas expectativas com relação ao que está na mente do Ouvinte. Dessa forma, observa-se que partes das unidades linguísticas são apresentadas como particularmente salientes, que partes são escolhidas pelo Falante como ponto de partida de sua enunciação, que partes são tomadas como informações compartilhadas entre Falante e Ouvinte, compondo, assim, o que se chamam *funções pragmáticas*. Além disso, é no Nível Interpessoal que se localiza a escolha estratégica do Falante de quanto conteúdo semântico e de que tipo ele vai expressar. Essa escolha do Falante é parcialmente determinada pela informação que está contextualmente compartilhada, ou seja, contida nos Componentes Contextual e Conceitual. Isso justifica, por exemplo, a diferença entre os dois exemplos seguintes¹¹⁸:

(147) A: A quem John quer barbear?

¹¹⁸Exemplos adaptados de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 61). Cf. original:

“(47) a. Who does John want to shave?

b. Himself.

(48) a. John wants to shave himself.”

- B: A si mesmo.
- (148) A: A quem John quer barbear?
- B: John quer barbear a si mesmo.

Enquanto o Falante de (147B) produz um enunciado com um núcleo simples, o Falante de (138B) produz um enunciado mais complexo.

As unidades de organização previstas para o Nível Interpessoal, modeladas na GDF como uma estrutura hierárquica que indica a relação entre unidades de discurso, em uma ordem hierárquica decrescente quanto ao escopo, são as seguintes:



Figura 4: As camadas de organização do Nível Interpessoal (adaptado de Hengeveld e Mackenzie, 2008, p. 49)

Conforme mostra a estrutura da Figura 4, *Movimentos* são compostos de *Atos Discursivos*; que, por sua vez, organizam-se com base em uma *Ilocução*; dentro da qual está um esquema ilocucionário; que contém dois *Participantes* (Falante e Ouvinte) e um *Conteúdo Comunicado*; que, por fim, contém um número variável de subatos, cujos tipos são *de Atribuição* e *de Referência*. Ademais, as estruturas das diversas camadas hierárquicas do Nível Interpessoal (e isso se aplica também às estruturas do Nível Representacional) obedecem aos seguintes critérios¹¹⁹:

- i. cada camada e cada componente de uma camada é simbolizado por uma *variável indexada* (V);
- ii. cada variável pode expandir-se por um item lexical ou por uma representação da camada mais baixa, constituindo, assim, seu *núcleo* (H);
- iii. cada núcleo pode modificar-se por um ou mais *modificadores* (Σ), que também são retirados ou do léxico ou são internamente complexos;

¹¹⁹HENGEVELD; MACKENZIE, *op. cit.*, p. 48.

- iv. cada variável pode especificar-se por um ou mais *operadores* (π), que serão expressados por meios gramaticais ou fonológicos em vez de lexicais;
- v. as unidades de cada camada podem ter uma *função* (Φ) retórica ou pragmática.

Isso resulta na seguinte formalização, que se aplica a todas as camadas, compondo, desta maneira, a formalização geral da GDF (p. 49):

$$(149) \quad (\pi V_1: H(V_1): \Sigma^N(V_1))_{\Phi}$$

O *Movimento* (M) é a camada mais alta do Nível Interpessoal, corresponde à maior unidade da interação relevante para a análise gramatical, contribui para o início da interação e constitui a menor unidade livre do discurso. Mais especificamente, o que o caracteriza é que ele ou é ou provoca uma reação, portanto, um *Movimento* tem, possivelmente, um efeito perlocucionário, ainda que isso não o defina. Em contrapartida, não deve ser confundido com o *turno*, já que um turno pode ter mais de um *Movimento*, como podemos observar nos exemplos que seguem¹²⁰:

- (150) A: Qual é a capital do Ceará? (M A₁) *Iniciação*
 B: Fortaleza. (M B₁) *Reação* Por quê? (M B₂) *Iniciação*
 A: Estou fazendo meu dever de casa. (M A₂) *Reação*

Conforme o exemplo (150) mostra, na fala de B, em um único turno, ocorrem dois *Movimentos*.

A estrutura básica de um *Movimento* é a seguinte¹²¹:

$$(151) \quad (\pi M_1: [(A_1) \dots (A_{1+N})]_{\{\Phi\}} (M_1): \Sigma(M_1))^{122}$$

Onde:

- ✓ $n \geq 0$;
- ✓ a posição π é ocupada por operadores;

¹²⁰Exemplos adaptados de Hengeveld e Mackenzie (*op. cit.*, p. 50)

¹²¹HENGVELD; MACKENZIE, *op. cit.*, p. 52.

¹²²É importante ressaltar que, nesta formalização, a unidade representada inicia e encerra o bloco. Isso se deve ao fato de ser mais fácil localizar à qual unidade um determinado bloco de parênteses (ou colchetes) se refere: por exemplo, se uma unidade insere-se na camada de um Movimento, o símbolo correspondente irá iniciar e encerrar a unidade [(M) ... (M)].

✓ a posição Σ é ocupada por um conjunto reduzido de expressões lexicais.

Concretizamos essa estrutura básica com o seguinte exemplo¹²³:

(152) Haverá perguntas capciosas no exame, por isso esteja atento.

(M_I: [(A_I: -haverá perguntas capciosas no exame- (A_I))_{Motivo} (A_J: esteja atento (A_J))] (M_I))

Um *Movimento* é composto por um ou mais *Atos Discursivos* (A). Estes são considerados as menores unidades identificáveis de um comportamento comunicativo, como analisamos em¹²⁴:

(153) A: O que você vai comprar hoje? (M₁)*Iniciação*

B: Eu vou querer dois quilos de carne.

Vou querer um quilo de costela de vaca.

E também um quilo e meio de toucinho. (M₂)*Reação*

O que se observa em (153) é que o *Movimento* de iniciação de A é composto por um único *Ato Discursivo*; ao passo que o *Movimento* de reação de B, que atua como resposta a uma pergunta de A, é composto por três *Atos Discursivos*.

Segundo os autores, os *Atos Discursivos* são de dois tipos:

✓ *Expressivos*: fornecem expressão direta dos sentimentos do Falante em vez de comunicar algum conteúdo ao Ouvinte, por conseguinte, no núcleo do *Ato Discursivo*, não se apresenta a posição de (P₂).

Ex.: Ai!

✓ *Comunicativos*: relacionam-se ao outro, no sentido de que requerem a atenção do Ouvinte, de modo que a posição (P₂) será apresentada no núcleo, junto com a (P₁). Estes, por sua vez, subdividem-se em dois tipos:

(i) *Interativos*: relacionam-se ao outro, mas não necessariamente apresentam um conteúdo comunicado.

Ex.: Parabéns!

¹²³Exemplo traduzido de Hengeveld e Mackenzie (*op. cit.*, p. 54). Cf. original: “(15) There will be trick questions in the exam, so watch out.”

¹²⁴Exemplo também adaptado de Hengeveld e Mackenzie (*op. cit.*, p. 51).

(ii) *Contentivos*: sempre apresentam um conteúdo comunicado.

Podem ser:

- a) Performativos – quando trazem um verbo performativo;
- b) Abstratos – quando não trazem verbos performativos.

Ex.: Felicito-te por tua vitória. (*Contentivo Performativo*)

Além disso, os *Atos Discursivos* podem constituir-se, no máximo, por quatro tipos de unidades: (i) a *Ilocução* (F₁); (ii)-(iii) os *Participantes* (P₁) e (P₂) – Falante e Ouvinte, respectivamente; e (iv) o *Conteúdo Comunicado* (C₁), conforme o esquema básico seguinte (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 63):

(154) $(\pi A_1: [(F_1) (P_1) (P_2) (C_1)_\Phi] (A_1): \Sigma (A_1))$

Onde:

- ✓ a posição π pode ser ocupada por um dos operadores Irônico, Enfático ou Mitigativo¹²⁵;
- ✓ a posição Σ pode ser ocupada por membros de um conjunto especializado de formas invariáveis.

Para o Ato Discursivo, fornecemos o seguinte exemplo¹²⁶:

(155) Eu prometo a vocês-rapazes que eu vou voltar.

(A₁: [F₁: prometo (F₁)] (P₁)_S (mP_J)_A (C₁: -eu vou voltar- (C₁))_Φ] (A₁))

A *Ilocução* (F₁) é o centro do Ato Discursivo e compreende as propriedades lexicais e formais desse Ato que pode ser atribuído ao uso interpessoal convencionalizado na realização da intenção comunicativa. De acordo com o que afirmam os autores, a relação entre uma intenção comunicativa específica e uma *Ilocução* não é biunívoca:

“Não há uma relação um-para-um entre uma intenção comunicativa específica e uma *Ilocução*, já que as línguas podem diferir significativamente na medida em que fazem uso de meios linguísticos para diferenciar as intenções comunicativas. Uma vez que cada Ato Discursivo contém uma *Ilocução*, a presença de indicadores ilocucionários

¹²⁵ A lista não é limitativa e difere de língua para língua.

¹²⁶ Exemplo traduzido de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 70). Cf. original: “(85) I promise you-guys that I’ll come back.”

é um importante diagnóstico para o estatuto do Ato Discursivo de uma unidade linguística” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 68).¹²⁷

A estrutura básica de uma *Ilocução* é a seguinte¹²⁸:

(156) $(\pi F_1: \blacklozenge/ILL (F_1): \Sigma (F_1))$ ¹²⁹

Onde:

- ✓ a posição Σ pode ser ocupada por expressões que especificam a maneira do ato discursivo;
- ✓ a posição π pode ser ocupada por um operador enfático ou mitigativo¹³⁰.

A posição de núcleo de uma Ilocução (representado por F_1) pode ser preenchida por três categorias – duas lexicais (representadas pelo símbolo \blacklozenge) e uma abstrata (representada por ILL):

- a. Por verbos performativos explícitos. Ex.: Eu **prometo** fazer a limpeza hoje;
- b. Por ilocuições abstratas. Ex.: Coma!;
- c. Ou por Componentes de um conjunto limitado de interjeições e expressões relatadas que, por si só, constituem um Ato Discursivo Expressivo ou Comunicativo. Ex.: Obrigada!

Com relação às Ilocuições abstratas, estas correspondem a Atos Discursivos que não são especificados lexicalmente, ou seja, são ‘performativos implícitos’, também chamados na literatura de ‘tipo de sentença’. Cada língua disponibiliza um conjunto de primitivos ilocucionários que diferem em qual ‘predicado abstrato’ ocupa a posição ILL na estrutura básica (156), exposta anteriormente. Em Língua Portuguesa, podemos ter os seguintes tipos ilocucionários¹³¹:

- a) DECLarativo: o Falante informa ao Ouvinte um Conteúdo Proposicional evocado pelo Conteúdo Comunicativo. Ex.: Eu farei isso.

¹²⁷Tradução nossa para o trecho: “*There is no one-to-one relation between a specific communicative intention and Illocutions, as languages may differ significantly in the extent to which they makes use of linguistic means to differentiate between communicative intentions. Since every Discurso Acti contains an Illocutions, the presence of illocutionary indicators is an important diagnostic for the Discourse Act status of a linguistic unit.*”

¹²⁸HENGEVELD; MACKENZIE, *op. cit.*, p. 69.

¹²⁹O sinal \blacklozenge simboliza um lexema.

¹³⁰Mais uma vez, haverá outras possibilidades, não é limitativo, pois depende de cada língua.

¹³¹Convém destacar que há mais tipos ilocucionários, porém nem todos são relevantes no português ou carecem de forma gramatical especializada.

- b) INTERrogativo: o Falante solicita ao Ouvinte a resposta ao Conteúdo Proposicional evocado por um Conteúdo Comunicativo. Ex.: Ele nos viu?
- c) IMPERativo: o Falante direciona ao Ouvinte uma ordem evocada pelo Conteúdo Comunicativo. Ex.: Coma!
- d) OPTativo: o Falante indica ao Ouvinte seu desejo de que a situação positiva evocada pelo Conteúdo Comunicativo deve ser realizada. Ex.: (Tomara) Que ela esteja lá!

Um exemplo para ilustrar as ilocuções abstratas na estrutura básica é¹³²:

(157) Eu farei isso.

(A_I: [F_I: DECL (F_I) (P_I)_S (P_J)_A (C_I: -eu farei isso- (C_I))_Φ] (A_I))

Os Participantes (P₁) e (P₂) correspondem ao Falante e ao Ouvinte, que se alternam durante o Ato. A estrutura básica para os *Participantes* é a seguinte¹³³:

(158) (π P₁: \emptyset/\blacklozenge (P₁): Σ (P₁))

Onde:

- ✓ a posição de núcleo pode ser vazia (\emptyset) ou preenchida lexicalmente (\blacklozenge);
- ✓ a posição Σ pode ser ocupada por expressões que especificam a identidade do Participante;
- ✓ a posição π pode ser ocupada por indicações de número e estatuto¹³⁴.

O *Conteúdo Comunicado* (C) refere-se à totalidade daquilo que o Falante quer evocar na sua comunicação com o Ouvinte, correspondendo, também, às escolhas feitas por ele para concretizar essa evocação. É dentro do Conteúdo Comunicado que acontece o mapeamento do Nível Representacional, em que se organizam os blocos de informações de acordo com seu estatuto informacional:

- ✓ inteiramente nova para o Ouvinte;
- ✓ ou um composto de informação nova e familiar;

¹³²Exemplo nosso.

¹³³ (*Ibid.*, p. 84).

¹³⁴Mais uma vez, isso varia conforme a língua.

- ✓ ou totalmente familiar – quando isso ocorre, o propósito do Falante pode ser recordar ao Ouvinte essa informação ou mesmo declarar o óbvio, o que também constitui uma estratégia.

A estrutura básica para o Conteúdo Comunicado é¹³⁵:

$$(159) (\pi C_1:[\dots (T_1)^N (R_1)^N \dots] (C_1): \Sigma (C_1))$$

Onde:

- ✓ $N \geq \emptyset$, mas, no mínimo, 1 Subato é necessário;
- ✓ a posição π pode ser ocupada por operadores Reportativos ou Enfáticos, dependendo da língua;
- ✓ a posição Σ pode ser ocupada por modificadores lexicais que indicam, por exemplo, a fonte do C, a atitude subjetiva do Falante com relação a C ou elementos lexicais que enfatizam C.

A camada do Conteúdo Comunicado é composta por Subatos – hierarquicamente subordinados aos Atos Discursivos – aos quais são atribuídas funções pragmáticas. São de dois tipos;

- ✓ *Subato de Atribuição* (T_1): refere-se à tentativa por parte do Falante de evocar uma propriedade;
- ✓ *Subato de Referência* (R_1): refere-se à tentativa de o Falante evocar um referente.

Dik (1978, p. 55) já afirmava que o ato de referir devia ser considerado como uma ação por parte do Falante, uma ação pragmática e cooperativa, que consiste na função primária da comunicação. Para ele, portanto, referir é uma tentativa do Falante de influenciar a informação pragmática do Ouvinte.

Na GDF, não só o ato de *referir* é considerado uma ação do Falante para com o Ouvinte, mas também o de *atribuir* deve assim o ser. Por conseguinte, da mesma forma que referir, atribuir envolve uma tentativa do Falante de influenciar a ‘informação pragmática’ do Ouvinte. Portanto, ambas (Atribuição e Referência) são consideradas acionais, que envolvem

¹³⁵(*Ibid.*, p. 88).

dois aspectos da ação mais global de evocação¹³⁶. Deste modo, ambos os exemplos a seguir são considerados como uma tomada de posição do Falante para com o Ouvinte¹³⁷:

- (160) a. O professor é *alto*.
 b. A *Altura* impressiona o professor.
- (161) a. Sheila é *minha melhor amiga*.
 b. *Minha melhor amiga* me visitou ontem à noite.

Em (160a) e (161a), temos o *Subato de Atribuição*: no primeiro, atribuição de uma *Propriedade*, e, no segundo, atribuição da entidade *Indivíduo*. Já nos exemplos (160b) e (161b), temos o *Subato de Referência*: referência à *Propriedade* e a *Indivíduo* respectivamente.

Os autores chamam a atenção para o fato de que *Atribuir* envolve a evocação de uma *Propriedade*, enquanto *Referir* evoca uma entidade. Deste modo, a *Atribuição* não necessariamente refere-se a uma propriedade atribuída a uma entidade (referente). Por exemplo, ao proferir “Está chovendo”, o Falante evoca somente uma propriedade meteorológica sem evocar nenhum tipo de referente (entidade); *chover* não está sendo atribuído a algo, mas simplesmente descrito. Estruturando este exemplo no esquema básico para o Conteúdo Comunicado, teríamos¹³⁸:

- (162) Está chovendo.
 (C₁: (T₁) (C₁))

Com relação à Referência, esta pode ser *construtora* ou *identificadora*, mas ambas definidas como *Subatos de Referência*:

- ✓ com *referência construtora*, o Falante deseja que o Ouvinte introduza em sua informação pragmática a entidade à qual ele faz referência;

¹³⁶ (*Ibid.*, p. 107).

¹³⁷ Exemplos traduzidos de Hengeveld e Mackenzie (*op. cit.*, p. 16). Cf. original:

“(14) a. The teacher is *tall*.
 b. *Tallness* impresses the teacher.
 (15) a. Sheila is *my best friend*.
 b. *My best friend* visited me last night.

¹³⁸ Os autores enfatizam que essas análises combinam (de uma maneira simplesmente exemplificadora) elementos dos Níveis Interpessoal e Representacional: o Nível Interpessoal registra a presença do Subato; e o item lexical *chover* será fornecido no Nível Representacional.

- ✓ com *referência identificadora*, o Ouvinte é solicitado a identificar (reidentificar) uma entidade que já lhe foi apresentada.

Essa distinção também é relevante para a discussão de referentes *identificáveis* e referentes *não-identificáveis*, assim como para a distinção entre referentes *genéricos* e referentes *não-genéricos*¹³⁹. Vejamos os seguintes exemplos¹⁴⁰:

(163) Eu quero ter *um gato siamês*

(164) Eu perdi *meu cachorro*.

No exemplo (163), há a construção de um referente, evocando-se a propriedade *siamês*; ao passo que, em (164), há a identificação do referente *meu cachorro*. Assim sendo, no primeiro caso, o Ouvinte é solicitado a construir o conceito de “gato” ligado a esse contexto especificamente, e, no segundo, a identificar este ser sobre o qual o Falante emite um enunciado¹⁴¹.

Uma vez descrito o Nível Interpessoal, com suas camadas internas e unidades, passemos para o Nível Representacional.

4.2.1.2 O Nível Representacional

O **Nível Representacional** espelha a função ideacional (HALLIDAY, 2004), com a manifestação de conteúdos que estejam ligados à experiência que o falante possui do mundo concreto, real ou de seu universo subjetivo, interior. As unidades do Nível Representacional são descritas em termos das categorias semânticas que elas designam. É interessante destacar que o termo “semântica”, segundo os autores, abrange dois sentidos: (i) o modo como as línguas se relacionam com o mundo extralinguístico que elas descrevem; e (ii) os significados de unidades lexicais e de unidades complexas isolados do modo como são usadas na comunicação

¹³⁹É importante enfatizar que a GDF assume que a genericidade não é um operador que recai sobre o Subato Referencial, já que é a construção como um todo que tem valor genérico, e não apenas o referente.

¹⁴⁰Exemplos adaptados de Hengeveld e Mackenzie (*op. cit.*, p. 114).

¹⁴¹É interessante observar que *Subatos de Atribuição* podem ocorrer dentro de *Subatos de Referência*. Nesse exemplo (163), a evocação à entidade “gato” – portanto, um *Subato de Referência* – é feita por meio da evocação de uma propriedade “siamês” – logo, *Subato de Atribuição*.

(HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 128). Para este último sentido, os autores se valem da distinção entre *referência* e *designação*, com o seguinte exemplo¹⁴²:

(165) Eu vi *um leão*.

Há duas possibilidades de se analisar a expressão *um leão*:

- (i) o Falante se refere a um animal da classe dos leões usando a expressão (evoca);
- (ii) a expressão se refere a um animal da classe dos leões (atribui).

No primeiro caso, teríamos uma visão interpessoal, acional, portanto, **referencial** – presa às noções de falante e de pragmática; e, no segundo, uma visão **representacional**, semântica, logo, designativa (abstrata, não presa ao falante). Essa distinção permite que uma mesma expressão possa ser usada ora referencialmente ora designativamente, conforme os exemplos¹⁴³:

- (166) a. No zoológico, eu vi *um leão*. (Referencial)
- b. Esse animal é *um leão*. (Atributiva)

O Nível Representacional ou semântico cuida apenas da semântica de uma unidade linguística. Seguindo, inicialmente, Lyons (1977), os autores estabelecem um número básico de categorias semânticas (as quais se denominam *categorias semânticas básicas*) relevantes para a análise de qualquer língua, classificadas em entidades de diferentes ordens¹⁴⁴:

- a) entidades de primeira ordem:** *indivíduos*. Podem ser localizados no espaço e podem ser avaliados em termos existenciais.
- b) entidades de segunda ordem:** *estados-de-coisas*. Podem ser localizados no espaço e no tempo e podem ser avaliados em relação a sua realidade.
- c) entidades de terceira ordem:** *conteúdos proposicionais*. São construções mentais, que não podem ser localizadas nem no espaço nem no tempo, mas podem ser avaliadas em termos de verdade.

¹⁴²Exemplo traduzido de Hengeveld e Mackenzie (*op. cit.*, p. 129). Cf. original: “(6) I saw a lion.”

¹⁴³Exemplos traduzidos dos autores (*op. cit.*, p. 130). Cf. originais:

“(8) In the zoo I saw a lion.

(9) This animal is a lion.”

¹⁴⁴ (*Ibid.*, p.131).

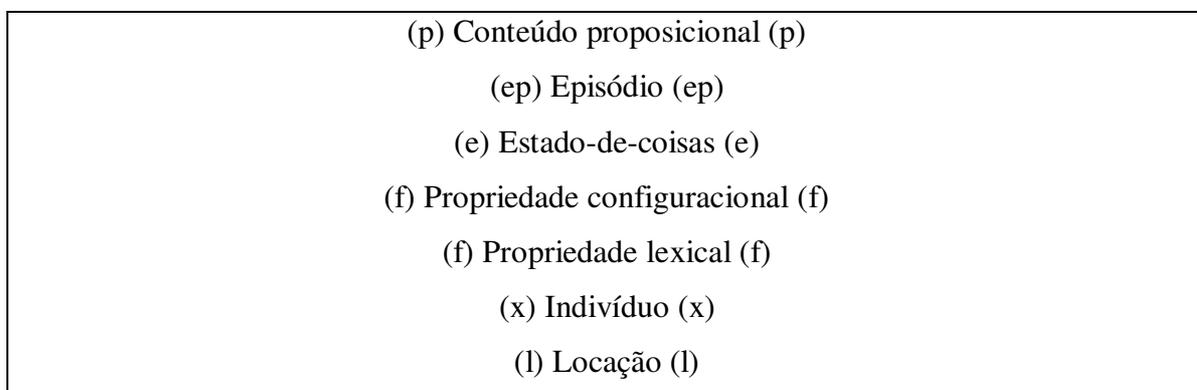
d) entidades de ordem zero¹⁴⁵: *propriedades*. Não podem ser caracterizadas por parâmetros de espaço e tempo e não têm existência independente. Só podem ser avaliadas em termos de sua aplicabilidade a outros tipos de entidade ou à situação a qual descreve.

Além dessas categorias básicas, os autores estabelecem outras, secundárias (as quais denominam *subclasses de categorias semânticas*), a saber: *lugar, tempo, episódio, modo, razão e quantidade*, que, junto com as categorias básicas, formam a tabela das categorias semânticas, conforme apontam Hengeveld e Mackenzie:

Categorias semânticas			
Descrição	Variável	Exemplos	
Indivíduo	X	<i>Chair</i>	Cadeira
Propriedade	F	<i>Colour</i>	Cor
Estado-de-coisas	E	<i>Meeting</i>	Encontro
Conteúdo proposicional	P	<i>Idea</i>	Ideia
Lugar	L	<i>Top</i>	topo
Tempo	T	<i>Week</i>	semana
Episódio	Ep	<i>Incidente</i>	incidente
Modo	M	<i>Way</i>	maneira
Razão	R	<i>Reason</i>	razão
Quantidade	Q	<i>litre</i>	Litro

Quadro 5: categorias semânticas, com base em Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 136)

Essas unidades semânticas mediante as quais o Nível Representacional opera são hierarquicamente organizadas, compondo, deste modo, a figura a seguir:



¹⁴⁵ É interessante ressaltar que apenas esta última categoria foi elaborada pelos referidos autores, que retomam as três primeiras de Lyons (1977).

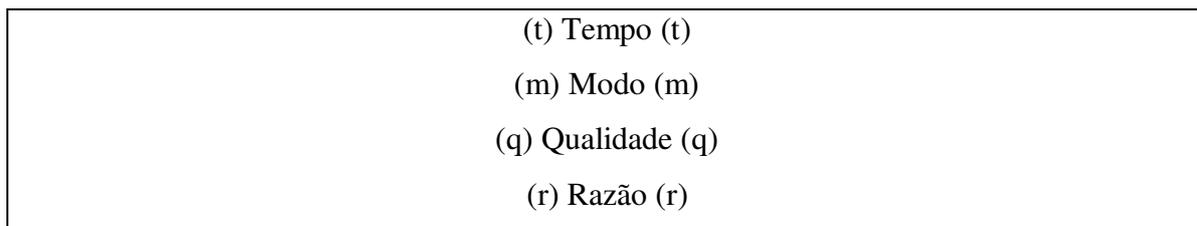


Figura 5: As camadas de organização do Nível Representacional¹⁴⁶

Em coerência com o que se observa na Figura 5, organizados, assim, de forma hierárquica, os *conteúdos proposicionais* (p) são compostos por *episódios* (ep), que, por sua vez, podem ser constituídos por um ou mais *estados-de-coisas* (e), que, dispostos numa sequência tematicamente coerente, apresentam, sempre, uma unidade *temporal* (t), *locativa* (l) e uma consequente manutenção dos *indivíduos* (x) envolvidos. Além disso, na GDF, os eventos (ou *estados-de-coisas*) caracterizam-se por uma ou mais *propriedades* (f1), que, por sua vez, podem conter descrições de *indivíduos* (x) e outras *propriedades* (f2).

Isso resulta na seguinte formalização, que se aplica a todas as camadas (*Ibid.*, p. 139)¹⁴⁷:

$$(167) \quad (\pi v_1: [h (v_1)_\Phi]: [\sigma (v_1)_\Phi])^{148}$$

Começemos pela descrição dos *Conteúdos Proposicionais* (p) - constructos mentais, crenças, desejos - são as unidades mais altas do Nível Representacional. Segundo os linguistas, essas unidades podem ser:

1. **factuais** - quando relacionados a um conhecimento ou a uma crença acerca do mundo real;
2. ou **não-factuais** - quando exprimem desejos ou expectativas com relação a um mundo imaginário.

Ademais, são caracterizados pelo fato de serem qualificados em termos de:

¹⁴⁶Deter-nos-emos, neste trabalho, à apresentação das quatro categorias básicas: *indivíduos*, *estados-de-coisas*, *conteúdos proposicionais* e *propriedades*, apresentadas a seguir conforme a ordenação hierárquica entre elas.

¹⁴⁷Essa formalização obedece aos mesmos critérios descritos no Nível Interpessoal, expostos na seção anterior.

¹⁴⁸Relembrando a simbolização:

v = variável, h = núcleo, σ = modificador, π = operador, e Φ = função. Os parênteses indicam que as categorias semânticas não estão em relação hierárquica; e os colchetes incluem as categorias semânticas que estão.

3. **atitudes proposicionais** (variando desde a certeza à descrença, passando pela dúvida) - grau de comprometimento do falante acerca daquilo que diz, ou seja, sempre apresentam um valor modal;
4. ou de **fonte ou origem** (conhecimento comum partilhado, evidência sensorial, inferência).

É interessante ressaltar a diferença entre um *Conteúdo Proposicional* e um *Conteúdo Comunicado*¹⁴⁹, este, como já apresentamos, pertencente ao Nível Interpessoal: o primeiro está sempre ligado ou à atitude proposicional do Falante ou à sua fonte de origem e pode ser atribuído a outras pessoas além do falante; ao passo que o *Conteúdo Comunicado* sempre é atribuído ao falante e está ligado à enunciação, ou melhor, não apresenta avaliação do falante acerca daquilo que se enuncia, como podemos observar nos exemplos seguintes, em que temos a presença de um *Conteúdo Comunicado* em (168a), e de um *Conteúdo Proposicional* em (168b).

- (168) a. João disse que o pai virá para o almoço.
 b. João crê que seu pai virá para o almoço.¹⁵⁰

Convém salientar, assim como fazem os autores da GDF, que, embora, possa-se fazer uma correspondência entre os níveis Interpessoal e Representacional, ambos são independentes um do outro. Significa dizer que a natureza semântica de um tipo de entidade não aponta como uma unidade linguística é usada dentro de um ato discursivo, já que tipos de entidades são categorias, não funções. A análise funcional é realizada no nível pragmático. À vista disso, uma mesma *propriedade* (f) pode ser atribuída a uma entidade (T) ou referida a uma entidade (R), conforme já expusemos na seção anterior, em que descrevemos o Nível Interpessoal. Retomando os exemplos já apresentados:

- (169) a. O professor é *alto*. (Atribuição de uma entidade de zero ordem: T/f)
 b. A *altura* impressiona o professor. (Referência a uma entidade de zero ordem: R/f)

Da mesma forma, uma entidade de primeira ordem pode ser *atribuída* ou *referida*:

¹⁴⁹ Ambos os fenômenos são adotados como categorias de análise na verificação da oração pseudorrelativa modalizadora. Serão retomados no Capítulo V deste trabalho.

¹⁵⁰ Exemplos formulados para ilustração a partir de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 144).

- (170) a. *Sheila é minha melhor amiga.* (Atribuição de uma entidade de primeira ordem: T/x)
 b. *Minha melhor amiga me visitou ontem à noite.* (Referência a uma entidade de primeira ordem: R/x)

A estrutura básica para um *Conteúdo Proposicional* é a seguinte (p. 145):

$$(171) (\pi p_1: [(ep_1) \dots (ep_{1+n})_{\{\Phi\}}] (p_1): [\sigma (p_1)\Phi])$$

Onde:

- ✓ a posição σ pode ser ocupada por expressões lexicais que denunciam uma atitude proposicional;
- ✓ a posição π pode ser ocupada por um operador que expressa uma atitude proposicional.

Para tal formalização, leia-se:

“um Conteúdo Proposicional com um núcleo configuracional consiste minimamente de um Episódio nuclear (ep_1), mas pode conter mais do que um Episódio adicional (ep_{1+n}), que pode ($\{\}$) ser fornecido com uma função semântica (Φ). Um Conteúdo Proposicional pode além disso conter modificadores (σ) e operadores (π)” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 145).¹⁵¹

Um exemplo para ilustrar o esquema básico para o *Conteúdo Proposicional* seria¹⁵²:

- (172) *Ele foi a Londres visitar seu irmão porque ela irá a Paris cuidar de sua mãe.*
 $(p_i: [(ep_i: -\text{ele foi a Londres visitar seu irmão- } (ep_i)) (ep_j: -\text{ela irá a Paris cuidar de sua mãe- } (ep_j))_{\text{Razão}}] (p_i))$

Os *Estados-de-coisas* (e), conforme já expusemos, são entidades que podem ser localizadas no tempo e avaliadas conforme seu estatuto de realidade. Assim sendo, pode-se

¹⁵¹Tradução nossa para o trecho: “a Propositional Content with a configurational head consists minimally of one nuclear Episode (ep_1), but may contain more than one additional Episode (ep_{1+N}), which may ($\{\}$) be provided with a semantic function (Φ). A Propositional Content may furthermore contain modifiers (σ) and operators (π)”.

¹⁵²Exemplo traduzido de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 151). Cf. original. “(105) He went to London to visit his brother because she will go to Paris to take care of her mother.”

afirmar sobre eles ‘(não) ocorre’, ‘(não) acontece’, ‘(não) é o caso’. Distinguem-se dos *Indivíduos* e dos *Conteúdos Proposicionais* justamente por esse traço temporal, conforme podemos observar nos seguintes exemplos¹⁵³:

- (173) a. *A cadeira foi às seis horas.
 b. O encontro foi às seis horas.
 c. *A ideia foi às seis horas.

Somente o exemplo (173b) é gramatical em nossa língua, uma vez que *encontro* configura-se como uma entidade do tipo *estado-de-coisa*, logo, aceita a localização no tempo. As entidades *cadeira* e *ideia*, por outro lado, não aceitam tal localização, visto configurarem-se como *indivíduo* e *conteúdo proposicional*, respectivamente. Essa localização no tempo não é absoluta, mas relativa, o que permite distingui-los dos *Episódios* (ep), já que estes admitem modificadores de tempo absoluto, conforme podemos comprovar no seguinte exemplo¹⁵⁴:

- (174) Ontem Sheila saiu antes do jantar.

Segundo os autores, o modificador de tempo absoluto *ontem* situa temporalmente tanto o evento *Sheila saiu* quanto o evento *jantar*, formando, juntos, um único *Episódio*.

A estrutura básica para os *Estados-de-coisas* é (p. 166):

- (175) $(\pi e_1: [[f_1: [...] (f_1)] \dots (f_{1+N}: [...] (f_{1+N}))]_{(\Phi)^n} (e_1)_\Phi]: [\sigma (e_1)_\Phi])$

Onde:

- ✓ a posição de núcleo pode ser ocupada por Propriedades Lexicais ou (combinação de) Propriedades Configuracionais;
- ✓ a posição σ pode ser ocupada por expressões lexicais que especificam o tempo relativo da ocorrência, o lugar da ocorrência, a frequência da ocorrência, o estatuto de realidade, o ambiente físico ou o ambiente cognitivo do Estado-de-coisas;

¹⁵³Exemplos traduzidos de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 166). Cf. originais:

“(184) *The chair was at six o’clock.

(185) The meeting was at six o’clock.

(186) *The idea was at six o’clock.”

¹⁵⁴Exemplo traduzido de Hengeveld e Mackenzie (*Ibid.*, p. 171). Cf. original: “(222) *Yesterday Sheila went out before dinner.*”

- ✓ a posição π pode ser ocupada por operadores que expressam localização do evento, tempo relativo, modalidade orientada para o evento, percepção do evento, polaridade e quantificação do evento.

Um exemplo que ilustra essa formalização pode ser¹⁵⁵:

(176) Deslizando por uma corda, ele deixou a casa na árvore.

(e_i : [(f_i : [(f_j : -deixar- (f_j)) (x_i : -Ø- (x_i)) (x_j : -casa- (x_j))] (f_i)) (f_k : [(f_i : -deslizar- (f_i)) (x_i : -ele- (x_i)) (x_k : -corda- (x_k))] (f_k))_{Meios}] (e_i)]

As *Propriedades* (f) desempenham um papel crucial na construção de representações semânticas. Localizam-se no interior dos Estados-de-coisas, configurando-se como subcomponentes destes, junto com os *Indivíduos*. Dividem-se em dois tipos:

- (i) *Propriedades Configuracionais* – constituem o inventário dos moldes de predicação relevantes em uma língua, correspondendo a uma combinação de unidades semânticas;
- (ii) *Propriedades Lexicais* – compreendem os lexemas de uma língua, ou seja, são unidades cujo núcleo é preenchido por um item lexical.

As *Propriedades Configuracionais* representam a relação entre os argumentos semânticos de um determinado Estado-de-coisas, quer dizer, configuram a parte semântica da relação *predicado/argumentos* de um dado Estado-de-coisas, o que justifica o nome *configuracional*, por isso, vinculam-se à valência dos predicados: tanto à valência qualitativa – relação entre as categorias semânticas e as funções semânticas que estas carregam – quanto à quantitativa – número de argumentos exigidos. Como as várias línguas apresentam grande diversidade no que se refere à valência quantitativa, as propriedades configuracionais apresentam uma grande gama de combinações, possibilidades.

O esquema básico que pode ser usado para a camada das *Propriedades Configuracionais* é o seguinte (p. 182):

(177) (πf_1 : [(v_i) ... (v_{i+N})_{ Φ }] (f_i): [σ (f_i) _{Φ}])

¹⁵⁵Exemplo traduzido de Hengeveld e Mackenzie (*Ibid.*, p. 170). Cf. original: “(207) *Sliding down a rope, he left the tree house.*”

Onde:

- ✓ a posição de núcleo é ocupada por combinações de categorias semânticas da ampla gama de valências quantitativas e qualitativas;
- ✓ a posição π pode ser ocupada por operadores que expressam aspecto, modalidade orientada para o participante e/ou quantidade;
- ✓ a posição σ pode ser ocupada por expressões lexicais que especificam participantes adicionais, maneira e/ou duração.

Um exemplo para ilustrar esse esquema pode ser¹⁵⁶:

(178) As fortes chuvas causaram uma série de danos.

$(f_1: [(f_2: \text{-causa- } (f_2)) (e_1: \text{-as fortes chuvas- } (e_1))_\Phi (e_2: \text{-uma série de danos- } (e_2))_\Phi] (f_1))$

As *Propriedades Lexicais* (f), por sua vez, são observadas apenas no âmbito de sua aplicação a outras unidades (entidades); elas são dependentes em relação umas às outras e se inserem na camada das Propriedades Configuracionais. Enquanto estas revelam as relações entre combinações de unidades, as propriedades lexicais exprimem as relações entre os lexemas de uma língua.

Para elas, temos o seguinte esquema básico (p. 236):

(179) $(\pi f_1: \blacklozenge (f_1): [\sigma (f_1)_\Phi])$

Onde:

- ✓ a posição de núcleo é ocupada por itens lexicais pertencentes a diferentes classes, dependendo da função que eles desempenham;
- ✓ a posição π pode ser ocupada por expressões lexicais de modificação da propriedade, maneira e grau;
- ✓ a posição σ pode ser ocupada por um operador que expressa aspecto nominal, direção e grau.

Um exemplo para ilustrar esse esquema pode ser¹⁵⁷:

¹⁵⁶Exemplo traduzido de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 181). Cf. original: “(273) The heavy rainfall caused a lot of damage.”

¹⁵⁷Exemplo traduzido de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 215). Cf. original:

(180) homem muito inteligente

$(x_i: (f_i: \text{-homem- } (f_i)) (x_i): (f_j: \text{-inteligente- } (f_j): (f_k: \text{-muito- } (f_k)) (f_j)) (x_i))$

Por fim, os *Indivíduos* (x) designam entidades concretas, palpáveis, definidas como algo que ocupa um espaço, de modo que não se podem ter dois indivíduos ocupando o mesmo espaço.

O esquema básico para a camada dos Indivíduos é o seguinte (p. 247):

(181) $(\pi x_1: [(f_1) (x_1) \Phi]: [\sigma (x_1)\Phi])$

Onde:

- ✓ a posição de núcleo pode ser ocupada por Propriedades Lexicais ou pelas camadas mais altas, Estado-de-coisas e Episódios, nas quais os Indivíduos estão envolvidos;
- ✓ a posição π pode ser preenchida por operadores que expressam localização e quantificação;
- ✓ a posição σ pode ser ocupada por expressões lexicais que especificam qualidades, localização, quantidade e associações do Indivíduo.

Como exemplo analisado dentro desse esquema, podemos ter¹⁵⁸:

(182) o presidente

$(x_i: (f_i: \text{presidente } (f_i)) (x_i) \Phi)$

Embora a GDF não descreva a Modalidade como uma categoria especificamente pertencente ao Nível Representacional, já que, segundo os autores, a modalidade não constitui uma categoria única e se realiza em todos os níveis por meio de modificadores e operadores, delineamos, nesta seção, a descrição feita pelos autores sobre esta categoria, que, a nosso ver, é de suma importância no tratamento das orações pseudorrelativas modalizadoras.

“(466) (f_i : man (f_i))

(467) (f_j : intelligent (f_j))

(468) (f_k : high (f_k))”

¹⁵⁸Exemplo traduzido de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 238). Cf. original: “(611) the presidente”

Nas discussões que antecedem a proposta de Hengeveld e Mackenzie (2008) para o tratamento da modalidade, Hengeveld (2004) postula que a categoria morfológica de *modo* compreende todos os elementos gramaticais que operam sobre uma proposição. Esses elementos não estão diretamente ligados à situação de um evento do mundo real, mas ao que é concebido pelo falante. O autor propõe dois parâmetros para classificar as categorias modais:

1. o *alvo da avaliação* de uma distinção modal, que permite distinguir modalidades objetivas das subjetivas;
2. o *domínio da avaliação* de uma distinção modal, que distingue as modalidades facultativa, epistêmica, deôntica, volitiva e evidencial.

Pelo *alvo da avaliação*, tem-se a parte do enunciado que está sendo modalizada, compreendendo os seguintes tipos de modalidade:

- (i) *Modalidade Orientada para o Participante*: afeta a parte relacional do enunciado expressa por um predicado e refere-se à relação entre um participante, ou propriedades dele, e o potencial de realização de um evento;
- (ii) *Modalidade Orientada para o Evento*: afeta a descrição do evento contido no enunciado, a parte descritiva de um enunciado, e se refere à avaliação do estatuto de realidade do evento;
- (iii) *Modalidade Orientada para a Proposição*: afeta o conteúdo proposicional de um enunciado, a parte do enunciado que representa a visão e crença do falante, e se refere à especificação do grau de comprometimento do falante em relação à proposição por ele apresentada.

O *domínio da avaliação* de uma distinção modal, por sua vez, constitui, segundo os linguistas, a perspectiva a partir da qual a avaliação é feita, diferenciando-se os seguintes tipos de modalidade:

- i. *Modalidade Facultativa*: concerne a capacidades intrínsecas ou adquiridas;
- ii. *Modalidade Deôntica*: concerne ao que é permissível (legal, social ou moralmente);
- iii. *Modalidade Volitiva*: concerne ao que é desejável;
- iv. *Modalidade Epistêmica*: concerne ao que é conhecido (sabido) sobre o mundo real e ao grau de comprometimento com um conteúdo proposicional;
- v. *Modalidade Evidencial*: concerne ao tipo de fonte da informação contida na sentença.

Hengeveld e Mackenzie (2008) assemelham-se a Hengeveld (2004) no tratamento dado à categoria Modalidade, com exceção de alguns pontos, especificamente no que se refere à categoria *Evidencialidade*. Segundo os autores, a Evidencialidade, assim como as diversas modalidades, é realizada por *modificadores* e *operadores*. Assim sendo, é relevante nos diferentes níveis e camadas. Porém, de encontro ao que esboçam outros autores, para Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 156), ela não constitui uma categoria única, é dividida em três subcategorias, de acordo com a camada em que atua:

- | | | | |
|------|---------------------|--|--|
| i. | <i>Inferencial</i> | | ambas operam em um Conteúdo Proposicional
- Nível Representacional: |
| ii. | <i>Genericidade</i> | | |
| iii. | <i>Reportativa</i> | | opera em um Conteúdo Comunicado – Nível Interpessoal. |

Com relação à camada do **Conteúdo Proposicional**, no Nível Representacional, a *modalidade inferencial*¹⁵⁹ concerne à especificação de como o Falante chegou a uma certa parte do conhecimento contido no Conteúdo Proposicional¹⁶⁰. De acordo com os autores, o Falante pode chegar a esse conhecimento mediante três tipos de inferência:

- 1) Inferência com base em uma evidência sensória/perceptual;
- 2) Inferência derivada de um conhecimento existente (relação entre o Falante e o EC/realidade);
- 3) Inferência com base no conhecimento comum acumulado na comunidade.

São modificadores que exprimem *modalidade inferencial* aqueles termos (sobretudo advérbios) que expressam o tipo e/ou o grau de comprometimento do Falante, com relação ao Conteúdo Proposicional. Em outras palavras, são modificadores que expressam como o Falante chegou àquele Conteúdo Proposicional, quer dizer, de uma certa forma, referem-se ao tipo de Conteúdo Proposicional: aquele obtido por meio de evidências do ambiente. À vista disso, a evidencial inferencial é usada quando o Falante observa a evidência

¹⁵⁹O termo em inglês é *evidential modality*, porém a tradução de *evidential* para *evidencial* tornar-se-ia equivocada, posto que o termo *evidencial*, em português, tem outras assimilações, como “aquilo para o qual se evidencia a fonte”, e o que se quer dizer com *evidential*, nesta seção, é “aquilo que se evidencia por intermédio de uma experiência do Falante”, ou seja, “o que ele infere de sua relação com o estado-de-coisas”, portanto, mais apropriado, neste caso, o *inferencial*.

¹⁶⁰ (*Ibid.*, p. 154).

ou a base da evidência que suscita a conclusão, e não o Ec em si, como podemos observar no seguinte exemplo¹⁶¹:

- (183) He **must** have killed a bear.
 ‘Ele **deve** ter matado um urso’

(se o Falante deduz isso após constatar uma evidência do próprio meio)

Já a *genericidade* caracteriza um **Conteúdo Proposicional** como sendo parte do corpo de conhecimento comum avaliado dentro de uma certa comunidade (p. 156)¹⁶²

Por sua vez, com relação à camada do **Conteúdo Comunicado**, no Nível Interpessoal, a *modalidade reportativa* indica que o Falante está transmitindo as opiniões de outrem (p. 103), seja ela específica ou não, como podemos observar no exemplo a seguir¹⁶³:

- (184) **It is said** Manuel must have eaten.
 ‘**Diz-se** que Manuel deve ter comido.’

Deste modo, resumidamente, podemos dizer que a *evidencialidade*, para Hengeveld e Mackenzie (2008), atua em dois polos:

- | | | |
|--|---|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. “Alguém me disse”¹⁶⁴ (<i>Reportativa</i>) – operando no <i>Nível Interpessoal</i>; 2. “Eu infiro daquilo que percebo” (<i>Inferencial</i>) 3. “Eu infiro daquilo que conheço/partilho com os demais membros da comunidade” (<i>Genericidade</i>) |  | Operando no <i>Nível Representacional</i> |
|--|---|---|

Além da *Evidencialidade Inferencial* e da *Genericidade*, temos um outro tipo de modalidade, com o escopo também em alguma entidade do Nível Representacional, concernente com o grau e o tipo de comprometimento do Falante: a *modalidade epistêmica*. Esse tipo de modalidade evidencia que o conteúdo expressado constitui uma avaliação do Falante em termos de probabilidade e incide tanto sobre um Conteúdo Proposicional (subjativa), como sobre um Estado-de-coisas (objetiva).

¹⁶¹Exemplo encontrado em Hengeveld e Mackenzie, (*Ibid.*, p, 155).

¹⁶²Sobre essa subcategoria, especificamente, os autores não explicam muito, ficando, apenas, nesta descrição.

¹⁶³Exemplo encontrado em Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 156).

¹⁶⁴Sendo esse “alguém” especificado ou não.

Com relação ao Conteúdo Proposicional, a *modalidade epistêmica subjetiva* revela-se por meio de operadores, que, da mesma forma como acontece com os modificadores, são subdivididos de acordo com o tipo e o grau de comprometimento do Falante em relação ao Conteúdo Proposicional. À vista disso, em conformidade com os autores, distinguem-se três tipos de modalidade epistêmica subjetiva para o Conteúdo Proposicional:

- 1) **Doxológica**: permite ao Falante indicar que ele acredita na veracidade do Conteúdo Proposicional que apresenta, como exposto no seguinte exemplo¹⁶⁵:

(185) Wíó i hírawe ki ksa c.
 woman 3.SG sleep INGR ITER DOX
 ‘The woman fell asleep again and again’¹⁶⁶
 ‘A mulher pegou no sono novamente e novamente’.

- 2) **Dubitativa**: permite ao Falante indicar que ele tem algumas dúvidas sobre a verdade do Conteúdo Proposicional que ele apresenta, como observamos no seguinte exemplo¹⁶⁷:

(186) Amu-y chi.
 gO-DECL.3 DUB
 ‘Maybe he went away.’¹⁶⁸
 ‘Talvez ele se foi embora.’

- 3) **Hipotética**¹⁶⁹: permite ao Falante apresentar o Conteúdo Proposicional como uma hipótese, observemos¹⁷⁰:

¹⁶⁵Exemplo fielmente encontrado em Hengeveld e Mackenzie (*op. cit.*, p. 153), oriundo da língua Hidatsa (falada por tribos indígenas da Dakota do Norte – EUA). É importante frisar que a tradução para o inglês e para o português não registra, necessariamente, a ocorrência de modificadores ou de operadores equivalentes.

¹⁶⁶Apresentando as legendas:

INGR – *ingressive* (ingressivo)

ITER – *iterative* (iterativo)

DOX – *doxastic* (doxológico)

¹⁶⁷Exemplo fielmente encontrado em Hengeveld e Mackenzie (*op. cit.*, p. 154), oriundo da língua Mapuche (falada por tribos indígenas do centro-sul do Chile e centro-oeste da Argentina).

¹⁶⁸Apresentando as legendas:

DECL.3 – *declarative third person* (declarativo em terceira pessoa)

¹⁶⁹Os termos originais são: *Doxastic*, *Dubitative* e *Hypothetical* (*op. cit.*, p. 153).

¹⁷⁰Exemplo encontrado em Hengeveld e Mackenzie (*op. cit.*, p. 154)

(187) If he came, (I would leave)

‘*Se ele viesse, eu sairia.*’

Consoante os autores, a *modalidade doxológica* é raramente expressa por meios gramaticais, o que torna o exemplo na língua *Hidatsa* bastante excepcional. Não se trata de uma simples afirmação, ademais, esse tipo de modalidade, expressa pela partícula final *c* no exemplo (185), indica que o falante tem motivos razoáveis para acreditar que o Conteúdo Proposicional apresentado por ele é verdadeiro.

Já a *modalidade dubitativa* é mais comum e se mostra em várias línguas por meio de operadores, como é o caso das línguas mapuche, inglesa e portuguesa, exemplificadas em (186), todas as três apresentam um operador de modalidade dubitativa.

Por fim, a *modalidade hipotética* apresenta um mundo eventual, para o qual o Falante indica seu comprometimento em relação ao conteúdo exibido. No caso do exemplo (187), o Falante indica ausência de comprometimento para com o Conteúdo Proposicional introduzido por “Se” e caracteriza o Estado-de-Coisas como irreal dentro do mundo hipotético.

Seguindo o que expõe a GDF, assim como procede Hengeveld (2004), os autores inserem, no quadro de modalidades, aquelas *modalidades orientadas para o evento*, que “descrevem a existência de possibilidades, obrigações gerais, e similares, sem que o falante tome a responsabilidade desses julgamentos”¹⁷¹. Podem ser:

- a) *Epistêmica* – caracteriza o Ec em termos de (im)possibilidade de sua ocorrência com base no que é conhecido sobre o mundo;
- b) *Facultativa* – caracteriza o Ec em termos de condições físicas ou condições que possibilitam circunstâncias em sua ocorrência (também chamada de *Modalidade de raiz/base*);
- c) *Deontica* – caracteriza o Ec em termos do que é obrigatório ou permitido dentro de algum sistema de convenções morais ou legais;
- d) *Volitiva* – caracteriza o Ec em termos do que é, em geral, (in)desejável.¹⁷²

A *Modalidade Epistêmica orientada para o evento* difere-se da *Modalidade Epistêmica orientada para a proposição* (também chamada pelos autores de *Modalidade*

¹⁷¹Tradução nossa para o trecho: “(Event-oriented modalities) describe the existence of possibilities, general obligations, and the like, without the Speaker taking responsibility for these judgments” (Ibid., p, 174).

¹⁷²Podemos notar que essa divisão é semelhante à de Hengeveld (2004).

Epistêmica Subjetiva, já exposta neste trabalho) no seguinte sentido: “o Falante expressa sua certeza a respeito da existência de uma possibilidade lógica, objetiva” (174)¹⁷³. Portanto, sua avaliação recai na realização ou não do Ec descrito, ou seja, o Falante observa o próprio Ec, como podemos verificar na comparação entre as duas sentenças seguintes da língua Garo¹⁷⁴:

(188) Aṅa re¹ -aṅ-gen.
 1. SG MOVE-DIR-FUT¹⁷⁵
 ‘I will go’
 ‘*Eu irei*’

(189) Re¹ -ba-nabadoṅa.
 MOVE-DIR-IRR¹⁷⁶
 ‘He may come’
 ‘*Ele pode vir*’

A *Modalidade Facultativa orientada para o evento* deduz que a ocorrência do Ec não depende intrinsecamente das capacidades de um participante, mas resulta de circunstâncias nas quais o Ec ocorre. É mais facilmente detectada em construções impessoais, tais como¹⁷⁷:

(190) It can take three hours to get there.
 ‘*Pode demorar três horas para chegar lá*’

A *Modalidade Deôntica orientada para o evento* expressa obrigações ou permissões como regras gerais de conduta, quer dizer, não são obrigações direcionadas a um participante particular, como se observa no exemplo seguinte da língua turca:

(191) Bura-da ayakkabı-lar-ı çıkar-mak var.
 DEMO-LOC shoes-PL-POSS take.off-INF EX¹⁷⁸

¹⁷³Cf. original: “the Speaker expresses his/her certainty about the existence of an objective, logical possibility”.

¹⁷⁴Exemplo encontrado em Hengeveld e Mackenzie (*Ibid.*, p. 175), oriundo da língua Garo, falada na Índia.

¹⁷⁵Apresentando as legendas:

1. SG: *singular first person* (primeira pessoa do singular), DIR: *direction* (direção), FUT: *future* (futuro)

¹⁷⁶Apresentando as legendas:

DIR: *direction* (direção), IRR: *irrealis* (irreal).

¹⁷⁷Exemplo encontrado em Hengeveld e Mackenzie (*Ibid.*, p. 176).

¹⁷⁸Apresentando as legendas:

DEM: *demonstrative* (demonstrativo), LOC: *locative* (locativo), PL-POSS: *plural-possessive* (possessivo plural), INF: *infinitive* (infinitivo), EX: *existential* (existencial).

‘One has to take off one’s shoes here’

‘*Há que se tirem seus sapatos aqui*’

A *Modalidade Volitiva orientada para o evento* dificilmente é codificada por marcadores particulares, geralmente, associa-se ao grupo da modalidade deôntica. Contudo, a língua Tauya apresenta marcadores desse tipo de modalidade, os quais implicam que a ação ou o estado especificado pelo verbo seria indesejável, como no exemplo seguinte¹⁷⁹:

(192) Tepau-fe-ʔate-e-ʔa.

Break-_{TR}-AVOL-1-DECL¹⁸⁰

‘It would be bad if I broke it’

‘*Seria ruim se eu o quebrasse*’

Como foi definido na *Introdução*, o fenômeno a ser analisado trata-se de uma *oração pseudorrelativa modalizadora*; chamamos *pseudorrelativa*, por apresentar um pronome relativo que não exerce função sintática na oração relativa, e *modalizadora*, por representar, inequivocamente, uma codificação sintática de um conteúdo discursivo, ou seja, por registrar um comentário do enunciador que se apresenta como fonte (des)comprometida com o conteúdo enunciado. Em virtude disso, o verbo modalizador ou introdutor de ilocução acaba por atribuir um novo valor pragmático e semântico à relativa: ela seria modificador do indivíduo que ela retoma na principal, mas, ao mesmo tempo, teria um valor modal ou relato de um ato de fala quando introduzido, na matriz encaixada, por um verbo elocutivo.

Por se tratar de uma oração com características de manifestação de modalidade, essa categoria revela-se de grande relevância para a pesquisa, constituindo-se, pois, uma das categorias de análise. Com isso, pretendemos verificar se o predicado encaixador na oração pseudorrelativa modalizadora denuncia modalidade epistêmica, facultativa, deôntica, volitiva ou evidencial. Como uma breve explicação, podemos observar que a construção pseudorrelativa modalizadora exemplificada por Bechara (1999)¹⁸¹ abriga um verbo que expressa modalidade epistêmica, já que, por meio dele, temos a avaliação subjetiva, conforme expusemos, o

¹⁷⁹Exemplo encontrado em Hengeveld e Mackenzie (*op. cit.*, p. 176), oriundo da língua Tauya, falada na Nova Guiné.

¹⁸⁰Apresentando as legendas:

TR: *transitivity marker* (marcador de transitividade), AVOL: avolitional (volitivo), 1-DECL: *declarative first person* (declarativo em primeira pessoa)

¹⁸¹ Retomando o exemplo:

(4) Ali está o homem que eu pensei que tivesse desaparecido.

(des)comprometimento do falante, em termos do conhecimento de mundo dele, com relação à verdade da proposição.

Descrito o *Nível Representacional*, apresentemos, na seção seguinte, os níveis que se seguem ao Nível Representacional: *Níveis Morfossintático e Fonológico*.

4.2.1.3 Os Níveis Morfossintático e Fonológico

O *Nível Morfossintático*¹⁸², de acordo com a GDF, codifica os dois Níveis anteriores, o *Representacional* e o *Interpessoal*, portanto, é o nível das operações relacionais, onde se estabelecem os arranjos gramaticais que exteriorizam informações semânticas e pragmáticas, sem acrescentá-las ou subtraí-las. Significa dizer que é neste nível que os aspectos interpessoais e representacionais são codificados morfossintaticamente; logo, é o primeiro nível da *codificação* (os dois anteriores são de *formulação*). O Nível Morfossintático deve ser configurado, de acordo com os autores, de tal forma que a informação vinda dos níveis anteriores seja preservada e representada exatamente no lugar certo da estrutura morfossintática. Sua funcionalidade reside no fato de que ele ajuda o interlocutor a interpretar as relações entre as funções pragmáticas, semânticas e sintáticas.

Condizente com o que afirmam os autores, a relação entre o Nível Morfossintático e os dois níveis anteriores a ele, o Representacional e o Interpessoal, é evidenciada por três princípios (p. 283):

- (i) *Iconicidade* – há uma ordenação oriunda das experiências física e mental (no Componente Conceitual) que deve ser refletida nas camadas mais altas dos Níveis Interpessoal e Representacional, cabendo ao Nível Morfossintático integrar, conforme essa ordenação natural proveniente das experiências, e organizar sintaticamente essas informações;
- (ii) *Integridade de Domínio* – há uma preferência em manter próximas as unidades que estão em correlação, por exemplo, modificadores devem ser posicionados próximos aos núcleos que eles modificam, assim como funções e operadores devem ser realizados por elementos que estejam também próximos às unidades às quais se aplicam;

¹⁸² É relevante informar que a GDF não faz uma distinção de análise entre um nível sintático e um nível morfológico, pois, de acordo com ela, os princípios utilizados na formação das palavras são os mesmos empregados na formação das frases e das orações.

- (iii) *Estabilidade Funcional* – há uma condição de que constituintes com a mesma especificação, interpessoal ou representacional, sejam situados na mesma posição relativa a outras categorias, melhor dizendo, elementos com a mesma especificação funcional tendem a aparecer, relativamente, nas mesmas posições.

Embora esses princípios evidenciem a relação entre os Níveis, os autores alertam que eles podem ser substituídos por outras estratégias comunicativas que sejam, obviamente, permitidas na estrutura da língua em questão. Por isso, fala-se em tendências e em possibilidades, pois, nos mapeamentos reais – efetivamente realizados – as unidades e os arranjos apresentam-se, consideravelmente, mais complexos e variados a depender da influência de fatores diversos.

Assim como os outros dois níveis, o Nível Morfossintático também tem uma estruturação interna organizada hierarquicamente, embora essa hierarquia esteja sujeita a condições idiossincráticas. As unidades linguísticas, portanto, neste nível, são analisadas em termos de sua composição sintática, começando da mais alta para a mais baixa: *Expressões Linguísticas* (Le), *Orações* (Cl), *Sintagmas* de vários tipos (Xp), e *Palavras* de vários tipos (Xw), conforme o seguinte esquema geral para o Nível Morfossintático¹⁸³, para o qual, cada unidade constituinte pode ocorrer mais de uma vez:

(193) (Le₁: [(Cl₁: [(Xw) (Xp₁: [(Xw) (Xp₂) (Cl₂)] (Xp₁)) (Cl₃)] (Cl₁))] (Le₁))

Ainda, conforme os autores, é possível distinguir, dentro de cada palavra, *Morfemas* de vários tipos (Xs) e *Afixos* (Aff).

De acordo com o esquema descrito em (193):

“a maior unidade de análise, uma Expressão Linguística, é vista como consistindo de Orações; por sua vez, cada Oração pode consistir de uma ou mais Palavras, um ou mais Sintagmas e, como uma instância de recursividade, uma ou mais Orações; cada Sintagma pode similarmente consistir de uma ou mais Palavras, um ou mais Sintagmas e uma ou mais Orações (os dois últimos mencionados novamente envolvendo recursividade)” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 292).¹⁸⁴

¹⁸³ (*Ibid.*, p, 291).

¹⁸⁴Cf. original: “the largest unit of analysis, a Linguistic Expression, is seen as consisting of Clauses; in turn, each Clause may consist of one or more Words, one or more Phrases and, as an instance of recursion, one or more Clauses; each Phrase can similarly consist of one or more Words, one or more Phrases and one or more Clauses (the two last-mentioned again involving recursion).”

Um exemplo para ilustrar essa estrutura interna do Nível Morfossintático seria¹⁸⁵:

(194) Ele não pode nadar.

(Cl_i: [(Np_i: [(Nw_i: ele (Nw_i)) (Np_i)]_{sub} (Vp_i: [(Gw_i: não (Gw_i)) (Vw_i: pode (Vw_i)) (Vp_j: (Vw_j: nadar (Vw_j)) (Vp_j))] (Vp_i))] (Cl_i))

Por fim, o *Nível Fonológico* é a parte complementar ao Nível Morfossintático. É o último dos níveis do Componente Gramatical, formando com aquele as duas operações de *codificação*. Serve como *input* para o Componente de Saída e recebe *input* de todos os outros níveis, com os quais mantém uma relação de total dependência, ou seja, é inteiramente dependente dos níveis situados acima no plano geral da arquitetura da GDF (ilustrada na Figura 2 deste trabalho). Constitui um nível específico de cada língua, uma vez que as línguas dispõem de um repertório próprio de fonemas disponíveis. Assim sendo, abrange as representações segmentais e suprasegmentais de um enunciado.

A representação da estrutura interna do Nível Fonológico é a seguinte:

(π U ₁ :[Enunciado
(π IP ₁ :[Sintagma Entonacional
(π PP ₁ :[Sintagma Fonológico
(π PW ₁ :[Palavra Fonológica
(π F ₁ :[Pé
(π S) ^N	Sílaba
] (F ₁))	Pé
] (PW ₁))	Palavra Fonológica
] (PP ₁))	Sintagma Fonológico
] (IP ₁))	Sintagma Entonacional
] (U ₁))	Enunciado

Figura 6: Estrutura interna do Nível Fonológico (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 428)

Consoante à figura 6:

“um Enunciado (U₁) consiste de um ou mais Sintagmas Entonacionais (IP₁), os quais são compostos por um ou mais Sintagmas Fonológicos (PP₁); cada PP contém uma

¹⁸⁵Exemplo traduzido de Hengeveld e Mackenzie (*Ibid.*, p, 288). Cf. original: “*He can’t swim.*”

ou mais Palavras Fonológicas (PW_1), e estas são compostas por um ou mais Pés (F_1), que, por sua vez, são feitos de, pelo menos, uma sílaba (S_1).¹⁸⁶

Um exemplo para ilustração do esquema básico do Nível Fonológico pode ser:

(195) Eu odeio esse homem!!!¹⁸⁷

(U_i : [(IP_i : (PP_i : /eu/ (PP_i)) (IP_i)) (IP_i (PP_i : /o'deio/ (PP_i)) (IP_i)) (IP_i : (PP_i : /'esse/ (PP_i)) (IP_i)) (IP_i : (PP_i : /'omeN/ (PP_i)) (IP_i))] (U_i))

De acordo com os autores:

- ✓ o **Enunciado** refere-se ao completo trecho de fala em análise, por isso, encontra-se em relação padrão com o Move do Nível Interpessoal. Distingue-se dos demais itens pelo fato de ser tipicamente separado por pausas mais longas;
- ✓ o **Sintagma Entonacional** concerne a um simples contorno de entonação (sistematicamente uma diminuição ou elevação da afinação geral), que indica as relações que se destinam aos Atos Discursivos dentro de um Move ou aos Estados-de-coisas dentro de um Episódio;
- ✓ o **Sintagma Fonológico** caracteriza-se como um agrupamento intermediário entre o *Sintagma Entonacional* e a *Palavra Fonológica* e corresponde ao domínio de várias operações fonológicas que se aplicam a um grupo de Palavras Fonológicas sem se estender ao Sintagma Entonacional inteiro;
- ✓ a **Palavra Fonológica** também corresponde ao domínio de um número de processos fonológicos, mas com a característica de serem mais locais que as operações envolvidas no Sintagma Entonacional. Há uma certa correspondência entre *Palavras Fonológicas* e *Palavras Morfossintáticas*, embora esta não seja uma correspondência biunívoca: uma Palavra Morfossintática pode estar em correspondência com uma simples Palavra Fonológica, assim como pode corresponder a mais de uma;
- ✓ a Palavra Fonológica consiste de um ou mais **Pés**, que, por sua vez, como já informado anteriormente, representa um grupo de *Sílabas*.
- ✓ O agrupamento de **Sílabas** dá às línguas seus traços rítmicos característicos.

¹⁸⁶Cf. original: “an Utterance (U_1) consists of one or more Intonational Phrases (IP_1), which themselves are composed of one or more Phonological Phrases (PP_1); each PP contains one or more Phonological Words (PW_1), and these are composed of one or more Feet (F_1), which in turn are made of least one syllable (S_1)” (*Ibid.*, p, 429).

¹⁸⁷Exemplo traduzido de Hengeveld e Mackenzie (*Ibid.*, p, 426). Cf. original: “I hate that man!!!”

Apesar de a GDF adotar a proposta de uma hierarquia básica entre as camadas de cada nível, os autores admitem três possibilidades: (i) não haver a instanciação de qualquer uma das camadas; (ii) haver recursividade de qualquer uma das camadas; e (iii) haver inclusão de mais camadas em qualquer língua. Isso não presume que haja um caos completo ao que se refere à descrição adotada por eles, ao contrário, apenas reforça a ideia de que tudo o que é descrito sobre uma língua deve ser considerado como tendências, preferências, e, por isso, há mais possibilidades de análise, de descrição e de uso, o que torna a língua um objeto não fechado em si mesmo.

Com isso, findamos esse capítulo de apresentação da teoria de base para a realização desta pesquisa, a Gramática Discursivo-Funcional. Cabe salientar, entretanto, que é no diálogo entre ela e as teorias que privilegiam a investigação da língua em uso que buscaremos o tratamento de alguns conceitos teóricos e metodológicos a serem operacionalizados na investigação das orações pseudorrelativas modalizadoras em Língua Portuguesa. Salientamos, ainda, que o tratamento dado ao nível *Fonológico* foi menos desenvolvido por uma restrição metodológica de análise dos *corpora*. Isso não denota que tal nível seja menos importante na descrição adotada pela GDF; trata-se, apenas, de um recorte metodológico que obedeceu ao critério de relação mais íntima com o fenômeno em análise: a oração pseudorrelativa modalizadora sob enfoque sintático, semântico e pragmático.

4.3 Síntese conclusiva

Neste capítulo, nosso objetivo foi apresentar alguns dos pressupostos teóricos funcionalistas que têm relação com o fenômeno designado de *orações pseudorrelativas modalizadoras*. Para isso, tecemos considerações a respeito do paradigma funcionalista, com seus princípios fundamentais.

Iniciamos o capítulo com a descrição do paradigma funcionalista, apresentando os propósitos em comum entre os linguistas que seguem essa teoria, tais como: estudar o modo como os usuários da língua conseguem comunicar-se e como se dá essa comunicação; estudar a língua correlacionada a outros parâmetros, como a cognição e a comunicação, confirmando seu caráter não-autônomo, funcional e dinâmico; e estudar a língua na relação não-arbitrária entre sistematicidade e funcionalidade. Nesta parte introdutória, damos relevância aos estudos de Halliday (2004) e Dik (1997).

Em seguida, explanamos a Gramática Discursivo-Funcional, de Hengeveld de Mackenzie (2008), teoria de base deste trabalho. Com o objetivo de apresentar uma teoria mais ampla da interação verbal, a GDF visa à expansão de uma gramática da frase para uma gramática orientada para o discurso, tomando como unidade básica de análise o Ato Discursivo. Nesse modelo teórico, os componentes linguísticos apresentam-se hierarquicamente organizados, assim, a pragmática governa a semântica, as duas governam a morfossintaxe e as três governam a fonologia. Na descrição de atos discursivos, os autores reconhecem quatro componentes: um *componente gramatical* (considerado como o centro da investigação linguística) e três componentes adicionais que interagem com o componente gramatical, que são o *componente conceitual* (onde se identifica a intenção comunicativa), o *componente contextual* (onde se armazenam todos os aspectos externos da interação que podem influenciar o funcionamento do componente gramatical) e o *componente de saída* (responsável pela expressão acústica, gráfica ou manual da unidade linguística).

Para atestar essa organização hierárquica, os autores distinguem duas operações principais das expressões linguísticas no Componente Gramatical, a Formulação (representações pragmáticas e semânticas de uma dada língua) e a Codificação (conversão dessas representações pragmáticas e semânticas em representações morfossintáticas e fonológicas). Ambas apresentam níveis puramente linguísticos organizados interna e hierarquicamente. Na Formulação, estão os níveis *Interpessoal* (representa a unidade linguística em termos de sua função comunicativa - Pragmática) e *Representacional* (Semântica). Na Codificação, apresentam-se os níveis *Morfossintático* (analisa a unidade linguística com relação aos seus constituintes sintáticos e morfológicos) e *Fonológico* (apresenta as representações fonológicas segmentais e suprasegmentais de uma elocução). A cada nível compreendem camadas de organização, descritas também interna e hierarquicamente. Destacamos, a propósito, que utilizaremos os conceitos relativos aos níveis Interpessoal e Representacional como categorias de análise das orações pseudorrelativas modalizadoras.

Além da descrição do modelo teórico-metodológico da Gramática Discursivo-Funcional, fazemos também uma explanação da categoria de Modalidade, já que esta se configura extremamente importante na análise que fazemos das orações pseudorrelativas modalizadoras. Segundo os autores, a modalidade não constitui uma categoria única e se realiza em todos os níveis por meio de modificadores e operadores. Para tratar da modalidade, os autores distinguem o *alvo* e o *domínio* de avaliação. Pelo *alvo*, distinguem-se três tipos de modalidade: *orientada para o participante* (afeta a relação entre o participante e o potencial de realização de um evento); *orientada para o evento* (afeta a descrição do evento contido no

enunciado, referindo-se à avaliação do estatuto de realidade desse evento); e *orientada para a proposição* (afeta o conteúdo proposicional de um enunciado, referindo-se ao grau de comprometimento do falante em relação à proposição apresentada por ele). Pelo *domínio*, diferenciam-se cinco tipos de modalidade: *facultativa* (referente às capacidades inerentes ou adquiridas); *deôntica* (concernente ao que é permissível); *volitiva* (concernente ao que é desejável); *epistêmica* (concernente ao que é conhecido sobre o mundo e ao grau de comprometimento do falante em relação ao conteúdo proposicional); e *evidencial* (concernente ao tipo de informação contida na sentença).

Em especial, destacamos a *modalidade evidencial*, pois, para os autores, ela não constitui uma categoria única, é dividida em três subcategorias, de acordo com a camada em que atua: *inferencial* (atua em um conteúdo proposicional para especificar a fonte de como o falante chegou ao conhecimento enunciado: com base em evidências sensórias/ perceptuais; ou derivadas de um conhecimento pré-existente); *genérica* (atua em um conteúdo proposicional para especificar a fonte com base no conhecimento comum acumulado na comunidade); e *reportativa* (atua em um conteúdo comunicado para indicar que o falante está transmitindo as opiniões de outrem).

5 METODOLOGIA

O objetivo deste capítulo é apresentar o método da presente pesquisa, com seus procedimentos específicos. Portanto, nas seções que seguem, detalhamos como se deu a constituição de nosso *corpus*; ademais, abordamos os processos metodológicos adotados, assim como os parâmetros que serviram para análise das orações pseudorrelativas modalizadoras. Iniciamos com a caracterização do que denominamos *orações pseudorrelativas modalizadoras*, fenômeno em foco nesta pesquisa, retomando desde a caracterização tradicional do que é uma oração relativa até a designação do fenômeno observado. Seguimos com a explanação dos parâmetros sintáticos, semânticos, pragmáticos e interacionais (contextuais) que compõem nosso quadro de categorias de análise; e, por fim, destacamos o programa utilizado na obtenção das porcentagens e no cruzamento das variáveis por nós estabelecidas.

5.1 Seleção, constituição e delimitação do *corpus*

Com o objetivo de abranger o máximo possível as modalidades oral e escrita da Língua Portuguesa, assim como as variantes contemporânea e diacrônica, nossa pesquisa reuniu amostras para a composição de um *corpus* específico. Montamos um *corpus* de registros (*corpus* de ocorrências) do fenômeno observado com a coleta de dados a partir de quatro bancos de dados diferentes. A decisão de se constituir um *corpus* específico se deve às necessidades particulares no tocante à natureza do fenômeno investigado.

Por se tratar de uma oração pseudorrelativa modalizadora, acreditamos que essa construção seja recente na Língua Portuguesa, o que nos instigou a analisar textos contemporâneos, como fizemos com a seleção de textos a partir do banco de dados que serviu de pesquisa ao Dicionário de Usos do Português (DUP) e à Gramática de Usos do Português¹⁸⁸. Desta forma, contemplamos a modalidade escrita da Língua Portuguesa.

Ademais, supomos que, por desempenhar duas funções na oração, entre elas, uma gramatical, o elemento QU esteja em processo de gramaticalização, o que nos instigou a analisar textos históricos, como fizemos na seleção de textos de obras disponibilizadas pelo banco de dados da Biblioteca Nacional de Portugal, ou seja, é de nosso interesse observar que textos (escritos) dramáticos de séculos remotos podem oferecer pistas sobre o surgimento dessa

¹⁸⁸ “Dicionário de Usos do Português do Brasil” (BORBA, 2002) e “Gramática de Usos do Português (NEVES, 2000).

construção. Assim, contemplamos o caráter diacrônico da pesquisa, um dos objetivos deste trabalho.

Finalmente, para contemplar a modalidade oral da língua, no que se refere às variantes brasileira e europeia, procedemos à análise do *corpus* mínimo do projeto NURC¹⁸⁹, assim como à análise de algumas gravações do *corpus* “Português Falado - Variedades Geográficas e Sociais”, organizado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa¹⁹⁰.

Resumindo, os *corpora* que serviram de base para a obtenção dos dados analisados neste trabalho abrangem:

Caráter	Modalidade de língua	
	Oral	Escrita
Sincrônico/Contemporâneo	<ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>Corpus</i> de ocorrências de fala mínimo do projeto NURC (variante brasileira) ✓ Português Falado - Variedades Geográficas e Sociais (variante europeia) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Seleção de textos a partir do banco de dados do <i>Corpus</i> que serviu de pesquisa à organização do Dicionário de Usos do Português (DUP) (variante brasileira)
Diacrônico		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Seleção de textos a partir do banco de dados da Biblioteca Nacional de Portugal (variante europeia)

Quadro 6: composição do banco de dados da presente pesquisa

Os dados obtidos a partir desses *corpora* foram analisados segundo as variáveis linguísticas estipuladas para observação¹⁹¹, que, a nosso ver, operam num conjunto complexo de correlações que inibem ou favorecem uma determinada forma linguística. As seções seguintes descrevem mais detalhadamente cada banco de dados dos quais selecionamos amostras.

5.1.1 *Corpus sincrônico/contemporâneo oral*

¹⁸⁹ Contemplando-se, assim, a investigação da variante oral brasileira.

¹⁹⁰ Contemplando-se, assim, a investigação da variante oral europeia. Tal *corpus* encontra-se disponível na Internet no seguinte endereço eletrônico:

http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica_de_corpus/projecto_portuguesfalado.php.

¹⁹¹ A descrição das variáveis linguísticas e extralinguísticas encontra-se na seção seguinte 5.2.2 *Parâmetros para análise do corpus*.

5.1.1.1 Corpus mínimo do projeto NURC

Contemplando a modalidade oral da Língua Portuguesa, referente à variante brasileira, conforme já dissemos, constituímos um *corpus* de ocorrências específico desta pesquisa, a partir do banco de dados (*corpus* mínimo) do projeto NURC-Brasil:

O Projeto, desde o seu início, teve o objetivo de caracterizar a modalidade culta da língua falada. A primeira fase, de levantamento do corpus, teve início na década de 70, a segunda, de análise dos dados, na década de 80, e, a terceira, de observação da mudança linguística, através da constituição de novos *corpora*, na década de 90. O *corpus* levantado na década de 70 já permitiu que se elaborassem estudos para o Projeto de uma Gramática do português falado. O confronto de gravações das décadas de 70 e 90 permite uma observação de mudanças em tempo real, permitindo reconstituir uma cronologia dos vários passos e correlacionar essa cronologia às características sociolinguísticas de cada estágio. Essa técnica de análise, pela primeira vez realizada em nosso país, representa um avanço no conhecimento da língua portuguesa no Brasil. No momento, encontra-se em andamento a digitalização de todo o *corpus* do Projeto NURC-RJ, com a colaboração de bolsista de apoio técnico, garantindo a preservação dos dados para as gerações futuras.

(descrição encontrada na seguinte página eletrônica do CNPq:
<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0202801JDDMWNL>)

O projeto conta com as seguintes características:

A seleção dos informantes deu-se em função de quatro critérios:

- 1) Ter nascido nas cidades pesquisadas;
- 2) Manter residência permanente nas capitais pesquisadas;
- 3) Ser filho preferencialmente de pais cuja naturalidade também seja nas referidas cidades;
- 4) Ter instrução superior completa.

Os inquéritos foram distribuídos de acordo com o sexo e a faixa etária dos informantes e com o grau de formalidade do registro, embora não tenhamos formulado questões de pesquisa específicas para a análise desses condicionamentos extralinguísticos. São considerados, então:

- O sexo: masculino; feminino;
- Três faixas etárias:
 - ✓ I - de 25 a 35 anos;
 - ✓ II - de 36 a 55 anos;
 - ✓ III - 56 em diante.
- Três níveis de formalidade:
 - ✓ um menos formal, constituído por Diálogos entre Dois Informantes (D2);

- ✓ um nível intermediário, caracterizado por Diálogos entre Informante e Documentador (DID);
- ✓ e um nível mais formal, composto por Elocuções Formais (EF), que são palestras, aulas expositivas, conferências, etc.

Nesta pesquisa, foram utilizados os inquéritos que serviram de base para a composição do *corpus* mínimo estabelecido para o desenvolvimento do Projeto “Gramática do Português Falado”, a saber¹⁹²:

	EF	DID	D2
Salvador	049	231	098
Porto Alegre	278	045	291
Recife	337	131	005
Rio de Janeiro	379	328	355
São Paulo	405	234	360

Quadro 7: *corpus* mínimo de ocorrências de fala do projeto NURC

Considerando-se a tomada de quinze minutos de cada gravação, soma-se um total de 225 minutos observados. Com relação às ocorrências, a indicação das fontes é registrada entre parênteses levando-se em consideração o tipo de inquérito, a cidade, o número do inquérito e as linhas onde se encontram. Por exemplo: EF (Elocuções Formais) RJ (Rio de Janeiro), 328 (número do inquérito): 20 – 25 (linhas).

5.1.1.2 Corpus Português Falado - Variedades Geográficas e Sociais (CLUL)

Contemplando a modalidade oral da Língua Portuguesa, referente à variante europeia, conforme já dissemos, fazem parte dos bancos de dados utilizados para a constituição do *corpus* de ocorrências específico para esta pesquisa as amostras do “Português Falado – Variedades Geográficas e Sociais”, apresentado a seguir:

O projecto foi concluído e os materiais estão publicados em CD-ROM, com o apoio editorial exclusivo do Instituto Camões, sob o título *Português Falado - Documentos Autênticos: Gravações áudio com transcrição alinhada*. Os CD's são distribuídos pelo Instituto Camões para o estrangeiro e pelo CLUL para Portugal. Do projecto original resultou um *corpus* de amostragens de variedades do português falado em Portugal, no Brasil, nos países africanos de língua oficial portuguesa e em Macau. Os materiais publicados contêm ainda amostragens do português falado em

¹⁹² Os números descritos referem-se à numeração dos inquéritos própria do *corpus*, portanto, será analisado o inquérito 049, que compõe o quadro de EF de Salvador, por exemplo; e assim com referência aos demais inquéritos expostos.

Goa e em Timor-Leste, recolhidas posteriormente. Estas amostragens de discurso oral, gravadas em lugares, datas e situações diversificadas, são acompanhadas das correspondentes transcrições ortográficas alinhadas

(descrição encontrada na seguinte página eletrônica do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa – CLUL:

http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica_de_corpus/projecto_portuguesfalado.php)

O projeto conta com as seguintes características:

- ✓ São quatro CD-ROM publicados que contêm um *corpus* de português falado - som e transcrição ortográfica alinhados - de falantes sociolinguisticamente diversificados que têm o português como língua materna ou como língua segunda.
- ✓ É constituído por 86 gravações, de conversas informais entre pessoas conhecidas ou entre amigos e familiares e de intervenções mais formais como, por exemplo, as de programas de rádio.
- ✓ São textos que contemplam o português falado em Portugal (30), no Brasil (20), nos países africanos de língua oficial portuguesa: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe (5 de cada), em Macau (5), em Goa (3) e em Timor-Leste (3) e correspondem a 8h e 44m de gravação e a 91.966 palavras gráficas.
- ✓ As gravações abrangem um período de tempo que vai de 1970 a 2001, com uma incidência de cerca de 70% na última década.

As gravações estão distribuídas entre os quatro CD-ROM da seguinte forma:

1. Portugal (gravações da década de 90);
2. Portugal (gravações das décadas de 70 e 80), Macau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste;
3. Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique;
4. Brasil e Goa.

Participam nas gravações 94 falantes, cujas caracterizações (naturalidade, sexo, idade, profissão, nível de instrução) constam no cabeçalho que antecede as transcrições, no qual se registram também dados e observações sobre o local, a data e a situação em que ocorreu a gravação ou outras informações relevantes.

Para esta pesquisa, selecionamos apenas as gravações referentes aos dados de Portugal (gravações das décadas de 70 a 90), visto equilibrarem-se, em termos metodológicos, com o *corpus* oral selecionado para representar a variante brasileira – NURC – já apresentado

anteriormente. O tempo total de gravação soma, aproximadamente, 165 minutos em cada um deles.

Em nossa pesquisa, codificamos as ocorrências dos dois *corpora* orais em um único arquivo de dados do programa SPSS, já que não faz parte de nossos objetivos tratar a Língua Portuguesa considerando as diferenças entre as variedades brasileira e europeia. Em sendo assim, após a leitura de todos os textos, encontramos 25 (vinte e cinco) ocorrências de construções pseudorrelativas modalizadoras distribuídas conforme o quadro a seguir:

BANCO DE DADOS	NURC	CLUL	TOTAL
OCORRÊNCIAS	15	10	25

Quadro 8: Número de ocorrências encontradas nos *corpora* contemporâneos de Fala

5.1.2 *Corpus sincrônico/contemporâneo escrito*

Com a finalidade de investigar o máximo possível essa estratégia de relativização, acreditamos que uma pesquisa completa deve contemplar as duas modalidades de língua, oral e escrita. Assim sendo, é de nosso interesse observar a língua com base nos dados de um *corpus* escrito. Para isso, selecionamos textos a partir do banco de dados do Centro de estudos Lexicográficos da UNESP – Campus de Araraquara, o mesmo que serviu de pesquisa para a organização do Dicionário de Usos do Português do Brasil (DUP), elaborado por F. S. Borba(2002) em cooperação com outros pesquisadores da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP e para a elaboração da Gramática de Usos do Português, de Neves (2000). Esse *corpus* caracteriza-se por ser muito diversificado, pois:

[...] abriga textos escritos de literaturas romanesca, técnica, oratória, jornalística e dramática, o que garante diversidade de gêneros e permite a abrangência de diferentes situações de enunciação, incluindo a interação, sendo notável a representatividade da língua falada, encontrada na simulação que dela fazem as peças teatrais (NEVES, 2000, p. 14).

Além disso, é muito representativo da variedade brasileira contemporânea, uma vez que registra dados do Português brasileiro de 1950 a 1997¹⁹³.

Utilizamos para registro em nosso *corpus* de ocorrências os dados encontrados nos textos do gênero Literatura Técnica, constituídos após recorte que obedeceu aos critérios

¹⁹³Segundo Borba (2008), é considerado como contemporâneo o estado de língua a partir de 1950.

estabelecidos por Nogueira (1999) em sua pesquisa sobre as orações apositivas não-restritivas.

Segundo a autora, tais textos reúnem:

características formais e funcionais que os particularizam, de modo inequívoco, enquanto gênero textual. Segundo Biber, o gênero *prosa acadêmica* tem subgêneros que podem ser muito diferentes uns dos outros, conforme tratem de assuntos atinentes às áreas de ciências naturais, médicas, matemática, humanidades, engenharia, etc. No que concerne aos textos técnicos utilizados na pesquisa, cumpre dizer que foi possível constituir um subgrupo em que todos os textos se inserissem no subgênero técnico-didático, da área de humanidades. Esses textos se caracterizam por seu caráter introdutório, de divulgação de conhecimentos, o que os distingue de textos técnico-científicos, marcadamente mais complexos e abstratos e de linguagem bastante especializada. Em sua maioria, tais textos foram extraídos de livros como os da série *Princípios e Fundamentos*, da Editora Ática, e da coleção *Primeiros Passos*, da Editora Brasiliense (NOGUEIRA, 1999, p. 118).

Foram analisadas as orações pseudorrelativas modalizadoras encontradas em 12 (doze) amostras de texto escrito do gênero Literatura Técnica. Tais amostras estão em arquivos delimitados de modo a conter, aproximadamente, a mesma extensão, determinada em *bytes* (em torno de 23.000 *bytes*) e em quantidade de caracteres (em torno de 19.000 caracteres).

Em virtude dos poucos casos encontrados – 7 (sete) – os dados desse *corpus* foram excluídos da análise quantitativa, entretanto, servirão para a discussão qualitativa do fenômeno.

Por crermos ser muito interessante investigar também os fatores que propiciaram o surgimento desse fenômeno, decidimos, assim, analisar dados a partir de textos que contemplassem o aspecto diacrônico da pesquisa. Fazemos isso com uma triagem de textos do Banco de dados da Biblioteca Nacional de Portugal¹⁹⁴. Tal procedimento está descrito na seção seguinte.

5.1.3 *Corpus diacrônico escrito*

A Biblioteca Nacional de Portugal conta com um acervo digital que contém textos do século XII ao século XXI, consoante a descrição a seguir:

Para a selecção das obras a digitalizar, a BNP recorreu a diversos critérios durante os anos de 2002 a 2007, definidos em função da sua missão de conservação e divulgação do património documental português. Assim, tendo em vista a preservação de documentos de natureza frágil e/ou manuseamento difícil, foi seleccionado um

¹⁹⁴ Esse banco de dados encontra-se disponibilizado virtualmente no seguinte endereço eletrônico: <http://www.bnportugal.pt/>

conjunto significativo de documentos iconográficos (cartazes, estampas, desenhos, etc) e de material cartográfico, representando respectivamente 65% e 18% dos documentos digitalizados disponíveis na Biblioteca Nacional Digital.

No contexto da valorização e divulgação do património documental nacional, a BNP tem adoptado critérios de selecção de documentos para digitalização baseados no respectivo interesse histórico-cultural, tendo em conta a proveniência nacional das obras, a respectiva data de publicação e a tipologia de documentos.

São exemplos de aplicação destes critérios os projectos mais recentes financiados pelo Programa Operacional Sociedade do Conhecimento de digitalização de jornais portugueses do século XIX e de dicionários e enciclopédias publicados em Portugal nos séculos XVII a XIX, bem como o Projecto Patrimonia, financiado pelo Programa Operacional da Cultura, ao abrigo do qual foram já digitalizados cerca de 400 títulos de livro antigo português (i.e. documentos impressos publicados entre 1500 e 1800) e que teve continuidade durante o ano de 2008, com a digitalização de 1100 títulos dos séculos XVI e XVII que serão gradualmente colocados em linha. Subjacente à adopção deste critério de selecção de obras para digitalização está, também, o objectivo de aumentar o número de obras textuais impressas disponíveis na BND, que actualmente representam apenas 16% da colecção de documentos digitalizados.

No que se refere à língua de publicação, metade dos documentos disponíveis na BND são em língua portuguesa. Relativamente a outras línguas, cerca de 19% das obras disponíveis na BND foram publicadas em francês, 11 % em inglês, 3% em castelhano, 3% em italiano e 2% em alemão.

Quanto à classificação por assunto, sendo a maioria dos documentos publicados na BND de tipo iconográfico e cartográfico, também os principais domínios representados são as Artes (35%) e a História/Geografia (35%). Dos restantes documentos digitalizados, 12% inscrevem-se nas áreas de Ciências Sociais, 11% nas Ciências Aplicadas, sendo 4% das obras do domínio da Literatura/Linguística.

(descrição encontrada na seguinte pagina eletrônica:
<http://purl.pt/index/geral/PT/about.html>)

Para esta pesquisa, optamos por seleccionar obras dos séculos XVI ao XX, posto que, a partir do século XVI, deu-se o aparecimento dos primeiros trabalhos metalinguísticos (gramáticas, dicionários, louvores da língua)¹⁹⁵. Interessamo-nos em obter dados escritos legitimados e em conformidade com a formalização linguística vigente na época, por isso nosso interesse por obras a partir do século XVI, quando se iniciou a preocupação metalinguística em Língua Portuguesa. Preferimos manter a organização feita pela biblioteca, de modo que levamos em consideração a data da publicação da obra em Lisboa informada na ficha catalográfica feita pela biblioteca, embora reconheçamos que algumas das obras tenham sido publicadas tardiamente em relação à sua realização. Procuramos seleccionar os textos cuja publicação não se distanciasse tanto do período de realização. Do mesmo modo, concernente à referência das obras, registram-se ora os autores, ora os responsáveis pela edição, ou ainda os nomes dos responsáveis que preservaram a obra antes de esta ser disponibilizada na biblioteca.

Com relação à seleção dos textos, adotamos os seguintes critérios:

¹⁹⁵ Essa informação foi obtida no endereço eletrônico <http://www.instituto-camoes.pt/> (Camões Instituto da Cooperação e da Língua Portuguesa).

- 1) Selecionamos quatro obras em cada século (duas representativas da primeira metade do século e duas representativas da segunda metade);
- 2) Optamos por textos em prosa que tratam, de um modo geral, de temáticas variadas: a vida na corte, acontecimentos importantes, narrativas cavaleirescas, ensinamentos morais e religiosos, etc;
- 3) Selecionamos, preferencialmente, textos cujas sequências textuais predominantes fossem a descritiva, principalmente, e a explicativa e/ou argumentativa, justamente por acreditarmos que tais sequências propiciam a ocorrência de orações relativas pelo fato de que o nome antecedente à relativa necessitaria de caracterização, o que resultaria no uso desse tipo de oração. Assim sendo, poderíamos observar a partir de que fatores linguísticos (ou extralinguísticos) o *que* passa a assumir essa função gramatical de conector ou, em termos gerativos, complementizador;
- 4) Atentamos para a seleção de textos que tivessem um número de páginas aproximado, sempre que possível, para manter o equilíbrio do volume textual analisado em cada século (aproximadamente em torno de 100 páginas);
- 5) As obras escolhidas, desse modo, encaixam-se no que se costuma chamar de Português Arcaico (ou Clássico) e Moderno¹⁹⁶, conforme o quadro a seguir:

Época	Leite de Vasconcelos	Silva Neto	Pilar V. Cuesta	Lindley Cintra
até sec. IV (882)	pré-histórico	pré-histórico	pré-literário	pré-literário
até aprox. 1200 (1214 – 1216)	proto-histórico	proto-histórico		
até 1385/1420	português arcaico	trovadoresco	galego-português	português antigo
até 1536/1550		português comum	português pré-clássico	português médio
até sec. XVIII	português moderno	português moderno	português clássico	português clássico
até sec. XIX/XX			português moderno	português moderno

Quadro 9: Quadro extraído de Mattos e Silva (2006, p. 25)

¹⁹⁶ Nesta pesquisa, não entraremos na discussão sobre a classificação periódica do Português. Levamos em consideração o que a maioria dos estudiosos classifica.

Após a leitura de todos os textos, constituímos nosso *corpus* de ocorrências com 30 (trinta) contextos de usos de construções pseudorrelativas modalizadoras, distribuídas nas cinco sincronias destacadas no quadro a seguir:

SINCRONIA	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	TOTAL
OCORRÊNCIAS	3	5	3	10	12	32

Quadro 10: Número de ocorrências encontradas no *corpus* diacrônico de Escrita

Foram excluídas da análise quantitativa as ocorrências encontradas nos textos do século XX, posteriores a 1950, em razão de que nosso objetivo era observar dados de língua históricos, e, como seguimos a descrição de Borba (2008), são considerados contemporâneos os dados linguísticos a partir de 1950. Das 12 (doze) ocorrências referentes ao século XX, 2 (duas) não entraram na análise quantitativa, pois se encontram registradas no Século XX, posteriores a 1950. Servirão, por conseguinte, para a discussão qualitativa do fenômeno.

Descritos os critérios para a seleção, constituição e delimitação de nosso *corpus*, abordamos, a seguir, os processos metodológicos de análise.

5.2 Procedimentos Metodológicos

Identificados e caracterizados os bancos de dados a partir dos quais constituímos o *corpus* de ocorrências de orações pseudorrelativas a serem investigadas nesta pesquisa, realizamos os seguintes procedimentos metodológicos:

- 1) Caracterização do tipo de construção que será identificado como ocorrência;
- 2) Leitura dos inquéritos e dos textos selecionados;
- 3) Identificação e codificação das ocorrências: leitura atenta dos inquéritos e dos textos selecionados para a identificação e codificação das ocorrências, a partir do programa *Statistical Package for Social Science* - SPSS (versão 16 para Windows). Para tanto, foi registrada, no programa, cada uma das ocorrências com base nos seguintes critérios: (i) modalidade de língua e (ii) século em que se encontra registrado o texto, conforme exemplos a seguir:

OCORRÊNCIA	SÉCULO	MODALIDADE DE LÍNGUA
------------	--------	----------------------

[1] ... mas é um hábito que eu acho que seria... que eu acho que é muito saudável... é você colocar frutas de manhã no café...	XX	Fala
[2] Em verdade estas são coisas maravilhosas que vemos as pedras preciosas e as especiarias aromáticas vir a marcar nos vossos reinos. aqueles que vendendoas a todo ho mundo fartauam ¹⁹⁷	XVI	Escrita

Quadro 11: Identificação de ocorrência

- 4) Classificação de cada ocorrência segundo as categorias de análise estabelecidas na seção 5.2.2 *Parâmetros para análise do corpus*.

Para cada grupo das categorias a serem analisadas, foi conferida uma codificação numérica, como a que se observa no seguinte exemplo, referente à função sintática do antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora:

CATEGORIAS MORFOSSINTÁTICAS		Codificação
1. Função sintática do antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora	Sujeito Pré-Verbal	1
	Objeto Direto	2
	Objeto Indireto, Complemento Circunstancial Locativo e Agente da Passiva	3
	Oblíquo	4
	Genitivo	5
	Objeto de Comparação	6
	Complemento nominal, Adjunto Adnominal e Aposto Especificativo	7
	Predicativo	8
	Adjunto Adverbial	9
	Aposto Explicativo	10
	Termo Absoluto	11
	Sujeito Pós-Verbal	12

Quadro 12: Exemplificação de codificação de dados

Com relação à análise dos dados, seguiremos os passos:

- 5) Análise quantitativa: utilização do programa *Statistical Package for Social Science* – SPSS (versão 16 para Windows) para a verificação da frequência, como recurso metodológico que permitirá a verificação das hipóteses formuladas. Esse programa computacional fornece resultados percentuais precisos ao pesquisador,

¹⁹⁷ Em português contemporâneo, equivaler-se-ia: “Em verdade estas são coisas maravilhosas que vemos as pedras preciosas e as especiarias aromáticas vir a marcar nos vossos reinos aqueles que as vendendo faltavam a todo mundo”.

também possibilitando a transformação de dados estatísticos em representações gráficas, o que nos auxilia na interpretação dos dados.

- 6) Análise qualitativa: análise dos resultados a fim de descrever e explicar o funcionamento do emprego de orações pseudorrelativas modalizadoras, estabelecendo-se relações entre os aspectos sintáticos, semânticos, pragmáticos e contextuais, com base na Gramática Discursivo-Funcional.

Nas seções seguintes, tratamos dos parâmetros adotados para a análise dos dados, a saber: as categorias sintáticas, as semânticas, as pragmáticas e as contextuais; assim como da descrição do programa computacional SPSS. Iniciamos com a caracterização do que estamos denominando *orações pseudorrelativas modalizadoras*, fenômeno em foco nesta pesquisa.

5.2.1 As Orações Pseudorrelativas Modalizadoras em Língua Portuguesa: descrição estrutural

As orações relativas são orações que exercem a função de modificadores de um núcleo nominal, por isso também chamadas de *orações adjetivas* pela tradição gramatical.

De acordo com pesquisas na área de Sociolinguística, conforme já explicitamos no Capítulo III, em Língua Portuguesa, as pesquisas registram atualmente três tipos de construções relativas: uma padrão e duas não-padrão, denominadas *relativa copiadora* e *relativa cortadora*, conforme exemplos aqui retomados:

- (1) Achei o livro de que preciso.
- (2) Achei o livro que eu preciso dele.
- (3) Achei o livro que preciso.

No exemplo (1), tem-se a ocorrência da relativa padrão. E nos exemplos (2) e (3), as relativas ditas *copiadora* e *cortadora*, respectivamente.

Uma das características da oração relativa é o fato de esta apresentar um pronome relativo, o qual exerce uma função sintática na oração em que se encontra. Nos três exemplos acima, o pronome *que* cumpre, em termos da nomenclatura oficial (NGB), a função sintática de *objeto indireto*.

Alguns gramáticos tradicionais - Dias (1918), Pereira (1952) e Bechara (1999) chamam a atenção para a ocorrência particular de um outro tipo de construção relativa em que

“o pronome relativo” exerce função sintática na oração substantiva que, na suposta oração adjetiva, encaixa-se, tal como se ilustra com o exemplo de Bechara também retomado a seguir:

- (4) Ali está o homem que eu pensei que tivesse desaparecido.

Segundo o gramático, o pronome relativo *que* que inicia a oração *que eu pensei* leva o leitor (ou ouvinte) a uma falsa classificação: caracterizá-la como adjetiva; porém, por não exercer nela função sintática, não lhe pertence, mas sim à oração substantiva subsequente *que tivesse desaparecido*. Por ter um caráter de adjetiva, e não o ser, de fato, é que designamos tais expressões como **pseudorrelativas**, constituindo, assim, nosso objeto de pesquisa.

Essa construção, afirma Bechara, é correta e coerente. A dificuldade está em enquadrá-la nos processos tradicionais e estruturais de análise sintática. Em geral, ela só ocorre com oração subordinada substantiva. O referido operador, na análise de Bechara, é chamado de *relativo universal* por ser um simples *transpositor oracional*. Isto é, a referencialidade desse constituinte parece opaca, pois o “pronome” é utilizado como conectivo semelhante à conjunção *que*. Entretanto, ele parece conservar a propriedade mais inerente de um pronome relativo, a de retomar um termo anterior: é por meio dele que recuperamos semanticamente o referente “o homem”, elemento pertencente sintaticamente à oração substantiva “que tivesse desaparecido”, exercendo nesta a função sintática de “sujeito”.

O que nos chama a atenção nesse uso é que ele parece motivado pela introjeção de uma predicação modalizadora que subverte a sintaxe da predicação que a “hospeda”. Prova disso encontra-se nos tipos de verbos frequentemente utilizados, que são verbos de cognição (pensar, ver), de percepção (parecer) ou de elocução (dizer, afirmar).

Dias (1918) e Pereira (1952) apresentam uma construção semelhante à que se analisa neste estudo. Em suas descrições, como já mostrado no capítulo I desta pesquisa, o pronome relativo introduz uma oração adjetiva, ao mesmo tempo em que pertence à oração subsequente, desempenhando, nesta, uma função sintática. Isso indica que tal fenômeno não constitui realidade recente, pois, como podemos ver, já é apresentado em gramáticas do início do século XX, como é a gramática de Dias (1918). O que supomos é que gramáticos e linguistas, em geral, parecem ter ignorado tal fenômeno, que só voltou a ser contemplado em Bechara (1999).

Como já explicamos na Introdução deste trabalho, essa construção foi discutida por Trindade (2009), em um trabalho que privilegia sua descrição geral, constituindo, logo, um estudo mais qualitativo sobre o fenômeno. Nosso presente trabalho trata-se, portanto, de um

estudo, além de qualitativo, quantitativo e diacrônico, ou seja, mais aprofundado e que, a nosso ver, é de grande importância acadêmica.

Começamos pela identificação do que estamos chamando de orações pseudorrelativas modalizadoras. Em nossa pesquisa, foram registradas como ocorrências de orações pseudorrelativas modalizadoras as construções que apresentam a seguinte estrutura:

(196) Antecedente (*que* + (Arg 1) + Predicado encaixador + (*que*) + Oração substantiva)¹⁹⁸

A ocorrência deve apresentar o QUE (ou demais variantes) exercendo uma função sintática na oração substantiva que se apresenta como Argumento 1 ou 2 do verbo encaixador (modalizador), que aponta a atitude subjetiva do enunciador frente ao conteúdo enunciado, semelhante ao exemplo de Bechara já apresentado:

(4) Ali está o homem *que eu pensei que tivesse desaparecido*.
 (que + Arg 1 + Predicado encaixador + (que) + Oração substantiva)
 ↓ ↓ ↓
 (que) (eu) (pensei) (que) (tivesse desaparecido)

O Argumento 1 do predicado encaixador pode manifestar-se morfologicamente, como exemplificado em (4), ou não, ficando, neste caso, elíptico ou mesmo indeterminado, como exemplificado em (198) e (199), respectivamente:

¹⁹⁸ A princípio, acreditávamos que a oração substantiva encaixada era exclusivamente *objetiva direta*, logo, *Argumento 2* dos verbos modalizadores. Entretanto, encontramos em nossos dados casos em que ela desempenha a função sintática de *sujeito* do verbo modalizador, portanto, *Argumento 1*. Tais fatos foram exclusivamente com o verbo *parecer*. Nessas circunstâncias, a posição Arg 1, identificada em (196), é ocupada pela própria oração substantiva. Em sendo assim, a estrutura muda um pouco:

(196a) Antecedente (*que* + Predicado encaixador + (*que*) + Oração substantiva)

Vejamos um exemplo:

(197) *Alguñf dellef tẽ em grandeza dez passos. of q~ef parecẽ jazer. & acerca dellef som posi' outr'peñof q parece q~ lhe fazẽ reuerẽcia. (p. 59) (LNV-BNP)*
 “Alguns deles tem em grandeza dez passos que parecem jazer e acerca deles são postos outros pequenos que parece que lhe fazem reverência”.

A própria oração *q~ lhe fazẽ reuerẽcia* desempenha a função de Arg 1 do verbo modalizador *parece*.

- (198) *Em verdade estasfom coufas maravilhofas **que vemos as pedras preciosas e as especias aromáticas vijnr a mercar nos voffos regnos. aqueles que vendendoas a todo ho mundo fartauam** (p. 10) (LNV – BNP)*
 Tradução: “*Em verdade estas são coisas maravilhosas que vemos as pedras preciosas e as espécies aromáticas vir a marcar nos vossos reinos aqueles que as vendendo faltavam a todo mundo*”.
- (199) *chegaram-me a levar à bruxa, a essas senhoras **que dizem que fazem... magias negras e não sei quê** (UMD – CLUL)*

No exemplo em (198), temos o Argumento 1 da forma verbal encaixadora **vemos** como elíptico ou desinencial, nos termos da GT, ao passo que, no exemplo (199), ele se classifica como indeterminado.

Com relação à oração substantiva encaixada – que desempenha a função sintática de Argumento 1 ou de Argumento 2 do verbo encaixador –, esta pode estruturar-se de forma desenvolvida, como se observa no exemplo já citado em (199), ou de forma reduzida, como exemplificado em (200), em que temos o verbo da oração substantiva no infinitivo pessoal **serem infundadas**:

- (200) *Nele se depositam, pois, muitas esperanças, **que ninguém dirá serem infundadas.***” (p. 19) (LO – BNP)

Nesse exemplo, continuamos constatando que o item QUE anterior à oração pseudorrelativa modalizadora não desempenha função sintática com relação à forma verbal **dirá**, predicado encaixador; e, sim, com relação à forma verbal da oração substantiva encaixada **serem**. Esse é o motivo pelo qual registramos dados como esse como integrantes de nosso *corpus* de ocorrências.

Uma construção semelhante a essa do exemplo (200) foi encontrada nos textos, porém, não a consideramos exemplo de oração pseudorrelativa modalizadora. Vejamos:

- (201) *... e o dinheiro... quer dizer... é curto... então não dá pra pagar **tudo que eu tenho que pagar antes de viajar...*** (D2 – RJ 355: 1495 – 1500)

Em exemplos como o de (201), podemos, à primeira vista, classificá-los como um tipo de pseudorrelativa modalizadora reduzida, semelhante ao exemplificado em (200). Entretanto, não seria verdadeira essa categorização, visto que se trata de uma locução verbal com o verbo *ter*: eu *tenho que pagar* [...]. Em sendo assim, o pronome relativo QUE desempenha função sintática na oração imediatamente subsequente a ele, já que retoma o pronome indefinido *tudo* na locução verbal *tenho que pagar*, opondo-se, portanto, ao critério principal que identifica uma pseudorrelativa modalizadora: o fato de o item QUE não desempenhar função sintática na oração que introduz, mas na oração subsequente, encaixada. Em virtude disso, não integram o nosso *corpus* de ocorrências exemplos como o de (201).

Tal como esse, também foram encontrados exemplos que, sem um olhar mais atencioso, poder-se-iam categorizar como pseudorrelativas modalizadoras. Observemos:

(202) *Tal é a lenda que, não sei, tenha sido produzida pelos nossos folcloristas.*
(p. 70) (MGI – BNP)

(203) *O nosso Garcia Lopes, [...], não acreditava houvesse quem se lhe avantajasse, tirante os professores de Salamanca que, ouvia dizer, excediam os antigos catedráticos[...]*(p. 126) (AL – BNP)

Os exemplos em (202) e em (203) trazem expressões que denunciam a subjetividade do enunciador frente ao conteúdo enunciado, tal como faz uma oração pseudorrelativa modalizadora. Todavia, essa subjetividade é marcada pela introdução de uma oração intercalada, *não sei* em (202), e *ouvia dizer* em (203). Por serem intercaladas, elas não integram sintaticamente a construção em que se apresentam. Em virtude disso, também não registramos, em nosso *corpus* de ocorrências de pseudorrelativas modalizadoras, exemplos como esses.

Identificados os casos que se consideram ou não pseudorrelativas modalizadoras, passamos, a seguir, ao detalhamento dos critérios de análise estabelecidos.

5.2.2 Parâmetros para análise do corpus

Na constituição de nosso *corpus* de ocorrências para análise do fenômeno em apreço, estabelecemos alguns critérios a partir dos quais cada ocorrência será observada e descrita. Desse modo, à luz dos pressupostos teóricos funcionalistas, organizamos algumas categorias de análise que abrangem os aspectos pragmático-discursivos (categorias contextuais

e categorias do nível interpessoal), semânticos (categorias do nível representacional) e morfossintáticos (categorias do nível morfossintático) do fenômeno que designamos por *oração pseudorrelativa modalizadora*. Além das categorias contextuais (Fala, Escrita e Sincronia), nosso fenômeno será observado a partir de duas perspectivas maiores: com relação ao antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora; e com relação à oração pseudorrelativa modalizadora propriamente dita.

✓ CATEGORIAS CONTEXTUAIS

a.1) Modalidade de língua: (i) fala e (ii) escrita

Essa classificação é consensualmente considerada como uma grande influência de usos linguísticos.

a.2) Sincronia - Século em que se encontra registrado o texto: (i) XVI, (ii) XVII, (iii) XVIII, (iv) XIX; (v) XX – anterior a 1950; e (vi) XX – posterior a 1950

Essa segmentação permitirá que confrontemos as ocorrências em cada sincronia, na busca em verificar se as orações pseudorrelativas modalizadoras sofreram algum tipo de mudança em sua construção.

• COM RELAÇÃO AO ANTECEDENTE DA ORAÇÃO PSEUDORRELATIVA MODALIZADORA

• CATEGORIAS PRAGMÁTICAS

b.1) Tipo de locução em que se encontra o antecedente: (i) declarativo, (ii) interrogativo, (iii) imperativo e (iv) optativo

Para observar essa categoria de análise, valemo-nos da classificação de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 71), que postulam, dentre outros, os tipos de Ilocução elencados acima para os Atos Discursivos que se encontram gramaticalmente codificados.

b.2) Tipo de subato do antecedente: (i) referencial e (ii) atributivo

Também como parâmetro de análise do tipo de subato desempenhado pelo antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora, baseamo-nos na classificação de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 107), que estabelecem esses dois tipos de subato.

✓ CATEGORIAS SEMÂNTICAS

c.1) Classificação semântica:

Quanto à categoria semântica a que pertence a entidade construída com a modificação da pseudorrelativa, adotamos a proposta de Hengeveld e Mackenzie (2008). Segundo os autores, são estas as categorias semânticas que descrevem o Nível Representacional, um dos níveis de formulação do Componente Gramatical:

(i) propriedade, (ii) indivíduo, (iii) estado-de-coisas, (iv) conteúdo proposicional, (v) lugar, (vi) tempo, (vii) episódio, (viii) modo, (ix) razão e (x) quantidade.

✓ CATEGORIAS SINTÁTICAS

d.1) Função sintática do antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora:

(i) sujeito, (ii) objeto direto, (iii) objeto indireto, complemento relativo, complemento circunstancial locativo e agente da passiva¹⁹⁹, (iv) oblíquo, (v) genitivo e (vi) objeto de comparação²⁰⁰ – propostos pela Linguística Tipológica – (vii) complemento nominal, adjunto adnominal e aposto especificativo²⁰¹, (viii) predicativo; (ix) adjunto adverbial; (x) aposto explicativo; (xi) termo absoluto e (xii) sujeito pós-verbal – propostos pela tradição gramatical.

Quanto à observação da função sintática do antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora, baseamo-nos na abordagem da Linguística Tipológica²⁰² e na classificação tradicional gramatical.

• COM RELAÇÃO À ORAÇÃO PSEUDORRELATIVA MODALIZADORA

¹⁹⁹ Decidimos enumerar como um só tipo de função sintática os casos de Objeto Indireto, de Complemento Relativo, de Complemento Circunstancial Locativo e de Agente da Passiva sob uma classificação mais genérica “Termos integrantes regidos por preposição”.

²⁰⁰ Retomando os exemplos de oblíquo, de genitivo e de objeto de comparação, respectivamente, pela Linguística Tipológica:

(107a) A faca com a qual o homem matou a galinha. (OBL)

(108a) O homem cuja galinha o garoto matou. (GEN)

(109b) O homem que ninguém no bairro era mais alto do que ele. (OCOMP)

²⁰¹ Decidimos registrar como um só tipo de função sintática os casos de Complemento Nominal, de Adjunto Adnominal e de Aposto Especificativo sob uma classificação mais genérica “Temas regidos por Nomes”.

²⁰² Justificamos esse posicionamento pelo fato de que pretendemos estudar esse fenômeno o máximo possível. Para isso, partimos de categorias (no caso, as funções sintáticas) observadas cientificamente como as mais passíveis de relativização (concretizadas pela Hierarquia de Acessibilidade). Porém, achamos interessante evidenciar também as demais funções sintáticas estipuladas pela tradição gramatical. Pretendemos, com isso, verificar se a Hierarquia, de fato, codifica as funções sintáticas mais passíveis de relativização.

✓ CATEGORIAS SEMÂNTICO-PRAGMÁTICAS

e.1) Domínio modal do predicado (verbo): (i) facultativo, (ii) deôntico, (iii) volitivo, (iv) epistêmico e (v) evidencial.

Analisamos os verbos da oração pseudorrelativa conforme a tipologia de modalidade da GDF quanto aos domínios. Segundo a GDF, são esses tipos de domínios, elencados acima, que compõem a categoria dos verbos de Modalidade.

e.2) Natureza semântico-pragmática da oração completiva: (i) conteúdo proposicional, (ii) estado-de-coisas e (iii) conteúdo comunicado.

Analisamos as orações pseudorrelativas modalizadoras conforme a proposta da GDF, que estabelece a tipologia descrita acima.

✓ CATEGORIAS SINTÁTICAS

f.1) Função sintática desempenhada, na oração completiva, pelo termo correferente ao antecedente: (i) sujeito pré-verbal, (ii) objeto direto, (iii) objeto indireto e agente da passiva, (iv) oblíquo, (v) genitivo e (vi) objeto de comparação – propostos pela Linguística Tipológica – (vii) complemento nominal e adjunto adnominal, (viii) predicativo; (ix) adjunto adverbial; (x) aposto explicativo; (xi) termo absoluto e (xii) sujeito pós-verbal – propostos pela tradição gramatical.

Assim como na observação da função sintática do antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora, baseamo-nos nas duas abordagens (na da Linguística Tipológica e na da Gramática Tradicional).

f.2) Presença de pausa entre o Antecedente e a Oração pseudorrelativa modalizadora: (i) sem pausa e (ii) com pausa

Analisamos a presença ou a ausência de pausa entre o antecedente e a oração pseudorrelativa modalizadora para verificar se se trata de uma relação explicativa ou restritiva. Essa categoria, assim como as seguintes, permitirá que observemos se as orações pseudorrelativas modalizadoras constituem-se mais ou menos integradas sintaticamente.

f.3) Forma em que se apresenta a Oração Completiva: (i) desenvolvida e (ii) reduzida.

f.4) Compartilhamento de traços semânticos entre a Oração pseudorrelativa modalizadora e a Oração Completiva: (i) sujeitos correferencias e (ii) sujeitos não-correferenciais

f.5) Equivalência Modo-Temporal entre os verbos da Oração pseudorrelativa modalizadora e da Oração Completiva: (i) equivalentes e (ii) não-equivalentes

f.6) Grau de Explicitude entre a Oração pseudorrelativa modalizadora e a Oração Completiva: (i) presença de conectivo e (ii) ausência de conectivo

f.7) Localização da Oração pseudorrelativa modalizadora em relação à Oração Principal: (i) localizada à margem da Oração Nuclear e (ii) localizada dentro da Oração Nuclear

A codificação dessas categorias de análise em modo numérico permite a criação de um arquivo de dados, a partir do qual é possível a rodagem das ferramentas compostas no SPSS, que será apresentado na próxima seção. Terminada essa etapa de codificação e rodagem das ferramentas, procedemos à análise qualitativa, que compreende dois momentos: (i) o da análise de cada ocorrência separadamente, com base no seu contexto; (ii) o da análise dos dados quantitativos obtidos em conjunto, no cruzamento das categorias, a fim de se reconhecerem os possíveis condicionamentos que permitem o uso de uma construção pseudorrelativa modalizadora.

A seguir, apresentamos mais detalhadamente o programa estatístico SPSS.

5.2.3 O programa Statistical Package for Social Science - SPSS

O SPSS é um software apropriado para a elaboração de análises estatísticas de matrizes de dados. O seu uso permite gerar relatórios tabulados, gráficos e dispersões de distribuições utilizados na realização de análises descritivas e de correlação entre variáveis. O programa conta com os seguintes procedimentos:

- 1. Manipulação de Arquivos de Dados:** abre e guarda matrizes de dados;
- 2. Edição de Dados:** cria e edita matrizes de dados;
- 3. Transformação de Dados:** recodifica variáveis e cria novas variáveis a partir de cálculos com as variáveis já existentes;

4. **Seleção de Casos:** seleciona os casos para realização da análise;
5. **Análise Descritiva dos Dados:** monta tabelas de frequência, medidas de tendência central e dispersão;
6. **Análise de Correlação entre Variáveis:** testa a independência entre variáveis e a intensidade da correlação entre elas.

A codificação dos dados é feita da seguinte forma. Primeiramente, inserem-se as ocorrências em cada linha da tela do programa e as variáveis em cada coluna. Em seguida, cada ocorrência é analisada conforme as variáveis estabelecidas. O programa permite não só alimentar o arquivo com uma enorme quantidade de variáveis e de ocorrências, como também editá-lo sempre que necessário. Além disso, é possível selecionar somente as variáveis que interessem em um dado momento da pesquisa sem que se eliminem as demais.

A figura a seguir exibe a janela inicial do programa SPSS – *Data Editor*.

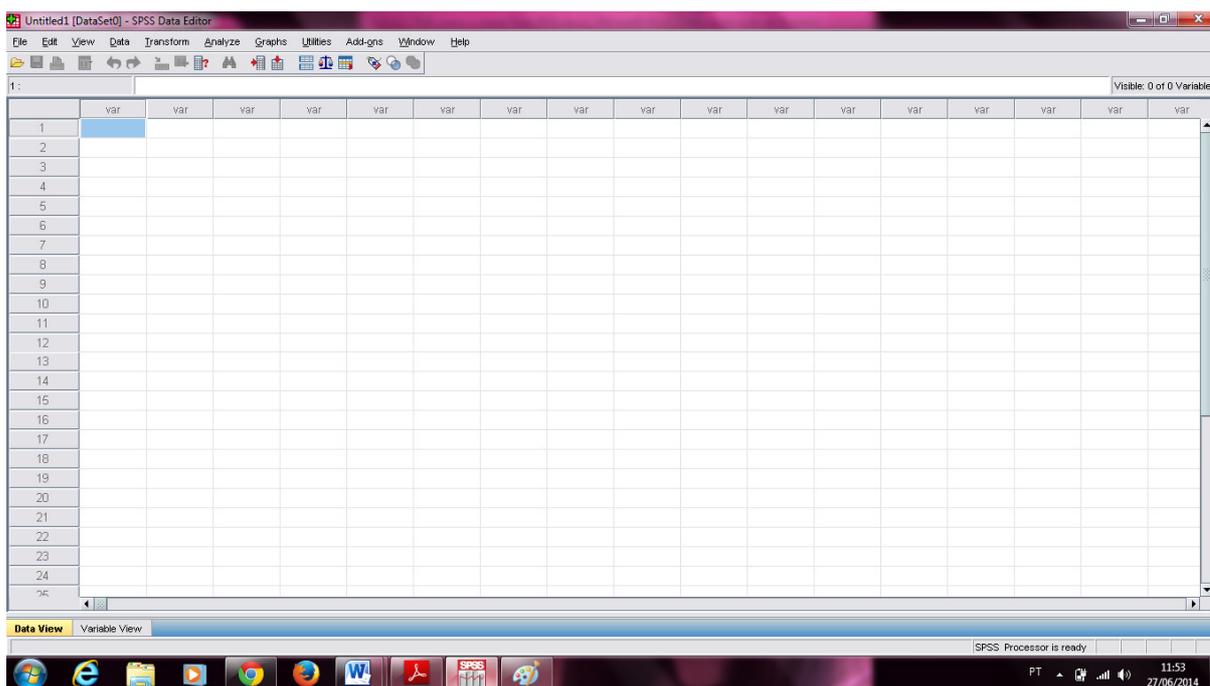


Figura7: Tela de início do editor de dados do SPSS²⁰³

Depois de codificadas numericamente todas as variáveis, realiza-se o teste *qui-quadrado*, que mensura o coeficiente de relação entre variáveis: quando o coeficiente tende a zero, isso significa que o grau de relação é alto e que os dados não são aleatórios. Em sendo assim, de acordo com Guy e Zilles (2007), se o valor da probabilidade, obtido no *qui-quadrado*,

²⁰³ Imagem feita pela autora a partir do *print screen* da tela do SPSS.

é pequeno, significa dizer que os resultados são considerados estatisticamente significativos. O valor de referência é de 0,05, o que implica que há menos de 5 % de chance de a hipótese nula²⁰⁴ ser verdadeira²⁰⁵.

No capítulo seguinte, daremos início à análise dos dados na tentativa de apresentar as considerações relevantes à escolha, feita pelo falante, da oração pseudorrelativa modalizadora como estratégia de relativização.

5.3 Síntese conclusiva

Neste capítulo, nosso objetivo foi apresentar os processos metodológicos por nós estabelecidos. Primeiramente, abordamos a metodologia empregada no que diz respeito à constituição e à delimitação do *corpus* que serviu de base para análise das orações pseudorrelativas modalizadoras. A necessidade de constituir um *corpus* específico justifica-se pela natureza particular do fenômeno a ser investigado. Por se tratar de uma oração que é praticamente ignorada pelas gramáticas e manuais de ensino tradicionais, acreditamos que essa construção seja recente na Língua Portuguesa, o que nos instigou a analisar textos contemporâneos, o que justifica a escolha por textos do banco de dados do *corpus* “Português Falado”. Ademais, supomos que, por desempenhar duas funções na oração, entre elas, uma gramatical, o elemento QU esteja em processo de gramaticalização, instigando-nos a analisar textos históricos, o que justifica a seleção de textos do banco de dados da Biblioteca Nacional de Portugal. Finalmente, para contemplar a modalidade oral da língua, procedemos à análise do *corpus* mínimo do projeto NURC aliada à observação de textos a partir do banco de dados do “*Corpus do Português*”

Constituído o *corpus*, com relação aos parâmetros para sua análise, estabelecemos, à luz dos pressupostos teóricos funcionalistas, algumas variáveis que abrangem os aspectos sintáticos, semânticos, pragmáticos e interacionais do fenômeno designado como *oração pseudorrelativa modalizadora*. Sendo assim, nossa variável será observada a partir de um conjunto de fatores linguísticos e extralinguísticos.

Por fim, optamos pela escolha do pacote computacional SPSS, visto que tal programa foi desenvolvido com a finalidade de realizar estatísticas referentes ao estudo de

²⁰⁴ Em Estatística, a *hipótese nula* é uma hipótese presumida como verdadeira até que provas estatísticas sob a forma de testes de hipóteses indiquem o contrário. É uma hipótese que o pesquisador está interessado em confrontar com os fatos.

²⁰⁵ Em nossa análise, consideramos apenas o número estatístico dos dados, ou seja, a análise de frequências.

fenômenos linguísticos variáveis. Assim sendo, as variáveis apresentadas foram codificadas no programa para a criação de um arquivo de dados, a partir do qual foi feito o processamento nas funcionalidades do Programa, facilitando, por conseguinte, a partir de uma análise quantitativa, a análise qualitativa, que interpreta, em diálogo com a teoria de base, o fenômeno em consideração.

6 ORAÇÕES PSEUDORRELATIVAS MODALIZADORAS: DESCRIÇÃO E ANÁLISE

O objetivo deste capítulo é apresentar os resultados concernentes à análise e à descrição das orações pseudorrelativas modalizadoras que compõem nosso *corpus* de ocorrências. Para isso, investigamos, com base na correlação entre categorias sintáticas, semânticas, pragmáticas e contextuais, os dados encontrados. Primeiramente, trazemos os resultados referentes às categorias contextuais, Modalidade de Língua e Século. Em seguida, apresentamos os resultados referentes às categorias sintáticas, semânticas e pragmáticas sob duas perspectivas: (i) relacionados ao antecedente das orações pseudorrelativas modalizadoras; e (ii) relacionados à oração pseudorrelativa modalizadora propriamente.

6.1 Análise das Orações Pseudorrelativas Modalizadoras no *corpus* de ocorrências

Ao elegermos as orações pseudorrelativas modalizadoras como objeto de estudo, pretendemos investigar, à luz das teorias linguísticas funcionalistas, sobretudo os pressupostos da Gramática Discursivo-Funcional, os motivos que propiciam o uso de tal estrutura sintática. Desse modo, nosso objetivo maior é responder o seguinte problema central:

- Qual a relação entre os aspectos sintáticos, semânticos, pragmáticos e contextuais que caracterizam, de modo integrado, o uso de construções pseudorrelativas modalizadoras como uma estratégia de relativização gramatical em Língua Portuguesa?

Para ajudar a responder tal questionamento, formulamos alguns problemas secundários que, além de nortearem nossa pesquisa, compõem o quadro das categorias de análise a partir das quais cada ocorrência foi considerada. Tais problemas fundamentam-se na inter-relação entre a estrutura gramatical e os aspectos sintáticos, semânticos, pragmáticos e contextuais, detalhados a seguir.

a) Categoria Contextual: Modalidade da língua

A classificação da língua quanto à modalidade, falada e escrita, é consensualmente considerada como uma grande influência de usos linguísticos. Em nossa pesquisa, investigamos

as orações pseudorrelativas modalizadoras na observação da diferença entre a modalidade falada e a escrita.

A questão principal é a seguinte:

- As orações pseudorrelativas modalizadoras tendem a aparecer, mais prototipicamente, em textos da modalidade falada ou escrita?

Nossa hipótese manifestava-se a favor de que o contexto de ocorrência da oração pseudorrelativa modalizadora seria mais propício em textos da modalidade falada, já que esta é avaliada pelos teóricos como menos monitorada, em geral, pelo falante em relação à modalidade escrita²⁰⁶.

A tabela a seguir ilustra a relação de ocorrências da oração pseudorrelativa modalizadora nos dois tipos de modalidade da Língua Portuguesa²⁰⁷.

Tabela 1 – Modalidade da Língua

		Ocorrências	Porcentagem (%)
Modalidade	Escrita	30	54,5
	Fala	25	45,5
	Total	55	100,0

Contrariando nossa expectativa, os dados mostram que a modalidade de língua em que mais houve registros de orações pseudorrelativas modalizadoras foi em textos da *modalidade escrita*, preenchendo um percentual de 54,5% (30/55) de ocorrências registradas para quantificação, ao passo que, em textos orais, esse registro foi de 45,5%. Entretanto, temos de levar em consideração o volume textual pesquisado em cada modalidade: os textos orais, apesar de se terem investigados dois *corpora* diferentes (NURC – variedade brasileira – e CLUL – variedade europeia), transcritos, não ultrapassavam o número de páginas estipulado para leitura dos textos escritos (banco de dados da Biblioteca Nacional de Portugal – variedade

²⁰⁶ É importante ressaltar que, apesar de estarmos cientes do papel dos gêneros discursivos que, ao longo do contínuo Fala/Escrita, fornecem parâmetros mais decisivos para avaliação dos condicionamentos interacionais, em nosso trabalho, não atribuímos como categoria de análise essa diferenciação.

²⁰⁷ É interessante reiterar que abrangemos duas das variedades da Língua Portuguesa, a brasileira e a europeia. Contudo, não é nosso objetivo cindir os usos encontrados com base na diferenciação entre essas variedades. Portanto, os dados observados incluem ambas as variedades.

européia), em torno de 100 páginas²⁰⁸. Não obstante, nosso maior interesse na investigação das modalidades da língua era atestar que esse tipo de construção pode ser encontrado em ambas as variedades linguísticas, em suas duas modalidades, tanto na escrita quanto na fala, conforme observamos nos exemplos a seguir:

- (204) *...mas é um hábito **que eu acho que seria... que eu acho que é muito saudável...** é você colocar frutas de manhã no café...* (DID – RJ 328: 310-315)
- (205) *deixavam aos molhinhos de palha assim, no, nos caminhos com uma, com umas chocolateiras **que a gente diz que era feitiços**, sei lá! hav[...], havia, havia muito...* (BR – CLUL)
- (206) *Estes casos, que tanto se dão com as mulheres como com os homens, provam apenas que um dos cônjuges, quer dizer, um dos contratantes, faltou ao seu dever moral e de solidariedade, não para com o outro, mas para com os filhos **que todos sabem que ambos tinham o dever de criar e educar.*** (p. 112) (MCD – BNP)

O exemplo (204) atesta o uso de uma oração pseudorrelativa modalizadora na modalidade oral da variedade brasileira de Língua Portuguesa, ao passo que o exemplo (205) o atesta na modalidade oral da variedade europeia. Por fim, o exemplo (206) constata o uso de uma oração pseudorrelativa modalizadora na modalidade escrita da variedade europeia de Língua Portuguesa.

Apesar de não terem entrado na análise quantitativa, como já mencionamos, temos registro também de usos da oração pseudorrelativa modalizadora no *corpus* selecionado para investigação da modalidade escrita da variedade brasileira (DUP). Tal registro pode ser ilustrado no seguinte exemplo:

²⁰⁸ Vale ressaltar que, além do banco de dados da Biblioteca Nacional de Portugal, serviu-nos como fonte de pesquisa, para a modalidade escrita, alguns textos do banco de dados do *Dicionário de Usos do Português* (DUP). Entretanto, visto que o volume textual de ambos os *corpora* escritos diferenciavam-se entre si, resolvemos deixar as ocorrências encontradas neste último para a discussão qualitativa do fenômeno. Significa dizer que não entrou nessa contagem quantitativa, e consequentemente na tabela referente às ocorrências, o número de dados concernentes a esse *corpus* pesquisado.

(207) *É evidente (como soi acontecer com todos eles) profundo sentimento de decepção, por tudo aquilo que não correspondeu ao **que queriam que o Brasil lhes mostrasse**. (p. 10) (MH – LT - DUP)*

Conforme se pode verificar, em todos os *corpora* selecionados para investigação, encontramos registros de uso da oração pseudorrelativa modalizadora, o que corrobora nossa proposição de que ela deve ser mencionada nos manuais descritivos de Língua Portuguesa como uma das estratégias de relativização disponíveis ao falante de Língua Portuguesa.

b) Categoria Contextual: Sincronia - Século em que se encontra registrada a amostra textual

A fim de explorar amplamente o uso de orações pseudorrelativas modalizadoras, selecionamos, para a observação de ocorrências desse tipo de construção, textos do Século XVI ao Século XX, dividindo este último em dois pólos: (1) anterior a 1950; (2) posterior a 1950²⁰⁹. Essa segmentação permitiu que confrontássemos as ocorrências em cada sincronia, na busca por verificar se as orações pseudorrelativas modalizadoras já se registravam em tempos remotos de nossa Língua ou se se mostram como usos mais recentes. Ademais, conseguimos averiguar se sofreram algum tipo de mudança, ao longo do tempo, em sua construção.

É interessante ressaltar que, do Século XVI ao Século XX (anteriores a 1950), os textos pesquisados inserem-se na Modalidade Escrita; ao passo que, do Século XX (posteriores a 1950), são da Modalidade Falada. Consoante ao que já informamos na seção anterior, o volume textual relativo a essas sincronias é diferenciado: os textos da modalidade falada seguem uma aproximação de tempo de gravação – o tempo de gravação de ambos os *corpora* investigados gira em torno de 200 minutos; ao passo que, para os textos escritos, foram estipulados um número de, aproximadamente, cem (100) páginas.

Com relação à observação do Século, surgiu a seguinte questão:

- Esse tipo de construção é recente/contemporânea ou já teríamos ocorrência dela em um estado anterior de língua?

Nossa hipótese era que só encontraríamos ocorrências de orações pseudorrelativas modalizadoras em textos mais recentes da língua, já que acreditávamos ser a oração

²⁰⁹ Conforme já explicamos neste trabalho, estabelecemos essa divisão seguindo o critério de Borba (2008), que estipula como usos linguísticos contemporâneos os dados encontrados a partir de 1950.

pseudorrelativa modalizadora originária da variante cortadora, forma inovadora de relativização em português brasileiro, segundo o trabalho de Tarallo (1983).

Vejamos a tabela a seguir para discussão:

Tabela 2 – Uso de orações pseudorrelativas modalizadoras por Século

		Ocorrências	Percentagem (%)
Século	XVI	3	5,5
	XVII	5	9,1
	XVIII	3	5,5
	XIX	10	18,2
	XX (antes de 1950)	9	16,4
	XX (depois de 1950)	25	45,5
	Total	55	100,0

Os dados mostram que, realmente, o número maior de ocorrências de orações pseudorrelativas modalizadoras, constituindo 45,5% dos dados registrados (25/55), encontra-se no *Século XX (posterior a 1950)*, sincronia considerada como contemporânea de nossa época, corroborando, então, com nossa hipótese. Entretanto, nossa hipótese de ser a oração pseudorrelativa modalizadora originária da variante cortadora não se sustenta, já que os dados mostram registro de nossa construção já no Século XVI, primeira sincronia investigada, ao passo que o estudo diacrônico de Tarallo explica a origem da variante cortadora como sendo resultado de uma drástica mudança no sistema de pronominalização do Português, que começou no século XIX, por volta de 1880. De acordo com o pesquisador, nessa mudança, os pronomes começaram a ser apagados nas orações principais, das posições mais altas (sujeito, objeto direto) até as mais baixas da escala sintática²¹⁰, movendo-se para as relativas e outras subordinadas, culminando com o apagamento dos sintagmas preposicionais. Condizente com o que ele assegura, surgiam as relativas cortadoras em LP.

Mediante o exposto, podemos afirmar que nossa construção não foi originada das relativas cortadoras, uma vez que encontramos, em nossa investigação de *corpora* de Língua Portuguesa, ocorrência anterior à destas. No exemplo em (198), temos o primeiro registro de orações pseudorrelativas modalizadoras em nosso *corpus* diacrônico, datado de 1502:

²¹⁰ Escala segundo a *Hierarquia de Acessibilidade (HA)*, de Keenan e Comrie (1977).

- (198) *Em verdade estasom coufas maravilhofas **que vemos as pedras preciosas e as especias aromáticas vijn a mercar nos voffos regnos. aqueles que vendendoas a todo ho mundo fartauam** (p. 10) (LNV – BNP)²¹¹*

Observando a construção, percebemos que, ao longo do tempo, ela não sofreu mudanças, desde a primeira ocorrência, temos uma estrutura que segue a ordem já apresentada no capítulo 5 deste trabalho, retomada a seguir:

- (196a) Antecedente (*que* + (Arg 1) + Predicado encaixador + (*que*) + Arg2 (Oração substantiva))

na qual o QUE (ou demais variantes) exerce uma função sintática na oração substantiva que se apresenta como Argumento 2 do verbo encaixador (modalizador), que aponta a atitude subjetiva do enunciador frente ao conteúdo enunciado²¹².

Identificando no exemplo anterior, temos:

- (196b) *coufas maravilhofas* (Antecedente) **que** (*que*) (*nós*) (Arg 1)**vemos** (Predicado encaixador) **as pedras preciosas e as especias aromáticas vijn a mercar nos voffos regnos** (Arg2 (Oração substantiva))

Tal estrutura mantém-se inalterada até os dados contemporâneos, conforme podemos observar em (208) e em (209), últimos dados encontrados no *corpus* diacrônico escrito (BNP) e no *corpus* contemporâneo de fala – NURC:

- (208) *Cristóvão da Veiga, (...), fala dum «doctor português», médico de Felipe II, colega **que ele se gaba de ter tirado dum mau passo de doença** (p. 121) (AL – BNP)*

²¹¹ Traduzindo para o português contemporâneo: *Em verdade estas são coisas maravilhosas **que vemos as pedras preciosas e as especias aromáticas vir a macar nos vossos reinos. Aqueles que vendendo-as a todo o mundo faltavam.***

²¹² Com exceção dos verbos que trazem a própria oração substantiva como sujeito, como é o caso do verbo *parecer*. A estrutura para as orações pseudorrelativas modalizadoras que abrigam como encaixada uma completiva subjetiva é a que apresentamos em (196a), retomada a seguir:

- (196a) Antecedente (*que* + Predicado encaixador + (*que*) + Oração substantiva)

(209) ... terminou aquele negócio ... aquela filas quilométricas de imposto de renda... de não sei o quê... então eh essa popularização que eu acho que foi a grande descoberta... (NURC - D2 – RJ 355: 1440 – 1445)

A diferença, quanto à estrutura, entre esses dois exemplos é que, em (208), não temos a presença de uma conjunção entre a oração pseudorrelativa modalizadora e a oração encaixada (substantiva), já que esta se apresenta reduzida de infinitivo; ao passo que, em (209), há a ocorrência do conectivo (que) encaixando a substantiva na pseudorrelativa. Ambas as estruturas são previstas pelo esquema em (196), motivo pelo qual o segundo “que” está entre parênteses, ou seja, não necessariamente ele deve aparecer para que se considere a estrutura como uma oração pseudorrelativa modalizadora.

Como na tabela 2 estão condensados os dados encontrados em todos os *corpora* investigados, é interessante, para a discussão do fenômeno considerado numa perspectiva diacrônica, destacarmos as ocorrências identificadas, especificamente, no *corpus* diacrônico. Para isso, retomamos o quadro 10, que aponta o número de ocorrências do *corpus* diacrônico²¹³:

SINCRONIA	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	TOTAL
OCORRÊNCIAS	3	5	3	10	12	32

Quadro 10: Número de ocorrências encontradas no *corpus* diacrônico de Escrita

Percebemos um salto interessante no número de ocorrências encontradas entre os séculos XVIII e XIX: de 3 (três) para 10 (dez) registros. Acreditamos que isso se deva à mudança no sistema de pronominalizações da Língua Portuguesa, observada por Tarallo na investigação da relativa cortadora. Com o apagamento do sintagma preposicionado em sua posição canônica, realça-se a condição de complementizador do pronome relativo “que”, encabeçador prototípico das orações relativas, função já observada nas orações pseudorrelativas modalizadoras. A partir do momento em que tal função se torna frequente, torna-se, na mesma proporção, mais familiar a estrutura, possibilitando, logo, o aumento no número de ocorrências.

6.2 Com relação ao antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora

²¹³ Lembramos que foram excluídas da contagem as ocorrências encontradas nos textos do século XX, posteriores a 1950, em razão de que nosso objetivo era observar dados históricos de língua, e, como seguimos a descrição de Borba (2008), são considerados contemporâneos os dados linguísticos a partir de 1950. Das 12 (doze) ocorrências referentes ao século XX, 2 (duas) não entraram na análise quantitativa, pois se encontram registradas no Século XX, posteriores a 1950.

Consoante ao que já explicamos no início deste capítulo, pretendemos investigar as orações pseudorrelativas modalizadoras encontradas em nossos dados à luz dos pressupostos teóricos do Funcionalismo, em particular a Gramática Discursivo-Funcional, de Hengeveld e Mackenzie (2008). Para tal, apresentamos a análise, privilegiando a inter-relação entre os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos, sob duas perspectivas: (i) a partir do antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora; e (ii) a partir da oração pseudorrelativa modalizadora precisamente. Para observar o Antecedente, organizamos as categorias de análise segundo a hierarquia, proposta pela GDF, dos níveis: Pragmático, Semântico e Sintático.

a) Análise das Categorias Pragmáticas

O modelo da GDF defende que há uma hierarquia entre os níveis linguísticos: a Pragmática governa a Semântica, as duas governam a Morfossintaxe e as três (Pragmática, Semântica e Morfossintaxe) governam a Fonologia²¹⁴. Acredita-se, portanto, no pressuposto de que o processo de produção da linguagem inicia-se com a intenção e se finaliza com a articulação da expressão linguística atualizada.

Com relação ao **Nível Interpessoal**, a expressão linguística é considerada com base em aspectos ligados à relação Falante/Ouvinte, tendo em vista, principalmente, que uma determinada expressão está associada a uma dada intenção comunicativa ou reflete uma estratégia para alcançar uma dada intenção comunicativa. Em sendo assim, esse nível reúne os aspectos formais de uma unidade linguística relacionados ao seu papel na interação entre os interlocutores. Em uma interação, cada participante envolvido tem propósitos comunicativos, que podem ou não ser atingidos no momento da interação. Para se atingirem esses propósitos, os interlocutores (tanto o Falante quanto o Ouvinte) fazem uso de algumas estratégias.

As unidades de organização previstas para o Nível Interpessoal, modeladas na GDF como uma estrutura hierárquica que indica a relação entre unidades de discurso, em uma ordem hierárquica decrescente quanto ao escopo, são as seguintes²¹⁵: *Movimentos* são compostos de *Atos Discursivos*, que, por sua vez, organizam-se com base em uma *Ilocução*, dentro da qual está um esquema ilocucionário, que contém (ou não) dois *Participantes* (Falante e Ouvinte) e um *Conteúdo Comunicado*, que, por fim, contém um número variável de *Subatos*, cujos tipos são *de Atribuição e de Referência*.

²¹⁴HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 13.

²¹⁵Essa hierarquia está representada no Capítulo 4 deste trabalho.

Para analisar como se apresenta o antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora, identificamos: a.1) o Tipo de Ilocução e a.2) o Tipo de Subato em que se encontra o Antecedente. Vamos a eles.

a.1) Tipo de Ilocução em que se encontra o Antecedente

Para observar essa categoria de análise, pretendemos responder o seguinte problema:

- Em que tipo de Ilocução se encontra o Antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora?

Valemo-nos, para responder esse problema, da classificação de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 71), que postulam os seguintes tipos de Ilocução para os Atos Discursivos que se encontram gramaticalmente codificados: (i) Declarativo, (ii) Interrogativo, (iii) Imperativo e (iv) Optativo.

Nossa hipótese manifestava-se a favor de que encontraríamos as orações pseudorrelativas modalizadoras de nosso *corpus*, mais frequentemente, em Ilocuções Declarativas, pois, como a relativização é uma estratégia de construção ou de identificação de um referente, parte-se do pressuposto de que o Falante deseja acionar, na Informação Pragmática do Ouvinte, o ente sobre o qual está falando. Isso provavelmente sugere que as orações pseudorrelativas modalizadoras têm a função de manifestar uma opinião do falante no contexto de uma declaração de informação sobre determinado assunto. Ou seja, elas tendem a aparecer quando a intenção comunicativa do falante gira mais em torno do propósito de informar algo sobre determinado assunto do que em torno do objetivo de demandar alguma informação. Tal acionamento vai-se concretizando no momento de interação, o que nos leva a afirmar que essa identificação/construção é compartilhada entre ambos os interlocutores. No caso do uso de uma oração pseudorrelativa modalizadora, ademais dessa intenção do Falante em acionar, na memória do Ouvinte, um determinado referente, ele ainda emite um comentário acerca desse ente apresentado com o objetivo não apenas de ativá-lo na memória do Ouvinte, mas de fazer com que o Ouvinte tenha conhecimento de um comentário seu. Conseqüentemente, para atingir tal intenção comunicativa, faria uso de um Ilocução Declarativa.

Apresentamos, a seguir, a tabela com os resultados da análise de que tipo de Ilocução comporta o uso de orações pseudorrelativas modalizadoras em nosso *corpus* de ocorrências.

Tabela 3 - Ilocução em que se encontra o Antecedente da Oração pseudorrelativa modalizadora

		Ocorrências	Porcentagem (%)
Ilocução	Declarativa	52	94,5
	Interrogativa	2	3,6
	Imperativa	1	1,8
	Total	55	100,0

Corroborando nossa hipótese, os dados mostram que 94,5 % das ocorrências de orações pseudorrelativas modalizadoras encontradas em nosso *corpus*, mais precisamente 52/55, encontram-se em *Ilocuções Declarativas*, tais como a do exemplo a seguir:

- (210) ... *televisão tem vários programas bons... eh:: ... as novelas... que eu acho que é um público enorme que assiste...* (NURC – DID – SP 234: 615 – 620)

Para ativar na memória pragmática de seu Interlocutor o referente *novelas*, o Falante não só se refere a ele, mas lhe apresenta um comentário subjetivo “*acho que é um público enorme que assiste*”, que indica a motivação que o levou a afirmar que *novelas* inserem-se na categoria de *vários programas bons*. Essa porcentagem de ocorrências tão significativa provavelmente sugere que as orações pseudorrelativas modalizadoras têm função mais argumentativa do que referencial, já que, por meio dela, vemos manifestada uma opinião do falante no contexto de uma declaração de informação sobre determinado assunto. Ou seja, elas tendem a aparecer quando a intenção comunicativa do falante gira em torno de se comentar algo sobre determinado assunto, conforme o exemplo em (210) mostra.

De um total de 55 (cinquenta e cinco), apenas 2 (duas) ocorrências figuram em Ilocuções Interrogativas e 1 (uma) em Imperativa, mostradas a seguir:

- (211) *qual o tipo de filme que a senhora acha que é mais bem aceito pelo público?* (NURC – DID – SP 234: 615 – 620)

- (212) “Onde ficará então a maior offensa ou injúria, na intenção, que era possível que nem todos penetrassem, (...)?” (p. 66) (AI-BNP)
- (213) “(...) *deixai-me falar um pouco das terras de Portugal, desse berço afofado em mimos da Natureza prodiga em que nasceu e criou raízes a raça e a civilização de que as duas nações lusitanas formam o todo, que esperamos que justifique no futuro o passado glorioso!*” (p. 17) (MC-BNP)

Os exemplos em (211) e em (212) constituem-se em Ilocuções Interrogativas, ao passo que, em (213), temos uma ocorrência numa Ilocução Imperativa. No primeiro exemplo, por se tratar de um texto DID (Diálogo entre Informante e Documentador), há a alternância entre os participantes. Neste caso, o Documentador interpela seu Informante a discursar sobre um determinado referente, no caso, sobre um “tipo de filme”. Mas não se trata de qualquer tipo de filme, trata-se do “tipo de filme que a senhora acha que é mais bem aceito pelo público”, ou seja, a construção desse referente “tipo de filme” é feita com a invocação da opinião subjetiva do Interlocutor, é o que ele “acha”, motivo pelo qual se usou uma Ilocução Interrogativa. Com isso, na intenção de discorrer sobre o referente *tipo de filme*, o Falante intenciona transferir para o Ouvinte a responsabilidade de atribuição da propriedade *ser mais bem aceito pelo público*. Por isso, na construção desse referente, ele solicita a opinião do Ouvinte na tentativa de este se responsabilizar pela atribuição de *mais bem aceito pelo público* a essa entidade *tipo de filme*.

No exemplo em (212), apesar do uso de uma Ilocução Interrogativa, esta não se refere à invocação do turno de um Interlocutor, ou seja, não é um Movimento que requer uma reação, como o é em (211), e sim, refere-se à elaboração de uma reflexão na qual consta a opinião subjetiva do próprio Falante, constituindo, assim, o que chamamos de *pergunta retórica*. Na verdade, a pergunta não tem como objetivo a resposta (reação) de um Interlocutor, mas intenciona apresentar a opinião do próprio Falante.

Com o exemplo (213), temos uma Ilocução Imperativa com os mesmos objetivos elencados no parágrafo anterior: não se objetiva uma reação direcionada a um Interlocutor, mas uma reflexão sobre um referente na qual se evidencia o posicionamento subjetivo do próprio Falante, no caso, com um valor volitivo.

a.2) Tipo de Subato do Antecedente

Também como parâmetro de análise do tipo de Subato em que se encontra antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora, baseamo-nos na classificação de Hengeveld e Mackenzie (2008). Conforme já expusemos no *Capítulo 4* e retomamos no início desta seção, os Subatos compõem o Conteúdo Comunicado, um dos níveis dos Atos Discursivos, e podem ser subdivididos em dois tipos: (i) subato de Atribuição; e (ii) subato de Referência.

Para a GDF, ambos são considerados como uma ação de evocação do falante para com o ouvinte, ambos envolvem uma tentativa de influência por parte do falante na Informação Pragmática do ouvinte: o Subato de Atribuição envolve a evocação de uma *propriedade*; ao passo que o Subato de Referência envolve a evocação de uma *entidade/referente* (p. 113). A referência pode ser *construtora* ou *identificadora*, mas ambas são Subatos de Referência, tratados na GDF em relação a referentes não-identificáveis ou identificáveis, respectivamente. Com a evocação de uma Referência Construtora, o falante deseja que o ouvinte introduza, em sua Informação Pragmática, a entidade à qual faz menção; já na evocação de uma Referência Identificadora, o ouvinte é solicitado a (re)identificar uma entidade que já foi apresentada.

Para examinar essa categoria de análise, pretendemos responder a seguinte questão:

- Qual o tipo de subato do antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora?

Nossa hipótese era que encontraríamos as orações pseudorrelativas modalizadoras de nosso *corpus* constituindo-se, mais prototipicamente, como um modificador de um Subato de Referência. Acreditávamos nisso pelo mesmo motivo explicitado na seção anterior, que tratou do tipo de Ilocução: a relativização é uma estratégia de construção ou de identificação de um referente, em sendo assim, parte-se do pressuposto de que o Falante deseja acionar ou introduzir, na Informação Pragmática do Ouvinte, o ente sobre o qual está falando. O antecedente (referencial) é escopo da oração pseudorrelativa modalizadora (atributiva).

Apresentamos, a seguir, a tabela que expõe o tipo de Subato do antecedente que tendência o uso de orações pseudorrelativas modalizadoras em nosso *corpus* de ocorrências.

Tabela 4 - Subato do Antecedente

		Ocorrências	Porcentagem (%)
Subato	Referencial	47	85,5

	Atributivo	8	14,5
	Total	55	100,0

Confirmando nossa hipótese, em 85,5 % das ocorrências, o Antecedente se elabora com um *Subato de Referência*, em geral, numa referência construtora. Acreditamos que isso se deva ao fato de que os antecedentes da oração pseudorrelativa modalizadora são construídos na mente do ouvinte pela relação, atribuída pelo falante, entre eles (os referentes dos antecedentes) e o conteúdo da oração pseudorrelativa modalizadora. Ou seja, a intenção do falante é construir ou identificar uma entidade discursiva na mente do ouvinte, conforme já expusemos. Para isso, evoca uma propriedade (expressa na oração pseudorrelativa modalizadora) que ajuda na construção desse referente. Observemos os exemplos:

- (214) ... *ele vai desenhar aQUIlo... que ele sabe que o objeto TEM..* (NURC – EF – SP 141: 330-335)
- (215) *O:: Carlitos conseguiu comer um par de sapatos né?... mas comer a:: a imagem na pedra ia ser bem mais difi/ precisava de dentes MUIto mais fortes que eu acho que não havia não...* (EF SP 141: 225 – 235)

No exemplo (214), a identificação do referente *aquilo* fez-se com a evocação da propriedade *que ele sabe que o objeto tem*, ou seja, pela atribuição de uma propriedade estabelecida pelo Falante a partir de um conhecimento, pressuposto por ele, que uma terceira pessoa tem do objeto. Da mesma forma, no exemplo (215), o referente de *dentes* é construído pela evocação da propriedade *muito mais fortes que eu acho que não havia não*, propriedade esta apresentada pelo Falante como um comentário feito a partir de sua opinião pessoal.

É interessante notar que a oração relativa, em especial, a pseudorrelativa modalizadora exerce a função de um modificador de um núcleo nominal, nos termos da GDF. Em sendo assim, constitui-se um subato (atributivo) dentro de um subato (referencial). A evocação do referente faz-se com a ajuda da evocação de uma propriedade, propriedade esta construída com um comentário do próprio falante.

Embora a grande maioria das ocorrências evidencie essa marcação atributiva dentro de um subato referencial, encontramos, em nossos dados, a evocação de uma propriedade em primeiro plano, compondo, deste modo, um subato atributivo. Vejamos o exemplo para discussão:

- (216) -- ... a pesca é só a conversinha que.. não é... o tipo de conversa que eu acho que é até mais fácil pra o do... o estudante soprar um para o outro, não é, que a gente dizia soprar. (NURC – DID – BA 231: 870 – 880)

A oração pseudorrelativa modalizadora restringe, por meio de uma propriedade específica, “o tipo de conversa” utilizado em um subato atributivo.

b) Análise das Categorias Semânticas

Quanto à classificação semântica do antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora, adotamos, conforme já expusemos, a proposta da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008).

No modelo da GDF, o **Nível Representacional** descreve as categorias semânticas que as unidades designam. À medida que o Nível Interpessoal trata da *evocação*, o Representacional responsabiliza-se pela *designação*. Composto um número de quatro *categorias semânticas básicas*, seguindo, inicialmente, o modelo proposto por Lyons (1977)²¹⁶, os autores especificam as seguintes entidades (*ibid*, p.131): a) entidades de primeira ordem (*indivíduos*) – localizados no espaço e avaliados em termos existenciais; b) entidades de segunda ordem (*estados-de-coisas*) - localizados no espaço e no tempo e avaliados em relação a sua realidade; c) entidades de terceira ordem (*conteúdos proposicionais*) - construções mentais, que não existem no espaço ou no tempo, porém existem na mente daqueles que o consideram; d) entidades de ordem zero (*propriedades*) - não podem ser caracterizadas por parâmetros de espaço e tempo e não têm existência independente, só podem ser avaliadas em termos de sua aplicabilidade a outros tipos de entidade ou à situação a qual descreve.

Além dessas categorias semânticas básicas, o Nível Representacional contém as categorias secundárias, totalizando um número de dez categorias semânticas, já explanadas no Capítulo 4, que são: (i) propriedade, (ii) indivíduo, (iii) estado-de-coisas, (iv) conteúdo proposicional, (v) lugar, (vi) tempo, (vii) episódio, (viii) modo, (ix) razão e (x) quantidade.

b.1) Classificação semântica:

²¹⁶ Apresentado no *Capítulo 4 Fundamentação Teórica*.

Partimos da seguinte indagação para a observação da categoria semântica a que pertence a entidade construída com a modificação de uma oração pseudorrelativa modalizadora:

- A que categoria semântica do Nível Representacional pertence o antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora?

Nossa hipótese defendia que o antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora apresentar-se-ia, mais prototipicamente, como *Indivíduo*, já que a principal função de uma oração relativa, dentre elas a pseudorrelativa modalizadora, é a de modificador de um núcleo nominal.

A tabela a seguir apresenta os resultados para discussão.

Tabela 5 - Categoria semântica do Antecedente

		Ocorrências	Porcentagem (%)
Categoria semântica	Indivíduo	29	52,7
	Estado de coisas	12	21,8
	Lugar	5	9,1
	Propriedade	2	3,6
	Conteúdo proposicional	2	3,6
	Tempo	2	3,6
	Quantidade	2	3,6
	Modo	1	1,8
	Total	55	100,0

Consoante nossa hipótese, o antecedente das orações pseudorrelativas modalizadoras encontradas em nosso *corpus* de ocorrências designa, preferencialmente, segundo os dados, um referente que pertence à categoria dos *Indivíduos*, concretizando-se em 52,7% das ocorrências (29/55). Isso nos indica que a intenção comunicativa por parte do falante em usar uma oração pseudorrelativa modalizadora é compartilhar com o interlocutor a identificação de um determinado ser, realizada com o auxílio de um modificador complexo. Em outras palavras, uma oração relativa, e neste caso se encaixam também as orações pseudorrelativas modalizadoras, exerce a função de modificador de um núcleo nominal. Em sendo assim, todos os tipos de unidades designadoras de indivíduos são passíveis, em princípio,

de qualificação por modificadores, desde que sejam constituídas por um núcleo. No caso do fenômeno que pesquisamos, este modificador constitui-se como complexo, distinguindo-se, pois, dos modificadores lexicais (em geral, os adjetivos).

Os exemplos a seguir ilustram casos de *indivíduos* modificados por uma oração pseudorrelativa modalizadora, fato de maior ocorrência em nossos dados:

- (217) ... *ela põe o TAMPO:: que ela sabe que existe...* (NURC – EF – SP 141: 345 – 350)
- (218) *Quem dirá que não foi por extrema piedade que, em maio de 1836, como consta de um officio do administrador do 1º julgado da capital, desapareceu a magnífica Cruz, (...), que dizem ter de valor vinte a trinta mil crusados.* (p. 52) (AI-BNP)
- (219) (...) *através do banco... do Brasil. ele sabendo esses pormenores, viu que a mulher que passou a parte, a maior parte do tempo... adoentada, entrevada, no leito de sofrimento, começou então a desenvolver isso e escreveu a célebre "Brasileira de Prazins", que muitos dizem que até hoje até que será o melhor romance escrito por Camilo Castelo Branco, porque focou aquela parte dos liberais (...)(OAC-CLUL)²¹⁷.*

Os exemplos em (217) a (218) ilustram casos em que o antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora designa um *Indivíduo*, nos termos de Hengeveld e Mackenzie (2008). Como se trata de um modificador de um núcleo nominal, a oração pseudorrelativa modalizadora cumpre a função de revelar ou evidenciar um comentário do falante na construção do referente designado como uma pessoa ou objeto.

Mostrou-se também relevante, em nossos dados, a ocorrência de casos em que o antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora indica um *Estado de coisas*, entidades de segunda ordem designadas por predicções, o que se efetivou em 21,8% dos dados (12/55). O exemplo em (220) ilustra tal fenômeno:

²¹⁷ É relevante salientar que consideramos como pertencentes à categoria dos *Indivíduos* exemplos como esse, que se referem à obra de um determinado autor. Além desse, foram considerados *Indivíduos* mais três substantivos, que designam “peças”, “filmes”, “novelas”. Portanto, quando designa a obra concreta, classificamos como *Indivíduos*.

(220) *A resistencia dos povos, essa resistencia, que só com estrangeiros confessaes que vencestes, estava justificada (...)* (p. 41) (AI-BNP)

O antecedente “resistencia” é classificado como *estado de coisas*, já que descreve um evento de ação “os povos resistem”.

Os referentes rastreados nos textos são, em geral, entidades de 1ª ordem. Referentes designados como entidades de 2ª ou 3ª ordem são frutos de nominalizações (encapsulamentos), algo mais complexo e menos frequente. Como amostra de entidade de 2ª ordem, temos o exemplo em (220); e como amostra de entidade de 3ª ordem, temos o exemplo retomado em (200):

(200) *Nele se depositam, pois, muitas esperanças, que ninguém dirá serem infundadas.* (p. 19) (LO-BNP)

c) **Análise das Categorias Sintáticas**

O **Nível Morfossintático**, de acordo com a GDF, codifica o Interpessoal e o Representacional, ou seja, é o nível das operações relacionais, estabelecendo os arranjos gramaticais que exteriorizam informações semânticas e pragmáticas, sem acrescentá-las ou subtraí-las. Sua funcionalidade reside no fato de que ele ajuda o interlocutor a interpretar as relações entre os aspectos pragmáticos, semânticos e sintáticos. Os autores afirmam que muito do que acontece nesse nível é funcionalmente motivado, quer dizer, os princípios de ordenação sintática, por exemplo, são iconicamente motivados. As unidades linguísticas, no nível morfossintático, são analisadas em termos de sua composição sintática, começando da mais alta para a mais baixa.

Com relação ao fenômeno por nós investigado, interessa-nos verificar que função sintática exerce, preferencialmente, o antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora, assim como o termo correferente ao antecedente na oração substantiva encaixada. Para isso, utilizaremos as funções sintáticas elencadas pela Hierarquia de Acessibilidade, somadas às elencadas pela tradição gramatical. Nesta seção, observaremos a função sintática exercida pelo antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora.

c.1) Função Sintática desempenhada pelo antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora

Quanto à observação da função sintática do antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora, pretendemos responder o seguinte problema:

- Que função sintática exerce mais frequentemente o antecedente das orações pseudorrelativas modalizadoras no *corpus*? Como se pode interpretar essa predominância?

Para respondê-la, baseamo-nos na abordagem da Linguística Tipológica²¹⁸ e na classificação tradicional gramatical. As funções sintáticas estabelecidas para observação são as seguintes: (i) sujeito²¹⁹, (ii) objeto direto, (iii) objeto indireto, complemento relativo, complemento circunstancial locativo e agente da passiva, (iv) oblíquo, (v) genitivo e (vi) objeto de comparação – propostos pela Linguística Tipológica – (vii) complemento nominal, adjunto adnominal e aposto especificativo, (viii) predicativo; (ix) adjunto adverbial, (x) aposto e (xi) termo absoluto – propostos pela tradição gramatical.

Conforme já explicitamos, a Hierarquia de Acessibilidade visa a observar que posições sintáticas ocupadas por SN são mais passíveis de relativização numa determinada língua. Retomando a Hierarquia, temos:

SU > OD > OI > OBL > GEN > OCOMP	
+ relativizável	- relativizável
posições mais altas	posições mais baixas

²¹⁸Justificamos esse posicionamento pelo fato de que pretendemos estudar esse fenômeno o mais abrangente possível. Para isso, partimos de categorias (no caso, as funções sintáticas) observadas cientificamente como as mais passíveis de relativização (concretizadas pela Hierarquia de Acessibilidade). Porém, achamos interessante evidenciar também as demais funções sintáticas estipuladas pela tradição gramatical. Pretendemos, com isso, verificar se a Hierarquia, de fato, codifica as funções sintáticas mais passíveis de relativização.

²¹⁹ Fazemos a diferenciação entre (i) sujeito pré-verbal e (xii) sujeito pós-verbal.

De acordo com a Hierarquia, o SN que desempenha a função sintática de *sujeito* está mais passível de relativização que o SN que desempenha a função sintática de *objeto direto*. Por sua vez, o SN que desempenha a função sintática de *objeto direto* é mais passível de relativização que o SN que desempenha a função sintática de *objeto indireto*²²⁰. E assim por diante, até se chegar à função sintática de *objeto de comparação*, considerada a menos passível de relativização.

Nossa hipótese, seguindo os critérios da Hierarquia de Acessibilidade, previa que o antecedente das orações pseudorrelativas modalizadoras, no *corpus*, exerceria, mais frequentemente, a função sintática de *Sujeito* por causa da natureza temática, ou seja, por constituir o tema da oração, acreditávamos que tal constituinte fosse mais passível de caracterização, o que presumiria a ocorrência de orações relativas, entre elas, as pseudorrelativas modalizadoras.

A tabela a seguir expõe a frequência de ocorrência, em nosso *corpus*, das funções sintáticas desempenhadas pelo antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora.

Tabela 6 – Função sintática do antecedente

		Ocorrências	Porcentagem (%)
Função Sintática	Objeto direto	18	32,7
	Predicativo	9	16,4
	Sujeito Pré-Verbal	6	10,9
	Complemento nominal, adjunto adnominal e aposto especificativo	6	10,9
	Objeto indireto, complemento relativo, complemento circunstancial locativo e agente da passiva	5	9,1
	Adjunto adverbial	5	9,1
	Aposto	2	3,6
	Sujeito Pós-Verbal	2	3,6
	Genitivo	1	1,8

²²⁰ Lembramos que, em nossa análise, estão incluídos na classificação de *objeto indireto* os casos de *complemento relativo, complemento circunstancial locativo e agente da passiva*, conforme explanamos no capítulo anterior.

	Termo absoluto	1	1,8
	Total	55	100,0

Contrariando nossa expectativa, as funções sintáticas mais recorrentes em nossos dados para o antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora foram as de *Objeto Direto* e as de *Predicativo*, perfazendo, respectivamente, 32,7% (18/55) e 16,4% (9/55). Em princípio, isso contrariaria também a Hierarquia de Acessibilidade, uma vez que esta estabelece que o *sujeito* é mais passível de relativização do que o *objeto direto*. No entanto, reconhecemos que a função sintática de *objeto direto*, assim como a de *sujeito*, faz parte da valência verbal, ou seja, o objeto direto é um argumento do verbo tanto quanto o sujeito. Isso justificaria o fato de que ambos podem ser relativizados, dependendo do foco do falante no momento de interação. Não é ao acaso que os três termos integrantes das orações, *sujeito*, *objeto direto* e *objeto indireto* ocupam as três primeiras posições da Hierarquia.

Isso, portanto, evidencia que, em nossos dados, o SN construído com o auxílio de uma oração pseudorrelativa modalizadora ocupa, predominantemente, a posição remática, e não temática, conforme acreditávamos. Em sendo assim, o referente constitui, em geral, uma informação nova, que será construída na mente do interlocutor. Vejamos:

- (221) (...) *porém o moral mais bem governado, não tendo a corrupção dos costumes tocado aquelle ponto, em que a vemos, e **a que não acreditaríamos que ella já mais podesse chegar se o não sentissemos.*** (p. 48) (CPC-BNP)
- (222) *Para focorrer à noſſa neceſſidade, ou damno notavel, podemos fazer, ou pedir alguma coufa, **a qual sabemos, que outro a quem a pedimos, fará com peccado por ſua malicia** (...)* (p. 88) (BMAC-BNP)²²¹
- (223) *só que não era eu, era uma pessoa que eu sei que era eu, porque eu falava através daquela pessoa e sentia o que aquela pessoa sentia mas ela não tinha a minha cara...* (US-CLUL)
- (198) *Em verdade eſtaſom coufas maravilhoſas que vemos as pedras precioſas e as eſpecias aromáticas vizr a mercar nos voſſos regnos. *aqueles que vendendoas a todo ho mundo fartauam* (p. 10) (LNV-BNP)²²²*

²²¹ Traduzindo para o português contemporâneo: *Para socorrer à nossa necessidade, ou dano notável, podemos fazer, ou pedir alguma coisa, **a qual sabemos, que outro a quem a pedimos, fará com pecado por sua malícia.***

²²² Já traduzido anteriormente.

Nos exemplos (221) e (222), temos, respectivamente, os referentes *aquelle ponto* e *alguma coufa* funcionando como *objetos diretos*; ao passo que, em (223) e em (198), temos *uma pessoa* e *coufas maravilhosas* funcionando como *predicativos*. Em todos esses exemplos, o referente é construído, restritivamente, na mente do interlocutor, com o auxílio de uma oração pseudorrelativa modalizadora. Em sendo assim, cada referente desses tem uma identificação própria elaborada na conjuntura com a oração pseudorrelativa modalizadora. Isso corrobora a hipótese funcionalista de que o foco não marcado, interpretado como informação nova, tem preferência para a posição imediatamente após o verbo, obedecendo ao Princípio de Estabilidade Funcional, o qual reconhece a ordem canônica SVO do português. Assim como as estratégias não-padrão de relativização em Língua Portuguesa, a oração pseudorrelativa modalizadora respeita esse princípio, diferentemente das relativas padrão, que o violam na medida em que o constituinte na função de foco ou de contraste aparece em posição pré-verbal, significando que o falante antecipa a informação mais saliente da predicação.

Interessante notar que algumas das posições da Hierarquia não foram sequer encontradas em nossos dados: as funções sintáticas de *oblíquo* e de *objeto de comparação*. A função de *genitivo* foi encontrada em apenas uma ocorrência, apontada a seguir:

(224) (...) *pera esta entregou ao Capellão Mòr da armada cem cruzados, pera remédio daquellef que visse mais lhe faltava: & que não bastando effef, leuaria outrof.* (p. 61) (JVCP-BNP)²²³

O referente *daquellef* cumpre a função sintática de genitivo do termo *remédio*.

6.3 Com relação à oração pseudorrelativa modalizadora

Conforme já explicamos no início deste capítulo, estabelecemos dois pontos de partida para a análise dos dados de orações pseudorrelativas modalizadoras encontrados em nosso *corpus*: (i) a partir do antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora; e (ii) a partir da Oração pseudorrelativa modalizadora propriamente.

Nesta seção, procederemos à investigação da inter-relação entre os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos referentes à oração pseudorrelativa modalizadora.

²²³ Traduzido para o português contemporâneo: (...) *para esta entregou ao Capelão Mór da armada cem cruzados, psra remédio daqueles que visse mais lhe faltava: e que não bastando esses, levaria outros.*

a) Análise das Categorias Semântico-Pragmáticas

Assim como fizemos na observação do antecedente, baseamos nossa investigação das orações pseudorrelativas modalizadoras na proposta da Gramática Discursivo-Funcional, de Hengeveld e Mackenzie (2008). Deixamos sob o mesmo rótulo as categorias *Semântico-Pragmáticas*, posto que os aspectos estipulados para observação têm categorias que vão do Nível Representacional ao Interpessoal (tipo de domínio modal e natureza da oração completiva, respectivamente).

a.1) Domínio modal do predicado

Para analisar o domínio modal do predicado da Oração pseudorrelativa modalizadora, partimos do seguinte problema:

- Qual a natureza modal do predicado (verbo) da oração pseudorrelativa modalizadora?

Analisamos os verbos da Oração pseudorrelativa modalizadora conforme a tipologia de modalidade que a GDF estabelece com referência aos domínios. Segundo os teóricos, o *domínio da avaliação* de uma distinção modal constitui a perspectiva a partir da qual a avaliação é feita, diferenciando-se os seguintes tipos de modalidade:

- i. *Modalidade Facultativa*: concerne a capacidades intrínsecas ou adquiridas;
- ii. *Modalidade Deôntica*: concerne ao que é permissível (legal, social ou moralmente);
- iii. *Modalidade Volitiva*: concerne ao que é desejável;
- iv. *Modalidade Epistêmica*: concerne ao que é conhecido (sabido) sobre o mundo real;
- v. *Modalidade Evidencial*: concerne ao tipo de fonte ou de origem da informação contida na sentença.

Com relação a esta última, a proposta dos autores difere de algumas outras abordagens, pois, para eles, a Evidencialidade não constitui uma categoria única, longe disso, ela é dividida em três subcategorias, de acordo com a camada em que atua. Retomando:

ambas operam em um Conteúdo Proposicional
- Nível Representacional:

- i. *Inferencial* 
- ii. *Genericidade* 
- iii. *Reportativa*  opera em um Conteúdo Comunicado – Nível Interpessoal.

A diferença entre uma *evidência inferencial* e uma *evidência genérica* está no tipo de origem de sua fonte: esta deriva de um conhecimento comum acumulado na comunidade; ao passo que aquela deriva de uma evidência sensória/perceptual ou de um conhecimento existente (relação entre o Falante e o EC/realidade), mas ambas atuam em um conteúdo proposicional.

Estes são os domínios de modalidade estipulados para registro em nossos dados: (i) facultativo, (ii) deôntico, (iii) volitivo, (iv) epistêmico e (v) evidencial.

Nossa hipótese previa que o domínio modal do predicado da oração pseudorrelativa modalizadora seria, preferencialmente, *epistêmico* em razão de que se trataria de um conteúdo subjetivo do falante para a construção de uma informação sobre um referente ou atributo. Em sendo assim, o falante manifestaria sua opinião acerca daquilo que dissera, seu julgamento pessoal sobre o mundo real ou imaginário que apresentara a seu interlocutor.

A tabela a seguir nos traz a frequência de ocorrência, em nosso *corpus*, dos tipos de verbos, com relação ao domínio modal.

Tabela 7 - Domínio Modal do verbo

		Ocorrências	Porcentagem (%)
Domínio modal	Evidencial	27	49,1
	Epistêmico	20	36,4
	Volitivo	5	9,1
	Deôntico	3	5,5
	Total	55	100,0

Contrariando nossa expectativa, os dados mostram que o domínio modal dos predicados das orações pseudorrelativas modalizadoras, em nosso *corpus*, foi, preferencialmente, *evidencial*, compondo 49,1% das ocorrências registradas (27/55). Lembramos que nossa tipologia baseia-se na classificação da GDF, para quem a *Evidencialidade* é subdividida em três categorias, conforme já expusemos nesta seção, inclusive. Em sendo assim, incluem-se entre os evidenciais, os predicados que envolvem tanto

Conteúdos Proposicionais (evidencialidade inferencial e genérica), como Conteúdos Comunicados (evidencialidade reportativa), como se ilustra nos seguintes exemplos:

- (225) -> *deitava-se uma coisinha de água quente, aquilo amolecia mais... da[...], uma coisinha de farinha **que a gente via mais ou menos que dava para o pão...** deitava-se aquele pedacinho de fermento, no outro dia amanhecia lêvedo, aquele fermentinho que a gente tinha feito. abafava-se bem abafado e no outro dia...* (AC-CLUL).
- (206) *Estes casos, que tanto se dão com as mulheres como com os homens, provam apenas que um dos cônjuges, quer dizer, um dos contratantes, faltou ao seu dever moral e de solidariedade, não para com o outro, mas para com os filhos **que todos sabem que ambos tinham o dever de criar e educar.*** (p. 112) (MCD-BNP)
- (226) *Talvez isto seja razão, - pretexto pelo menos, - para condecorar o neto e filho, **que alguns dizem ser um literato e um escritor distinto.***” (p. 13) (LO-BNP)

Em todos esses exemplos, temos um predicado de domínio modal evidencial, porém de naturezas diferentes: em (225), o predicado **ver** denota uma *evidencialidade inferencial*, já que o Falante revela ser do meio contextual a origem de sua percepção, ou seja, é por meio de evidências sensoriais ou perceptuais, extraídas do contexto situacional, que ele elabora seu comentário, sendo este, portanto, um *conteúdo proposicional*; já o exemplo retomado em (206) traz um predicado de domínio modal *evidencial* de natureza *genérica*, **saber**, pois o Falante indica ser de conhecimento de **todos** o conteúdo exposto por ele, logo, de domínio comum, compartilhado pela comunidade, envolvendo, da mesma forma que o exemplo anterior, um *conteúdo proposicional*; por fim, em (226), temos um predicado de domínio modal *evidencial* de natureza totalmente diversa dos dois anteriores, visto que se trata da introdução de um *conteúdo comunicado*, por um verbo de natureza *reportativa*, **dizer**, o falante indica que o conteúdo a seguir não é de sua responsabilidade.

Embora a porcentagem maior de ocorrência tenha sido com predicados de domínio modal *evidencial*, o número de dados com predicados de domínio modal *epistêmico* é também significativo, totalizando 36,4% (20/55). Vejamos alguns exemplos:

- (227) -- *Mas o nosso tempo... – que eu acho que era melhor do que agora, entendeu?* (NURC – DID – BA 231: 20 – 25)
- (228) ... *agora é uma estrada que eu acho que tem muita curva muita subida muita descida porque atravessa a serra do mar mesmo... não tem... alternativa não* (NURC – D2 – BA 98: 180 – 185)
- (229) -- *Bom, lá na... na Faculdade de Medicina, que eu acredito que o ensino vai bem, sabe, apesar das ondas, ainda mais com o hospital; mas eu tenho a impressão que o ensino vai bem.* (NURC – DID – BA 231: 200 – 210)

Os verbos achar e acreditar são prototípicos predicados de domínio modal *epistêmico*. Por meio deles, o falante expõe sua avaliação subjetiva acerca daquilo que enuncia. Representam, portanto, a visão e crença do falante, especificando o grau de comprometimento deste em relação à proposição por ele apresentada.

Assim como os verbos achar e acreditar, o verbo saber também é um predicado de domínio modal *epistêmico*, mas somente quando apresenta sujeito em primeira pessoa; nas demais pessoas discursivas, classificamo-no como *evidencial*. A saber:

- (222) *Para focorrer à noffa neceffidade, ou damno notavel, podemos fazer, ou pedir alguma coufa, a qual sabemos, que outro a quem a pedimos, fará com peccado por fua malicia (...)* (p. 88) (BMAC-BNP)²²⁴
- (230) *31. Se comeu coufas, que sabia lhe haviaõ de fazer muito mal.* (p. 94) (BMAC-BNP)²²⁵

No exemplo retomado em (222), a forma verbal sabemos anuncia um conteúdo que o falante dá por certo, ou seja, com o qual se compromete inteiramente, logo, de domínio modal *epistêmico*. Esse valor epistêmico de certeza e comprometimento com aquilo que é enunciado é confirmado no uso da forma verbal fará. Diferente é o que acontece no exemplo em (230), no qual temos a forma verbal sabia em 3ª pessoa. Agora, o comprometimento do que se enuncia não está relacionado ao falante, mas àquele “que sabia”, logo, não pode ser epistêmico. É antes uma inferência que o falante faz acerca de um conhecimento de uma 3ª pessoa. É o falante que compromete uma 3ª pessoa com um conhecimento que ele supõe que ela tenha. Em vista disso, classificamo-no como *evidencial* (inferencial): a inferência do falante é que “ele sabia...”

²²⁴ Já traduzido anteriormente.

²²⁵ Traduzido para o português contemporâneo: *Se comeu coisas, que sabia lhe haviam de fazer muito mal.*

Semelhante ao que apresenta o verbo *saber* quanto à classificação de seu domínio modal, o verbo ***parecer*** também traz uma distinção de classificação que se situa entre o domínio modal *epistêmico* e o *evidencial*.

Segundo Gonçalves (2012, p. 101), o verbo ***parecer*** abriga uma oração subjetiva construída como conteúdo proposicional, relacionada ao eixo do conhecimento, cujo conteúdo é o alvo da avaliação do falante, que fundamenta seu julgamento sobre o valor de verdade da proposição, portanto, de valor epistêmico. Vejamos o exemplo que ele nos apresenta²²⁶:

(231) ***Parece-me*** *que nestes provimentos entraram alguns dos que tiveram particularmente a proteção e favor de V. Ex.*

De acordo com o que afirma o autor, o conteúdo proposicional da oração substantiva *que nestes provimentos entraram alguns dos que tiveram particularmente a proteção e favor de V. Ex.* é regido por um verbo de domínio modal epistêmico, ***parece-me***, uma vez que tal conteúdo é avaliado em termos de probabilidade. No entanto, Gonçalves não baseia sua análise nas descrições da GDF, que traz, conforme já expusemos, uma abordagem diferente quanto aos domínios modais dos predicados.

Tentando conciliar as duas abordagens e verificando que o verbo ***parecer*** é complexo quanto ao estatuto de seu domínio modal observado, propomos a seguinte diferenciação: (i) quando pronominal de primeira pessoa parece prevalecer uma avaliação epistêmica, por meio da qual o falante expõe seu julgamento subjetivo acerca daquilo que enuncia, portanto, de *domínio modal epistêmico*; (ii) quando pronominal de outras pessoas discursivas ou não pronominal, a avaliação do falante tende a ser extraída de alguma evidência sensorial/perceptual ou de algum conhecimento existente, logo, de *domínio modal evidencial* (inferencial ou genérica). Analisemos os seguintes exemplos:

(232) *Quando o Confessor nos dá alguma penitencia, **que nos parece provavelmente, que a não poderemos cumprir**, ou que se a cumprirmos, será com notavel detrimento noſſo, devemos declarar isto ao Confessor.* (p. 61) (BMAC-BNP)²²⁷

²²⁶ Exemplo fielmente transcrito de Gonçalves (2012, p. 94).

²²⁷ Traduzido para o português contemporâneo: *Quando o Confessor nos dá alguma penitência, **que nos parece provavelmente, que a não poderemos cumprir**, ou que se a cumprirmos, será com notável detrimento nosso, devemos declarar isto ao Confessor.*

- (233) - «Pois isso é que me parece que é coisa que cá não ha, mas eu vou vê.
(p. 79) (MCD-BNP)
- (234) *Muitas peffoas clamaõ, fem faberem o porque, contra as exempões do Clero, que lhes parece não contribue para as imposições do Estado, com proporção ás fuas rendas.* (p. 96) (QP-BNP)²²⁸
- (235) *Em lhes dando para serem formosas, não há mais originais figuras do que essas raparigas de olhos límpidos e pestanas longas, mulheres que parece haverem sido tiradas do mármore (...) (p. 85) (LO-BNP)*
- (197) *Alguũf dellef tẽ em grandeza dez paffof.of q~ef pareceẽ jazer. & acerca delleffom post' outr' peqñof q parece q~ lhe fazẽ reuerẽcia.* (p. 59) (LNV-BNP)²²⁹

Nos exemplos (232) e (233), o falante questiona o valor de verdade dos conteúdos proposicionais expostos nas orações subjetivas *que a não poderemos cumprir* e *que é coisa que cá não há*, respectivamente. No primeiro exemplo, esse valor epistêmico é reforçado pelo modificador *provavelmente*; e, em (233), pela oração subsequente *mas eu vou ver*, que denuncia essa dúvida. Ou seja, ambos são de *domínio modal epistêmico*: conteúdos proposicionais com os quais o falante não se compromete inteiramente.

Diferente é o que acontece com os demais exemplos, em (234), em (235) e no retomado em (197). Em todos eles, o falante não avalia o conteúdo proposicional apresentado nas orações subjetivas em termos de verdade (de domínio modal epistêmico), mas em termos de evidências extraídas de algum conhecimento pré-existente, portanto, de *domínio modal evidencial*. Em (234), o falante compromete uma 3ª pessoa com o conteúdo de uma inferência; nas demais, o falante realiza a inferência de um conteúdo e atribui, a si mesmo, esse conteúdo.

a.2) Natureza semântico-pragmática da oração completiva

Para analisar a natureza semântica da oração completiva que exerce as funções sintáticas de A1 ou de A2 do predicado da oração pseudorrelativa modalizadora, identificamos os tipos de entidades como *estado-de-coisas* ou *conteúdo proposicional*. Somada a essa

²²⁸ Traduzindo para o português contemporâneo: *Muitas pessoas clamam, sem saberem o porque, contra as exempões do Clero, que lhes parece não contribui para as imposições do Estado, com proporção às suas rendas.*

²²⁹ Traduzindo para o português contemporâneo: *Alguns deles têm em grandeza dez passo, os quais parecem jazer, e acerca deles são postos outros peqenos que parece que lhe fazem reverência.*

classificação, inserimos a entidade *conteúdo comunicado*, que se caracteriza por conter a totalidade daquilo que o falante deseja evocar em sua comunicação com o ouvinte²³⁰, compondo, assim, a seguinte tipologia: (i) conteúdo proposicional, (ii) estado-de-coisas e (iii) conteúdo comunicado, no caso de predicados evidenciais reportativos.

Temos a seguinte indagação a responder:

- Qual a natureza semântico-pragmática da oração completiva/encaixada?

Nossa hipótese presumia que a natureza semântico-pragmática da oração completiva que funciona como argumento do predicado da oração pseudorrelativa modalizadora seria, preferencialmente, do tipo *conteúdo proposicional* em razão do que já afirmamos na seção anterior, que tratou do domínio modal. Tratar-se-ia de um conteúdo subjetivo do falante em relação a um predicado de natureza epistêmica²³¹. Em sendo assim, a oração completiva compreenderia um construto mental (conhecimentos, crenças, desejos relacionados ao mundo real ou a um mundo imaginário) que tanto pode estar relacionado a uma atitude proposicional do falante como à sua fonte ou origem.

Para discussão, apresentamos a tabela a seguir, que mostra a frequência, em nosso *corpus*, do tipo de oração com relação à natureza semântico-pragmática.

Tabela 8 - Natureza semântico-pragmática da oração completiva

		Ocorrências	Porcentagem (%)
Natureza Semântico-pragmática	Conteúdo proposicional	40	72,7
	Conteúdo comunicado	11	20,0
	Estado de coisas	4	7,3
	Total	55	100,0

²³⁰Essa entidade é descrita como pertencente ao Nível Interpessoal, aquele que está ligado à enunciação, ao papel desempenhado na interação entre os interlocutores. Refere-se ao domínio das estratégias empregadas para se conseguir os objetivos comunicativos, conforme já expusemos anteriormente. Por mesclarmos o Nível Interpessoal e o Representacional, nesta seção, é que incluímos sob o mesmo título as categorias semânticas (do Nível Representacional) e as pragmáticas (do Nível Interpessoal).

²³¹Essas duas categorias de análise, *domínio modal* do predicado da oração pseudorrelativa modalizadora e *natureza semântico-pragmática* da oração completiva que funciona sintaticamente como argumento do predicado da oração pseudorrelativa modalizadora, completam-se. Supúnhamos que o predicado da oração pseudorrelativa modalizadora seria de domínio epistêmico, logo, a natureza semântico-pragmática da oração que completa o sentido do predicado modal epistêmico, prototipicamente, seria do tipo *conteúdo proposicional*.

Em conformidade com nossa hipótese, os dados mostram que, em nosso *corpus* de ocorrências, a oração completiva que funciona como argumento do predicado da oração pseudorrelativa modalizadora é, preferencialmente, uma entidade do tipo *conteúdo proposicional*, perfazendo um total de 40 ocorrências (40/55), que equivalem a 72,7% dos dados encontrados.

Em termos específicos, os conteúdos proposicionais distinguem-se em:

- a) *factuais* - quando relacionados a um conhecimento ou a uma crença acerca do mundo real;
- b) *não-factuais* - quando exprimem desejos ou expectativas com relação a um mundo imaginário;
- c) *atitudes proposicionais* (certeza, dúvida, descrença) - grau de comprometimento do falante acerca daquilo que diz, ou seja, sempre apresentando um valor modal;
- d) *de fonte ou origem* (conhecimento comum partilhado, evidência sensorial, inferência).

Com relação aos dados, encontramos ocorrências de todos os subtipos de conteúdo proposicional, o que, a nosso ver, constitui um fator condicionante extremamente importante. Vejamos alguns exemplos:

- (204) *...mas é um hábito que eu acho que seria... que eu acho que é muito saudável... é você colocar frutas de manhã no café...* (NURC – DID – RJ 328: 310-315)
- (236) *... aí eu achei que realmente a escola não preenchia tudo... que eu gostaria (que) preenchesse então* (D2 SP 360: 390-395)
- (237) *Mas fica dado um passo que espero seja decisivo no caminho da resolução do problema*. (p. 19) (LO-BNP)
- (222) *Para focorrer à noffa neccessidade, ou damno notavel, podemos fazer, ou pedir alguma cousa, a qual sabemos, que outro a quem a pedimos, fará com peccado por sua malicia (...)* (p. 88) (BMAC-BNP)²³²
- (206) *Estes casos, que tanto se dão com as mulheres como com os homens, provam apenas que um dos cônjuges, quer dizer, um dos contratantes, faltou ao seu dever moral e de solidariedade, não para com o outro, mas*

²³² Já traduzido anteriormente.

para com os filhos que todos sabem que ambos tinham o dever de criar e educar. (p. 112) (MCD – BNP)

- (214) ... *ele vai desenhar aQUilo... que ele sabe que o objeto TEM...* (NURC – EF – SP 141: 330-335)

Com o exemplo (204), temos o verbo achar em 1ª pessoa encaixando um conteúdo proposicional factual, já que vemos revelado um conhecimento ou uma crença acerca do que é saudável na opinião do falante. Em outras palavras, para o falante revelar o que pensa sobre o que venha a ser um hábito saudável, ele se valeu de uma oração pseudorrelativa modalizadora.

Nos exemplos em (236) e em (237), os verbos gostaria e espero atestam um conteúdo proposicional não-factual, visto que expressam um desejo ou uma expectativa do falante com relação ao que esperava que “a escola preenchesse”.

Já no exemplo (222), revela-se um conteúdo de atitude proposicional, em razão de que, por meio da forma verbal fabemos, o Falante revela seu grau de comprometimento acerca do fato de que “outro fará com pecado se lhe pedirmos tal coisa”. Neste caso, o grau de comprometimento pode ser avaliado como alto, pois o Falante expõe uma certeza acerca disso.

Finalmente, com os exemplos em (206) e em (214), vemos revelado um conteúdo proposicional de fonte ou origem, pois se apresenta como compartilhado por “todos”, em (206), portanto, comum, compartilhado, ou seja, uma evidência genérica; e do conhecimento de uma terceira pessoa, em (214), por conseguinte, inferencial. Os Falantes deixam saliente que chegaram a essas conclusões a partir de alguma evidência do meio externo.

Nossa interpretação para esses dados é que a oração pseudorrelativa modalizadora, levando-se em consideração os dados obtidos, é uma construção que se organiza, em geral, em torno de um verbo que evidencia um conteúdo proposicional, uma opinião ou ideia que se constitui nas faculdades mentais do indivíduo. Ela serve, portanto, para representar, não fatos reais, ligados à realidade em si, mas para destacar a avaliação do falante com referência a essa realidade. O falante se utiliza de uma construção pseudorrelativa modalizadora para se posicionar, seja na intenção de expor seu ponto de vista ou seu desejo (subtipos *factual* ou *não-factual*, respectivamente), seja para imprimir seu grau de comprometimento referente ao conteúdo enunciado ou revelar a fonte de sua informação (subtipos *atitude proposicional* ou de *fonte ou origem*).

É interessante destacar a correlação entre esta categoria de análise, *Natureza semântico-pragmática da oração completiva*, e a que discutimos na seção anterior, *Domínio Modal do predicado da oração pseudorrelativa modalizadora*. A Oração Completiva preenche

as posições de A1 ou de A2 dos verbos das orações pseudorrelativas modalizadoras²³³. Fazendo um cruzamento das duas categorias, obtivemos o resultado a seguir, exposto na Tabela 9:

Tabela 9 - Domínio modal do verbo x Natureza semântico-pragmática da oração completiva

		Natureza da oração completiva			Total
		Conteúdo proposicional	Estado de coisas	Conteúdo comunicado	
Domínio modal do verbo	Evidencial	15	1	11	26
	Epistêmico	20	0	0	21
	Volitivo	5	0	0	5
	Deôntico	0	3	0	3
Total		40	4	11	55

Em nossos dados, as orações completivas de natureza semântico-pragmática de *conteúdo proposicional* mostraram-se extremamente produtivas em quase todos os ambientes argumentais dos tipos de verbo encontrados nos dados. Com exceção dos predicados de domínio modal deôntico, em todos os outros contextos, elas aparecem em maioria. Isso constitui forte evidência para afirmar que, em geral, o alvo de avaliação do falante é o conteúdo proposicional das orações encaixadas, subordinadas, e não o estado-de-coisas em si.

b) Análise das Categorias Sintáticas

Da mesma forma como procedemos com o antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora, é de nosso interesse examinar os aspectos sintáticos, que, junto com os aspectos semântico-pragmáticos (já analisados anteriormente), sugerem o uso de orações pseudorrelativas modalizadoras. Nosso maior interesse nessa investigação das categorias sintáticas é constatar o Nível de Integração Sintática das orações que compõem nosso objeto de pesquisa.

Para avaliar o nível de integração sintática, foram considerados os critérios de gramaticalização de orações (LEHMANN, 1988). Lehmann (1988) considera que os processos de articulação de orações não podem ser descritos através das dicotomias *coordenação/subordinação* e *parataxe/hipotaxe*, conforme procedem as tradições normativa e

²³³ Quando se trata do verbo “parecer”, a oração completiva preenche a posição de A1; quando se refere aos demais verbos, a posição de A2.

linguística. Em vista disso, ele estabelece um contínuo que tipologiza as sentenças complexas, levando em consideração níveis de maior ou menor vinculação sintática entre orações. Esse contínuo estende-se desde a relação de não-dependência até o máximo entrelaçamento das orações, que indicam as relações de *parataxe* e de *encaixamento*, respectivamente. No meio do contínuo, ficam as relações de *hipotaxe*, que apresentam tanto características de parataxe quanto de encaixamento.

A classificação das orações faz-se pela localização destas ao longo desse contínuo. Para isso, ele postula seis parâmetros semântico-pragmáticos que vão indicar o nível de articulação entre as orações em qualquer língua. Tais parâmetros são:

- a) *rebaixamento hierárquico da oração subordinada*: verifica-se o grau de autonomia e integração de uma oração em relação a outra;
- b) *nível sintático do constituinte ao qual a oração subordinada se vincula*: verifica-se a escala de integração, a localização da oração subordinada em relação à dita principal: - orações independentes > oração subordinada à margem da principal > oração subordinada dentro da oração principal > oração subordinada dentro de um sintagma verbal > formação de um predicado complexo;
- c) *dessentencialização da subordinada*: refere-se à gradação que vai das orações desenvolvidas até a nominalização da oração, portanto, verifica-se se a oração subordinada aparece desenvolvida ou reduzida e, neste caso, mais dependente;
- d) *gramaticalização do verbo principal*: diz respeito à transformação de verbos principais lexicais em verbos modais, auxiliares e afixos gramaticais que modificam semanticamente o significado do verbo da oração subordinada;
- e) *entrelaçamento das duas orações*: do ponto de vista semântico, refere-se ao compartilhamento de traços do significado das orações e conseqüente não-explicitação de elementos sintáticos comuns. Ou seja, verifica-se se, entre as orações presentes na construção pseudorrelativa modalizadora, há ou não sujeito correferencial, como também se há ou não equivalência modo-temporal entre os verbos;
- f) *explicitude da articulação*: relaciona-se à presença (síndese) ou ausência (assíndese) de um conectivo entre as orações.

Cada um desses parâmetros analisa-se a partir de um *continuum* que se prolonga entre dois extremos: um pólo de máxima *elaboração* e outro de máxima

- Qual o Nível de Integração entre a oração pseudorrelativa modalizadora e a oração complexa (onde se encontra o antecedente)?

Para avaliar o nível de integração nas construções com orações pseudorrelativas modalizadoras, com base nos critérios estipulados por Lehmann (1988), conforme já explanamos nesta seção, observamos os seguintes aspectos:

1. Estrutura morfossintática em que se apresenta a oração completiva: (i) desenvolvida e (ii) reduzida;
2. Compartilhamento de traços semânticos entre as orações pseudorrelativa modalizadora e encaixada: (i) sujeito correferencial e (ii) sujeito não-correferencial;
3. Equivalência Modo-Temporal entre as orações pseudorrelativa modalizadora e a encaixada: (i) modo e tempo verbais equivalentes e (ii) modo e tempo verbais não-equivalentes;
4. Grau de explicitude entre as orações pseudorrelativa modalizadora e a encaixada: (i) presença de conectivo e (ii) ausência de conectivo;
5. Nível sintático do constituinte ao qual a oração pseudorrelativa modalizadora se vincula: (i) à margem da oração principal; (ii) dentro da oração principal.

Ademais, para verificar o nível de integração entre o antecedente e a oração pseudorrelativa modalizadora, observamos:

6. Presença de pausa entre o antecedente e a oração pseudorrelativa modalizadora: (i) com pausa; e (ii) sem pausa²³⁵.

Iniciamos, na seção que segue, com os resultados referentes à função sintática exercida, predominantemente, pelo termo correferente ao antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora. Em seguida, apresentamos os resultados concernentes à observação do nível de integração entre a oração pseudorrelativa modalizadora e seu antecedente; entre a oração pseudorrelativa modalizadora e a encaixada; e entre a oração pseudorrelativa modalizadora e a complexa.

b.1) Função Sintática desempenhada, na oração completiva, pelo termo correferente ao antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora

²³⁵ É interessante destacar que fazemos uma diferenciação entre pausa de valor semântico e pausa de hesitação. Portanto, definimos (i) e (ii) como pausas de valor semântico, e uma última como (iii) pausa de hesitação.

É de nosso interesse investigar a função sintática exercida pelo elemento “que” (e suas variantes) introdutor da oração pseudorrelativa modalizadora. Para isso, valemo-nos das mesmas funções sintáticas elencadas para a observação do antecedente: as funções sintáticas abordadas pela Hierarquia de Acessibilidade, somadas às funções sintáticas descritas pela gramática tradicional: (i) sujeito²³⁶, (ii) objeto direto, (iii) objeto indireto, complemento relativo, complemento circunstancial locativo e agente da passiva, (iv) oblíquo, (v) genitivo e (vi) objeto de comparação – propostos pela Linguística Tipológica – (vii) complemento nominal, adjunto adnominal e aposto especificativo, (viii) predicativo; (ix) adjunto adverbial, (x) aposto e (xi) termo absoluto²³⁷ – propostos pela tradição gramatical.

Esperamos responder a seguinte indagação:

- Que função sintática exerce, mais frequentemente, o termo correferente ao antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora²³⁸?

Assim como na observação da função sintática do antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora, baseamo-nos nas duas abordagens (na da Linguística Tipológica e na da gramática tradicional).

Nossa hipótese presumia que o elemento QUE introdutor da oração pseudorrelativa modalizadora exerceria, com predominância, a função sintática de *sujeito*. Tal afirmação advém da ideia de que, quando retomado pelo QUE na oração completiva, esse termo ocuparia a posição de argumento 1, pois seria, na oração encaixada, tópico discursivo (tema) desenvolvido nela, tal como o exemplo de Bechara nos mostra:

(4) Ali está o homem que eu pensei que tivesse morrido.

Quando retomado na oração completiva, o termo “o homem” exerce a função sintática de sujeito, constituindo, deste modo, o tema discursivo.

A tabela a seguir nos guiará para a discussão:

²³⁶ Somente para lembrar, fazemos a diferenciação entre (i) sujeito pré-verbal e (xii) sujeito pós-verbal.

²³⁷ À semelhança de “oração absoluta”, sozinho, sem vínculo com outra estrutura.

²³⁸ O termo correferente ao antecedente exerce função sintática na oração encaixada na oração pseudorrelativa.

Tabela 10 - Função sintática do termo correferente ao antecedente

		Ocorrências	Porcentagem (%)
Função Sintática	Sujeito Pré-Verbal	31	56,4
	Objeto direto	16	29,1
	Adjunto adverbial	4	7,3
	Objeto Indireto, Complemento Relativo, Complemento Circunstancial Locativo, Agente da Passiva	3	5,5
	Predicativo	1	1,8
	Total	55	100,0

Confirmando totalmente nossa expectativa, o termo correferente ao antecedente exerce, preferencialmente, a função sintática de *sujeito pré-verbal*, compondo 56,4% das ocorrências encontradas (31/55). Acreditamos que isso se deva ao fato de que, como na oração principal ele funciona como *objeto direto*, correspondendo à informação nova, foco da intenção comunicativa do falante, na oração completiva, ele se torna o *tema*, ou seja, o ponto de partida que enuncia o que é conhecido pelo interlocutor, já que, agora, ele não é mais informação nova. Para desenvolver o mesmo tópico, que vem desde a função de objeto direto do verbo da oração dita principal, o falante o retoma na oração completiva como sujeito²³⁹, o que caracteriza, nos termos de Combettes (1977), uma tematização linear. Vejamos os seguintes exemplos:

- (238) *O Emperador Frederico terceiro, casado com hũa sua tia, irmã del Rey D. Afonso seu pay, a mandou tirar pelo natural, & tambem o cristianíssimo Luiz Rey de França seu tio, & primo del Rey seu pay, o qual quando vio o seu retraro, que dizem que era muito natural, posse de giolhof, & deu graças, & louvoref a N. fenhor* (p. 13) (UDI – BNP)²⁴⁰
- (239) *Sua Mageftade he servido que, V. Excellencia encarregue os Defembargadores Vereadores do Senado, e os mais Ministros, que V.*

²³⁹ Lembramos que o elemento QUE (e suas variantes) encabeça a oração pseudorrelativa modalizadora, mas, na verdade, exerce função sintática na oração subsequente, na oração completiva.

²⁴⁰ Traduzido para o português contemporâneo: *O Imperador Frederico terceiro, casado com uma sua tia, irmã do Rei D. Afonso, seu pai, a mandou tirar pelo natural, e também o cristianíssimo Luiz, Rei de França, seu tio, e primo do Rei, seu pai, o qual quando viu o seu retraro, que dizem que era muito natural, pôs-se de juelhos, e deu graças, e louvores a N. Senhor.*

Excellencia julgar, que são necessarios, de receber às portas da Cidade todos os mantimentos, que vierem de fóra della (...) (p. 88) (MPP – BNP)²⁴¹

Nos dois exemplos citados, na retomada anafórica, os termos correferentes aos antecedentes exercem a função sintática de *sujeito pré-verbal* do predicado da oração completiva, “o feu retraro” e “os mais Ministros”, em (238) e em (239), respectivamente. Como já mencionamos, aparecem como sujeito pré-verbal, concretizando a natureza temática, tópica.

b.2) Presença de pausa entre o antecedente e a oração pseudorrelativa modalizadora

Observamos a presença de pausa entre o antecedente e a oração pseudorrelativa modalizadora. Os critérios estabelecidos foram: (i) sem pausa, (ii) com pausa e (iii) com pausa de hesitação²⁴².

A tradição gramatical em linguística distingue as orações relativas em dois tipos: (a) as restritivas, sem pausa entre o antecedente e a oração relativa; e (b) as não-restritivas, com pausa entre o antecedente e a oração relativa. A principal diferença formal entre elas é que a primeira faz parte do contorno de entonação de toda a estrutura, o que, no nível semântico, significa que não pode ser “apagada”, pois causaria prejuízo no entendimento geral da frase; ao passo que a não-restritiva tem um contorno entonacional próprio, ou seja, caracteriza-se por ser um ato discursivo com sua própria ilocução, podendo, portanto, ser “descartada” sem prejuízo geral ao entendimento da frase. Em sendo assim, a relativa não-restritiva tem a função de fornecer uma informação adicional, acessória, complementar em relação ao termo relativizado. Já a relativa restritiva cumpre a função de trazer uma restrição, essencial, motivo pelo qual é indispensável ao entendimento da frase, uma vez que faz parte da construção do referente.

Em vista disso, pretendemos responder a seguinte questão:

²⁴¹ Traduzido para o português contemporâneo: *Sua Magestade é servido que, V. Excelência encarregue os Desembargadores Vereadores do Senado, e os mais Ministros, que V. Excelência julgar que são necessários, de recebera às portas da Cidade todos os mantimentos, que vierem de fora dela (...)*.

²⁴² Conforme já expusemos em nota, anteriormente, fazemos a distinção entre *uma pausa de valor semântico* e *uma pausa de hesitação*.

- A oração pseudorrelativa modalizadora apresenta-se conectada ao antecedente por meio de pausa, e assim consiste em não-restritiva, ou sem pausa, consistindo, portanto, numa restritiva?

Nossa hipótese era ser do tipo *restritiva*, portanto *sem pausa*, a oração pseudorrelativa modalizadora. Para nós, ela faria parte da construção do referente, motivo que a qualificava como indispensável para o entendimento geral do enunciado. Em vista disso, acreditávamos que o falante faria uso de uma pseudorrelativa modalizadora quando tivesse a intenção de favorecer a construção ou a identificação de um referente por meio de uma sentença restritiva, construindo sua identidade no momento da interação, identidade esta elaborada com um julgamento subjetivo do falante.

A tabela a seguir ilustra a frequência de ocorrência relativa à existência de pausa entre o antecedente e a oração pseudorrelativa modalizadora.

Tabela 11 – Nível de integração entre antecedente e a oração pseudorrelativa modalizadora

		Ocorrências	Porcentagem (%)
Nível de Integração	Com pausa	26	47,3
	Sem pausa	25	45,5
	Pausa de hesitação	4	7,3
	Total	55	100,0

Tendo em consideração a presença ou não de pausa entre a oração pseudorrelativa modalizadora e seu antecedente, no que diz respeito a pausas de valor semântico, os dados mostram que este não é um fator determinante, visto que há praticamente o mesmo número de ocorrências *com* e *sem pausa*, (26/55) e (25/55), respectivamente. De forma equilibrada, orações com pausa e orações sem pausa representam, respectivamente, 47,3 % e 45,5%. Trata-se, portanto, de quase metade do total de ocorrências para cada valor desse. Isso fortemente evidencia que as orações pseudorrelativas modalizadoras podem construir-se tanto em *estruturas não-restritivas* como em *restritivas*, como nos indicam os exemplos a seguir:

(229) -- *Bom, lá na... na Faculdade de Medicina, que eu acredito que o ensino vai bem, sabe, apesar das ondas, ainda mais com o hospital; mas eu tenho a impressão que o ensino vai bem.* (NURC – DID – BA 231: 200 – 210)

- (240) (...) eram óptimos esses produtos. só que não tinham aquela venda, pronto - hum, hum.
-> enfim, **que a, que a Yves en[...], entendia que havia de, de ter**, e eles acabaram por tirar cá no nosso país, em Portugal retiraram (BSEBR – CLUL)
- (241) O pobre diabo que me dizem ser um devasso porco, estava baldo ao naipe. (p. 28) (LO – BNP)
- (242) (...) mas esses devem sêr considerados criaturas tão ignobeis que numa sociedade moraisada ninguém os devia receber como honrados e nenhum emprego se lhes devia confiar, porque não sabendo cumprir a sua estricta obrigação para com o sêr indefêso **que tomaram a responsabilidade de fazer viver**, muito menos saberão cumprir outras obrigações. (p. 119) (MCD-BNP)²⁴³

Nos exemplos em (229), retomado aqui, e em (240), a oração pseudorrelativa modalizadora apresenta-se vinculada a seu antecedente por meio de *pausa*: ambas equivalem a um comentário adicional, acessório, complementar em relação ao termo relativizado - no primeiro caso, ela revela um comentário subjetivo do Falante, de valor modal epistêmico, sobre o referente “a Faculdade de Medicina”; ao passo que, no segundo, é um comentário de valor modal evidencial, pois o Falante infere, de algum conhecimento pré-existente, o que “a Yves entendia que aquela venda havia de ter”.

Já nos exemplos em (241) e em (242), a oração pseudorrelativa modalizadora apresenta-se vinculada a seu antecedente sem a interferência de uma *pausa*, o que significa que, em ambos os casos, a oração pseudorrelativa modalizadora é essencial para a delimitação dos referentes inicialmente designados por: “o pobre diabo” e “o sêr indefêso”, respectivamente.

Conforme já explicamos, fazemos uma distinção entre *pausa de valor semântico* e *pausa de hesitação*. Em nossos dados, 4 (quatro) ocorrências exprimem uma pausa de hesitação, apresentamos 2 (duas) delas:

²⁴³ Traduzido para o português contemporâneo: (...) mas esses devem ser considerados criaturas tão ignóbeis que numa sociedade moralizada ninguém os devia receber como honrados e nenhum emprego se lhes devia confiar, porque não sabendo cumprir a sua estrita obrigação para com o ser indefeso **que tomaram a responsabilidade de fazer viver**, muito menos saberão cumprir outras obrigações.

- (243) *poderíamos inclusive estabelecer... como uma das diferenças... a questão por exemplo acredito eu que... da assistência Médica hospitalar... **que eu acredito que as cooperativas não... prestam aos seus associados...**(NURC – DID – PE 131: 310 – 315)*
- (236) *... aí eu achei que realmente a escola não preenchia tudo... **que eu gostaria (que) preenchesse então** (NURC-D2-SP 360: 390-395)*

Tanto no exemplo em (243) como no retomado em (236), temos uma *pausa de hesitação*, em que o Falante toma um certo tempo para formular o restante de seu enunciado. Essa pausa não pode ser considerada de valor semântico, pois não codifica a intenção de apresentar um comentário como mero acréscimo de informação (não-restritiva) em oposição a uma restrição semântico-referencial (restritiva).

b.3) Forma em que se apresenta a oração completiva

Um dos parâmetros observados por Lehmann (1988) na gramaticalização de orações é a *dessentencialização da oração subordinada*, que se refere à gradação que vai das orações desenvolvidas até a nominalização da oração. Portanto, verifica-se se a oração subordinada aparece *desenvolvida* ou *reduzida*, o que caracteriza casos de menor ou maior integração, logo, menos ou mais dependente, respectivamente. Quanto mais dessentencializada, mais entrelaçada/integrada e, conseqüentemente, mais dependente se torna a oração subordinada, que tem o escopo sintático de seu verbo reduzido. À vista disso, o autor propõe o seguinte contínuo para a observação da (des)sentencialidade das orações:

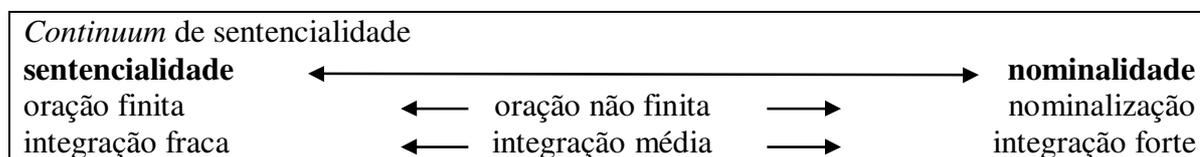


Figura 9: *continuum* de sentencialidade (Lehmann, 1988, p. 200)

De acordo com a Figura 2, orações reduzidas constituem-se mais integradas que orações desenvolvidas, porém, estas não compõem o grau máximo de entrelaçamento, caracterizado, enfim, pelo processo de nominalização.

Em nossa pesquisa, pretendemos responder o seguinte questionamento:

- Qual o nível de integração entre a oração pseudorrelativa modalizadora e a oração completiva, tendo em vista a forma desta oração?

Nossa hipótese para tal questão antevia que as orações completivas apresentar-se-iam de *forma desenvolvida*, logo, menos integradas, levando-se em consideração esse critério formulado por Lehmann.

A tabela a seguir ilustra a frequência de ocorrência quanto à forma da oração encaixada.

Tabela 12 - Forma da oração completiva

		Ocorrências	Percentagem (%)
Forma	Desenvolvida	46	83,6
	Reduzida	9	16,4
	Total	55	100,0

Em conformidade com a nossa hipótese, os dados mostram que, quase exclusivamente, as orações completivas aparecem em *forma desenvolvida*, o que se mostrou em mais de 80% das ocorrências registradas em oposição aos raros casos em que a oração encaixada se apresentou em forma reduzida, em 16,4% (9/55). Observemos os exemplos para discussão:

(244) (...) *ella ha moor parte de fuas rendas dava secretamente ha peffoas miseraveis em que sabia, que avia vergonhofas necessidades* (...) (p. 23) (CPDD-BNP)²⁴⁴

(245) *eu acho que as pessoas estão mesmo a voltar para coisas que nós já vimos os nossos pais fazer* (SV-CLUL)

Na maioria de nossas ocorrências, a oração completiva aparece em *forma desenvolvida*, tal como no exemplo em (244), com a forma verbal avia. Raros foram os casos em que o verbo da oração completiva apresentou-se de *forma reduzida*, como no exemplo em (245), com o verbo fazer. Isso é um forte indício para propor que o nível de integração entre a

²⁴⁴ Traduzido para o português contemporâneo: (...) *ela a maior parte de suas rendas dava secretamente a pessoas miseráveis em que sabia que havia vergonhosas necessidades* (...)

oração pseudorrelativa modalizadora e a oração que ocupa uma posição argumental não é tão forte. Por outro lado, pode mostrar que, enquanto a oração completiva se mostra como conteúdo nuclear, o verbo que a encaixa, do ponto de vista sintático, pode ser considerado na perspectiva da gramaticalização de um predicado encaixador-matriz, tal como Gonçalves (2012) trata o verbo *parecer*. Segundo ele, esta é a:

“função prototípica do complexo oracional de que participam as orações subjetivas, independentemente de seus parâmetros morfossintáticos: referenciar eventos ou proposições sobre os quais recaem uma qualificação subjetiva do falante” (GONÇALVES, 2012, p. 106).

Achamos coerente atribuir essa função, apresentada por Gonçalves para o complexo oracional de que participam as orações subjetivas, a todos os complexos oracionais formados a partir de uma pseudorrelativa modalizadora, tendo estas como argumento orações subjetivas ou objetivas. Em sendo assim, a nosso ver, as orações pseudorrelativas modalizadoras qualificam subjetivamente os eventos ou proposições referenciadas nas orações completivas, sejam estas subjetivas (ocupando a posição de argumento 1) ou objetivas diretas (ocupando a posição de argumento 2). Vejamos:

- (235) *Em lhes dando para serem formosas, não há mais originais figuras do que essas raparigas de olhos límpidos e pestanas longas, mulheres **que parece haverem sido tiradas do mármore** (...) (p. 85) (LO-BNP)*
- (226) *Talvez isto seja razão, - pretexto pelo menos, - para condecorar o neto e filho, **que alguns dizem ser um literato e um escritor distinto**. (p. 13) (LO-BNP)*

Nos dois exemplos retomados, temos a oração completiva na *forma reduzida*: em (235), ocupando a posição de argumento 1; e, em (226), a posição de argumento 2. Entretanto, nos dois casos, o Falante faz referência a uma proposição e a um conteúdo comunicado, respectivamente, sobre os quais incide uma qualificação modal do falante.

b.4) Compartilhamento de traços entre a oração pseudorrelativa modalizadora e a oração completiva

Ainda investigando o nível de integração entre a oração pseudorrelativa modalizadora e a oração completiva, examinamos o *entrelaçamento das duas orações*. Do

ponto de vista semântico, isso se refere ao compartilhamento de traços do significado das orações interligadas e conseqüente não-explicitação de elementos sintáticos comuns. Em outras palavras, verifica-se se, entre as orações presentes na construção pseudorrelativa modalizadora, há ou não sujeito correferencial; assim como se os tempos e os modos verbais dessas orações são equivalentes. A escala prevê que a ocorrência de sujeitos correferenciais e a equivalência modo-temporal levam à dessentencialização da oração subordinada, uma vez que ela se torna mais integrada/entrelaçada. Portanto, quando as orações compartilham traços em comum (mesmo sujeito ou mesmos tempos e modos verbais), evidencia-se uma integração semântico-pragmática maior.

Nessa investigação, almejamos responder a seguinte pergunta:

- As orações que compõem a construção pseudorrelativa modalizadora compartilham traços em comum?

Nesta seção, observamos o primeiro critério referente ao compartilhamento de traços entre as orações interligadas: *a correferencialidade dos sujeitos*. Na seção seguinte, analisamos o segundo: a equivalência modo-temporal.

Nossa hipótese previa que as orações presentes na estrutura pseudorrelativa modalizadora não compartilhariam traços em comum, portanto, não apresentariam sujeitos correferenciais, uma vez que a oração completiva é o alvo da avaliação subjetiva do falante, logo, os eventos ou proposições das orações pseudorrelativa modalizadora e completiva teriam seu próprio arranjo argumental.

A tabela a seguir nos traz os dados concretos para discussão.

Tabela 13 - Compartilhamento de traços semânticos entre as orações pseudorrelativa modalizadora e completiva

		Ocorrências	Percentagem (%)
Compartilhamento	Sujeito não-correferencial	53	96,4
	Sujeito correferencial	2	3,6
	Total	55	100,0

Em total concordância com a nossa hipótese, apresentam-se os dados referentes ao entrelaçamento das orações pseudorrelativa modalizadora e completiva. Em 96,4% dos casos encontrados (53/55), as orações presentes na construção pseudorrelativa modalizadora não

compartilham traços semânticos, por conseguinte, apresentam *sujeitos não-correferenciais*. Retomamos os seguintes exemplos para reflexão:

- (204) *...mas é um hábito **que eu acho que seria...** **que eu acho que é muito saudável...** é você colocar frutas de manhã no café...* (DID – RJ 328: 310-315)
- (206) *Estes casos, **que tanto se dão com as mulheres como com os homens, provam apenas que um dos cônjuges, quer dizer, um dos contratantes, faltou ao seu dever moral e de solidariedade, não para com o outro, mas para com os filhos que todos sabem que ambos tinham o dever de criar e educar.*** (p. 112) (MCD – BNP)
- (211) *qual o tipo de filme **que a senhora acha que é mais bem aceito pelo público?*** (NURC – DID – SP 234: 615 – 620)
- (218) *Quem dirá **que não foi por extrema piedade que, em maio de 1836, como consta de um officio do administrador do 1º julgado da capital, desapareceu a magnífica Cruz, (...), **que dizem ter de valor vinte a trinta mil crusados.***** (p. 52) (AI-BNP)

Em todos esses exemplos, assim como na grande maioria encontrada em nossos dados, não há correferencialidade entre sujeitos da oração pseudorrelativa modalizadora e da oração completiva. Isso constitui um fator determinante para propor haver uma baixa integração semântico-pragmática entre essas sentenças, dado que, segundo os critérios de Lehmann (1988), o compartilhamento de traços semânticos entre duas sentenças ocasiona a dessentencialização da oração subordinada e sua consequente integração e entrelaçamento, conforme já expusemos nesta seção.

Acreditamos que essa não-correferencialidade justifica-se pela função que cumprem os complexos oracionais formados a partir de uma pseudorrelativa modalizadora: elas qualificam subjetivamente os eventos ou proposições referenciadas nas orações completivas, conforme já expusemos na seção anterior. Isso se comprova nos exemplos retomados para ilustração. Em todos eles, apresentam-se os sujeitos das orações pseudorrelativas modalizadoras como os responsáveis pelo conteúdo do comentário subjetivo veiculado na oração completiva. Em (204), é o próprio Falante que qualifica “um hábito” como sendo “muito saudável” (proposição veiculada pela oração completiva), concretizando-se, desta maneira, a *modalidade epistêmica*, nos termos de Hengeveld e Mackenzie (2008). Essa qualificação pode ser atribuída tanto ao falante como a terceiros, sejam estes específicos ou não, correspondendo

ao que na GDF chama-se de *evidencialidade genérica*, como no caso do exemplo em (206), em que temos o sujeito “todos” como argumento 1 do predicado “sabem”, equivalendo-se a um conhecimento comum compartilhado entre os membros dessa comunidade. No exemplo em (211), o falante atribui ao sujeito “a senhora” a responsabilidade de qualificar como “mais bem aceito pelo público” um determinado “tipo de filme” (proposição veiculada pela oração completiva, tem-se, portanto, sujeitos não-correferenciais também). Por fim, no exemplo em (218), temos, mais uma vez, o registro de que o Falante atribui a outrem a responsabilidade da qualificação expressa na oração completiva, neste caso, um exemplo claro de *evidencialidade reportativa* não específica, já que o falante faz uso de um sujeito indeterminado como argumento 1 do predicado “dizem” para apresentar o conteúdo comunicado “a magnífica Cruz tem de valor vinte a trinta mil cruzados”.

Os dois únicos casos em que ocorreram sujeitos correferenciais são os seguintes:

- (246) *Em fim tal occasiã dà, não fomite o que ajuda a peccar, como o que dà espada à quelle que lha pede para ir matar a outro, mas taõbem o que sem causa justa faz, ou pede alguma coufa, **com a qual sabe, que (o que sem causa justa)**²⁴⁵ dà materia a outro de peccar, como faz, o q~ pede dinheiro emprestado ao onzeneiro, ou o q~ em dia de jejũ oferece de comer, ao que sabe que he obrigado a jejuar. (p. 87) (BMAC-BNP)²⁴⁶*
- (220) *A resistencia dos povos, essa resistencia, **que só com estrangeiros (vós) confessaes que (vós)**²⁴⁷vencestes, estava justificada (...)* (p. 41) (AI-BNP)

Nos dois exemplos, temos os sujeitos correferentes entre a oração pseudorrelativa modalizadora e a oração completiva: no exemplo em (246), temos os sujeitos das formas verbais “sabe” e “dà materia” em 3ª. pessoa do singular, constituindo o mesmo referente; ao passo que, no exemplo em (220), os sujeitos das formas verbais “confessaes” e “vencestes” está em 2ª pessoa do plural. Em casos como esses, a natureza da integração torna-se maior, evidenciando a construção como ainda mais (inter)subjativa.

²⁴⁵ Repetição nossa para explanação.

²⁴⁶ Traduzido para o português contemporâneo: *Em fim tal ocasião dá, não somente o que ajuda a pecar, como o que dá espada àquele que lha pede para ir matar a outro, mas tão bem o que sem causa justa faz, ou pede alguma coisa, com a qual sabe, que (o que sem causa justa)²⁴⁶ dá matéria a outro de pecar, como faz, o que pede dinheiro emprestado ao onzeneiro, ou o que em dia de jejum oferece de comer ao que sabe que é obrigado a jejuar.*

²⁴⁷ Colocação pronominal nossa.

b.5) Equivalência Modo-Temporal entre os verbos da oração pseudorrelativa modalizadora e da oração completiva

O terceiro critério de observação quanto ao nível de integração entre as orações pseudorrelativa modalizadora e completiva – o segundo no que se refere ao *entrelaçamento das duas orações* – diz respeito à equivalência modo-temporal entre os verbos das duas orações em relação.

Nosso objetivo, com essa investigação, é esclarecer a seguinte questão:

- As orações presentes no complexo oracional pseudorrelativo modalizador apresentam equivalência modo-temporal entre os verbos?

Essa observação permite que examinemos o nível de integração entre as orações presentes na construção pseudorrelativa modalizadora: se há equivalência entre os tempos e os modos verbais das duas orações, há indícios de integração forte; caso contrário, integração fraca.

Nossa hipótese presumia que as orações presentes na construção pseudorrelativa modalizadora não apresentariam equivalência modo-temporal entre seus verbos. Acreditávamos nisso pelo mesmo motivo exposto na seção anterior, que tratou da observação da correferencialidade entre os sujeitos: uma vez que a oração completiva é o alvo da avaliação subjetiva do falante das orações pseudorrelativa modalizadora e completiva, estas teriam seu próprio arranjo argumental; significa dizer que cada uma delas apresenta-se como autônoma ou independente uma da outra com referência à linha do tempo.

A tabela a seguir traz os dados para discussão.

Tabela 14 - Equivalência modo-temporal entre os verbos das orações pseudorrelativa modalizadora e completiva

		Ocorrências	Porcentagem (%)
Equivalência	Não-equivalentes	33	60,0
	Equivalentes	22	40,0
	Total	55	100,0

Em concordância com a nossa hipótese, os dados mostram que as orações pertencentes ao complexo oracional caracterizado de pseudorrelativa modalizadora *não*

apresentam equivalência modo-temporal entre seus predicados, o que se confirmou em 60% das ocorrências registradas para análise (33/55). Mais uma vez, fica evidente que as orações presentes na construção pseudorrelativa modalizadora não compartilham traços semânticos, o que sugere uma baixa integração semântico-pragmática, logo, um fraco entrelaçamento entre as duas orações interligadas.

Os exemplos a seguir nortearão a interpretação desse resultado.

- (247) *Estes objectos, amoedados e vendidos na casa da moeda, vieram a produzir (tudo segundo os mappas) a quantia de 145:305\$294 réis, exceptuando um certo numero de alguns delles, que **DIZEM** (estes mappas) **foram guardados EM DEPOSITO** como peças de primoroso trabalho raras, historicas, ou celebres por sua antiguidade.* (p. 51) (AI-BNP)²⁴⁸.
- (248) *A urbanite aguda, de que fatalmente sofrem todas as sociedades num momento dado do seu desenvolvimento material, combate-se pela educação, que hoje os povos mais ponderados **preferem que se faça no campo ou nos pequenos meios urbanos**, (...)* (p. 110) (MC-BNP)

Os exemplos apresentados demonstram a *não equivalência modo-temporal* entre os predicados das orações presentes no complexo oracional pseudorrelativo modalizador. Conforme já explanamos, esse resultado deduz uma baixa integração semântico-pragmática entre as orações interligadas, conseqüentemente, um fraco entrelaçamento. Essa constatação indica que os eventos ou proposições das orações pseudorrelativa modalizadora e completiva revelam compor seu próprio arranjo argumental, ou seja, cada evento ou proposição expresso nas orações interligadas apresenta-se como autônomo ou independente um do outro com referência à linha do tempo.

Embora em maior número de ocorrências, a *não equivalência modo-temporal* entre os predicados das orações presentes na construção pseudorrelativa modalizadora não constitui um fator determinante, já que a diferença no número de ocorrências foi apenas de 11/55. Em 40% dos dados (22/55), encontramos equivalência modo-temporal entre os verbos das orações

²⁴⁸ Traduzido para o português contemporâneo: *Estes objetos, amoedados e vendidos na casa da moeda, vieram a produzir (tudo segundo os mapas) a quantia de 145:305\$294 réis, excetuando um certo número de alguns deles, que **DIZEM** (estes mapas) **foram guardados EM DEPOSITO** como peças de primoroso trabalho raras, históricas, ou celebres por sua antiguidade.*

interligadas no complexo da pseudorrelativa modalizadora, como nos revelam os exemplos a seguir:

- (249) *Esse gesto, que se deve tomar na sua verdadeira significação de civismo e ânsia inquieta duma nova acção, **que ela, tem a certeza, que a raça ha de realizar partindo do seu solo sagrado para uma nova e mais equilibrada acção expansiva e dirigente, (...)** (p. 29) (MC-BNP)*
- (250) *eu não acho a:: não acho assim que eles ... aplaudem:: não sei eu tenho impressão que que o público vai ao teatro e não não não... não tem eh eh que eu notei que aplaudiam muito quando eu te falei da peça do Hair e do Roda Viva foi uma uma das peças **que MAIS eu achei que o público aplaudiu foram as duas agora** (NURC-DID-SP 234: 114 – 120)*

A equivalência modo-temporal significa uma maior integração semântico-pragmática entre as orações presentes em um complexo oracional. Em nossos dados, a maioria das ocorrências não apresenta essa equivalência, porém a diferença no número de dados não é tão significativa a ponto de se afirmar categoricamente que este é um fator determinante.

b.6) Grau de Explicitude entre a oração pseudorrelativa modalizadora e a oração completiva

Para finalizar a análise do nível de integração entre a oração pseudorrelativa modalizadora e a oração completiva, examinamos o grau de explicitude entre elas, que se relaciona à *presença* (síndese) ou *ausência* (assíndese) *de um conectivo entre as orações*.

Nossa pretensão com essa investigação é responder o seguinte questionamento:

- As orações pseudorrelativa modalizadora e completiva se interligam por meio de conectivo?

Segundo Lehmann (1988), o uso explícito e independente de recursos (conectivos) para a articulação de orações está correlacionado a uma integração semântico-pragmática mínima, ao passo que a não-explicitação de tais conectivos representa uma integração máxima, ou seja, um indício de gramaticalização da construção em análise.

Nossa hipótese julgava que as orações presentes no complexo oracional de pseudorrelativas modalizadoras interligavam-se pela presença de um conectivo, indicando, portanto, baixa integração semântico-pragmática.

A tabela 15 nos apresenta os dados que nos guiam na interpretação dos resultados.

Tabela 15 – Grau de Explicitude da ligação entre a oração pseudorrelativa modalizadora e a oração completiva

		Ocorrências	Porcentagem (%)
Grau de explicitude	Presença	40	72,7
	Ausência	15	27,3
	Total	55	100,0

Em concordância com nossa hipótese, os dados mostram que as orações presentes no complexo oracional da pseudorrelativa modalizadora interligam-se pela *presença de um conectivo*, em todos os casos, da conjunção integrante “que”, conferindo o estatuto de subordinada à oração subsequente à pseudorrelativa modalizadora. Em nossos dados, 72,7% (40/55) das ocorrências apresentaram a presença do conectivo em oposição a 27,3% (15/55). A seguir, retomamos para ilustração algumas dessas ocorrências:

- (215) *O:: Carlitos conseguiu comer um par de sapatos né?... mas comer a:: a imagem na pedra ia ser bem mais difi/ precisava de dentes MUIto mais fortes **que eu acho que não havia não...**(EF SP 141: 225 – 235)*
- (217) *... ela põe o TAMPO:: **que ela sabe que existe...** (NURC – EF – SP 141: 345 – 350)*

Nesses dois exemplos retomados em (215) e em (217), temos o conectivo **que** interligando as orações presentes no complexo oracional da pseudorrelativa modalizadora. Isso ocorreu em mais de 70% dos casos, o que é forte indício para afirmar que essas orações têm baixa integração semântico-pragmática²⁴⁹. Em apenas 27% das ocorrências, houve a ligação sem a presença de um conectivo, tais como as que seguem:

²⁴⁹ Atribuímos como “baixa” integração levando em consideração a integração sem a presença de um conectivo, que é claramente maior. Entretanto, a oração completiva é encaixada. Só por isso (nível sintático em que se encontra essa oração) já se lhe confere alto nível de integração.

- (241) *O pobre diabo **que me dizem** (\emptyset)²⁵⁰ **ser um devasso porco**, estava baldo ao naipe. (p. 28) (LO – BNP)*
- (245) *eu acho que as pessoas estão mesmo a voltar para coisas **que nós já vimos** (\emptyset)²⁵¹ **os nossos pais fazer** (SV-CLUL)*

Conforme podemos observar, em ambos os exemplos, não há um conectivo interligando as duas orações: a pseudorrelativa modalizadora e a completiva. É interessante notar que a ausência desse conectivo acontece, mais prototipicamente, quando temos a completiva em forma reduzida, quando, pelos critérios de Lehmann, configura-se uma maior integração semântico-pragmática entre duas orações. Esse parece ser um parâmetro morfossintático que restringe o uso do conectivo, pois, somente em 1 (um) dos casos com oração reduzida, houve a presença de um conectivo, o qual se exemplifica a seguir:

- (242) (...) *mas esses devem sêr considerados criaturas tão ignobeis que numa sociedade moraisada ninguem os devia receber como honrados e nenhum emprego se lhes devia confiar, porque não sabendo cumprir a sua estricta obrigação para com o sêr indefêso **que tomaram a responsabilidade de fazer viver**, muito menos saberão cumprir outras obrigações. (p. 119) (MCD-BNP)²⁵²*

No exemplo retomado em (242), temos a preposição **de** conectando as duas orações do complexo oracional em que se apresenta a oração pseudorrelativa modalizadora. Entretanto, é preciso que se atente para o fato de que a oração subordinada **de fazer viver** ocupa posição argumental do predicado nominal **responsabilidade**, e não do predicado verbal **tomaram**. Neste caso, a preposição é exigida pelo nome regente, por isso, ela encabeça a oração²⁵³.

Para melhor observar essa relação entre presença de conectivo e forma na qual se manifesta a oração completiva, apresentamos a tabela a seguir:

²⁵⁰ Inserção de símbolo nossa.

²⁵¹ Inserção de símbolo nossa.

²⁵² Já traduzido anteriormente.

²⁵³ Ainda assim, estamos diante de uma oração encaixada/completiva, uma vez que se podem considerar orações encaixadas aquelas que ocupam posição argumental de um predicado, seja este verbal, nominal, adjetival, ou seja, cujo núcleo seja um verbo, um nome, ou um adjetivo (GONÇALVES, 2012, p. 100). No caso do exemplo em (255), temos a oração encaixada “fazer viver” assumindo a posição de argumento do predicado nominal “responsabilidade”.

Tabela 16 Grau de explicitude da ligação x Forma da oração completiva

		Forma da oração completiva		Total
		Desenvolvida	Reduzida	
Grau de explicitude da ligação	Presença	39	1	40
	Ausência	7	8	15
Total		46	9	55

Em todos os casos com oração completiva na forma reduzida, com exceção do exemplo já explicado em (242), a conexão entre as orações do complexo oracional no qual se insere a pseudorrelativa modalizadora faz-se na ausência de um conectivo. Como já expusemos há pouco, esse parece ser um parâmetro morfossintático que restringe o uso do conectivo: quando a oração completiva, na posição argumental de um predicado verbal, surge na forma reduzida, dispensa-se o uso de um conectivo.

Em que pese o nível sintático da oração encaixada dentro de uma relativa, todos os demais resultados mostram uma baixa integração semântico-pragmática entre as orações presentes na construção pseudorrelativa modalizadora. Isso evidencia que, nas estruturas pseudorrelativas modalizadoras, as orações matriz e encaixada tendem a codificar conceptualmente conteúdos autônomos: a primeira – a oração que traz o predicado modal, portanto, a pseudorrelativa modalizadora – apresenta uma qualificação subjetiva do sujeito em relação à proposição ou ao estado-de-coisas descrito na completiva. Entretanto, em relação ao nível sintático, o grau de integração da completiva é alto, pois ela está dentro da pseudorrelativa modalizadora em posição argumental.

b.7) Localização da oração pseudorrelativa modalizadora em relação à oração nuclear

Finalizando a observação do nível de integração no complexo oracional em que se insere a oração pseudorrelativa modalizadora, apresentamos o critério que analisa o nível sintático do constituinte ao qual a oração pseudorrelativa modalizadora se vincula.

Para avaliar esse parâmetro, observamos a localização da oração pseudorrelativa modalizadora em relação à oração em que se encontra o antecedente: (i) à margem da oração e (ii) dentro da oração. Segundo os princípios de Lehmann, quanto mais encaixada, portanto, dentro da oração complexa, mais forte é a integração, resultando em um alto entrelaçamento das duas orações e, assim, mais gramaticalizada é a construção.

Pretendemos, com essa observação, explicar a seguinte questão:

- Qual a localização da oração pseudorrelativa modalizadora em relação à oração onde se encontra o antecedente/referente?

Nossa hipótese considerava que as orações pseudorrelativas modalizadoras situar-se-iam, mais frequentemente, à margem da oração onde se encontra o antecedente, permanecendo, deste modo, a progressão temática linear, conforme apresenta Combettes (1977).

A tabela a seguir revela a frequência relativa à localização da oração pseudorrelativa modalizadora.

Tabela 17 - Localização da oração pseudorrelativa modalizadora

		Ocorrências	Porcentagem (%)
Localização	À margem da Or. Nuclear	47	85,5
	Dentro da Or. Nuclear	8	14,5
	Total	55	100,0

Em total conformidade com nossa hipótese, apresentam-se os dados referentes à localização da oração pseudorrelativa modalizadora em relação à oração onde se encontra o antecedente. Mostraram-se mais produtivas as orações pseudorrelativas que se situam no final da frase em comparação com as que se situam no meio. Confirmando-se em mais de 85% (47/55) das ocorrências, temos esse padrão registrado a seguir:

(215) *O:: Carlitos conseguiu comer um par de sapatos né?... mas comer a:: a imagem na pedra ia ser bem mais difi/ precisava de dentes MUIto mais fortes que eu acho que não havia não...(EF SP 141: 225-235)*

(230) *31. Se comeu coufas, que sabia lhe haviaõ de fazer muito mal. (p. 94) (BMAC-BNP)²⁵⁴*

De acordo com essa hipótese da posição da oração relativa em relação à principal, comprovamos que as orações pseudorrelativas modalizadoras, tais como as ilustradas em (215)

²⁵⁴ Já traduzido anteriormente.

e (230), foram mais produtivas em nossos dados do que as que se colocam no meio da frase, tal como os exemplos a seguir:

- (220) *A resistencia dos povos, essa resistencia, **que só com estrangeiros confessaes que vencestes**, estava justificada (...)* (p. 41) (AI-BNP)
- (241) *O pobre diabo que me dizem ser um devasso porco, estava baldo ao naipe.* (p. 28) (LO – BNP)

Isso se deve ao fato de que, quanto mais ao final se situar, mais produtiva e recorrente se torna a oração relativa, no caso, a oração pseudorrelativa modalizadora, já que ela, nesse caso, servirá, em posição remática, no desenvolvimento da informação. Em outras palavras, isso reforça a natureza remática de uma oração relativa, pois como o referente vai sendo construído ao longo da argumentação, quanto mais à margem, mais fácil o acompanhamento do interlocutor na identificação desse referente. Em se tratando da verificação do nível de integração entre essas duas orações, podemos dizer que este é um fator determinante, pois indica uma baixa integração entre essas orações, constituindo forte evidência de que essa construção não se encontra em estágio de gramaticalização.

6.3 Síntese conclusiva

Neste capítulo, nosso objetivo foi apresentar os resultados concernentes à observação das orações pseudorrelativas modalizadoras encontradas em nosso *corpus* de ocorrências. Para isso, correlacionamos os aspectos sintáticos, semânticos, pragmáticos e interacionais, utilizando como categorias de análise os conceitos relativos aos níveis Interpessoal, Referencial e Morfossintático, apresentados na Gramática Discursivo-Funcional. Procedemos à análise a partir de duas perspectivas: do antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora; e (ii) da oração pseudorrelativa modalizadora propriamente dita.

Iniciamos a análise com a observação dos aspectos contextuais-interacionais: *Modalidade da língua e Sincronia em que se encontra registrada a amostra textual*. Os resultados mostram que a construção pseudorrelativa modalizadora teve maior ocorrência em **textos escritos e contemporâneos**, ou seja, do Século XX, posteriores a 1950. Entretanto, fazemos a ressalva de que o volume textual pesquisado em cada modalidade linguística não foi o mesmo, já que, em questão de número de páginas, os textos escritos têm volume bem mais extenso. Contudo, nosso maior interesse, com a investigação das modalidades da língua e da

sincronia, era atestar se esse tipo de construção pode ser encontrado em ambas as variedades e se só temos registro dele em tempos mais recentes de estágio de língua. Confirmamos termos encontrado registro de orações pseudorrelativas modalizadoras em todos os textos que serviram para compor nosso *corpus* de ocorrências, assim como nos textos registrados em tempos mais remotos de nossa língua.

Com relação à investigação das categorias pragmáticas relacionadas ao antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora, investigamos em que tipo de *Ilocução* se encontra este antecedente e em que tipo de *Subato* se apresenta. Como resultado, identificamos que, em uma *Ilocução* declarativa, pragmaticamente, apresentando-se como **Subato de Referência**, em geral, numa referência construtora, revela-se o antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora. Isso parece revelar que as orações pseudorrelativas modalizadoras têm a função de manifestar um comentário do falante no contexto de uma declaração de informação sobre determinado assunto. Assim sendo, tendem a aparecer quando o falante intenciona, na construção ou na identificação do referente discursivo, manifestar um comentário subjetivo ou revelar um (des)comprometimento com o conteúdo que está enunciando.

Correlacionando as categorias semântica e sintática, investigamos a que *Classe Semântica* pertence a entidade construída com a modificação de uma oração pseudorrelativa modalizadora e que *Função Sintática* exerce na oração em que se encontra. Os dados mostram que o antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora, caracteriza-se, preferencialmente, como uma entidade semântica do tipo **Indivíduo**, que exerce, especialmente, a função sintática de **Objeto Direto**. Isso parece evidenciar que a intenção comunicativa do falante em usar uma oração pseudorrelativa modalizadora é compartilhar com o interlocutor a identificação de um determinado ser, que constitui, em geral, uma informação nova, que será construída na mente do interlocutor.

Com relação à observação das categorias semântico-pragmáticas relacionadas às orações pseudorrelativas modalizadoras propriamente ditas, investigamos o *Domínio Modal* do predicado da oração pseudorrelativa modalizadora, assim como a *Natureza Semântico-Pragmática da oração completiva*. Os dados revelam que nossa construção pseudorrelativa modalizadora, compõe-se por um predicado de domínios modais tanto **Evidencial** como **Epistêmico**, e abriga como um de seus argumentos uma oração completiva de natureza **Conteúdo Proposicional**. Isso reforça o que dissemos anteriormente, parece que o falante intenciona, na construção ou na identificação do referente discursivo, manifestar um comentário subjetivo ou revelar um (des)comprometimento com o conteúdo que está enunciando. Assim sendo, revela a fonte da informação veiculada através do uso de um predicado verbal de

domínio evidencial, que abriga em seu arranjo argumental uma oração completiva de natureza conteúdo proposicional, ou seja, uma opinião ou idéia que se constitui nas faculdades mentais do falante.

Por fim, com relação à observação das categorias sintáticas, procuramos investigar o nível de integração entre as orações que compõem nosso objeto de pesquisa. Primeiramente, investigamos que *Função Sintática* desempenha, na oração completiva, o termo correferente ao antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora. Constatamos que o termo correferente ao antecedente exerce, primordialmente, a função sintática de **Sujeito Pré-verbal**. Supomos que isso se deva ao fato de que, como na oração principal ele funciona como *objeto direto*, correspondendo à informação nova, foco da intenção comunicativa do falante, na oração completiva, ele se torna o *tema*, ou seja, o ponto de partida que enuncia o que é conhecido pelo interlocutor, já que, agora, ele não é mais informação nova. Para desenvolver o mesmo tópico, que vem desde a função de objeto direto do verbo da oração dita principal, o falante o retoma na oração completiva como sujeito, o que caracteriza, nos termos de Combettes (1977), uma tematização linear.

Na observação do nível de integração entre as orações do complexo oracional que abriga a oração pseudorrelativa modalizadora, investigamos seis aspectos: (i) se há ou não presença de pausa entre o antecedente e a oração pseudorrelativa modalizadora; (ii) em que forma se apresenta a oração completiva; (iii) se há ou não compartilhamento de traços entre a oração pseudorrelativa modalizadora e a oração completiva (correferencialidade do sujeito); (iv) se há ou não equivalência modo-temporal entre os verbos da oração pseudorrelativa modalizadora e da oração completiva; (v) se há ou não presença de conectivo entre a oração pseudorrelativa modalizadora e a oração completiva; (vi) onde se localiza a oração pseudorrelativa modalizadora em relação à oração nuclear (onde se encontra o antecedente). Os dados mostram que a oração completiva se apresenta na forma **Desenvolvida**, ligando-se ao antecedente com ou sem pausa (o que não se mostrou um fator determinante, visto que os dados mostraram serem produtivas as construções **com e sem pausa**); quanto ao nível de integração entre a nossa construção e a oração completiva, conferimos que elas apresentam **Sujeitos não-correferenciais, Tempo e Modo verbais não-equivalentes, e Presença de conectivo**, o que caracteriza baixo nível de integração. Por fim, com relação ao nível de integração entre a nossa construção e a Oração Nuclear, atestamos que ela tem, quase que exclusivamente, **Localização à margem da Oração Nuclear**, o que se revela um fator condicionante.

Em virtude do exposto, a descrição apresentada nesta tese revela um dos principais pressupostos teóricos do Funcionalismo linguístico: o de que uma análise deve privilegiar a

correlação entre os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos. Com esse objetivo, apresentamos a análise das orações pseudorrelativas modalizadoras encontradas em nosso *corpus* de ocorrências.

7 CONCLUSÃO

Adotando um suporte teórico funcionalista, que busca a integração dos aspectos sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos, procuramos analisar o fenômeno designado aqui de *oração pseudorrelativa modalizadora*.

Em um primeiro momento, investigamos se tal construção é contemplada nas gramáticas de abordagens tradicional, estruturalista e gerativista. Constatamos que, à exceção de Dias (1918), Pereira (1952) e Bechara (1999), nenhuma outra gramática apresenta o tema que é objeto de estudo deste trabalho. A abordagem estruturalista aproxima as orações relativas das apositivas. E a abordagem gerativista sugere que as orações relativas ocorrem por meio de regras transformacionais. Tal explicação não encontra aqui respaldo, pois assumimos a postura de que soluções interpretativas de cunho transformacional para mudança de estruturas são, a nosso ver, arbitrárias e abstratas demais em relação aos fatos linguísticos.

Em um segundo momento, apresentamos a teoria que nos serviu de base na análise dos dados encontrados nos textos que serviram para a composição de nosso *corpus*. Elegemos a Gramática Discursivo-Funcional (GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008), como fundamentação teórica para a interpretação dos dados. Por isso, no capítulo IV, fazemos uma explanação detalhada da arquitetura da GDF.

Em seguida, apresentamos a metodologia utilizada para a constituição do *corpus* de ocorrências, a coleta dos dados, a definição dos parâmetros de análise e a utilização do programa computacional na quantificação e no cruzamento das ocorrências.

Por fim, procedemos à análise das ocorrências, levando-se em consideração a inter-relação entre os aspectos sintáticos, semânticos, pragmáticos e contextuais que caracterizam o uso das orações pseudorrelativas modalizadoras.

Iniciamos a análise com a observação dos aspectos contextuais: modalidade da língua e sincronia em que se encontra registrada a amostra textual. Os resultados mostram que a construção pseudorrelativa modalizadora teve maior ocorrência em textos escritos e contemporâneos, ou seja, do Século XX, posteriores a 1950. Entretanto, fazemos a ressalva de que o volume textual pesquisado em cada modalidade linguística não foi o mesmo, tendo em vista que os textos escritos têm volume textual bem mais extenso. Contudo, nosso maior interesse, com a investigação das modalidades da língua e da sincronia, era atestar se esse tipo de construção pode ser encontrado em ambas as variedades e se só temos registro dele em estágios mais recentes da Língua Portuguesa. Confirmamos o registro de orações

pseudorrelativas modalizadoras em todos os bancos de dados que serviram para compor nosso *corpus* de ocorrências.

Com relação à investigação das categorias pragmáticas relacionadas ao antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora, investigamos em que tipo de Ilocução se encontra este antecedente e em que tipo de Subato se apresenta. Como resultado, identificamos que o antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora ocorre, em geral, em uma Ilocução Declarativa, sendo um Subato de Referência utilizado numa referência construtora. Isso parece revelar que as orações pseudorrelativas modalizadoras têm, em geral, a função de manifestar um comentário do falante no contexto de uma declaração de informação sobre determinado assunto. Assim sendo, tendem a aparecer quando o falante intenciona, na construção da identidade de um referente discursivo, manifestar um comentário subjetivo e revelar seu (des)comprometimento com o conteúdo que está enunciando.

Correlacionando as categorias semânticas e sintáticas, investigamos a que classe semântica pertence a entidade construída com a modificação de uma oração pseudorrelativa modalizadora e que função sintática exerce na oração em que se encontra. Os dados mostram que o antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora, caracteriza-se, preferencialmente, como uma entidade semântica do tipo Indivíduo, que exerce, especialmente, a função sintática de objeto direto. Isso parece evidenciar que a intenção comunicativa do falante ao usar uma oração pseudorrelativa modalizadora é compartilhar com o interlocutor um atributo de uma determinada entidade, que constitui, em geral, uma informação nova, que será construída na mente do interlocutor.

Com relação à observação das categorias semântico-pragmáticas relacionadas às orações pseudorrelativas modalizadoras propriamente ditas, investigamos o domínio modal do predicado da oração pseudorrelativa modalizadora, assim como a natureza semântico-pragmática da oração completiva. Os dados revelam que a construção pseudorrelativa modalizadora compõe-se por um predicado dos domínios modais evidencial ou epistêmico, e abriga, como um de seus argumentos, uma oração completiva com natureza de conteúdo proposicional. Isso reforça o que dissemos anteriormente sobre a intenção do falante de modalizar um conteúdo que supostamente é relevante para a construção ou identificação do referente discursivo, por meio de um comentário subjetivo que produz, em regra, efeito de (des)comprometimento com esse conteúdo que está enunciando. Por vezes, utiliza a pseudorrelativa para revelar a fonte da informação veiculada por meio do uso de um predicado de natureza evidencial, que abriga em seu arranjo argumental uma oração completiva de natureza conteúdo proposicional.

Por fim, com relação à observação das categorias sintáticas, procuramos investigar o nível de integração entre as orações que compõem nosso objeto de pesquisa. Primeiramente, investigamos que função sintática desempenha, na oração completiva, o termo correferente ao antecedente da oração pseudorrelativa modalizadora. Constatamos que o termo correferente ao antecedente exerce, mais frequentemente, a função sintática de sujeito pré-verbal. Supomos que isso se deva ao fato de que, como, na oração dita *principal*, ele funciona como objeto direto, correspondendo a uma informação nova, foco da intenção comunicativa do falante, na oração completiva, ele se torna o *Tema*, ou seja, o ponto de partida da oração que, em geral, enuncia o que é conhecido pelo interlocutor, já que, agora, ele não é mais informação nova. Para desenvolver o mesmo tema, que vem desde a função de objeto direto do verbo da oração principal, o falante o retoma na oração completiva como sujeito, o que caracteriza, nos termos de Combettes (1977), uma tematização linear.

Na observação do nível de integração entre as orações do complexo oracional que abriga a oração pseudorrelativa modalizadora, investigamos seis aspectos: (i) se há ou não presença de pausa entre o antecedente e a oração pseudorrelativa modalizadora; (ii) em que forma se apresenta a oração completiva; (iii) se há ou não compartilhamento de traços entre a oração pseudorrelativa modalizadora e a oração completiva (correferencialidade do sujeito); (iv) se há ou não equivalência modo-temporal entre os verbos da oração pseudorrelativa modalizadora e da oração completiva; (v) se há ou não presença de conectivo entre a oração pseudorrelativa modalizadora e a oração completiva; (vi) onde se localiza a oração pseudorrelativa modalizadora em relação à oração nuclear (onde se encontra o antecedente). Os dados apontam que a oração completiva se apresenta na forma desenvolvida, ligando-se ao antecedente com ou sem pausa (o que não se mostrou um fator determinante, visto que os dados mostraram serem produtivas as construções com e sem pausa); quanto ao nível de integração entre a nossa construção e a oração completiva, conferimos que elas apresentam sujeitos não correferenciais, tempo e modo verbais não equivalentes, e presença de conectivo, o que caracteriza baixo nível de integração. Por fim, com relação ao nível de integração entre a construção e a oração principal em que ela se insere, atestamos que ela tem, quase que exclusivamente, localização à margem da oração nuclear.

Depois de analisados todos os dados, concluímos que o uso de uma oração pseudorrelativa modalizadora parece evidenciar a intenção comunicativa do falante em manifestar um comentário subjetivo ou revelar um (des)comprometimento com o conteúdo enunciado na construção ou na identificação do referente discursivo. Para isso, ele subverte a sintaxe da oração relativa canônica para introduzir esse comentário relacionado ao referente por

ele apresentado a seu ouvinte. Assim sendo, revela uma opinião ou ideia acerca desse referente discursivo, na intenção de se (des)comprometer assumindo-se, ou não, como fonte em relação a ela.

Entendemos que este estudo cumpriu seu objetivo, embora tenha se caracterizado muito mais pela dimensão descritiva do fenômeno que designamos como *pseudorrelativas modalizadoras*. Por essa razão, sentimo-nos motivados a analisar, de modo cada vez mais aprofundado, os aspectos relacionados às motivações ligadas à formulação e à codificação dessas construções em futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Napoleão Mendes. **Gramática metódica da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1985.
- BAGNO, Marcos. **Português ou brasileiro?** Um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola, 2001.
- BASTOS, W.A. **Relativização no Português do Brasil:** a sentença orientada para o discurso. 2008. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BECHARA, Eli; CAMACHO, Roberto. Estratégias de relativização nas variedades lusófonas. In: **Revista de Estudos linguísticos**, São Paulo, 40 (1): p. 183-195, jan.abr. 2011.
- BORBA, Francisco da Silva. **Dicionário de Usos do Português do Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.
- _____. **Introdução aos estudos linguísticos**. 11. ed. Campinas: Pontes, 2008.
- BRAME, M. **A new analysis of the relative clause:** evidence for an interpretive theory. MIT, Cambridge, Mass, 1968.
- CAMACHO, Roberto. A nominalização como estratégia de relativização. In: **Revista Estudos linguísticos**, São Paulo, 39 (1): p. 167-185, mai-ago 2010.
- CARONE, Flávia de Barros. **Morfossintaxe**. São Paulo: Ática, 2002.
- CASTILHO, Ataliba T. A gramaticalização. **Estudos linguísticos e literários**. UFBa. v. 19, 1997.
- CEGALLA, Domingos Pascoal. **Novíssima Gramática da língua portuguesa:** com numerosos exercícios. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.
- _____. Cognitive Constraints on Information. In: TOMLIN, R. **Coherence and Grounding in Discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1987.
- COMBETTES, B. Ordre des éléments de la phrase et linguistique du texte. In: **Pratiques**. Vol. 13, Metz, 1977.
- CHOMSKY, N. Conditions on Transformations. In: ANDERSON, S.R. e KIPARSKY, P. (eds.). **A Festschrift for Morris Halle, Holt, Reinhart and Winston**. New York: Inc, 1973.
- _____. **O conhecimento da língua, sua natureza, origem e uso**. Lisboa: Caminho, 1994. Tradução de Inês Duarte.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

DIAS, Augusto Epiphânio da Silva. **Syntaxe histórica portuguesa**. Lisboa: Livraria Clássica, 1918.

DIK, Simon C. **Functional Grammar**. Amsterdam: North-Holland, 1978.

_____. **The Theory of Functional Grammar**, vol. 1. ed by HENGEVELD (Kess). Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997a.

_____. **The Theory of Functional Grammar**, vol. 2. ed by HENGEVELD (Kess). Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997b.

DUCROT, O. Les topoi dans la “Théorie de l’argumentation dans la langue”. In: Plantin, C. (org.). **Lieux Communs, topoi, stéréotypes, clichés**. Paris : Éditions Kimé, 1993.

DU BOIS, J. W. Competing Motivations. In: HAIMAN, J. (ed.). **Iconicity in syntax**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1985.

GIVÓN, Talmy. **Functionalism and Grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

_____. **Syntax: an introduction**. Vol. 1. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001a.

_____. **Syntax: an introduction**. Vol. 2. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001b.

GONÇALVES, Sebastião, LIMA-HERNANDES, Maria C. e CASSEB-GALVÃO, Vânia C. (orgs). **Introdução à gramaticalização**. São Paulo: Parábola, 2007.

_____; CARVALHO, Cristina. Critérios de gramaticalização. In: **Introdução à gramaticalização**. São Paulo: Parábola, 2007.

GONÇALVES, Sebastião Carlos. Orações subjetivas e mudança de padrões na história do português. In: SOUZA, Edson Rosa de. **Funcionalismo linguístico: análise e descrição**. São Paulo: Contexto, 2012.

GUY, G. R; ZILLES, A. **Sociolinguística Quantitativa** – instrumental de análise. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HAIMAN, J. **Iconicity in Syntax**. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publish Company, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. Notes on transitivity and theme in English. Part I. **Journal of Linguistics**, v.3, n. 1, p. 37-81, 1967. Part II. **Journal of Linguistics**, v.3, n. 1, p. 199-244, 1967.

_____. Language structure and language function. In John Lyons (ed), **New Horizons in Linguistics**. Harmondsworth: Penguin Books, 1970.

_____. **An introduction to functional grammar**. London: Hodder Education, 2004.

HEINE *et al.* **Grammaticalization**: a conceptual framework. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

HENGEVELD, K. **Non-verbal predication**: theory, typology, diachrony. Berlin: Mouton de Gruyter, 1992.

_____.s. Mood and modality. In: BOOIJ, G.; LEHMANN C.; MUGDAN, J. (eds) **Morphology: A handbook on inflection and word formation**. v. 2. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004.

_____.; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

_____.: MACKENZIE, J. L. Gramática Discursivo-Funcional. In: SOUSA, E. R. de. **Funcionalismo Linguístico**: novas tendências teóricas. Sao Paulo: Contexto, 2012.

HOPPER, P. J. On some principles of grammaticacization. In: TRAUGOTT, Elizabeth C. e HEINE, Bern (eds.). **Approaches to grammaticalization**. Amsterdam: Jonh Benjamins, 1991.

_____.; TRAUGOTT, E. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KATO, Mary A. Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. (orgs) **Português brasileiro – uma viagem diacrônica**, Campinas: Unicamp, 1996.

_____ *et all.* As construções-Q no português brasileiro falado: perguntas, clivadas e relativas, pt III, p. 303-368, in KOCH, I. G. V. (org.). *Gramática do português falado*, vol. VI: desenvolvimentos. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

KAYNE, R. **Connectedness and binary branching**. Foris: Dordrecht, 1994.

KEENAN, E. L.; COMRIE, B. Noun phrase accessibility and universal grammar. **Linguistic Inquiry**, v. 8, p. 63-99, 1977.

KENEDY, Eduardo. **Aspectos estruturais da relativização em português**: uma análise baseada no modelo *raising*. Dissertação. (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística. UFRJ. Rio de Janeiro, 2002.

KIPARSKY, P. Historical linguistics. In: DINGWALL, W. (ed). **A survey of linguistics science**. College Park: University of Maryland, 1971.

KURY, Adriano da Gama. **Novas lições de análise sintática**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2011.

LABOV, W. The overestimation of functionalism. In: DIRVEN, R.; VILÉM, F. (eds.). **Functionalism in linguistics**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1987.

LEHMANN, C. **Thoughts on Grammaticalization**. A programmatic sketch. Colônia: Arbeiten des Kölner Universalien – Projekts 48, 1982.

_____. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, J. e THOMPSON, S. A.. **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1988.

LI, C. & THOMPSON, S. Subject and topic: a new typology of language. In LI, C. *Subject and topic*. New York: Academic Press, 1976.

LYONS, J.. **Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

_____. **Língua e linguagem**: uma introdução. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

LOBATO, Lúcia M. P. **Sintaxe gerativa do português**: Da teoria padrão à teoria da regência e ligação. Belo Horizonte: Vigília, 1986.

MACAMBIRA, José Rebouças. **A estrutura morfo-sintática do português**. Fortaleza: Imprensa universitária, 1970.

MARTINS, Sandra Eleutério Campos. Visão Panorâmica da História da Linguística - da Antiguidade Grega ao Renascimento. In: CUNHA, Valesca Guimarães. **Letras - Português/Inglês**. Vol. 1 - Uberaba: Universidade de Uberaba, 2006.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Português Arcaico**: Fonologia, Morfologia e Sintaxe. São Paulo: Contexto, 2006.

MEILLET, A. **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: Champion, 1948.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **A gramática**: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

NOGUEIRA, Márcia Teixeira (org.). **Estudos Linguísticos de orientação funcionalista**. Fortaleza: UFC/GEF, 2007. 1 CD.

OLIVEIRA, Mariângela Rios de. A integração das adjetivas. In: IV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, 4, 2000. **A perspectiva pancrônica da integração função-forma na sintaxe do português**, Rio de Janeiro: BRA, 2000. p. 11-28.

PALMER, F. R. Epistemic modality. In: PALMER, F. R. **Mood and modality**. Cambridge University Press, 1986.

PEREIRA, Eduardo C. **Gramática expositiva**. São Paulo: Nacional, 1952.

- PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 2007.
- PEZATTI, Erotilde Goreti. O funcionalismo em linguística. In: MUSSALIMM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (orgs). **Introdução à linguística** - Fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2007.
- RIBEIRO, Dr. Ernesto Carneiro. **Serões gramaticaisou Nova gramática portuguesa**. 3. ed. Bahia: Catilina, 1919.
- ROCHA LIMA, Carlos H. da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
- ROSCH, E. Principles of categorization. In: ROSCH, E. e LLYOD, B. B. (Eds). **Cognition and categorization**. Hillsdale, N. J.: Erlbaum, 1978.
- ROSS, J.R. **Constraints on Variables in Syntax**. MIT, PhD. Dissertation, 1967.
- SAID ALI, M.. **Gramática histórica da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.
- SOUZA, Cláudia Rosana. **Relativa Cortadora: movimento ou apagamento?**, 2007. Dissertação (Mestrado em Letras – Área de concentração: Estudos da linguagem). Programa de Pós-Graduação em Letras. UFRGS. Porto Alegre, 2007.
- SOUZA, Edson Rosa Francisco de. Os usos de “assim” no português falado do noroeste paulistasob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional. In: **Revista de Estudos Linguísticos**, São Paulo, 39 (1): p. 73-88, jan.-abr. 2010.
- TARALLO, F. **Relativization Strategies in Brazilian Portuguese**. University of Pennsylvania, Ph.D. dissertation, 1983.
- TERRA, Ernani. **Curso prático de gramática**. São Paulo: Scipione, 2002.
- TRINDADE, Ana Paula S. V. **As orações pseudorrelativas modalizadoras: aspectos formais e funcionais**, 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística – Área de concentração: Análise e Descrição Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística. UFC. Fortaleza, 2009.
- VILELA, Mário. **Gramática da língua portuguesa**. Coimbra: Almedina, 1995.

ANEXOS

ANEXO A – Textos analisados do *corpus* português falado – variedades geográficas e sociais (CLUL)

ANOS 70:

AV-CLUL: Ao Volante. LOCAL: Portugal – Faro. DATA: 1972. INFORMANTE - SEXO: F - IDADE: 25 anos - ESCOLARIDADE: 9 anos - PROFISSÃO: Guia/intérprete - TEMPO: 03:19

BV-CLUL: Bavaroise. LOCAL: Portugal – Lisboa. DATA: Década de 70. INFORMANTE - SEXO: F - IDADE: 51 anos - ESCOLARIDADE: 6 anos - PROFISSÃO: Doméstica - TEMPO: 04:43

HB-CLUL: Homens e Bichos. LOCAL: Portugal - Castro Verde, Beja. DATA: Década de 70. INFORMANTE - SEXO: M - IDADE: 59 anos - ESCOLARIDADE: Analfabeto - PROFISSÃO: Trabalhador rural – TEMPO: 04:13.

JD-CLUL: Jornalismo em Directo. LOCAL: Portugal – Lisboa. DATA: 1973. INFORMANTE - SEXO: F - IDADE: 62 anos - ESCOLARIDADE: Curso Superior - PROFISSÃO: Jornalista - TEMPO: 04:38

CT-CLUL: Um Culto Tradicional. LOCAL: Portugal - Ribeira Grande, Açores. DATA: 1973. INFORMANTE - SEXO: M - IDADE: 47 anos - ESCOLARIDADE: Curso Superior - PROFISSÃO: Sacerdote - TEMPO: 04:12

ANOS 80:

CP-CLUL: Cartografia Portuguesa. LOCAL: Portugal – Lisboa. DATA: 1989. INFORMANTE - SEXO: M - IDADE: ? - ESCOLARIDADE: Curso Superior - PROFISSÃO: Oficial da Marinha - TEMPO: 04:51

OL-CLUL: O Leiloeiro. LOCAL: Portugal – Porto. DATA: 1989. INFORMANTE - SEXO: M - IDADE: ? - ESCOLARIDADE: ? - PROFISSÃO: Leiloeiro - TEMPO: 04:22

PM-CLUL: O Pai da Medicina. LOCAL: Portugal – Lisboa. DATA: 1989. INFORMANTE - SEXO: M - IDADE: 56 anos - ESCOLARIDADE: Curso Superior - PROFISSÃO: Médico - TEMPO: 03:55

OQL-CLUL: O Quotidiano e a Lei. LOCAL: Portugal – Porto. DATA: 1989. INFORMANTE - SEXO: M - IDADE: 45 anos - ESCOLARIDADE: Curso Superior - PROFISSÃO: Advogado - TEMPO: 04:45

ANOS 90:

PCE-CLUL: Os Poderes do Chefe de Estado. LOCAL: Portugal – Lisboa. DATA: 1990. INFORMANTE - SEXO: M - IDADE: 65 anos - ESCOLARIDADE: Curso Superior - PROFISSÃO: Presidente da República - TEMPO: 05:19

JOH-CLUL: A Juventude Ontem e Hoje. LOCAL: Portugal – Braga. DATA: 1995. INFORMANTE - SEXO: F - IDADE: 82 anos - ESCOLARIDADE: 11 anos - PROFISSÃO: Professora Primária reformada - TEMPO: 07:27

AC-CLUL: Amassar e Cozer. LOCAL: Portugal - Camacha, Porto Santo, Madeira. DATA: 1994. INFORMANTE - SEXO: F - IDADE: 62 anos - ESCOLARIDADE: Analfabeta - PROFISSÃO: Trabalhadora do campo e bordadeira - TEMPO: 06:40

AGC-CLUL: As Grandes Cidades. LOCAL: Portugal – Porto. DATA: 1995. INFORMANTE - SEXO: M - IDADE: 42 anos - ESCOLARIDADE: 10 anos - TEMPO: 07:12

BP-CLUL: Boa Pontaria. LOCAL: Portugal – Beja. DATA: 1997. INFORMANTE - SEXO: M - IDADE: 35 anos - ESCOLARIDADE: 9 anos - PROFISSÃO: Funcionário de seguros - TEMPO: 07:25

BSEBR-CLUL: Bom Senso e Bom Rosto. LOCAL: Portugal – Lisboa. DATA: 1996. INFORMANTE - SEXO: F - IDADE: 55 anos - ESCOLARIDADE: 9 anos - PROFISSÃO: Vendedora de cosméticos - TEMPO: 05:55

BR-CLUL: Bruxedos. LOCAL: Portugal - Roalde, Sabrosa, Vila Real. DATA: 1995. INFORMANTE - SEXO: M - IDADE: 60 anos - ESCOLARIDADE: Analfabeto - PROFISSÃO: Agricultor - TEMPO: 05:26

DED-CLUL: Desporto e Dinheiro. LOCAL: Portugal – Famalicão. DATA: 1997. INFORMANTE - SEXO: M - IDADE: 68 anos - ESCOLARIDADE: 4 anos - PROFISSÃO: Reformado de hotelaria - TEMPO: 06:01

JF-CLUL: Jogar Futebol. LOCAL: Portugal – Faro. DATA: 1995. INFORMANTE - SEXO: M - IDADE: 20 anos - ESCOLARIDADE: Bacharelato - PROFISSÃO: Técnico agrícola - TEMPO: 05:08

NBMB-CLUL: Na Base Militar de Beja. LOCAL: Portugal – Beja. DATA: 1997. INFORMANTE - SEXO: F - IDADE: 56 anos - ESCOLARIDADE: 4 anos - PROFISSÃO: Contínua - TEMPO: 05:16

OL-CLUL: O Linho. LOCAL: Portugal - Ponta Garça, Vila Franca do Campo, Açores. DATA: 1996. INFORMANTE - SEXO: M - IDADE: 62 anos - ESCOLARIDADE: 4 anos - PROFISSÃO: Agricultor - TEMPO: 04:18

OMI-CLUL: O Marido Ideal. LOCAL: Portugal – Faro. DATA: 1996. INFORMANTE - SEXO: F - IDADE: 22 anos - ESCOLARIDADE: Bacharelato - PROFISSÃO: Estudante - TEMPO: 05:44

OTPT-CLUL: O Trabalho e a Posse da Terra. LOCAL: Portugal – Beja. DATA: 1997. INFORMANTE - SEXO: M - IDADE: 41 anos - ESCOLARIDADE: 11 anos - PROFISSÃO: Director do Instituto Politécnico - TEMPO: 07:56

OAC-CLUL: Os Amores de Camilo. LOCAL: Portugal - Landim, Famalicão. DATA: 1997. INFORMANTE - SEXO: M - IDADE: 60 anos - ESCOLARIDADE: 4 anos - PROFISSÃO: Operário têxtil na reforma - TEMPO: 12:09

SV-CLUL: Saber Vender. LOCAL: Portugal – Porto. DATA: 1995. INFORMANTE - SEXO: F - IDADE: 46 anos - ESCOLARIDADE: 9 anos - PROFISSÃO: Comerciante - TEMPO: 08:07

SP-CLUL: Ser Pastor. LOCAL: Portugal - Penedo Gordo, Beja. DATA: 1997. INFORMANTE - SEXO: M - IDADE: 59 anos - ESCOLARIDADE: 4 anos - PROFISSÃO: Pastor - TEMPO: 04:01

UMD-CLUL: Um Mal Desconhecido. LOCAL: Portugal – Covilhã. DATA: 1997. INFORMANTE - SEXO: M - IDADE: 22 anos - ESCOLARIDADE: Frequência de um curso superior - PROFISSÃO: Estudante - TEMPO: 04:58

UMP-CLUL: Um Meio Pequeno. LOCAL: Portugal - Angra do Heroísmo, Açores. DATA: 1996. INFORMANTE - SEXO: F - IDADE: 28 anos - ESCOLARIDADE: 9 anos - PROFISSÃO: Jornalista - TEMPO: 05:39

UNOT-CLUL: Um Namoro de Outros Tempos. LOCAL: Portugal - Landim, Famalicão. DATA: 1997. INFORMANTE - SEXO: F - IDADE: 73 anos - ESCOLARIDADE: 4 anos - PROFISSÃO: Doméstica - TEMPO: 06:34

US-CLUL: Um Sonho. LOCAL: Portugal – Lisboa. DATA: 1995. INFORMANTE - SEXO: F - IDADE: 29 anos - ESCOLARIDADE: Curso Superior - PROFISSÃO: Professora universitária - TEMPO: 04:08

VE-CLUL: Vida de Estudante. LOCAL: Portugal – Porto. DATA: 1995. INFORMANTE - SEXO: F - IDADE: 47 anos - ESCOLARIDADE: Curso Superior - PROFISSÃO: Farmacêutica - TEMPO: 05:38

ANEXO B – Textos analisados do *corpus* contemporâneo escrito: DUP

Textos técnicos - LT

AE-LT-DUP: LEÃO, A.C. **Adolescência e sua educação**. São Paulo, C.E.N. V. 52, 1950.

AQT-LT-DUP: LEMOS, C.A.C. **O que é arquitetura?** 3 ed. São Paulo: Brasiliense. (Col. Primeiros Passos, 16).

ARQ-LT-DUP: FUNARI, P.P.A. **Arqueologia**. São Paulo: Ática, 1988. (Série Princípios, n. 145).

CAN-LT-DUP: CARNEIRO, E. **Candomblés da Bahia**. 6 ed. Rio de Janeiro: CIV. Brasileira, 1978.

CRO-LT-DUP: JANOTTI, M.L. **O coronelismo**: uma política de compromissos. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, s/d. (Col. Tudo é História, 13).

DIP-LT-DUP: BATH, S. **O que é diplomacia**. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Col. Primeiros Passos, n.º 62).

DST-LT-DUP: RODRIGUES, S.A. **Destruição e equilíbrio**: o homem e o ambiente no espaço e no tempo. 4 ed. São Paulo: Atual, s/d.

FOT-LT-DUP: KUBRUSLY, C. **O que é fotografia**. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Col. Primeiros Passos, n.º 82).

IA-LT-DUP: RAMOS, A. **Introdução à antropologia brasileira**. V. 1. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1951.

IP-LT-DUP: JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MH-LT-DUP: PEDROSA, A. M. **Mundo Homem, Arte em Crise**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

REF-LT-DUP: BOSI, A. **Reflexões sobre a arte**. São Paulo: Ática, 1989. (Série Fundamentos, n.º 8).

ANEXO C – Textos analisados do *corpus* diacrônico escrito: Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

Obras do século XVI:

LNV-BNP: POLO, Marco, 1254-1323? Marco Paulo. **Ho liuro de Nycolao Veneto**. Ho trallado da carta de huu[m] genoues das ditas terras.... - Lyxboa : per Valentym Fernãdez, 1502. - [8], xcviij f. : il. ; 2º (30 cm).

LCC-BNP: CONEGOS REGRANTES DE SANTO AGOSTINHO. **Liuro das constituyções & costumes que se guardam e[m] o moesteyro de Sancta Cruz de Coi[m]bra, dos Canonicos regrantes da ordem de nosso Padre sancto Augustinho**. - Coimbra: Canonicos

regrãtes do moesteyro de sancta Cruz,, 1536. - LXXI, [6] f.; 4° (20 cm). - Assin: a-r//4,s//3;A//6.
- Anselmo 452.

MCP-BNP: RODRIGO do Porto, O.F.M. 15--., **Manual de confessores & penite[n]tes em ho qual breue & particular & muy verdadeyramente se decidem & declarã quasi todas as duuidas & casos que nas confissões soe[m] occorrer acerca dos peccados, absoluições, restituções & censuras** / composto por hu[m] religioso da ordem de Sam Francisco da prouincia da piedade.... - Coimbra: por Ioã da Barreyra & Ioã Aluares, 27 Iulho 1549. - [4 br., 40], 648 [i.é 668], [12, 2 br.] p. ; 8° (15 cm).

VDI-BNP: DIAS, Nicolau, O.P. ?-1596,**Vida da serenissima princesa Dona Ioana fiha del Rey Dom Afonso o quinto de Portugal a qual viueo e morreo muito sanctamente no Mosteiro de Iesu de Aueiro da Ordem dos Pregadores e no habito da mesma Orde[m] / ordenada & concertada por o Padre Frey Nicolao Dias, Mestre em sancta theologia da dita Ordem da Prouincia de Portugal.** - Em Lisboa : Antonio Alvarez, 1594. - [8], 88 f. ; 8° (15 cm)

Obras do século XVII:

JVCP-BNP: GUERREIRO, Bartolomeu, S.J. ca 1564-1642,
Jornada dos vassallos da coroa de Portugal, pera se recuperar a cidade do Salvador, na Bahya de todos os Santos, tomada pollos holandezes, a oito de Mayo de 1624. & recuperada ao primeiro de Mayo de 1625. / Feita pollo Padre Bertolameu Guerreiro... - Em Lisboa : por Mattheus Pinheiro : impressa à custa de Francisco Alvarez livreiro. Vendese em sua casa, defronte da Misericordia, 1625. - 74 f., mapa dobr. : il. ; 4° (20 cm)

CVF-BNP: AZEVEDO, Luís Marinho de,?-1652**Commentarios dos valerosos feitos, que os portuguezes obraram em defesa de seu Rey, & patria na guerra de Alentejo / que continuava o Capitaõ Luis Marinho d^aAzevedo...** - Em Lisboa : na officina de Lourenço de Anveres, 1644. - [12], 272 p. ; 4° (18 cm)

HSOF-BNP: ESPERANCA, Manuel da, O.F.M. 1586-1670,**Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal.** Primeira parte, que contem seu principio, & augmentos no estado primeiro de Custodia / por Frei Manoel da Esperança, natural da cidade do Porto, filho da mesma Provincia, Leitor jubilado na Santa Theologia, & Examinador das tres Ordens Militares. - Em Lisboa : na officina Craesbeeckiana, 1656-1721. - 5 vol ; 2° (28 cm)

BAMC-BNP: CASTRO, Estêvão de, S.J. fl. 1575-1639,**Breve/ apparelho, e modo,/ facil para ajudar a bem mor-/rer hum christaõ./** Com a recopilação da materia de/ testamentos, &

penitencia; varias/ orações devotas, tiradas da Es-/criptura Sagrada, & do Ritu-/al Romano de N. S. P./ Paulo V./ Composto pelo Padre Estevão de Cas-/tro, sacerdote professo da Companhia/ de Jesu. Acrescetado nesta segu-/da impressão [!] pelo mesmo autor./. - Evora : na Officina da Universidade, 1672. - [24], 336 p. ; 8° (15 cm)

Obras do século XVIII:

CPDD-BNP: PINA, Rui de, 1440?-1522?**Chronica do muito alto e muito esclarecido principe Dom Diniz, sexto rey de Portugal** / composta por Ruy de Pina... ; fielmente copiada do seu original por Miguel Lopes Ferreyra. - Lisboa Occidental : Na Off. Ferreyriana, 1729. - [12], 107 p. ; 31 cm

HSDS-BNP: SANTOS, Manuel dos, O. Cist. 1672-1760,**Historia Sebastica : contem a vida do Augusto Principe o Senhor D. Sebastião, Rey de Portugal, e os successos memoraveis do Reyno , e conquistas no seu tempo...** / author Fr. Manoel dos Santos.... - Lisboa Occidental : na Officina de Antonio Pedrozo Galram : a custa de Francisco da Sylva, Livreiro da Academia Real, e dos Senados de Lisboa Occidental, e Oriental 1735. - [32], 504 p. ; 2° (31 cm)

MPP-BNP: FREIRE, Francisco José, C.O. 1719-1773,**Memorias das principaes providencias, que se deraõ no terremoto, que padeceo a Corte de Lisboa no anno de 1755, ordenadas, e offerecidas à Majestade Fidelissima de Elrey D. Joseph I. Nosso Senhor / por Amador Patrício de Lisboa.** - Lisboa : [s.n.], 1758. - [30], 155 [i.e. 355], [1] p. ; 2° (34 cm)

QP-BNP: **Questao politica, onde se examina, se os religiosos, que possuem rendas sao uteis, ou nocivos ao estado : contra os anti-políticos, e falsos filosofos** / por D. B. G.. - Lisboa : na Offic. de Lino da Silva Godinho, 1787. - X, 164, [1] p. ; 15 cm

Obras do século XIX:

CPC-BNP: NEVES, José Acúrsio das, 1766-1834. **Cartas de hum portuguez aos seus concidadãos sobre diferentes objectos de utilidade geral e individual** / José Accursio das Neves. - Lisboa : Typ. de Simão Thaddeo Ferreira, 1822. - 216, 28 p. ; 22 cm

AI-BNP: **A inquisição de 1850.** - Lisboa : Typ. de A. H. de Pontes, 1850. - 251, LII p. ; 17 cm

FA-BNP: ANDRADE, António Ernesto Tavares de, ca 18- **-Factos da actualidade** / António Ernesto Tavares de Andrade. - Ponta Delgada : Typ. de Manoel C. Botelho, 1876. - 80 p. ; 20 cm

MC-BNP: CARVALHO, Maria Amália Vaz de, 1847-1921. **Mulheres e creanças:** notas sobre educação / Maria Amália Vaz de Carvalho. - Porto : Joaquim Antunes Leitão e Irmão, 1880. - 312 p. ; 19 cm. - (Bibliotheca do cura de aldeia)

Obras do século XX:

MCD-BNP: OSORIO, Ana de Castro, 1872-1935. **A mulher no casamento e no divorcio** / Anna de Castro Osório. - Lisboa : Guimarães Editores, 1911. - 187, [4] p. ; 21 cm. - (Biblioteca de instrução e educação).

LO-BNP: CARVALHO, Pinto de, 1858-1936. **Lisboa de outrora** / João Pinto de Carvalho; ed. lit., coord. e not. Gustavo de Matos Sequeira, Luís de Macedo. - Lisboa : Grupo de Amigos de Lisboa, 1939. - v. ; 21 cm

MGI-BNP:PEREIRA, Alberto Feliciano Marques, 1866-1936. **Manual de ginastica infantil** / Alberto Feliciano Marques Pereira. - Lisboa : [s.n.] 1950. - v. ; 23 cm.

AL-BNP:JORGE, Ricardo, 1858-1939. **Amato Lusitano**: comentos à sua vida, obra e época / Ricardo Jorge. - 1ª ed. - Lisboa : [s.n., D.L. 1962] (Lisboa : : Of. Gráf. da Ed. Minerva). - XXI, 278, [4] p. : il. ; 20 cm. - (Obra literária e médico-literária de Ricardo Jorge)